



Experiências e reflexões sobre a vigília cidadã para o controle social dos *royalties*

Marcelo Carlos Gantos (Coord.)





Experiências e reflexões sobre a vigília cidadã para o controle social dos *royalties*

Marcelo Carlos Gantos (Coord.)

Campos dos Goytacazes
UENF/EdUENF
2019

Experiências e reflexões sobre a **vigília cidadã** para o **controle social** dos *royalties*

Marcelo Carlos Gantos (Coord.)



A realização do projeto Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama

Campos dos Goytacazes, RJ



Editora da Universidade Estadual do Norte Fluminense
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do CCH / Uenf

E96 Experiências e reflexões sobre a vigília cidadã para o controle social dos *royalties* [recurso eletrônico] / coordenado por Marcelo Carlos Gantos. – Campos dos Goytacazes, RJ : EdUENF, 2019. 377 p. : il.

Vários autores.

Inclui bibliografia.

Formato: PDF.

ISBN : 978-85-89479-61-5

1. *Royalties* (Petróleo). 2. Controle Social. 3. Orçamento Público – Participação Social. 4. Projeto Territórios do Petróleo. I. Gantos, Marcelo Carlos (Coord.)

CDD : 304.28

Editora da Universidade Estadual do
Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Conselho Editorial

Leonardo Rogério Miguel

(editor-chefe)

Maura da Cunha

Ricardo Bressan-Smith

Sergio Arruda de Moura

Nilson S. Peres Stahl

Maridelma de Sousa Pourbaix

© Universidade Estadual do Norte
Fluminense Darcy Ribeiro

Os capítulos são de inteira responsabilidade
dos autores.

Reitor:

Luis Cesar Passoni

Vice-reitora:

Teresa de Jesus Peixoto Faria

Diretor do Centro de Ciências do Homem:

Marcelo Carlos Gantos

Coordenadora do Programa de Políticas Sociais (Uenf):

Denise Cunha Tavares Terra

Realização:

Petrobras e Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (Uenf)

Coordenação Geral do projeto Territórios do Petróleo:

Marcelo Carlos Gantos

Coordenação Pedagógica:

Silvia Alicia Martínez

Coordenação de Campo:

Michelle Nascimento Weissmann da Silva

Petrobras:

Unidade de Operações de Exploração e Produção da Bacia de Campos – UO-BC

Coordenação da obra:

Marcelo Carlos Gantos

Revisão:

Gabriel Guimarães Barbosa

Capa, projeto gráfico e programação visual:

Marcus Vinícius do Santos Cunha

LISTA DE SIGLAS

AIA - Avaliação de Impacto Ambiental
ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
BC – Bacia de Campos
BI – Banco de imagens
Cetesb - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CGPEG - Coordenação Geral de Petróleo e Gás
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente
Dilic - Diretoria de Licenciamento Ambiental
DP- Diagnóstico Participativo
EI – Espaço de Interpretação
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
Feema - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FIA - Fundação Instituto de Administração
Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LA – Licenciamento Ambiental
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
NEA-BC - Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos
NTIC - Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
NVC – Núcleo de Vigília Cidadã
ONG – Organização Não Governamental
PEA-BC - Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos
PEA-TP – Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo
PL – Projeto de Lei
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMA - Plano de Monitoramento e Avaliação
PMA - Plano Mais Brasil
PNPS - Política Nacional de Participação Social
PPA - Plano Plurianual
PPGPS – Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais
PT – Plano de trabalho
Quipea – Quilombos no Projeto de Educação Ambiental
Renca - Reserva Nacional de Cobre e Associados
Rima - Relatório de Impacto Ambiental
RO – Reunião Ordinária
SAE - Sujeitos da Ação Educativa
Sema - Secretaria do Meio Ambiente
STF - Supremo Tribunal Federal
TCE - Tribunal de Contas do Estado
TP – Territórios do Petróleo
Uenf – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UFF - Universidade Federal Fluminense
UO-BC - Unidade de Operações de Exploração e Produção da Bacia de Campos – UO-BC)
VC – Vigília Cidadã
ZDP - Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

Pág.
19

Introdução
Marcelo Carlos Gantos

Parte 1 – Contextualizando os caminhos para a consolidação dos Núcleos de Vigília Cidadã

Pág.
31

Capítulo 1 – A Vigília Cidadã, um método em construção
Marcelo Carlos Gantos

Pág.
45

Capítulo 2 – Perfil dos Núcleos de Vigília Cidadã
Michelle Nascimento Weissmann da Silva e Ronaldo Guimarães Vicente Filho

Pág.
59

Capítulo 3 – Desafios e potencialidades da heterogeneidade dos grupos do PEA-TP
Suely Fernandes Coelho Lemos e Silvia Alicia Martínez

Pág.
73

Capítulo 4 – Reuniões ordinárias: motor para consolidação dos NVC
Andreza Barreto Leitão

Pág.
79

Capítulo 4.1. – Campos dos Goytacazes e São João da Barra: a diversidade como aliada ao controle social
Anna Paula Eckhardt de Almeida Rego, Renata Leandro de Sousa Almeida, Jéssika Rodrigues de Paula, Jéssica Barbosa de Almeida e Saturnino Rodrigues da Silva

Pág.
82

Capítulo 4.1.1. – NVC de São João da Barra: aflorando o pensamento crítico nos cidadãos sanjoanenses

Pág.
86

Capítulo 4.1.2. – NVC de Campos dos Goytacazes: dialogando entre os diferentes saberes

Pág.
89

Capítulo 4.2. – Quissamã e Carapebus: a comunicação dialógica no processo educativo dos municípios de Quissamã e Carapebus
Laudirléa Silva dos Reis e Raphaela Nascimento de Carvalho

Pág.
93

Capítulo 4.2.1. – NVC de Quissamã: as percepções do NVC de Quissamã.

Pág.
96

Capítulo 4.2.2. – NVC de Carapebus: o NVC de Carapebus e sua vivência na fase II

Pág.
99

Capítulo 4.3. – Rio das Ostras e Macaé: a diversidade como aliada na Vigília Cidadã
Lucimara Martins de Souza, Nathally da Silva Carvalho e Felipe Amaral de Vasconcellos

Pág.
102

Capítulo 4.3.1. – NVC de Macaé: reflexão e informação sobre os *royalties* para a construção coletiva de uma cidade melhor

Pág.
104

Capítulo 4.3.2. – NVC de Rio das Ostras: conscientização e participação para o melhor exercício da cidadania

Pág.
107

Capítulo 4.4. – Armação dos Búzios e Casimiro de Abreu: a educação popular e os *royalties* do petróleo – aprendendo os caminhos da Vigília Cidadã
Elizabeth Porto da Silva Rangel, Jamile de Almeida Marques da Silva e Lara Mattos Martins

Pág.
111

Capítulo 4.4.1. – NVC de Casimiro de Abreu: trabalho, amigos e conquistas – a experiência do NVC de Casimiro de Abreu durante a fase II do PEA-TP

Pág.
113

Capítulo 4.4.2. – NVC de Armação dos Búzios: olhando o continente – a visão crítica e inclusiva do NVC Búzios sobre a realidade do município

Pág.
116

Capítulo 4.5. – Arraial do Cabo e Cabo Frio: a educação socioambiental e seus desafios
Gabriel Ribeiro, Maria Cristina Magalhães Cesário e Maria da Conceição Pavão Leite de Oliveira

Pág.
118

Capítulo 4.5.1. – NVC de Cabo Frio: a construção coletiva do conhecimento através da participação no projeto Territórios do Petróleo

Pág.
121

Capítulo 4.5.2. – NVC de Arraial do Cabo: o despertar para o controle social

Parte 2 – Metodologias participativas para formação crítica dos NVC

Pág.
133

Capítulo 5 – Metodologias participativas
Suely Fernandes Coelho Lemos

Pág.
137

Capítulo 5.1. – Oficina de Vigília Cidadã I: conceitos estruturais do PEA-TP
Paula Mousinho Martins e Simonne Teixeira

Pág.
152

Capítulo 5.2. – Oficina de Vigília Cidadã II: inventários participativos no âmbito do licenciamento ambiental
Simonne Teixeira e Jaqueline Oliveira da Silva

Pág.
166

Capítulo 5.3. – Oficina de Vigília Cidadã III:
a cartografia social no Projeto de Educação
Ambiental Territórios do Petróleo

Rodrigo da Costa Caetano e Michelle Nascimento
Weissmann da Silva

Pág.
176

Capítulo 5.4. – Oficina de Vigília Cidadã IV:
rendas petrolíferas municipais – integração
pesquisa-campo e abordagem lúdica de conceitos
complexos

Carlos Gustavo Sarmet Moreira Smiderle, Elizabeth Porto
da Silva Rangel, Jamile de Almeida Marques da Silva, Lara
Mattos Martins e Mírian Rachel de Jesus Soares

Pág.
187

Capítulo 5.5. – Oficina de Vigília Cidadã V:
orçamento público e controle social

Anna Paula Eckhardt de Almeida Rego, Felipe Amaral
de Vasconcellos, Jéssika Rodrigues de Paula, Jonatan
Fernandes Porto e Joseane de Souza

Pág.
199

Capítulo 6 – O controle social sobre os gastos
públicos: a experiência da atividade linha do
tempo da participação social no orçamento
público na Oficina de Vigília Cidadã V

Felipe Amaral de Vasconcellos e Raphaela Nascimento
de Carvalho

Pág.
215

Capítulo 7 – Oficina de educomunicação: ensaios
do fazer para uma comunicação popular

Carlos Gustavo Sarmet Moreira Smiderle, Frederico
Alvim Carvalho, Marcus Vinícius dos Santos Cunha, Paulo
Emílio Machado de Azevedo, Paulo Henrique Rodrigues
Damasceno e Simone Rodrigues Barreto

Pág.
231

Capítulo 8 – Construção coletiva para a fase III
Michelle Nascimento Weissmann da Silva, Julia
Guimarães Barbosa, Nayara Seabra de Oliveira e Rafael
Paes da Silva de Souza

Pág.
245

Capítulo 9 - Boletim digital Rede Territórios do
Petróleo: uma experiência de participação e de
controle social na Bacia de Campos
Carlos Gustavo Sarmet Moreira Smiderle, Miguel de
Araújo Lopes e Simone Rodrigues Barreto

Pág.
259

Capítulo 10 – Simpósio temático: controle
social, rendas petrolíferas e impactos
socioambientais
Leandro Fernandes Viana e Andreza Barreto Leitão

Parte 3 – Mobilização e articulação como exercício da consolidação dos NVC.

Pág.
279

Capítulo 11 – Apresentação
Michelle Nascimento Weissmann da Silva

Pág.
281

Capítulo 12 – O espaço de interpretação
Territórios do Petróleo
Simonne Teixeira, Jânio de Oliveira Silva Júnior, David
Teixeira da Silva e Jéssica Mulinari Mota

Pág.
293

Capítulo 13 – Mesa-redonda como ação do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo: metodologia participativa para o desenvolvimento do controle social
Carolina de Oliveira Siqueira e Deyse da Silva Nascimento

Pág.
307

Capítulo 14 – Banco de imagens como ferramenta sociotecnológica do PEA Território do Petróleo
Frederico Alvim Carvalho, Luiz Felipe Jordão Souza, Miguel de Araújo Lopes, Paulo Henrique Rodrigues Damasceno e Marcelo Carlos Gantos

Pág.
319

Capítulo 15 – Voz em vós: diálogos para compor uma cartografia da palavra nos NVC do PEA-TP
Paulo Emílio Machado de Azevedo e Marcelo Carlos Gantos

Parte 4 – Processo contínuo de avaliação do projeto

Pág.
337

Capítulo 16 – A avaliação na ação educativa do PEA-TP
Suely Fernandes Coelho Lemos e Viviane Colodette Guimarães

Pág.
359

Capítulo 17 – A avaliação do PEA-TP enquanto política pública
Náthani Siqueira Lima e Sílvia Alicia Martínez

INTRODUÇÃO

Marcelo Carlos Gantos

A coletânea “Experiências e reflexões sobre a vigília cidadã para o controle social dos *royalties*” apresenta a experiência do projeto no âmbito das ações participativas desenvolvidas em sua fase II.

A obra tem o objetivo de narrar a trajetória do projeto no período de dois anos dedicados à promoção de ações pedagógicas no campo da educação ambiental crítica, que percorre o curso da educação popular. Nesta fase, buscou-se auxiliar o fortalecimento dos grupos e sujeitos sociais participantes do projeto, por meio da consolidação dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC), com ações diagnósticas, formativas e avaliativas em busca de ampliar a participação qualificada dos sujeitos da ação educativa para o controle social das rendas petrolíferas na Bacia de Campos.

A construção coletiva deste trabalho demonstra a relevância da troca de saberes no contexto das atividades desenvolvidas no projeto, resignificando o processo pedagógico e o imaginário dos grupos afetados quanto ao papel das universidades no campo da pesquisa e extensão. Espera-se com isso que o conteúdo apresentado alcance um público diversificado, espelhando ao do projeto e propiciando a compreensão da conexão entre as temáticas debatidas e as ações educativas desenvolvidas.

A primeira parte do livro, denominada “Contextualizando os caminhos para a consolidação dos Núcleos de Vigília Cidadã”, é composta por quatro capítulos que buscam fazer compreender o papel central da Vigília Cidadã, enquanto instrumento

aglutinador dos Núcleos de Vigília Cidadã. Também coloca em destaque a importância da diversidade desses grupos, não apenas como um desafio a ser encarado pela equipe técnica e pelos próprios sujeitos da ação, mas sobretudo como uma potencialidade, já que possibilita o fortalecimento dos Núcleos por meio da interlocução de vivências e da socialização do conhecimento. Para além disso são expostas experiências dos Núcleos de Vigília Cidadã na perspectiva das equipes técnicas e também dos seus próprios membros, consolidando a construção e sistematização crítica e participativa das informações, veia central do projeto Territórios do Petróleo.

No primeiro capítulo, “A Vigília Cidadã, um método em construção”, o coordenador geral do projeto, Marcelo Carlos Gantos, discorre sobre a criação do conceito de vigília cidadã como um instrumento teórico para servir de ponte entre a experiência universitária, de ensino, pesquisa e extensão, consolidada pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf) - especialmente no Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais (PPGPS) – e a política do licenciamento ambiental federal, no âmbito do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC). Discorre ainda sobre os fundamentos da Vigília Cidadã para a superação da desinformação sobre as participações governamentais e o controle social na região. Esse conceito baliza o acionar do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP) relacionando as suas dimensões articuladoras, quais sejam: informação, comunicação e conhecimento. O autor desenha o processo continuado de convergência entre a mobilização, a operacionalização dos Núcleos de Vigília Cidadã e o seu atuar para a participação social a partir de uma construção pedagógica para a ação-reflexão-ação. Nesse sentido, a Vigília Cidadã é, em sua essência, uma triangulação de ideias e práticas sociais que devem confluir para o exercício qualificado da cidadania.

No segundo capítulo, “Perfil dos Núcleos de Vigília

Cidadã”, Michelle Nascimento Weissmann e Ronaldo Filho utilizam uma abordagem quantitativa para traçar o perfil socioeconômico e de participação dos membros dos Núcleos de Vigília Cidadã. Para a análise foram considerados três grupos sociais: jovens – de 12 a 29 anos, adultos – 30 anos ou mais, incluindo os idosos - moradores rurais e moradores urbanos. Além disso, examinou-se os seguintes critérios: estratificação etária, gênero, cor, estado civil, renda mensal e participação em outros PEA.

Suely Lemos e Silvia Alicia Martinez construíram o terceiro capítulo desta obra, que recebeu o título “Desafios e Potencialidades da heterogeneidade dos grupos do PEA-TP”. O objetivo do escrito foi o de contextualizar a permanente atenção da equipe executora e técnica no planejamento e desenvolvimento das ações educativas, levando em consideração a diversidade do público que compõe os dez Núcleos de Vigília Cidadã. Também foram apresentados resultados da avaliação realizada com os sujeitos da ação educativa, pesquisadores, equipe técnica e executora a respeito do tema, os quais apontam a potencialidade de se trabalhar com um público assim constituído, tendo em vista a garantia do direito à participação e à intervenção na realidade socioambiental e a um processo educacional que valoriza saberes e conhecimentos capazes de mobilizar ações de intervenção, em especial no controle social.

O quarto capítulo, por sua vez - o maior deste livro -, foi construído com base em uma metodologia participativa, que uniu equipe técnica e os membros dos dez NVC em torno da sistematização de suas experiências nas reuniões ordinárias, ações continuadas e de grande importância pedagógica e operacional para o projeto. Os textos trazem discussões sobre o papel de diversos instrumentos para o exercício da Vigília Cidadã, como a diversidade do público, a comunicação dialógica, as metodologias participativas, a educação popular, a educação ambiental crítica, dentre outros. Esse capítulo é, pois, um

resultado da consolidação e da maturidade dos grupos formados nos municípios que integram o Territórios do Petróleo, o que converge em um dos objetivos principais do projeto de aumentar a criticidade e a autonomia desses sujeitos, para que possam extrapolar as paredes físicas do projeto e materializar a socialização do conhecimento para o controle social das rendas petrolíferas em âmbito municipal.

A segunda parte da coletânea, intitulada “Metodologias participativas para formação crítica dos NVC” é composta por mais seis capítulos, que versam especialmente sobre a linha pedagógica adotada pelo projeto em consonância com os lineamentos da educação ambiental crítica, de desenvolver ações educativas de caráter participativo, buscando integrar a todos os participantes apesar da diversidade do público que o integra. Dissertam os autores sobre o protagonismo dos sujeitos da ação educativa e das relações entre os envolvidos, compreendendo o processo educativo a partir dessas relações ou capacidade coletiva de construir conhecimentos por meio das interações das pessoas entre si e com o conhecimento; incentivando o compartilhamento de saberes e favorecendo a construção de conhecimentos mais elaborados e consolidados com base nas ciências, favorecendo assim os diálogos com os grupos de poder.

Como primeiro capítulo dessa parte e quinto deste livro, “Metodologias participativas” é dividido em cinco subcapítulos, cuja autoria é múltipla e aborda as metodologias e recursos metodológicos utilizados nas Oficinas de Vigília Cidadã, tendo como temas as metodologias participativas - a exemplo do inventário participativo e da cartografia social -, rendas petrolíferas, orçamento público, participação e controle social. Antes de adentrar nas especificidades de cada uma das oficinas, Suely Lemos faz uma contextualização teórica sobre os conceitos de participação e metodologia, convergindo para uma ação pedagógica crítica calcada na construção do conhecimento de forma colaborativa por meio do envolvimento direto dos sujeitos.

A seguir, o sexto capítulo denominado “O controle social sobre os gastos públicos: a experiência da atividade ‘Linha do tempo da participação social no orçamento público’ na Oficina de Vigília Cidadã V”, de autoria de Felipe Vasconcellos e Raphaela de Carvalho, delinea a forma como a linha do tempo foi utilizada, enquanto metodologia, para suscitar reflexões sobre a história do orçamento público no Brasil, desde a colonização, passando pelo império até o presente momento, marcado especialmente pela promulgação da Constituição de 1988. Buscou-se, pois, apresentar a narrativa dos processos históricos/sociais ligados à temática, baseada na exposição dialogada, na qual os mediadores explicitam os fatos ao mesmo tempo em que estimulam o debate e o pensamento crítico.

Em “Oficina de educomunicação: ensaios do fazer para uma comunicação popular”, sétimo capítulo desta obra, os autores Carlos Gustavo Sarmet Moreira Smiderle, Frederico Alvim Carvalho, Marcus Vinícius Cunha, Paulo Emílio Azevedo, Paulo Henrique Damasceno e Simone Barreto buscam avaliar a forma com que cada Núcleo de Vigília Cidadã se apropriou da discussão e das ferramentas trabalhadas durante as Oficinas de Educomunicação, ocorridas nos dez municípios integrantes do PEA nesta segunda fase. O texto analisa ainda a aplicação do conceito de ecossistema comunicativo e da metodologia *conhecer-decidir-mobilizar*, bem como a construção (e desconstrução) de discursos por meio de imagens.

No capítulo oito, “Construção coletiva para a fase III”, Michelle Nascimento Weissmann, Julia Barbosa, Nayara Seabra e Rafael Paes descrevem como foi desenvolvido o processo de construção coletiva da fase III do PEA Territórios do Petróleo. O objetivo principal do capítulo é o de expor e analisar a colaboração dos membros dos dez NVC na construção das ações a serem desenvolvidas para o próximo plano de trabalho, que foi realizada em três etapas: Discussão do Plano de Trabalho da fase II, Identificação dos atores envolvidos e dos atores parceiros

e Encontro de integração, descritas no texto de acordo com a metodologia, os objetivos, a contextualização e os resultados obtidos em cada uma dessas etapas.

“Boletim digital Rede Territórios do Petróleo: uma experiência de participação e de controle social na Bacia de Campos” é o título do nono capítulo. Os autores Carlos Gustavo Sarmet Moreira Smiderle, Miguel Araújo e Simone Barreto relatam o processo compartilhado de elaboração, edição, revisão e publicação de dez edições por bimestre do Boletim Rede Territórios do Petróleo, cada uma enfocando um município abrangido pelo projeto. O material subsidia uma reflexão sobre o alcance e os limites da participação coletiva e da construção da autonomia dos componentes dos Núcleos de Vigília Cidadã.

No último capítulo da segunda parte e décimo deste livro, “Simpósio temático: controle social, rendas petrolíferas e impactos socioambientais”, Leandro Fernandes Viana e Andreza Leitão discorrem sobre o simpósio realizado no segundo ano da presente fase do projeto, momento no qual se debateu conceitos primordiais do Territórios do Petróleo à luz das experiências acumuladas pelos pesquisadores e pelos Núcleos de Vigília Cidadã. Refletem ainda sobre o papel da universidade na construção das ações pedagógicas do projeto, nos moldes da pesquisa-ação, de modo a solidificar a aproximação com a comunidade.

A terceira parte do livro, “Mobilização e articulação como exercício da consolidação dos NVC”, é composta por cinco capítulos que evidenciam os Espaços de Interpretação, as Mesas-redondas, o Banco de Imagens e a Cartografia da Palavra como instrumentos pedagógicos de mobilização social com vistas a ampliar a participação nas ações do projeto e nas incidências políticas nos municípios, como exercícios que solidificam a prática da vigília cidadã para o controle social.

O décimo primeiro capítulo da coletânea e primeiro capítulo dessa parte, escrito por Michelle Nascimento Weissmann, é uma introdução aos demais e contextualiza a etapa de consolidação

dos Núcleos de Vigília Cidadã e as estratégias de mobilização utilizadas para tanto, com ênfase em metodologias participativas para o controle social. A seguir, no capítulo denominado “O Espaço de Interpretação Territórios do Petróleo”, Simonne Teixeira, Jânio de Oliveira Silva Jr., David Teixeira da Silva e Jéssica Mulinari Mota apresentam a concepção dos Espaços de Interpretação do PEA-TP implementados na fase II do projeto, que se vincula ao Circuito Ambiental presente na Caravana realizada ainda na primeira fase.

Carolina de Oliveira Siqueira e Deyse da Silva Nascimento são as autoras do décimo terceiro capítulo, que recebeu o título “Mesa-redonda como ação do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo: metodologia participativa para o desenvolvimento do controle social”. São explicitadas nesse escrito as etapas de preparação das mesas-redondas na fase II do projeto, desde a mobilização feita pelos próprios sujeitos da ação, até sua realização, que se dá com as bases da educação ambiental para criar um ambiente mais afastado do rigor acadêmico para o debate de temas centrais do PEA-TP que compõem um processo de interlocução entre as rendas petrolíferas e as políticas públicas municipais.

“Banco de imagens como ferramenta sociotecnológica do PEA Territórios do Petróleo” é o décimo quarto capítulo deste livro e foi escrito por Frederico Alvim Carvalho, Luiz Felipe Jordão Souza, Miguel de Araújo Lopes, Paulo Henrique Rodrigues Damasceno e Marcelo Carlos Gantos. Os autores apresentam o Banco de Imagens como uma ferramenta metodológica para o armazenamento, classificação, sistematização e busca de registros fotográficos, que foi apropriada pelos sujeitos da ação a partir desta fase do projeto. Além disso, destacam seu potencial de mobilização para o controle social a partir da democratização da comunicação.

Na sequência, o décimo quinto capítulo da coletânea e último capítulo dessa parte foi elaborado por Paulo Emílio Azevedo

e Marcelo C. Gantos, que discorrem sobre a Cartografia da Palavra e sua importância no processo de mobilização que permeia os sujeitos da ação. É colocado em destaque o papel dessa metodologia enquanto instrumento que permite a compreensão dos contextos vividos pelos sujeitos, expressos a partir da oralidade. É nessa forma de expressão, segundo os autores, que é possível encontrar o outro em comunidade, para o exercício da cidadania, já que não pode haver controle social sem voz.

A quarta parte do livro, “Processo contínuo de avaliação do projeto”, é composta por dois capítulos que intencionam elucidar os processos avaliativos aplicados ao projeto Territórios do Petróleo, em suas dimensões educativas e de política pública. Inicialmente, no capítulo intitulado “A avaliação na ação educativa do PEA-TP”, Suely Fernandes Coelho Lemos e Viviane Colodette Guimarães apresentam os fundamentos que regem o processo de avaliação adotado pelo projeto na perspectiva da educação ambiental crítica, considerando a natureza qualitativa da avaliação, que valoriza a participação ativa dos sujeitos envolvidos por meio do diálogo e da ação-reflexão-ação.

Por último, fechando a presente coletânea, no capítulo “A avaliação do PEA Territórios do Petróleo enquanto política pública”, as autoras Náthani Siqueira Lima e Silvia Alicia Martínez contextualizam o PEA-TP nas políticas públicas nacionais de educação ambiental e licenciamento ambiental federal, destacando-o como instrumento de fomento à gestão ambiental compartilhada. Após isso constroem uma breve síntese teórica sobre a avaliação de projetos de educação ambiental, lançando luz sobre o PEA-Avaliação, recentemente implementado no âmbito do licenciamento federal, conduzido pelo Ibama. Por fim, explicitam todo o processo avaliativo realizado ao final do primeiro ano do seu segundo ciclo, destacando os fundamentos teóricos e práticos que nortearam as etapas de avaliação, que abrangeu a todo o público envolvido em sua execução: equipe técnica, coordenação e equipe de socioeconomia da Petrobras.

Por fim é necessário pontuar que se intenciona, com este livro, não apenas sistematizar, mas dar sentido processual a todas as ações realizadas durante a segunda fase do projeto Territórios do Petróleo, contextualizando-as como instrumentos pedagógicos de estímulo à *práxis* para o controle social. É o movimento de ação-reflexão-ação que dá sentido às bases fundantes do projeto enquanto promotor da gestão ambiental pública compartilhada por meio da educação ambiental crítica e da educação popular. Além disso, espera-se que estes escritos sirvam de ferramenta para a mobilização social, em especial durante a próxima etapa do projeto, inaugurada com a fase III, que será permeada pelas ações comunitárias de interlocução entre os Núcleos de Vigília Cidadã e a sociedade.



Parte 1:

**Contextualizando os
caminhos para a
consolidação dos
Núcleos de
Vigília Cidadã**

Capítulo 1

A Vigília Cidadã, um método em construção

Marcelo Carlos Gantos

O convite da Unidade de Operações de Exploração e Produção da Bacia de Campos (UO-BC) da Petrobras, em 2014, para a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) participar da elaboração e gestão técnica de projetos de educação ambiental (PEA) no licenciamento ambiental (LA) de óleo e gás conduzidos pelo Ibama, foi a mola propulsora dos projetos Territórios do Petróleo (PEA-TP) e Pescarte.

Naquele momento, essa convocatória trouxe uma grande expectativa ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS) _ a de participar de um inédito espaço de interlocução entre o setor produtivo e o Centro de Ciências do Homem _ e, por sua vez, o desafio da geração de pesquisas aplicadas em extensão inovadora no campo do licenciamento ambiental. O convívio preliminar na idealização e gestação dos projetos exigiu a ambos os parceiros um esforço de trabalho e comunicação que definiu um novo arranjo cognitivo que redundou na implantação e efetivação dos dois projetos referidos no Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC).

A parceria técnico-científica inaugurada entre os profissionais da Gerência de Meio Ambiente da UO-BC e o grupo de pesquisadores do PPGPS inicialmente possibilitou a transferência do conhecimento e experiência acumulada pela empresa para a equipe da UENF. Dessa forma começava uma jornada de aprendizado intensa sobre o LA na região e uma parceria com a Petrobras que se mantém até hoje.

A etapa seguinte foi de investigação e discussão sobre o

modelo de PEA, a definição do objeto, estratégias e métodos que seriam modelados para dar respostas pedagógicas aos problemas, temas e desafios apresentados pela empresa. Assuntos esses sempre alinhados às demandas decorrentes do processo de licenciamento ambiental federal de óleo e gás na Bacia de Campos (BC) conduzido pelo Ibama como medida mitigatória e condicionante ambiental.

Nesse cenário descrito foi definida a temática dos *royalties* e o controle social como foco principal do acionar previsto para o projeto Territórios do Petróleo, decisão fundamentada na escolha da linha de ação B da Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama nº 01/10 (BRASIL, 2010). Essa diretriz, orientada a promover o controle social da aplicação de *royalties* e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural, nos motivou a idealizar novas formas de abordar estas questões articulando o campo da educação ambiental crítica com a educação popular e os conhecimentos regionais e saberes multidisciplinares do campo da política pública estudados no PPGPS. Essas ideias se associaram com fundamentos e práticas de mobilização social provenientes da extensão universitária, âmbito acadêmico de intervenção social que seria o berço de nossa proposta final para encarar o LA.

O desafio naquele momento inicial era construir em escala inédita um modelo de referencial teórico que nos possibilitasse dialogar crítica e academicamente com os princípios do LA e desenhar ações educativas e de mobilização comunitária concatenadas em um plano de atividades direcionado a apoiar um público amplo e diversificado. O foco do projeto direcionou sua primeira fase do plano de ação à sensibilização, divulgação e popularização dos princípios do LA conjuntamente a promoção da discussão pública sobre a distribuição e aplicação dos recursos financeiros das participações governamentais (*royalties* e participações especiais) pelo poder público nos dez municípios selecionados da região.

Mas, perante o tamanho e a complexidade da tarefa proposta,

como isso seria feito? Quais seriam os caminhos para atingir os objetivos encomendados?

Modelando a Vigília

A priori, o esforço esteve centrado em identificar e delimitar conceitualmente os impactos sociais gerados na organização político-espacial do território em questão, notoriamente reconhecido por conta do recebimento e aplicação dos recursos financeiros de grandes quantias de *royalties* e participações especiais pelo poder público em escala municipal na região da BC. Nesse contexto se definiu a tarefa desafiadora de mitigar a desinformação de grande parte da população, em especial os setores mais desfavorecidos e vulneráveis, sobre as rendas petrolíferas, sua origem e destinação final.

A tese adotada foi que esta carência informacional apontada influenciava o escasso nível de participação e, conseqüentemente, afetava a presença e o grau de qualificação dos munícipes nos limitados espaços políticos existentes e disponíveis de controle social. Ambas as questões foram debatidas por meio da leitura de artigos e teses sobre o tema, o que nos levou à elaboração de uma reflexão crítica e circunstanciada da realidade econômica, política e socioambiental da região, que foi nosso ponto de referência. As decisões e escolhas do objeto de intervenção do projeto foram validadas pelos resultados provenientes do Diagnóstico Participativo (DP) do PEA-BC¹ (PETROBRAS, 2012) assim como os focos de mitigação da primeira fase de execução.

1 O Diagnóstico Participativo (DP) do PEA-BC foi um processo que envolveu pessoas, grupos e instituições em 14 municípios da BC, com o objetivo de levantar informações sobre os impactos socioeconômicos das atividades marítimas de petróleo e gás sobre a vida dos grupos sociais que vivem nesses municípios. O DP foi realizado pela Petrobras como uma exigência do Ibama que acompanhou e orientou todo o processo, de acordo com as diretrizes da Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama 01/10 (BRASIL, 2010). As informações e os resultados do DP visaram orientar os projetos de educação ambiental e possibilitar a sua articulação no território da BC.

A proposta inicial do PEA-TP teve como objetivo promover a informação qualificada sobre *royalties* e participações especiais, com o intuito de que os sujeitos da ação educativa, tanto coletiva como individualmente, ficassem mais informados e melhor qualificados para observar seu cenário local e avançar no aprendizado das possibilidades de monitoramento das rendas do petróleo. Em paralelo, almejou-se que os participantes do projeto vislumbassem um maior entendimento sobre a complexidade da dinâmica dos impactos da indústria do petróleo na BC nas suas diversas escalas (local/regional/mundial). A Vigília Cidadã (VC) foi a fórmula elaborada e apresentada para alavancar essa experiência educativa.

Para mitigar ou diminuir o problema prioritário do PEA-TP, isto é, o escasso nível de informação revelado na população sobre as rendas petrolíferas, sua destinação e acompanhamento, o arcabouço metodológico desenhado articulou e disponibilizou conceitos, ferramentas e técnicas variadas provenientes do campo interdisciplinar das ciências humanas e sociais configurando os fundamentos do método da VC. Desde esse momento, a VC foi se tornando o alicerce e a estrutura de sentido das diversas ações e metas pautadas no plano de ação do projeto nas suas consecutivas fases de realização.

A VC foi pensada como uma atitude cívica, subjetiva e grupal a cultivar socialmente mediante o desenvolvimento de um processo pedagógico popular, contínuo, cumulativo e não linear. Isto é, uma amalgama de camadas de atividades comunitárias e rotinas cognitivas que ganharam expressão e sentido após um processo insistente de mobilização, organização e consolidação dos grupos operacionais constituídos nos seus espaços de realização: os dez Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) municipais.

Na direção prevista, as atividades da VC foram planejadas e executadas em etapas consecutivas de aprendizado e prática social comunitária em cada uma das localidades durante toda a segunda fase do PEA. A VC ia se modelando aos poucos como um método vivo em permanente revisão e (re)construção, um modelo desenhado

para facilitar o caminho do público participante do PEA aos meios e produtos pedagógicos elaborados para contribuir com o acesso às modalidades e dispositivos de controle social presentes em cada município. A intenção da VC foi, e ainda é, reduzir as incertezas existentes sobre a “caixa preta” dos *royalties*, ampliando o acesso dos sujeitos da ação a fontes informativas e conhecimentos cívicos que estimulem o aprimoramento de aspectos ativos da cidadania. Assim, a VC busca oportunizar aos membros dos NVC ferramentas e conhecimentos para diminuir a assimetria informacional e comunicacional existente sobre o tema nos grupos sociais definidos como impactados pelo Diagnóstico Participativo do PEA-BC.

O papel da informação, a comunicação e o conhecimento

A VC se fundamenta teórica e metodologicamente nas noções de informação, comunicação e conhecimento. Elas funcionam como uma triangulação² de conceitos e práticas sociais que são estruturantes do processo educativo previsto no PEA. Este desenho triangular se propõe incentivar o agir comunicativo do público do projeto e, ao mesmo tempo, estimular o cultivo dos entornos sociais dos SAE visando a ampliação do acesso à cidadania regulada³. Segundo Vizer (2011), ao definir o papel do cultivo dos entornos sociais, os sujeitos e os coletivos sociais se ‘cultivam’ a si mesmos em um processo de aprendizagem e construção permanentes de dispositivos de apropriação e transformação dos recursos próprios e de seus diferentes domínios ambientais. A experiência social (e neste caso o processo de socialização promovido pelo PEA) se institui

2 A triangulação no campo teórico pressupõe a abordagem do objeto empírico por perspectivas conceituais e teóricas diferentes que podem se complementar. Denzin e Lincoln (2006) completam a ideia afirmando que a triangulação é a exposição simultânea de realidades múltiplas, refratadas. Cada uma das metáforas “age” no sentido de criar a simultaneidade, e não o sequencial ou o linear.

3 Cidadania regulada foi o nome proposto pelo sociólogo brasileiro Wanderley Guilherme dos Santos (1998) que o apresenta como um conceito-chave para entender a política econômico-social do Brasil do ano de 1930 em diante. A constituição de uma cidadania regulada se articula com o papel do Estado de garantidor das posições sociais da população e dos direitos associados a essas posições.

na forma de dispositivos de ação que permitem estruturar relações técnicas, informacionais e simbólicas com o meio físico, ativando e transformando a natureza e seus contextos, as próprias culturas, as formas e instituições sociais, as tecnologias e os vínculos interpessoais.

O significado da palavra informação provém do latim *informare*, que significa “modelar, dar forma”. Entretanto no decorrer do século XX a ideia de informação cresceu e passou a ser entendida de modo mais restrito e específico como a reunião ou conjunto de dados e conhecimentos organizados que possam constituir referências sobre um determinado acontecimento, fato ou fenômeno. Parte-se do suposto de que a informação é um ativo social que se configura em um recurso que atribui significado à realidade mediante seus códigos e o conjunto de dados.

Deste modo, a informação passa a ser considerada na VC como ativo social. No Brasil, essa visão ainda está em fase de construção, porém vários autores vêm dialogando no sentido de que essa valoração representa a mudança de perspectiva e um deslocamento da centralidade da instituição para o cidadão, ponto de vista que fortalece o papel da esfera pública na democracia. Assim, a VC assume a perspectiva cidadã da informação que permeia sua relação com a comunicação e o conhecimento. Isto significa, no acionar comunitário efetivo, alterar o eixo frequentemente voltado para os interesses das instituições e dos seus gestores e colocar o foco no cidadão/sujeito da ação educativa (SAE) do PEA acima de outras esferas, como governamentais, privadas, midiáticas, pessoais ou políticas (DUARTE, 2011). Esta situação coloca, por sua vez, o desafio na gestão do PEA de administrar o dilema da autonomia do sujeito e os limites da regulação impostas pelo LA no jogo de interesses políticos da democracia.

No mundo atual a informação como valor público e ativo social se transformou num componente decisivo das modernas democracias deliberativas. Essas visões sobre a democracia postulam a tese adotada pela VC de que a ampliação do acesso à informação permite ao cidadão comum potencializar sua capacidade política de tomar decisões com base no uso racional do conhecimento adquirido por meio dela.

Simultaneamente, a nova visão sobre a coisa pública, erigida com o modelo da chamada nova governança, tem incitado uma reordenação do processo burocrático e político⁴. A clássica democracia representativa parece não mais servir aos cidadãos que exigem cada dia mais um papel mais ativo de participação direta no processo de construção do campo político. A par desta mudança, não existem mais dúvidas de que tal alteração vem ocorrendo como fruto da consolidação da sociedade da informação e do conhecimento⁵. Os governos estão sendo forçados a aceitar que o fluxo da informação e, como consequência, sua gestão dentro da sociedade, está se alterando. A partir dessa premissa, seus dispositivos de atuação, em tese, tendem a ficar cada dia mais abertos, transparentes e reorientados ao cidadão como verdadeiro destinatário e fiscal de suas ações. Aqui radica a importância estratégica da VC.

A construção pedagógica e o acionar da VC inserida dentro de um processo comunicativo com essas características - isto motivado pelo interesse público - têm como condição fundamental a ampliação do acesso a informações voltadas para a cidadania. No caso do PEA-TP, informações direcionadas às exigências do controle social e da demanda de transparência sobre a aplicação dos *royalties* e participações especiais no âmbito das finanças municipais se constituem em uma necessidade das atuais formas democráticas e de suas agendas de governo.

Em um contexto mais global, esforços de disponibilização dos dados administrativos, fato que se convencionou chamar de governo aberto (*open government*), são hoje uma expressão direta dessa nova ordem social que se instala, dessa era que aponta à governança digital. Os cidadãos nativos da sociedade da informação desejam participar

4 Entende-se de modo geral a “nova governança pública” como uma forma contemporânea de pensar a Administração Pública que “prescreve a interação colaborativa entre governos, cidadãos e suas redes sociais na prossecução dos interesses comuns e na criação das políticas públicas ” (PEREIRA NETO & BORGES, 2017, p. 18).

5 CASTELLS, Manuel. The New Public Sphere: Global Civil Society, Communication Networks, and Global Governance, The Annals of The American Academy of Political and Social Science, The Annals of The American Academy of Political and Social Science, 2008, p. 616.

ativamente da construção das políticas, entretanto precisam de democracias livres de limitações para seu exercício. São eles que têm feito os governos abrirem as suas “caixas pretas”. Para tanto, os SAE devem ser letrados e preparados para aceder a essa posição de convívio nas novas arenas públicas que aos poucos se abrem à cidadania.

Deste modo, na relação cidadão-cidadão é razoável argumentar que um maior acesso à informação política, no nosso caso focando as contas públicas municipais, certamente tenderá a reduzir as desigualdades políticas, mesmo que não possa ser direta e imediatamente associada à redução das desigualdades na distribuição de recursos materiais. Isso ocorrerá em favor daqueles que se encontram em situações menos favoráveis, propiciando-lhes qualificação e melhores condições para o acesso ao debate e à deliberação democrática nas arenas municipais da BC.

Outra dimensão constatada na região petrolífera da BC é a de que o efeito negativo da desigualdade de acesso à informação na sociedade pode-se verificar e está presente na relação entre Estado e cidadãos. Essa relação é caracterizada por um elevado grau de assimetria informacional, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, sempre a favor do Estado e dos grupos dominantes. Ainda que o aparelho estatal se veja em situação de desvantagem informacional em relação a determinados atores sociais - como, por exemplo, os detentores de conhecimento perito -, isso não acontece em relação à sociedade. Na verdade, o aparelho estatal nos municípios petrorrentistas encontra-se em situação privilegiada de acesso e controle de fontes informativas. Se os cidadãos dispõem de pouca informação e eles não usufruem do seu direito a ela, podem preferir deixar o governo agir com amplo grau de discricionariedade, anulando a possibilidade de exercício do controle social. Tudo isso resulta num ciclo que termina por realimentar e ampliar a aludida assimetria informacional nos municípios da BC onde o papel dos *royalties* vem sendo determinante na composição orçamentária desde o *boom* do petróleo até o declínio presente.

Comunicação é outro dos conceitos estratégicos que sustentam nossa metodologia da VC. Na sua concepção base, temos a fusão do

significado de dois termos de origem latina: “*communis*”, que significa comum, e “*communicare*”, que significa “partilhar, participar algo, tornar comum”. Assim, passamos a definir a comunicação na VC como um elemento determinante para promover a interação social e partilha de informação qualificada, ou seja, de um conjunto de dados organizados mediados por símbolos e sistemas de mensagens que os SAE identificam, garimpam e/ou (co)produzem como parte das atividades da Vigília praticadas nos NVC.

A comunicação, de modo geral, se integra à equação da VC como uma atividade-valor inerente à natureza da metodologia dialógica e à missão do PEA-TP. Quando dialogam pessoas, o que temos de fundo é, na realidade, uma interação entre matrizes socioculturais onde o “outro” é um ator social mais que um receptor, e o espaço de comunicação se define como espaço de construção de sentido. Essa comunicação implica a interação grupal crítica, em rede, juntamente com a elaboração comum e partilhada de mensagens com significados claros e objetivos aos fins do PEA. A comunicação na VC se dá por diversos canais e meios disponíveis que se conectam ao coletivo de cidadãos alertas para influir de alguma maneira no comportamento de outros e na organização, desenvolvimento e execução da agenda de cada um dos núcleos. Portanto considera-se a comunicação na VC como um processo humano grupal de interação, nivelamento e mediação de linguagens para além da simples transposição da informação.

Podemos afirmar que, no âmbito da comunicação na VC, a informação passa a ser entendida como o conhecimento comunicado (CAPURRO, 2012) ou que se torna público por via dos meios utilizados. A Vigília parte da compreensão da noção da informação como conhecimento comunicado concebido como valor público⁶ e pedagogicamente enraizado na tradição da comunicação popular brasileira.

Entende-se por comunicação popular uma forma emancipatória de expressão de segmentos excluídos da população, que se produz

⁶ Valor público é entendido de modo geral como todo investimento de recursos públicos que vise resultar em maior benefício para a Sociedade. No contexto do PEA-TP, criar valor público é oferecer respostas efetivas a necessidades ou demandas coletivas que sejam politicamente desejadas (legitimidade), cujos resultados modifiquem aspectos da sociedade.

dentro de um processo de mobilização social e comunitária ativa, visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social (PERUZZO, 2006). No decorrer do tempo, a noção de comunicação popular foi também reapropriada em diferentes contextos e denominada de variadas formas: alternativa, participativa, horizontal, comunitária e dialógica, dependendo dos grupos, do lugar social e do tipo de prática em questão. Nessa linha de pensamento destaca-se a contribuição de Mário Kaplún (1985), que, ao se referir ao fenômeno da comunicação popular e alternativa, afirma tratar-se de “uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista” (KAPLUN, 1985, apud PERUZZO, 2008, p. 369). As mediações comunicativas, nessa perspectiva, foram concebidas no seu momento, como “instrumentos para uma educação popular, como alimentadores de um processo educativo transformador”. A comunicação popular vem se recriando continuamente desde finais do século XX, mas se destaca por manter seu potencial de instrumento político emancipatório dos setores subalternos da sociedade para externar sua concepção de mundo, seus anseios e compromissos na construção política de uma sociedade mais igualitária e socialmente justa.

Associada a essa tradição da educação popular foram incluídas e desenvolvidas durante a fase II do PEA-TP estratégias pedagógicas inspiradas em experiências produzidas no campo da Educomunicação Socioambiental. Passamos a entender esse conceito como o processo de comunicação com intencionalidade educacional expressa e que envolve a democratização da produção e de gestão da informação nos meios de comunicação em seus diversos formatos, inclusive na comunicação presencial. Educomunicação pode ser definida, também, nas práticas educativas que visam levar à apropriação democrática e autônoma de produtos de comunicação, por meio dos quais os participantes ou sujeitos da ação passam a exercer seu direito de produzir informação e comunicação (TASSARA, 2008).

O fator agregador dos elementos atuantes na VC está dado pelo que a sociologia denomina o “cultivo” dos ambientes ou entornos sociais⁷ dos NVC. Este tipo de cultivo é concebido como uma práxis fundamental para o conhecimento dos processos em curso e das necessidades e demandas de agregação social emergentes dos grupos operacionais do PEA-TP que constituem os NVC. O cultivo social no processo educativo opera na base da organização dos NVC, surgindo como uma trama expressiva de formações de sentido no “mundo da vida”⁸ social dos sujeitos da ação educativa. No cotidiano da convivência nos NVC se (re)constroem os universos coletivos de sentido e se forjam os vínculos humanos e os valores existenciais fundamentais que se reproduzem tanto na vida pública quanto privada da comunidade na qual os SAE estão imersos. Um exemplo disso são as reuniões regulares dos NVC onde se põem em jogo imaginários, crenças, diversos discursos sociais, relações de poder, dentre outros aspectos.

O cultivo dos ambientes na VC nos remete a enfatizar e relacionar as ideias de “comunhão” com as de participação e (a)filiação, vinculando a primeira à origem e pertinência constitutiva dos membros do NVC, e as últimas a uma afinidade eletiva dos membros participantes aos NVC. Isso opera sobre as ideias de comunhão e comunidade e as vincula com as de sistemas de cultura e comunicação intersubjetiva, elementos indispensáveis da VC que expressam e potenciam processos grupais de identidade e afetividade com os de (a)filiação institucional ao projeto. Essa prática e sua observação permitem monitorar e (re)dimensionar a participação e o empoderamento efetivo dos NVC e manter uma relação direta entre os agentes-sujeitos e seus ambientes e condições de vida. Além disso, o cultivo dos ambientes sociais, gradativamente, possibilita

7 Interessa compreender como os sujeitos vivenciam e dão sentido e valor a partir da própria experiência de vida. Partimos da ideia de que não ha ser humano algum que viva a realidade dos fatos em bruto, senão que os homens e mulheres constroem (e cultivam) suas realidades mediatizadas pelas crenças e os imaginários instituídos pela cultura, a linguagem, as observações, a subjetividade e a própria ação sobre o real.

8 Desde o paradigma da comunicação comunitária a comunicação é um processo de construção do sentido da vida social. Entendemos que nestes processos se geram e circulam crenças, sentidos e valores como manifestação transubjetiva do “mundo da vida” (VIZER, 2005).

considerar as mutações nas demandas sociais identificadas no decorrer do projeto, aprofundar o conhecimento dos perfis dos grupos participantes e identificar a resiliência dos SAE, evidenciando dificuldades e ajustando o acionar do projeto para convalidar no processo de pesquisa-ação os instrumentos de investigação e avaliação previstos⁹.

Em síntese, podemos dizer que a VC foi concebida como um processo pedagógico popular em gestão, produção colaborativa e partilha de informação temática, destinado a forjar, no ambiente comunitário, um serviço de suporte e orientação para a ampliação da ação cidadã dos SAE. A ênfase da vigília enquanto ação cidadã encontra-se no valor público da informação e do conhecimento elaborado e disponibilizado para os SAE no combate à desinformação sobre *royalties* e à ineficácia do controle social comunitário sobre essas rendas.

Pois bem, mas de que é “crítica” a Vigília Cidadã? É crítica principalmente das apropriações desiguais e injustas de todas as formas de lucro ou ganho, desde as propriamente econômicas até as expropriações simbólicas ancoradas nas formas de produção, regimes econômicos, modelos ou sistemas políticos.

A VC é crítica também dos pensamentos promovidos pelos setores hegemônicos da sociedade que naturalizam a desigualdade, isto é, das figurações culturais que legitimam assimetrias e ocultam as relações de poder sobre as quais se sustentam, que convertem diferenças em desigualdades e constroem desigualdades como diferenças. É crítica das construções teórico-metodológicas com pretensão de neutralidade técnica e da circulação de ideias e descrições assépticas que propõem os dados como indiscutíveis.

O pensamento crítico toma partido, mas não acredita - e tem motivos para isso - que da tomada de posição se derive alguma verdade ou alguma obviedade indiscutível, alguma crença intocável,

⁹ Como resultado do ritmo acelerado das transformações territoriais da BC, é notória a permanente dependência de dados estatísticos e a necessidade de realização de estudos de caracterização sociodemográficos mais precisos e atuais sobre os atores envolvidos que supram reconhecidas lacunas existentes nos estudos de impacto ambiental e diagnóstico participativo realizados até o momento sobre a região. Isto se enquadra dentro da proposta de atividades de suporte à atualização do DP.

alguma palavra ou fórmula que já o tenha resolvido por completo.

Na Vigília Cidadã a produção de conhecimento tampouco pode ser garantia absoluta para a tomada de partido, a não ser que procuremos (uma vez mais) fundar uma decisão em uma “verdade” que haveríamos sido capazes de revelar.

As vidas de todos nós, incluindo intelectuais, membros de movimentos sociais, de organizações populares, de sindicatos, ambientalistas, militantes e ativistas de outros campos, incluem, no limite, dimensões dogmáticas ou quase “religiosas”, no sentido de se tomarem certos lugares e pessoas como “sagrados”, intocáveis ou referências indubitáveis, à semelhança de rituais ou práticas inquestionáveis. Nesse sentido, o pensamento crítico na VC pretende operar detectando quando as posições se fecham à sensatez, se obscurecem e se transformam em obstáculos epistemológicos e políticos para o exercício republicano da cidadania. Porque na VC a perspectiva crítica nunca renuncia a deslocar as fronteiras do possível e do pensável na busca do conhecimento e da emancipação social do indivíduo. Emancipação que tem a ver com a maneira como os seres humanos se organizam em comunidade para transformar a natureza e a produção de sua existência como ser social e para combinar formas individuais e coletivas de exercer a cidadania.

Referências

BRASIL — **Ministério do Meio Ambiente. Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama Nº 01/10.** Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Brasília: 2010.

CAPURRO, R., HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>>. Acesso em 21 nov. 2018

CASTELLS, Manuel. *The New Public Sphere: Global Civil Society*,

Communication Networks, and Global Governance, **The Annals of The American Academy of Political and Social Science**, 2008, 616p.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In_____. (Org.) DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-42

DUARTE, J. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. In: KAPLUN, M. **El comunicador popular**. Quito, CIESPAL-CESAP-RADID NEDERLAND, 1985.

PEREIRA NETO, A. B.; BORGES, T. M.. **Accountability e participação popular na era da informação e do conhecimento**. IV Encontro Brasileiro de Administração Pública. João Pessoa: maio 2017

PERUZZO, Círcia M. K. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária, **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação** XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006.

_____. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor. **Palavra clabe**. Vol. 11, n. 2. Dez 2008.

SANTOS, W. G. dos. A praxis liberal e a cidadania regulada. In: SANTOS, W. G. dos. **Décadas de espanto e uma apologia democrática**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. p.63-114.

TASSARA, E. **Dicionário Socioambiental: ideias, definições e conceitos**. Editora Brasil Sustentável, Brasília, 2008.

VIZER. E.A. Aportes a una teoría social de la comunicación. **Intertexto**. Porto Alegre, UFRGS, v. 1, n. 12, jan-jun 2005, p. 1-14.

VIZER. E. A. **A trama (in)visível da vida social. Comunicação, sentido e realidade**. Sulina, POA, 2011



Capítulo 2

Perfil dos Núcleos de Vigília Cidadã

Michelle Nascimento Weissmann da Silva
Ronaldo Guimarães Vicente Filho

Contextualização

O público do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã na Bacia de Campos apresenta-se como um tema de forte importância para o desenvolvimento das ações, visto ser um público diversificado em vários aspectos como gênero, etnia, crenças e origens sociais. Essa diversidade caracteriza-o como um público desafiador, ao mesmo tempo que potencializador. A heterogeneidade encontra-se presente nos grupos sociais distintos que estão inseridos nos NVC: comunidades tradicionais (quilombolas, pescadoras/es, agricultoras/es, assentadas/os), as faixas etárias (jovens, adultos, idosos) e as áreas geográficas (separação entre os moradores rurais e os moradores urbanos¹).

A definição do público atendido pelo projeto foi, desde a constituição da proposta pedagógica que subsidiou as ações, elemento de relevância. A opção por um público diversificado, inicialmente, ocorreu em atendimento ao preconizado pela Nota

¹ A classificação dos espaços urbanos e rurais ocorreu a partir dos dados do Censo do IBGE de 2010. A metodologia consistiu na identificação dos endereços de cada entrevistado em uma Malha Municipal Digital de Setores Censitários, do Censo/IBGE 2010, que traz informações sobre a situação do domicílio. Para finalizar cruzamos os dados da Malha com a plataforma Google Earth.

Técnica CGPEG/Dilic/Ibama Nº 01/10 - Programas de Educação Ambiental - Linha de Ação B:

Controle social da aplicação de *royalties* e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural: apoiar um público diversificado, no acompanhamento, na divulgação e na discussão pública em torno da distribuição e da aplicação dos recursos financeiros das participações governamentais (*royalties* e participações especiais) pelo poder público municipal (BRASIL, 2010, p. 5).

Para isso, o Diagnóstico Participativo² (DP) do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC) foi o alicerce da definição do recorte espacial tanto no âmbito regional quanto na esfera municipal, considerando os grupos sociais e as localidades identificadas como vulneráveis aos impactos da indústria de petróleo e gás na Bacia de Campos (BC).

Acreditando que os recursos financeiros provenientes dos *royalties* e participações especiais interferem no cotidiano de todas as pessoas residentes dos municípios petro-rentistas (SERRA; TERRA e PONTES, 2006), torna-se importante a abrangência de um público diversificado no sentido de ampliar o debate sobre esse tema, reconhecido no DP do PEA-BC como “permeado por incertezas, desinformações e negatividade” (PETROBRAS, 2012, p. 225). Busca-se, então, propiciar a compreensão e identificação, por parte das/os participantes, sobre os problemas e conflitos comuns vivenciados nas comunidades que estão inseridas/os. O perfil diversificado dos sujeitos da ação educativa (SAE) tem sido observado de forma analítica no sentido de alcançar o objetivo do projeto: mitigar a desinformação sobre as rendas petrolíferas em grupos sociais e localidades diversas.

A proposição de ações educativas para a diversidade do pú-

² Disponível em:

<http://www.pea-bc.ibp.org.br/arquivos/secoes/60_relatorio___pea_bc_rev.04_final.pdf>, acessado em 30 de janeiro de 2019.

blico e a elaboração e discussão de agendas comuns com demandas específicas, à primeira vista incomuns, revelaram-se como os principais desafios enfrentados nessa fase do projeto, que busca a consolidação dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC). Nesse sentido, o tema *royalties* e participações especiais sempre se estabeleceu como fio condutor dos debates construídos a partir das ações educativas do projeto, com a perspectiva de despertar ou fortalecer a prática cidadã nos espaços de participação social e na gestão pública municipal, ampliando o controle social das rendas petrolíferas.

Os desafios apontados foram também observados por parte dos analistas ambientais do Ibama, motivando a realização de uma avaliação do projeto com o objetivo de verificar se a diversidade do público apresenta-se com caráter de potencialidade. A avaliação realizada com todos os atores sociais envolvidos no projeto, categorizado em sete grupos (NVC, equipe técnica de campo, equipe técnica do Espaço de Interpretação, bolsistas, agentes de mobilização, pesquisadores e coordenação), demonstrou com unanimidade que, para o debate que o Projeto de Educação Ambiental (PEA) Territórios do Petróleo (TP): *Royalties* e Vigília Cidadã na Bacia de Campos se propõe a desenvolver, o público diversificado é uma potencialidade, resultado que será analisado no próximo capítulo. Essa conclusão reforça tanto a definição do público quanto a necessidade de aprofundar o olhar para os grupos inseridos nos NVC de cada município, com a perspectiva de pensar metodologias que amparem a heterogeneidade do público.

Com base na percepção da equipe técnica, experimentada durante o desenvolvimento das ações educativas, observam-se dois grupos a serem trabalhados com divisão definida pela faixa etária, são eles: jovens (12 a 29 anos³) e adultos (acima de 30 anos, in-

3 O Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013) foi a base de critério adotada para a definição deste recorte de perfil. Nele são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. A abrangência do projeto adotou pré-adolescentes entre 12 e 14 anos que, por serem filhas/os de membros dos NVC, despertaram o interesse em participar das ações educativas e de incidência ao acompanharem as mães e/ou os pais.

cluindo idosos). Os momentos de reflexão coletiva da equipe sobre a prática desenvolvida revelaram que os jovens dos dez municípios da área de abrangência do projeto⁴ têm hábitos e interesses com forte similaridade, o que solidificou a definição desse grupo. Outro aspecto revelado foi o modo de vida dos adultos moradores da área rural e da área urbana, percebendo, então, que para esse grupo, o critério de observação extrapola o da faixa etária. A similaridade estabelece-se, então, pelo modo de vida, relação com trabalho e com o meio em que se inserem. Para este último, definido por área geográfica, considerou-se ainda o critério utilizado durante o DP do PEA-BC.

Fundamentada nesse contexto, a definição pelo perfil foi: jovens, adultos moradores rurais e adultos moradores urbanos. As metodologias e ações de avaliação do processo passaram a considerar os grupos sempre a partir desse olhar, o que permitiu observar que esse espaço de diálogo – NVC – reflete uma microesfera das arenas de disputas que se estabelecem nos espaços democráticos de participação. A heterogeneidade do público reforça-se como potencialidade no sentido pedagógico, considerando as definições coletivas, a ampliação da percepção dos problemas e conflitos no âmbito municipal, assim como regional, a troca de saberes, o estímulo à participação e ao controle social. Também ganha força no sentido mobilizador, já que estimula, por meio da troca de experiências, a participação em conselhos municipais, reuniões de associações, audiências públicas dentre outras ações.

Visando aprofundar a análise dos grupos e subsidiar as proposições das ações educativas, tanto quanto os rumos do projeto, identificou-se a necessidade de elaborar uma ferramenta de coleta de dados das/os integrantes dos NVC. Inicialmente, a ferramenta apresentava como objetivo colher informações para construção de um banco de dados de utilização interna. No de-

4 Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapibus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra.

envolver do processo, o instrumento foi alterado a partir da percepção da equipe. Novas questões foram acoplando-se, sendo divididas em três campos: dados pessoais e perfil dos membros; participação e incidência política e utilização de ferramentas de comunicação.

A aplicação do questionário foi realizada pela equipe técnica de campo, a partir do mês de julho de 2018, durante as reuniões ordinárias em cada município de forma contínua até o mês de dezembro de 2018, contemplando cento e quarenta e três (143⁵) formulários completos. A copilação e análise dos dados tem permitido aprofundar a compreensão do perfil dos NVC, garantindo melhoria continuada do processo educativo. Com a análise dos dados, é possível pensar em ações adequadas ao modo de construção do conhecimento de cada grupo, em ações complementares para a participação de mulheres com filhos, em calendários adequados à realidade dos grupos, em utilização de um vocabulário mais próximo, dentre outros fatores.

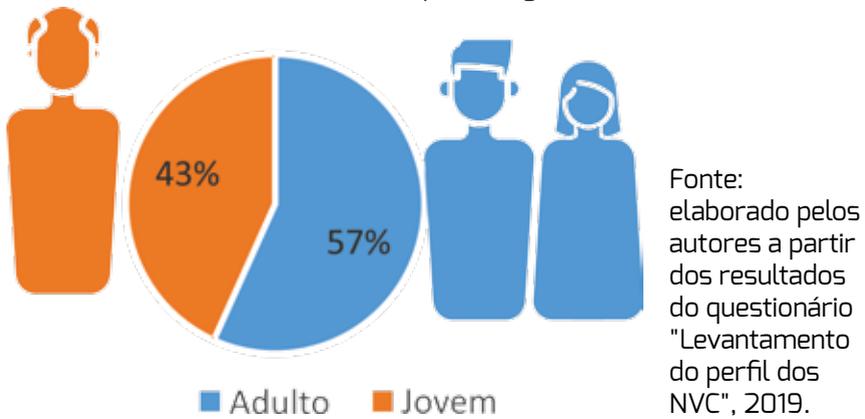
Descrição do perfil dos NVC

A descrição dos membros dos NVC possui como objetivo direto auxiliar na compreensão do funcionamento do processo que se encontra em curso, proporcionando traçar estratégias para aprimorar as ações desenvolvidas no bojo do projeto.

O gráfico abaixo (Gráfico 1) demonstra a diferença entre jovens e adultos na totalidade dos dez municípios, o que pode ser considerado como um importante balizador para as ações de um projeto que debate as rendas petrolíferas, que traz em sua gênese a importância da intergeracionalidade.

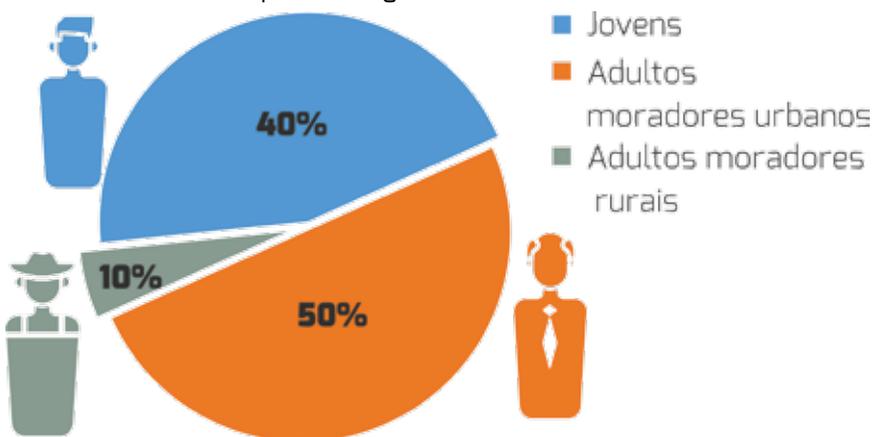
5 Esse número está posto devido ao fator de variabilidade dos membros que frequentam as reuniões e, portanto, compõem os NVC. A permanência ou não dos integrantes como membros do NVC depende de fatores internos (critérios estabelecidos nos princípios e diretrizes de cada NVC) e externos ao PEA TP, relacionada ao contexto de vida das pessoas (mudança de município, questão de saúde, incompatibilidade de horário, entre outros).

Gráfico 1 – Divisão por categoria etária.



Conforme expresso anteriormente, a estratificação do público abrangente nos NVC foi separada em jovens, adultos moradores rurais e adultos moradores urbanos. Esse desenho de perfil foi pensado para responder às estratégias metodológicas visando a elaboração de ações específicas para cada grupo. Esse processo foi constituído a partir das análises da equipe técnica sobre a prática cotidianamente exercida com os NVC. O quantitativo da distinção entre os grupos definidos está destacado no gráfico que segue (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Quantitativo do público separado pelas categorias selecionadas

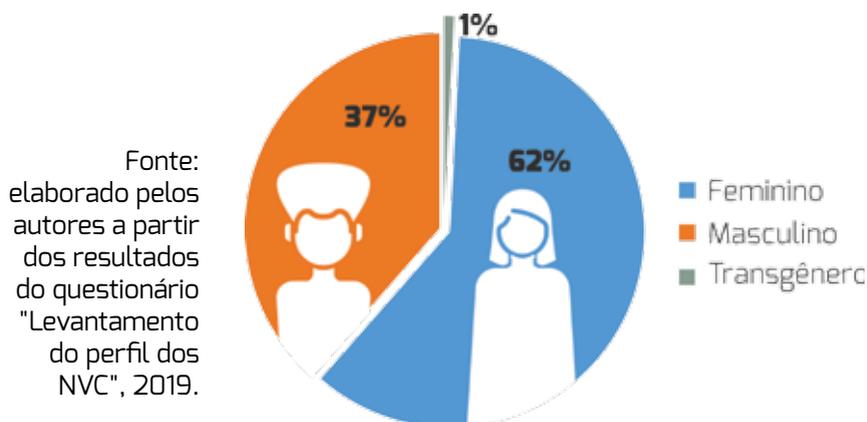


Fonte: elaborado pelos autores a partir dos resultados do questionário "Levantamento do perfil dos NVC", 2019.

A análise de gênero demonstra que a maior parte das pessoas que participam dos NVC são mulheres, que representam 62% do total, como pode ser visto no Gráfico 3.

O parâmetro de mulheres integrantes nos NVC impulsiona a observação de ações estratégicas a fim de possibilitar a participação delas nas ações do projeto.

Gráfico 3 – Estratificação dos membros dos NVC por gênero



Ao analisar a relação dos jovens e adultos com o gênero, a lógica mantém-se: os NVC são compostos em sua maioria por mulheres jovens e adultas, como demonstram os dados que seguem (Gráficos 4 e 5).

Gráfico 4 – Estratificação de jovens por gênero

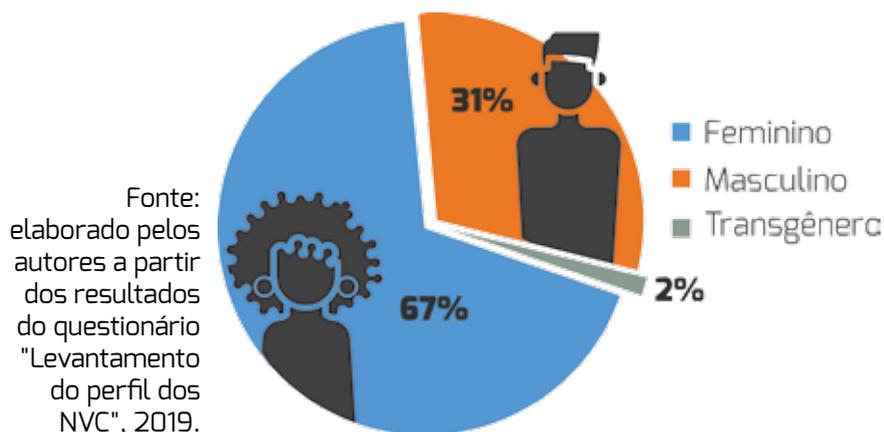


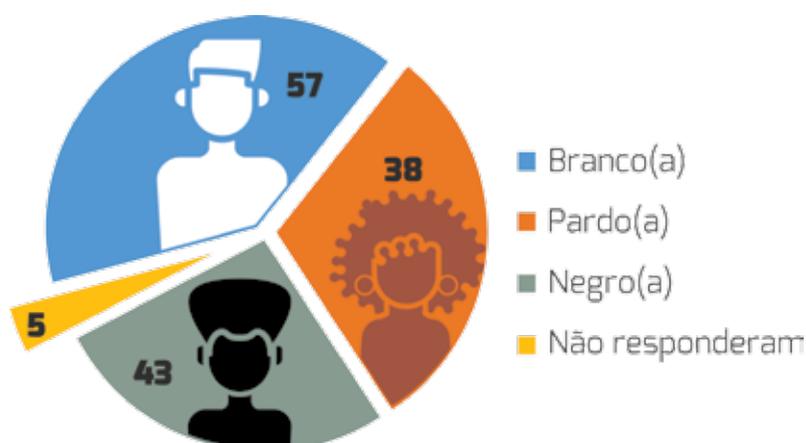
Gráfico 5 – Estratificação de adultos por gênero



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos resultados do questionário "Levantamento do perfil dos NVC", 2019.

A análise de cor (Gráfico 6) demonstra que a maior parte dos membros dos NVC são pessoas que se autodeclararam brancas, 40% do total. Entretanto, a quantidade de negros e pardos ultrapassa essa quantidade. Na perspectiva do projeto, a relevância dessa informação está atrelada às questões históricas de acesso às políticas públicas (primordialmente no campo da educação). Sendo assim, inserir pessoas que historicamente estão excluídas dos espaços de decisão em debates e ações que visam alcançar o controle social possui potencial para diminuir assimetrias.

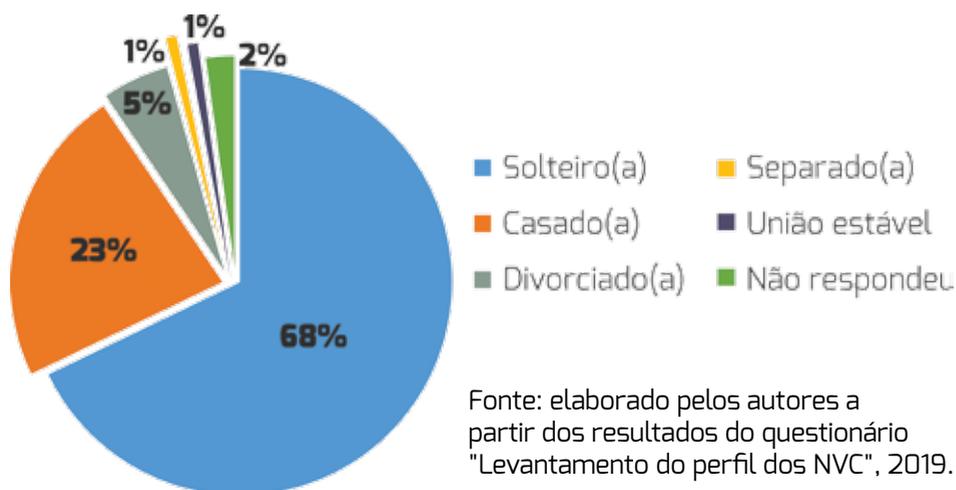
Gráfico 6 – Estratificação dos membros dos NVC por cor



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos resultados do questionário "Levantamento do perfil dos NVC", 2019.

A maior parte dos membros dos NVC encontra-se solteira (Gráfico 7), 63% do total (93 pessoas). Destes, sessenta e três pessoas não possuem filhos/as. Tal fato possibilita uma maior participação desse público nas ações desenvolvidas, quando comparado aos demais, pois usufruem de maior disponibilidade de tempo.

Gráfico 7 – Estratificação dos membros dos NVC por estado civil



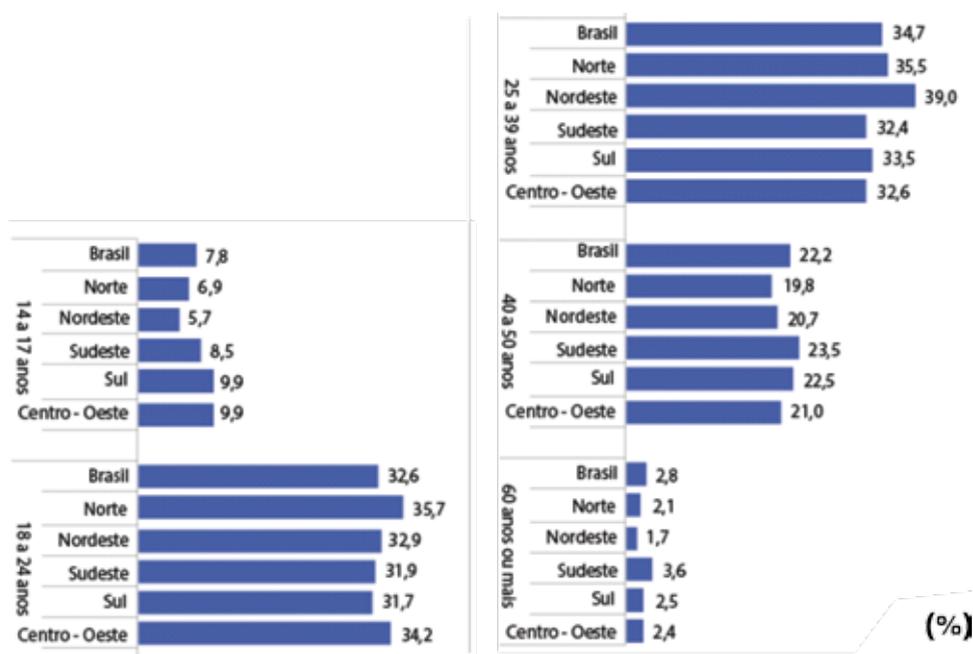
Trinta e nove jovens, que representam 68% dos membros jovens presentes nos NVC, são estudantes. Dados do IBGE de 2017 demonstram que, das pessoas na faixa de 15 a 29 anos de idade, 23% (11,2 milhões) não trabalham ou qualificam-se de alguma forma, ou seja, encontram-se na situação de desocupados⁶. A pesquisa mais atual

⁶ Como aponta o IBGE, são classificadas como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação na semana da realização da pesquisa que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias, e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência que não tomaram providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias porque já o haviam conseguido e iriam começá-lo em menos de quatro meses após o último dia da semana de referência. Este conceito de pessoas desocupadas, adotado a partir do segundo trimestre 2016 pelo IBGE, já está ajustado à Resolução I da 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho - CIET.

do órgão aponta que esse número aumentou no contexto nacional entre as faixas de 18 a 24 anos e 25 a 39 anos (Gráfico 8).

Essa informação nos auxilia a apontar o elevado índice de pessoas participantes do projeto que estudam ou trabalham, visto que somente três pessoas (equivalente a 5%) dos NVC nessa faixa etária declararam estar na situação de desemprego.

Gráfico 8 – Percentual de pessoas desocupadas distribuídas por grandes regiões no 3º trimestre de 2018.

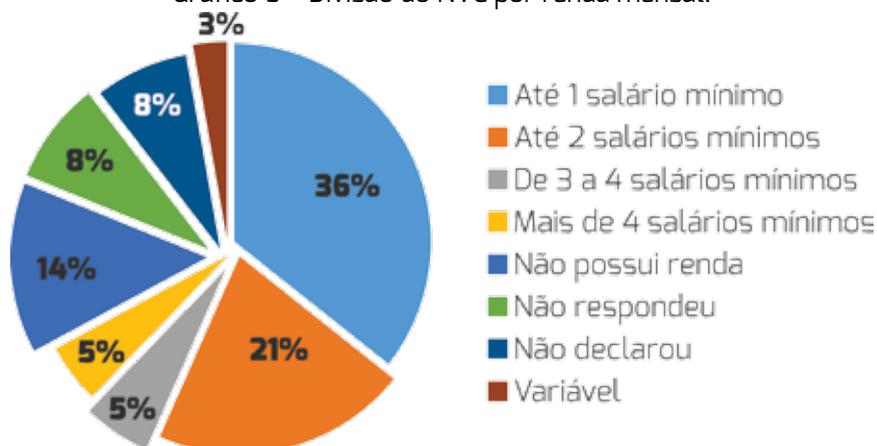


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Terceiro Trimestre de 2018

Outro dado relevante para entender o perfil dos NVC é a renda média dos participantes. Conforme demonstra o gráfico que segue (Gráfico 9), a maior parte dos membros, (51 pessoas, que representam 36% do total) declarou receber uma média mensal de até 1 salário mínimo. Somada a taxa dos que afirmaram não

possuir renda alguma (20 pessoas ou 14%), essas duas parcelas de pessoas contemplam 50% do total entrevistado.

Gráfico 9 – Divisão do NVC por renda mensal.



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos resultados do questionário "Levantamento do perfil dos NVC", 2019.

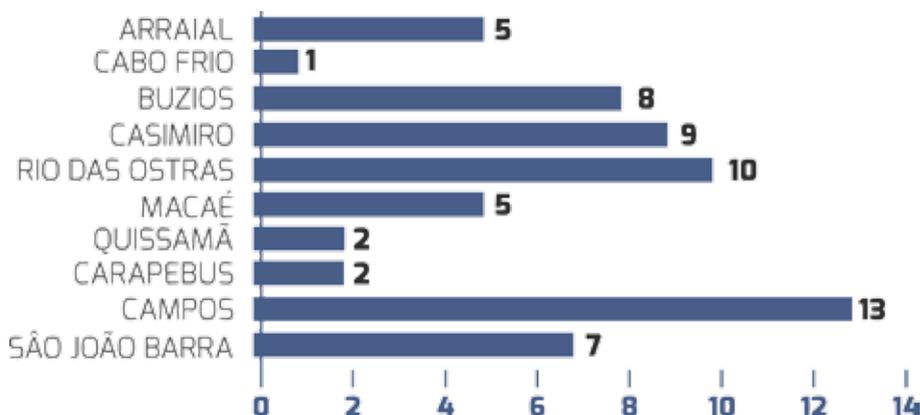
Nesse sentido, os NVC são mais do que espaços de participação e divulgação de informações por meio dos encontros nas reuniões ordinárias. Estruturam-se como redes de trocas afetivas, de apoio e *cultivo do entorno* (GANTOS, 2016, p. 33). Analisando o tempo de entrada e de permanência dos membros dos NVC, nota-se que mais da metade dos membros entrevistados, 52% (75), ingressou na fase I do projeto. Esse dado é significativo, visto toda a dificuldade financeira dos sujeitos - como demonstram os dados anteriores - e também devido a paralisação do projeto ocorrida entre a fase I⁷ e a fase II, o que ainda assim não impediu a remobilização dos integrantes. Na perspectiva da equipe isso revela o sentimento de pertencimento do grupo.

7 Cada uma das fases I, II e III foi prevista para ter dois anos de duração. Cada fase apresenta uma determinada propositiva. A primeira foi uma etapa de sensibilização sobre a temática trabalhada no projeto que tinha como carro-chefe a Caravana Territórios do Petróleo - ver mais em Gantos (2016). A segunda foi uma etapa de formação e consolidação dos NVC. A terceira dará continuidade à consolidação dos NVC fortalecendo a autonomia dos grupos.

Outro dado importante para compreensão do perfil é o levantamento dos integrantes que somente participam do PEA-TP. O gráfico que segue (Gráfico 10) demonstra, por município, a quantidade de membros que não participam de outros PEA que não o PEA-TP. Os municípios de Campos dos Goytacazes, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu e Armação dos Búzios são os que mais concentram membros exclusivos do PEA Territórios do Petróleo. Sessenta e dois integrantes (43%) dos cento e quarenta e três entrevistados não participam de outros PEA além do PEA-TP. Desse total, vinte e quatro membros (17%) encontram-se na categoria de jovens. Esses dados ganham importância ao pensar o público diversificado e exclusivo do PEA-TP, na medida em que as ações necessitam estimular a participação dos mesmos nas arenas públicas e nos espaços de disputa subsidiados pelo conhecimento gerado nos NVC.

O percentual de pessoas que participa apenas do PEA-TP (57%) representa, na percepção da equipe executora do projeto, um importante resultado em relação à mobilização, já que amplia a atuação do PEA-BC junto aos grupos sociais que sofrem os impactos negativos da cadeia produtiva de petróleo e gás na região da Bacia de Campos.

Gráfico 10 – Integrantes dos NVC que só participam do PEA-TP por município.



Fonte: elaborado pelos autores a partir dos resultados do questionário "Levantamento do perfil dos NVC", 2019.

As ações fomentadas no cerne da educação ambiental crítica procuram contribuir como estímulo ao protagonismo e à proatividade dos atores sociais envolvidos, demandando pautas que possuam base nas necessidades diretas das comunidades, alcançando assim o controle social por meio do desenvolvimento de sociabilidade e organização nos NVC, munidos com um conjunto de informações técnicas e qualificadas. As práticas cotidianas desses grupos seriam voltadas, assim, ao planejamento, monitoramento, concretização e manutenção das ações.

Compreender o perfil das pessoas inseridas nas ações do projeto, na perspectiva da equipe executora, apresenta a possibilidade de pensar estratégias de enfrentamento aos desafios que um público diversificado pode manifestar, ao mesmo tempo em que propicia constatar a potencialidade dessa diversidade, como explicitado na avaliação geral do projeto que veremos no próximo capítulo. Assimila-se melhor a importância da troca de experiência entre diferentes realidades, da questão intergeracional, da valorização do saber popular e do conhecimento científico.

Referências

BRASIL — Ministério do Meio Ambiente. **Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama Nº 01/10**. Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Brasília: 2010.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - Sinajuve. Brasília, DF: Presidência da República [2013]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 12 jul. 2011.

GANTOS, M.C. (org.). **A Caravana territórios do petróleo: ressignificando a educação ambiental na Bacia de Campos**. Campos dos Goytacazes: EdUENF, 2016.

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A. **Relatório Final do Diagnóstico Participativo do PEA-BC**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2012.

SERRA, R. V.; TERRA, D. C. T.; PONTES, C. A. Os Municípios Petro-Rentistas Fluminenses: gênese e ameaças. **Revista Rio de Janeiro**, v. 18-19, 2006, pp. 59-85.

Capítulo 3

Desafios e potencialidades da heterogeneidade dos grupos do PEA-TP

Suely Fernandes Coelho Lemos
Silvia Alicia Martínez

Apesar de amplamente conhecido, nunca é demais relembrar que o PEA-TP foi elaborado dentro da linha de Ação B, da Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama Nº 01/10 (BRASIL, 2010), já citada nesta obra. As ações do projeto são de natureza educativa, alicerçadas nos princípios da educação ambiental crítica cujo modelo pedagógico fundamenta-se no pensamento de Paulo Freire, inspirado no modelo de educação popular. Neste caso as atividades educativas ocorrem fora da escola e envolvem público diversificado da sociedade civil, cujo perfil foi traçado no capítulo anterior deste livro. Esse público caracteriza-se pela grande heterogeneidade dos sujeitos, o que impõe à ação educativa muitos desafios, no entanto também apresenta grandes potencialidades.

A diversidade dos sujeitos da ação educativa tem sido elemento de permanente atenção pela equipe gestora, educadores e pesquisadores do PEA-TP, tendo em vista que as ações pedagógicas precisam ser cuidadosamente construídas e desenvolvidas, de modo a promover a participação coletiva desses sujeitos na construção dos conhecimentos necessários à autonomia e ao empoderamento para o exercício cidadão do controle social.

Neste capítulo, serão analisados os desafios e potencialidades de se desenvolver um trabalho pedagógico que objetiva disseminar informações e transformá-las em conhecimentos

de modo coletivo, para um público diversificado, no âmbito do PEA-TP, aguçando o diálogo qualificado com o poder público e outros agentes envolvidos no controle social sobre o uso dos *royalties* e participações especiais. Para tanto, serão abordados tópicos que buscam conduzir reflexões a respeito da diferença, identidade e inclusão do público envolvido nas discussões sobre as temáticas implícitas nos objetivos do projeto e trazer a discussão ocorrida entre seus diferentes sujeitos (coordenadores, equipe de socioeconomia da Petrobras, equipe técnica, pesquisadores e NVC) acerca dos desafios e potencialidades que envolvem esse público na ação pedagógica.

Diferença, identidade e inclusão do público diversificado dos NVC

Trabalhar com público diversificado induz reflexões necessárias a respeito de temas como: diferença, identidade e inclusão. Pensar diferença e identidade implica considerar que os SAE pertencem a espaços culturais diferentes e que cada cultura, com base em Silva, “tem suas próprias e distintas formas de classificar o mundo” (SILVA, 2013, p. 42). Segundo o autor, essas diferentes formas de classificação, próprias de cada cultura, determinam o modo como dão sentido ao mundo social e como lhe atribuem significados. As identidades e diferenças são, nesse sentido, produções sociais que envolvem relações de poder. Nessa linha de pensamento, segundo o autor, “a identidade e a diferença têm a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com disputa e luta em torno dessa atribuição” (SILVA, 2013, p. 96).

Ao tratar do tema “Multiculturalismo e interculturalismo nos processos educacionais”, Fleuri (2000), chama a atenção para a interferência da globalização da economia mundial nas relações sociais, tendo em vista que, segundo ele, “[...] pessoas e grupos diferentes entram em contato direto, confrontando

suas diferenças” (FLEURI, 2000, p. 67). Esse movimento, segundo o autor, produz “a necessidade de um grupo abrir-se e de construir relações de reciprocidade com outros” (FLEURI, 2000, p. 67), o que promoveria um exercício cidadão de aceitação das diferenças. Nesse exercício, Fleuri destaca, ainda, que “os diferentes grupos e indivíduos articulam-se sob a forma de redes e parcerias, onde a complementaridade se constrói a partir do respeito às diferenças” (FLEURI, 2000, p. 67). É nesse campo, de respeito às diferenças e na ação pedagógica de construir conhecimentos e promover relações de empoderamento, que a ação do PEA-TP espalha-se.

A inclusão, termo amplamente discutido, permanece nos debates sobre educação, principalmente quando se pensa na educação popular, educação dos oprimidos e na educação de jovens e adultos. No PEA-TP, a inclusão dos comunitários na discussão sobre *royalties* e participações especiais não se reduz ao elemento centralizador do debate, mas amplia-se para conhecimentos circundantes e igualmente necessários, tanto os de natureza conceitual como aqueles que resultam da ação-reflexão-ação sobre a realidade sócio ambiental, a qual exige a intervenção das comunidades impactadas pela produção e exploração de petróleo e gás, com vistas ao controle social.

Chamar à produção de conhecimentos pessoas de diferentes segmentos sociais; diferentes níveis socioeconômicos e educacionais; de diferentes gêneros e faixas etárias, envolve incluí-las em torno dessa construção valorizando saberes, informações e representações que possuem, individual ou coletivamente, sobre o tema e sobre a realidade.

De acordo com Habermas,

Inclusão não significa aqui confinamento dentro do próprio e fechamento diante do alheio. Antes, a ‘inclusão do outro’ significa que as fronteiras

da comunidade estão abertas a todos – também e justamente àqueles que são estranhos um ao outro – e querem continuar sendo estranhos (HABERMAS, 2007, p. 8).

Nessa linha de pensamento, a inclusão é elemento fundamental no direcionamento e consolidação dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) tendo em vista que não se caminha na perspectiva de uma inclusão que se acomoda aos modelos hegemônicos que intentam igualar todas as pessoas em um mesmo pensar e agir desejável, mas naquela que promove autonomia e equidade, de modo que cada sujeito ou grupo possa contribuir para o controle social a partir de leituras da realidade que incluem o respeito e a valorização de sua cultura e do seu território de modo cidadão, consciente e crítico.

A opção do PEA-TP por envolver pessoas com diferentes situações socioeconômicas, educacionais e culturais, revela a intenção desse projeto em garantir o direito de todas as pessoas envolvidas a participarem da ação educativa, que promove o pensar e o dialogar com diferentes poderes. O grande desafio é fazê-lo de modo equitativo. De acordo com Habermas, “[...] o princípio de tratamento equitativo deve alcançar validação nas políticas correntes – em uma política de respeito por todas as diferenças, por um lado, e em uma política de universalização de direitos subjetivos, por outro” (2007, p. 240). A equidade é, pois, um caminho por meio do qual se direcionou a ação pedagógica com vistas à participação coletiva na construção dos conhecimentos necessários à participação na vida social e, no caso deste PEA, no acompanhamento do uso de receitas advindas dos *royalties* do petróleo pelo poder público municipal.

Revisitando a produção de Fleuri (2000, p. 67), torna-se importante destacar que o movimento dos estudiosos e

pesquisadores em torno da necessidade de se considerar as heterogeneidades e diversidades nos processos educacionais de qualquer natureza ganha destaque e relevância na educação formal “quando os Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Fundamental no Brasil elegem a Pluralidade Cultural”. Entretanto, ele destaca que as experiências educativas mais profícuas que consideram as diversidades, em especial a partir dos anos de 1950, estão nos países latino-americanos. No Brasil, segundo a análise do autor, é na educação popular que se registram importantes contribuições para os processos educativos que consideram as diversidades de grupos populares.

Por outro lado, o multiculturalismo e outras diversidades, que caracterizam os sujeitos da ação educativa, estão presentes de modo crescente nos processos pedagógicos, tanto os de natureza formal quanto na educação popular, tendo em vista a conquista do direito à educação para todos, garantida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Esse argumento está posto com a intenção, também, de esclarecer que existe a consciência entre os educadores e gestores de projetos educacionais no âmbito da educação ambiental crítica e, em especial no PEA-TP, sobre os desafios e potencialidades que as diferenças que caracterizam os SAE acrescentam às ações educativas.

Essas ações que exigem atenção e cuidado na escolha de metodologias, uso da linguagem e escuta atenta da realidade social na qual esses sujeitos estão inseridos, dentre outros, por outro lado, imprimem uma nova concepção de educação. Para o autor supracitado, “a educação passa a ser concebida como construção de processos em que diferentes sujeitos desenvolvem relações de reciprocidade (cooperativa e conflitual) entre si” (FLEURI, 2000, p. 79).

Numa reflexão de cunho mais pedagógico, com base nos estudos de Frawley (2000) a respeito da teoria de Vygotsky,

quando se refere à “zona de desenvolvimento proximal (ZDP)”, acredita-se que a presença do outro próximo, embora diferente, no processo de resolução de problemas ou de construção do conhecimento oferece, em suas trocas, contribuição significativa para o crescimento individual e coletivo tendo em vista que, segundo o autor, “um contexto não é tanto um determinante do pensamento, mas mais um local onde os indivíduos falam com o objetivo de administrar a diferença entre suas próprias habilidades e as dos pares - colaboradores - mais capazes” (FRAWLEY, 2000, p. 103).

Portanto, essa relação de reciprocidade citada por Fleuri (2000) e a presença do outro (envolvidos num mesmo desafio) defendida por Vygotsky e analisada por Frawley (2000), contribuem para a eficácia da ação pedagógica entre sujeitos diversificados na ação educativa. Esses elementos que sustentam a confiabilidade do PEA-TP na sua escolha por trabalhar com público diversificado são evidenciados nas suas ações pedagógicas, conforme poderá ser constatado nos depoimentos dos SAE, da equipe de educadores, pesquisadores, técnicos, bolsistas e gestores do projeto que serão apresentados em seguida.

Desafios e possibilidades - como os sujeitos do PEA-TP (participantes, equipe técnica, equipe gestora e equipe de socioeconomia da Petrobras) analisam a constituição dos NVC com público diversificado.

No período entre maio e julho de 2018 foi desenvolvido, pela equipe pedagógica do PEA-TP, um Plano de Monitoramento e Avaliação (PMA) da fase II do projeto, motivada pela necessidade de avaliar as ações desenvolvidas até aquele momento e que poderiam interferir em tomadas de decisão sobre o percurso pedagógico até então adotado (dar continuidade ou redirecioná-las) e, também, por uma solicitação do IBAMA, após reunião realizada em 27

de março de 2018 por esse órgão ambiental com a equipe gestora do projeto. O referido PMA foi desenvolvido em três etapas: a primeira etapa se subdividiu em duas fases, sendo o objetivo da primeira fase analisar as oficinas de Vigília Cidadã (Metodologias Participativas e Inventário Participativo) e a oficina de Educomunicação. Na segunda fase, realizou-se oficinas anuais de avaliação da Fase II do PEA-TP nos dez municípios envolvidos no projeto. A segunda etapa constou da realização de grupos focais com a equipe de apoio à coordenação, equipe do Espaço de Interpretação, técnicos de apoio, técnicos locais, agentes de mobilização, pesquisadores e bolsistas. Na terceira etapa aplicou-se questionário com perguntas abertas aos coordenadores/gestores do PEA-TP e equipe de socioeconomia da Petrobras.

Essa avaliação perpassou, portanto, pelos diferentes grupos envolvidos no projeto, quais sejam: sujeitos da ação educativa (socioeducadores e integrantes dos Núcleos de Vigília Cidadã), corpo técnico do projeto, coordenadores e equipe de socioeconomia da Petrobras.¹

O PMA teve a finalidade, dentre outras, de indagar sobre a existência, ou não, de potencialidades em relação ao público diversificado que compõe os Núcleos de Vigília Cidadã do PEA-TP. Neste tópico, será apresentada uma síntese das manifestações dos participantes a respeito do que pensam os sujeitos sobre a constituição dos NVC com tal característica. Importante destacar que a participação dos sujeitos nos processos de avaliação foi expressiva (116 participantes) e satisfatória. As manifestações apresentadas estão retratadas nos quadros que seguem, construídos com base no relatório do Plano de Monitoramento e Avaliação (PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO, 2018).

¹ O Plano de Monitoramento e Avaliação com todos os seus objetivos será abordado na Parte 4 deste livro.

Nas oficinas municipais de avaliação, os grupos que compõem os NVC se manifestaram em relação à participação de público diversificado de forma positiva, conforme descrito no Quadro 1 que segue:

Quadro 1: Manifestações a respeito das potencialidades de grupos diversificados pelos participantes nas oficinas municipais de avaliação

GRUPOS	Nº DE PARTICIPANTES	RESPOSTA POSITIVA	RESPOSTA NEGATIVA	ALGUMAS RESPOSTAS POSITIVAS
Jovens	6	6	0	Positiva, pois ela possibilita a troca de experiências, conhecimentos e vivências
Adultos comunidades tradicionais	4	4	0	Positiva a diversidade tendo em vista a troca de informações e experiências e compartilhamento de conhecimentos
Adultos comunidades urbanas	9	9	0	Saudável e positiva: “a heterogeneidade do grupo exercita o diálogo conciliador e exercício do respeito entre visões antagônicas”; “agrega valor ao diagnóstico participativo”

Fonte: Adaptado do Relatório do Plano de Monitoramento e Avaliação (PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO, 2018).

Nos grupos focais, as avaliações a respeito do público diversificado também se encaminharam para uma apreciação positiva entre todos os membros dos sete grupos ouvidos. O Quadro 2 que segue demonstra o que os participantes pensam sobre esse aspecto:

Quadro 2: Manifestações a respeito das potencialidades de grupos diversificados pelos participantes dos grupos focais.

GRUPO FOCAL: PÚBLICO DIVERSIFICADO	
QUALIDADES ATRIBUÍDAS	AValiação QUANT.
Potencialidade	7
Desafio	3
Promove a troca	4
Favorece o controle social	3
Atende a NT nº. 01/10 CGPEG/IBAMA,	1
Promove inclusão	1
Total de Participantes	19

Fonte: Relatório do Plano de Monitoramento e Avaliação (PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO. 2018).

Dentre as contribuições das diferentes equipes participantes dos grupos focais sobre esse tema, em síntese, encontra-se:

- ✓ **Técnicos de Apoio.** São um desafio para o trabalho e não impedem o bom desenvolvimento do grupo (um sujeito apoia o outro).
- ✓ **Técnicos de Apoio à Coordenação.** A diferença complementa e promove a troca de experiências.

- ✓ **Pesquisadores.** A diversidade equilibra o desenvolvimento do grupo, porque se alguns não têm prática de leitura, outros têm e podem se ajudar; a diversidade é democrática e favorece o controle social; é um desafio, mas há que se conduzir as metodologias e as atividades inserindo a todos os membros dos NVC.
- ✓ **Bolsistas.** A diversidade é algo positivo. Isso potencializa a discussão intergeracional dos temas propostos, atendendo ao apelo da NT 01/10 CGPEG/Ibama.
- ✓ **Agentes de Mobilização.** Admitir um público variado é parte de uma ação inclusiva, é reconhecer a sociedade como diversa; com vivências diferentes, os grupos adaptam-se em uma escuta participante, fortalecendo-os para o controle social, já que acumulam experiências; a qualidade e quantidade das informações apreendidas pelo grupo são muito maiores quando se tem um público diversificado.
- ✓ **Espaço de Interpretação.** Reconhecem a diversidade de público como um desafio, mas também como uma potencialidade do projeto; oportuniza ao grupo o conhecimento e o reconhecimento das mais variadas faces de seu município, criando uma visão generalizada e de coletividade, sendo muito importante para o exercício do controle social.
- ✓ **Técnicos locais.** Reconhecem a diversidade de público como um desafio, mas também como uma potencialidade do projeto.

O questionário aplicado aos gestores — equipe de coordenadores do PEA-TP e equipe de socioeconomia da Petrobras — a respeito da avaliação sobre as potencialidades ou não de um grupo diversificado apresentaram as seguintes manifestações:

Quadro 3: Manifestações a respeito das potencialidades de grupos diversificados pelos gestores (coordenadores do PEA-TP e equipe de socioeconomia da Petrobras).

COMO VOCÊ ANALISA O PERCURSO DE DESENVOLVIMENTO DO PEA-TP E CONSIDERA A EXISTÊNCIA OU NÃO DE POTENCIALIDADES EM RELAÇÃO AO PÚBLICO DIVERSIFICADO A QUE SE DIRIGE?	
COORDENADORES DO PEA	EQUIPE SOCIOECONOMIA
É uma potencialidade, na medida em que possibilita uma vasta troca de experiências e conhecimentos, fortalecendo-os enquanto indivíduos e coletividade, o que é ratificado pelos próprios sujeitos da ação educativa.	A diversidade evidenciada entre os SAE é uma potencialidade. É necessária uma maior adequação das metodologias utilizadas a essa heterogeneidade, especialmente utilizando-se das informações fornecidas pelas pesquisas, que devem atuar conferindo maior fiabilidade às ações pedagógicas.
Participantes: 3 pessoas da equipe gestora (coordenadores) do PEA-TP e 4 participantes da equipe de socioeconomia da Petrobras.	

Fonte: Relatório do Plano de Monitoramento e Avaliação (PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO, 2018).

A análise das participações no PMA encaminha-nos para a constatação de que a diversidade é considerada pelos sujeitos participantes do projeto como positiva tendo em vista as possibilidades de trocas de saberes, informações e identidades culturais que enriquecem a ação pedagógica. Essa potencialidade observada pelos diversos atores do PEA não exige os diferentes grupos, principalmente o gestor e o técnico, de uma apurada reflexão sobre as ações desenvolvidas e planejadas para poder alcançar os diferentes setores de uma forma equitativa e justa. Nas percepções dos participantes, é possível constatar que, nas relações pedagógicas, as diferenças são enriquecedoras,

promovem a inclusão, a solidariedade, ampliam a discussão sobre os temas apresentados e favorecem diferentes diálogos necessários à formação para a participação de todos no controle social.

Considerações finais

A ação pedagógica desenvolvida com grupos heterogêneos em PEA, em particular na educação de viés popular, favorece o processo de inclusão desses sujeitos nas discussões qualificadas com o poder público. Essas discussões, por vezes, têm como propósito reiterar e garantir direitos sociais e consolidam o exercício cidadão, por exemplo, no controle social por diferentes grupos da sociedade.

Em relação à necessidade de desenvolver, por meio de ações educativas, produção e disseminação de conhecimentos que garantam posições críticas e diálogos qualificados nas discussões e embates sobre as questões ambientais, o PEA-TP manteve a opção de trabalhar com sujeitos diversos, que representam comunidades impactadas mais diretamente pelos efeitos da exploração de petróleo e gás na Bacia de Campos, munindo-os de informações e promovendo a construção de conhecimentos que os preparem para o exercício do controle social sobre o uso, pelo poder público, dos *royalties* e participações especiais de modo a exigir a garantia de condições justas e dignas de vida para esta geração e gerações futuras.

O PEA-TP compreende que, para o alcance de seus objetivos, o respeito e a mobilização de pessoas, cujo perfil é assinalado por diferentes identidades, representações individuais e sociais sobre a realidade, promove a inclusão e participação coletiva desses sujeitos em processos pedagógicos que intentam qualificá-los e empoderá-los para o necessário controle social.

A participação de público diverso nas ações do PEA-TP constitui-se, portanto, conforme avaliam os sujeitos da ação

educativa e equipes técnica e gestora do projeto, em grande potencialidade, tanto ao se considerar a garantia de direitos à participação e intervenção na realidade socioambiental, quanto na valorização do direito a um processo educacional que reconheça seus saberes e viabilize a efetividade das ações capazes de transformar saberes comuns em conhecimentos que promovam autonomia na vida social.

Não se desconsideram, nesta análise, os grandes desafios que a diversidade e heterogeneidade do público imprime aos processos educacionais, no entanto, também compreende-se a riqueza que diferentes contribuições agregam ao diálogo, além da solidariedade que se exercita nesses encontros humanos.

Nesse sentido, conclui-se que a diversidade do público é uma potencialidade que tem sido trabalhada com cuidado e entusiasmo pela equipe de educadores, obrigando-os ao importante exercício da (re)construção de metodologias educacionais e permanente formação que os habilite na condução e promoção de profícuos diálogos, sendo este o principal desafio que vem sendo enfrentado.

Referências

BRASIL — Ministério do Meio Ambiente. **Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama N° 01/10**: Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Brasília: 2010.

FLEURI, Reinaldo Matias. “Multiculturalismo e interculturalismo nos processos educacionais”. In: **Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa**. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino (ENDIPE). Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FRAWLEY, William. **Vygotsky e a ciência cognitiva: linguagem**

e integração das mentes social e computacional. Tradução: Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **A Inclusão do outro: estudos de teoria política.** Tradução: George Sperber; Paulo Astor Soethe e Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO. Fase II. **Plano de Monitoramento e Avaliação (PMA).** Relatório. Campos dos Goytacazes: agosto de 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2013.

Capítulo 4

Reuniões ordinárias: motor para a consolidação dos NVC

Apresentação

Andreza Barreto Leitão

Entende-se a reunião ordinária do NVC como um espaço/tempo de aprendizado e troca de saberes formais e informais, onde se almeja estimular diálogos e práxis que subsidiem os SAE no exercício da Vigília Cidadã (VC), operando, desse modo, dentro do escopo do projeto no que diz respeito ao controle social sobre os *royalties* e participações especiais. Para a realização das reuniões ordinárias dos NVC, todo um trabalho de articulação para a logística é feito entre as equipes locais, a equipe de apoio à coordenação e a FIA¹, que envolve o uso de materiais e equipamentos necessários às atividades, além de transporte seguro para os participantes. Os principais objetivos dessa atividade são promover a prática da VC, por meio do incentivo à discussão sobre a distribuição e aplicação das rendas petrolíferas (*royalties* e participações especiais), além de promover o debate sobre os seguintes temas: educação ambiental crítica, licenciamento ambiental, orçamento público e controle social, possibilitando a reflexão sobre a realidade local.

As reuniões ordinárias, que, na maioria dos NVC, ocorrem quinzenalmente² nas sedes do PEA-TP, em cada um dos dez municípios, são uma oportunidade relevante para a articulação

1 Fundação Instituto de Administração – responsável pela gestão financeira do projeto.

2 Exceto para o município de Rio das Ostras, onde as duas reuniões são feitas no mesmo dia (manhã e tarde) a cada mês, por deliberação do NVC desse município.

das ações do projeto junto à comunidade impactada pelos empreendimentos. Além disso, esses encontros fortalecem os grupos, mantendo-os constantemente mobilizados, sendo o principal meio para se atender à meta 11 “Consolidação dos Dez Núcleos de Vigília Cidadã” (PETROBRAS/UENF, 2016, p. 15).

Os participantes, ao integrarem o projeto e participarem das reuniões ordinárias dos NVC e demais atividades, recebem o desafio de apostar no coletivo e no cuidado com a coisa pública (*res publica*), desafio esse que é ampliado frente à descrença na política gerada pelo abandono do poder público local, constantemente relatado. Dado que os canais de acesso à informação, além espaços de discussão, de diálogo e de escuta dos interesses da população, historicamente são muito reduzidos no Brasil, tal desafio envolve despertar a dimensão política e cidadã de cada um.

Nesse sentido, nos NVC, os SAE encontram apoio para romper com o imediatismo próprio do cotidiano de luta pela vida, auxiliando a pensar e instrumentalizar conceitos importantes na consolidação do processo de organização social. Discutir sobre bem comum, controle social, orçamento participativo, *royalties*, cartografia social, patrimônio cultural, dentre outros, promove a participação qualificada dos cidadãos na esfera pública, munindo-os de poder de ação para reivindicarem suas demandas. Essa é uma das principais metas da equipe técnica, que atua como facilitadora na construção coletiva da prática e do hábito da Vigília Cidadã.

Por esse motivo, opta-se pela educação popular de base comunitária e metodologias participativas, privilegiando a escuta, partindo sempre da realidade concreta dos SAE e valorizando os saberes locais, num processo de percepção dos problemas vivenciados (situações limites), construção de objetivos (inéditos viáveis), para se pensar, então, no que fazer (quais ações transformadoras) para superar as situações limites (FREIRE, 2004).

As atividades realizadas têm sido pensadas dentro de uma sequência, que vem sendo proposta em cada município, a qual permite que os SAE de cada NVC tenham condições de compreender de forma clara os diversos momentos e movimentos do licenciamento ambiental, e possam, desse modo, entender a problemática ambiental participando de forma qualificada nos espaços democráticos de tomada de decisão. A equipe tem se empenhado na qualificação em linguagens e formatos comunicacionais disponibilizando acesso aos SAE em suportes diferenciados para a difusão, comunicação, interpretação e partilha da informação em rede sobre o uso e aplicação dos *royalties* e participação especial.

Nas reuniões ordinárias, a cidadania ativa tem se tornado uma prática de rotina para os membros dos NVC, que, além de se conscientizarem sobre seus direitos e deveres, passam a almejar a se tornarem multiplicadores, compartilhando os conhecimentos adquiridos e estimulando a participação social para que assim sejam possíveis mudanças substantivas na sua realidade local.

Temas de interesse público como saúde, educação, meio ambiente, mobilidade urbana, segurança pública, turismo e saneamento básico são aprofundados durante os encontros e associados, através do diálogo e da reflexão crítica, à necessidade da mitigação da desinformação sobre a aplicação das rendas petrolíferas para o exercício do controle social. Essa articulação presente nas atividades propostas contribui para uma melhor interpretação do território.

Durante esses encontros, foi possível observar que os membros vêm tendo a possibilidade de não apenas rever e fixar conceitos por meio das dinâmicas propostas, como ainda, partindo de sua experiência concreta, evidenciar, em contraste com a realidade vigente, o que se poderia fazer de diferente para a melhor gestão dos *royalties* nos municípios.

Os valores promovidos pelos NVC, dentro de seu processo de educação ambiental crítica, têm sido a participação

cidadã, o respeito mútuo às diferenças, a solidariedade, o comprometimento, a dinamicidade, a organização e a propagação do conhecimento. Além disso, o “cultivo do entorno/cultivo social”, conceito trabalhado por Vizer e Carvalho, também tem norteado as ações das equipes técnicas junto aos NVC:

A noção de cultivo social propõe uma perspectiva “ecológica” e uma visão integral e não reducionista. Como um processo através do qual uma comunidade ou organização aprende a desenvolver práticas e dispositivos que garantam o acesso a recursos estratégicos. Um trabalho estruturante sobre espaço e tempo: trabalho físico e também social, cultural-simbólico e imaginário. Um processo de apropriação ativa de recursos técnicos, ambientais, sociais e culturais para garantir a reprodução dos múltiplos entornos do coletivo social (instituição, bairro ou comunidade) (VIZER; CARVALHO, 2011, p. 22, tradução nossa).

Ou seja, o cultivo articula-se nas práticas coletivas de apropriação social que se expressam na cultura e apropriação do meio, aludindo a dispositivos e manifestações de um empoderamento real na relação direta entre os agentes-sujeitos e seus ambientes e condições de vida (PETROBRAS/UENF, 2016). Além disso, o cultivo do entorno traduz, em sua “dimensão de vínculos de associação interpessoal e afetiva”, o “nós intersubjetivo e transubjetivo” dos NVC, isto é, seu sentimento de pertença, a manutenção de vínculos e laços sociais que se expressam no afeto, nas redes de proteção e de ajuda mútua, bem como na construção de uma identidade social comum para cada NVC dos dez municípios da Bacia de Campos³ (VIZER; CARVALHO, 2011, p. 29).

³ Esse sentimento de pertença, expresso pelo uso da primeira pessoa do plural “nós”, “nosso NVC”, estará presente nos relatos dos SAE sobre sua experiência nos NVC, conforme veremos neste capítulo.

O fortalecimento de vínculos de afeto e cuidado do grupo para consigo e com relação ao meio, ao lugar onde se vive (seu distrito, seu bairro, seu município) também corrobora para a prática cidadã. Nesse sentido, as reuniões ordinárias dos NVC cumprem o papel PEA, quando se pretende desenvolver uma educação ambiental transformadora, a qual, segundo Loureiro, diz respeito a “estabelecer processos participativos de ação consciente e integrada, fortalecendo o sentido de responsabilidade cidadã e de pertencimento a uma determinada localidade” (LOUREIRO, 2003, p. 46).

Evidencia-se o progressivo protagonismo dos SAE na manutenção e renovação das informações trabalhadas pelos NVC. Esse protagonismo se fez presente em diversas atividades como debates, dinâmicas, boletins digitais, pesquisas de inventário participativo, cartografias, e a construção de uma peça teatral, que resultaram na descoberta e desenvolvimento de novas habilidades pelos SAE. Nota-se que, em alguns casos, os membros estão atuantes em espaços de controle social, tais como conselhos municipais, audiências públicas, fóruns consultivos, associação de moradores, e outros PEA. Além disso, a prática da VC tem repercutido positivamente em outras esferas da vida social dos SAE (família, escola, trabalho, instituição religiosa), pois entendem sua participação no PEA-TP como uma formação pessoal que contribui para o coletivo, uma vez que lhes proporcionou a elevação da autoestima, a quebra da timidez, a administração de conflitos pessoais e coletivos e o entendimento mais crítico da realidade, ampliando suas perspectivas sobre o mundo e suas possibilidades de exercício da cidadania e organização comunitária.

A partilha de conhecimentos advindos de perfis diversos quanto a gênero, etnia, idade, crenças e origens sociais, ao mesmo tempo que é desafiadora, tem sido muito rica para todos os NVC. De acordo com Loureiro, a pluralidade é benéfica, pois

Não há democracia nem educação para a cidadania sem a explicitação de conflitos. A aceitação de que a sociedade além de plural é permeada por visões de mundo, interesses e necessidades distintas está implícita em processos efetivamente democráticos (LOUREIRO, 2003, p. 53).

Fazer com que essa polifonia de falas e de saberes distintos traduzam-se em uma voz que reivindica o direito, comum a todo cidadão, à transparência na aplicação das rendas petrolíferas em cada município, é um processo gratificante tanto para os SAE quanto para a equipe do PEA-TP.

No presente capítulo, teremos a oportunidade de conhecer os relatos de experiências das equipes técnicas, que abordarão o processo de mediação de saberes, mediação de conflitos e facilitação para o aprendizado, bem como os relatos de cada um dos dez NVC, que trarão a reflexão sobre a relevância das reuniões ordinárias em suas ações e participações sociais.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. “Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora”. **Ambiente e Educação**, v. 8, n. 1, Rio Grande, 2003, pp. 37-54.

PETROBRAS/UENF. **Plano de trabalho do Projeto de Educação Ambiental “Territórios do Petróleo *Royalties* e Vigília Cidadã na Bacia de Campos”**. Rio de Janeiro: Petrobras, abril de 2016.

VIZER, Eduardo Andrés; CARVALHO, Helenice. “Socioanálisis y comunicación en comunidades y organizaciones sociales”. **Agenda Social**, v.5, nº1, 2011, pp. 21-39.

4.1. Campos dos Goytacazes e São João da Barra: a diversidade como aliada ao controle social

Anna Paula Eckhardt de Almeida Rego
Renata Leandro de Sousa Almeida
Jéssika Rodrigues de Paula
Jéssica Barbosa de Almeida
Saturnino Rodrigues da Silva

Os municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra ficam localizados na região norte do estado do Rio de Janeiro. Enquanto Campos dos Goytacazes é caracterizado como o maior município fluminense em extensão territorial e possui população aproximada de 463.731 pessoas, São João da Barra possui cerca de 32.747 habitantes (IBGE, 2010). São dois municípios com forte influência da pesca artesanal e da agricultura e conhecidos historicamente pela economia voltada à agroindústria sucroalcooleira. A partir da década de 1980, tiveram seus orçamentos movimentados pelo início do recebimento dos *royalties* pela extração do petróleo regional, proveniente de sua plataforma marítima continental, localizada na Bacia de Campos/RJ.

O que se analisa é que, apesar de serem municípios que possuem altas rendas *per capita*, quando são considerados os aspectos sociais, percebe-se que o crescimento econômico não possibilitou, na mesma proporção, o desenvolvimento na qualidade de vida e bem-estar da população. Além disso, são municípios com práticas políticas que apresentam fortes resquícios de oligarquias em suas estruturas de poder e relações sociais preservadas pela modernização conservadora realizada no país. É necessário enfatizar o quanto esses fatores interferem

diretamente no exercício da cidadania dos munícipes, bem como no trabalho que vem sendo desenvolvido junto aos Núcleos de Vigília Cidadã.

Tendo em vista a discussão a que o PEA-TP se propõe, bem como a diversidade dos grupos com os quais se trabalha, as equipes técnicas que trabalham tanto em Campos dos Goytacazes como em São João da Barra percebem que compreender esses movimentos dos municípios auxilia o desenvolvimento do trabalho educativo e a mediação e valorização dos diferentes saberes que se apresentam em um grupo diversificado como o NVC. Também, pensa-se que as reuniões ordinárias nos dois municípios citados oferecem, para muitas/os integrantes, a primeira experiência de uma vivência coletiva e organizada, envolvendo pessoas de diferentes localidades em discussões sobre as problemáticas do município e a participação social.

Verificou-se também, durante as vivências ao longo da fase II do PEA-TP, a troca de saberes, a percepção das especificidades de cada comunidade e seus conhecimentos locais. Ao mesmo tempo, entendeu-se melhor as questões comuns que afetam a todos e todas com a mesma intensidade. Os encontros possibilitaram o estreitamento de vínculos entre educandos e educadores, possibilitando uma relação ainda mais horizontal e de confiança, ponto de profunda importância em um processo educativo que propõe o fortalecimento da cidadania e da democracia. Há que se evidenciar as estratégias metodológicas que possibilitaram esse contexto, como o teatro para o NVC de São João da Barra e os jogos para o NVC de Campos dos Goytacazes. Ainda, as rodas de conversa, com apoio de análises temáticas com vídeos, músicas e filmes, possibilitaram aos dois NVC levar para a pauta de discussão os problemas locais que afetam as comunidades.

Além disso, observa-se que, assim como o convívio e os vínculos entre os membros aumentou, também surgiram conflitos. Nesses momentos, as formas encontradas pela equipe técnica para mediar foram sempre no sentido de trazer metodologias

participativas e dinâmicas de grupo que suscitassem a reflexão de que as situações conflituosas fazem parte da coletividade. Justamente porque a sociedade é heterogênea e espelho da vida prática no processo político, no qual há diferentes pessoas, com diferentes “interesses, necessidades, valores e projetos de futuro diversificados e contraditórios, classes sociais, etnias, religiões” (QUINTAS, 2009, p. 12).

Ao longo das diversas vivências dentro dos dois NVC, a equipe analisa que a experiência conflitante somada à mediação da equipe técnica possibilitou ao grupo a compreensão do conflito como algo inerente à vivência coletiva, pensando aquele espaço como um exercício para a participação nos espaços de decisão pública de forma organizada e qualificada. Além disso, essa percepção do embate e o esforço desenvolvido para resolvê-lo internamente fortaleceu o diálogo com amor, humildade, fé nos homens e confiança, conforme afirmou Freire (2011). Ou seja, reconhecendo o outro como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas, o que se considera fundamental para que haja, diante de tamanha diversidade, uma organização política em prol da gestão ambiental pública.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

QUINTAS, José Silva. “Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico”. In: Loureiro, C. F. B.; Castro, R. S. (org.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

4.1.1. NVC São João da Barra⁴: afiorando o pensamento crítico nos cidadãos sanjoanenses

“O conhecimento é em si mesmo um poder”
(Francis Bacon)

Nós, do Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) de São João da Barra, município localizado no Norte Fluminense, entendemos que o nosso papel é informar os cidadãos sobre os *royalties* do petróleo e participações especiais recebidos pelo município para incentivá-los a participar e intervir nas formas de uso desse recurso em favor da população sanjoanense.

O nosso NVC é formado por aproximadamente 18 comunitários distribuídos nas diferentes localidades do município, como Açú, Água Preta, Atafona, Grussaí, Mato Escuro, Bajurú, Centro, Vila da Terra e Quixaba. Na fase atual do projeto, que vem sendo executada desde julho de 2017, realizamos nossas reuniões, às quintas-feiras, quinzenalmente, nas quais o grupo se encontra para se aprofundar nos estudos relativos à questão dos *royalties* do petróleo e as formas como são direcionados no orçamento público do município.

Entendemos a diversidade de faixa etária, profissão, escolaridade e gênero como um caminho para uma rica troca de conhecimentos, experiências e vivências importantes para o trabalho em grupo e o exercício do diálogo e do respeito, já

⁴ Esta seção é uma produção coletiva, da qual são autores os integrantes dos Núcleos de Vigília Cidadã, cujos nomes estão listados ao final deste capítulo.

que a sociedade e os espaços de controle social são compostos por diversidades. Pensamos que as ferramentas utilizadas para a execução do projeto de forma horizontalizada promovem a troca mútua de conhecimentos e permitem que todos os integrantes, com suas diversidades, sintam-se capazes de elaborar e executar em grupo as atividades propostas, estimulando a criatividade de cada um. Para isso, nós escolhemos o teatro como uma ferramenta essencial à interação do grupo e à transmissão de informações sobre a mobilidade urbana para a população sanjoanense. Isso trouxe organização e fortalecimento de vínculos entre os participantes do NVC e reflexões críticas voltadas à realidade local, além de todos terem adquirido ganhos pessoais, tais como: a desinibição, o autoconhecimento enquanto cidadãos com direitos e deveres e o aumento da autoestima, em que nos percebemos como pessoas capazes de realizações importantes para o nosso município.

O NVC participou de algumas atividades que contribuíram para a formação política do grupo, gerando melhor entendimento sobre o que é falado e discutido nos espaços de controle social. Além das reuniões feitas quinzenalmente, tivemos oficinas interdisciplinares nas quais foram abordados assuntos como a distribuição dos *royalties*, a cartografia social, orçamento público, elaboração de boletins informativos e inventário participativo. Também foram realizados eventos microrregionais e um simpósio que possibilitaram o encontro com os membros de outros municípios, aumentando a troca de experiências e o entendimento de que muitos problemas de São João da Barra são comuns aos outros municípios. As visitas ao espaço de interpretação na sede de Campos dos Goytacazes também nos proporcionaram conhecimento histórico sobre a evolução do homem e a descoberta das tecnologias relacionadas ao descobrimento do petróleo até chegar ao licenciamento ambiental.

NVC na prática: relatos de alguns participantes

“Aprendi muita coisa importante, como administrar o dinheiro público de forma correta, sobre o transporte, a saúde e que devemos cuidar melhor do ambiente que vivemos”

Marilda Barbosa – Moradora de Bajuru.

“Fazer o teatro foi a forma como nós do NVC de SJB escolhemos para levar o conhecimento às outras pessoas, e foi através dele que eu vi como foi maravilhoso aprender. Me fez sentir orgulho de mim mesma e do grupo”

Maria de Fátima – Moradora de Atafona.

“Eu sou mais comunicativo, sou mais feliz. Aprendi sobre o petróleo, os *royalties* e também que eu tenho o direito de fiscalizar o que o governo faz e que podemos fazer propostas para a prefeitura”

Matheus de Almeida – Morador do Açú.

“Aprendi várias coisas, sou mais comunicativa, e o que aprendi no NVC utilizei nas aulas da escola. Aprendi o que são *royalties* do petróleo, e que também temos o direito de saber como ele está sendo usado e fazer propostas para o seu uso”

Rayane Barbosa – Moradora de Água Preta.

“O NVC me ajudou a adquirir informação e conhecimento sobre os *royalties*, e assim, de forma geral, como entra e para onde vai ser investido nos setores públicos”

Rodrigo Alves – Morador de São João da Barra.

“Meu mundinho era limitado ao que eu sabia, porém posso dizer que hoje eu não tenho medo de encarar o desconhecido. Agora ninguém pode me parar”

Jessiane Barbosa – Moradora de Água Preta.

“Aqui no NVC é assim, sempre uma família, e família é unida em tudo e com todos. As diferenças ficam da porta para fora, a harmonia entra em comunhão e o afeto se aflora”

Elias Licasalio – Morador do Açú.

“A mistura de teatro e música torna o aprendizado mais eficaz, além de despertar emoções no que tange à realidade. O teatro que retratou o problema de mobilidade urbana possibilitou a reflexão de todos acerca da realidade”

Maria Helena Vicente – Moradora de Atafona.

“Sempre tive fome e sede de justiça social. Ser acolhida pelo NVC tem apontado caminhos para nutrir minha pessoa com informações capazes de estimular mudanças significativas em minha vida, assim como proporcionando a serenidade para replicar esse conhecimento nas conversas com as pessoas que interajo no dia-a-dia. Realmente, saber é poder”

Ângela Codeço – Moradora de Grussaí.

“Eu sempre quis ocupar os espaços públicos, mas não sabia o que falar e como falar e aqui nós do NVC temos a possibilidade de aprender e também de ensinar o que sabemos uns aos outros”

Eliane Menezes – Moradora de Grussaí.

4.1.2. NVC de Campos dos Goytacazes⁵: dialogando entre os diferentes saberes

Os encontros do Núcleo de Vigília Cidadã de Campos dos Goytacazes são sempre compostos pela complementação entre os diferentes saberes, tanto o saber popular como o saber acadêmico, o que consideramos importante para maior absorção e propagação de informações relacionadas aos *royalties* do petróleo e sua aplicação no orçamento do município. Nosso grupo é composto por quilombolas, assentados, pescadores e moradores urbanos de diferentes faixas etárias (adolescentes, jovens, adultos e idosos), o que proporciona uma rica troca de experiências para aprendizagem do NVC.

Vale ressaltar que, de tudo assimilado nestes últimos anos, foi um grande avanço saber que podemos participar de audiências públicas, conselhos, dialogar e estar mais próximos do poder público, entender melhor sobre as peças orçamentárias, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). É importante dizer que, através da convivência, melhoramos a nossa comunicação e usamos isso como ferramenta para que o governo atenda nossas demandas. Aprendemos também a discutir sobre políticas públicas e, antes de mais nada, a como lutar juntos nesta caminhada a fim de atingir um objetivo coletivo. Como uma família, tudo entre nós é acordado de forma que todos se sintam contemplados, pois buscamos o bem coletivo.

Como somos um projeto de educação ambiental (PEA)

⁵ Esta seção é uma produção coletiva, da qual são autores os integrantes dos Núcleos de Vigília Cidadã, cujos nomes estão listados ao final deste capítulo.

dentro de um programa (PEA-BC) que possui outros projetos, procuramos sempre estar em articulação com outros PEA para potencializar o conhecimento. No município de Campos dos Goytacazes, procuramos articular com os PEA presentes, como: Pescarte, Quilombos no Projeto de Educação Ambiental (QUIPEA) e o Núcleo de Educação Ambiental (NEA-BC). Também percebemos como importantes os encontros microrregionais do PEA-TP onde pudemos ter contato e trocar experiências com outros NVC. Além disso, foi despertado um olhar mais crítico aos acontecimentos políticos do dia a dia, sobretudo aqueles que envolvem o acesso às políticas públicas e, se fôssemos nos definir em uma palavra, ela seria **empoderamento**, pois conhecimento é poder e o que mais fazemos é integrar a teoria com a prática.

Já na questão das relações sociais e dos nossos sentimentos, o projeto proporcionou o amadurecimento pessoal, levantou a autoestima e estimulou o reconhecimento e o pertencimento ao grupo e ao município. O que para uns seria um espaço só para discutir *royalties* tornou-se na prática algo muito maior, uma verdadeira família. Para alguns, foi revolucionário. Afinal, aprender na práxis a minimizar o individualismo em pleno século XXI é um ato de rebeldia. Alguns aprenderam a ver as pessoas sob uma ótica diferente, como verdadeiros atores sociais de sua própria história e que juntos, TODOS JUNTOS, podemos mudar o mundo, a começar pelo nosso bairro. Aqui, nossa forma de atuar é priorizando o coletivo e a união para buscar informação e cobrar políticas públicas dos nossos representantes. Promover uma compreensão coletiva sobre o orçamento público, produzir e ser produto da disseminação do saber.

No PEA-TP, já fomos atores, cinegrafistas, escritores, criadores, construtores e produzimos até um filme. Tudo para que nossa voz tenha o máximo de alcance possível. E juntos, sempre juntos! Nessa luta, conquistamos autonomia, confiança, somos integrantes e buscamos integrar novas pessoas. Estar em comunhão e manter a sinergia é a nossa meta. Cabe evidenciar

que o ano de 2018 foi um ano de muitos embates políticos e foi o ano em que o NVC de Campos dos Goytacazes percebeu a importância de pesquisar a veracidade das informações divulgadas na mídia. Ano em que aprendemos a valorizar mais do que nunca a importância das fontes confiáveis.

OPEA-TP superou as expectativas e foi além, não só cumprindo uma obrigação legal, mas também proporcionando um ambiente onde se criaram laços, onde somos realmente amados e amamos. Não queremos que isso acabe. Nadar contra a maré não é fácil e mesmo assim persistimos. Temos uma relação maravilhosa e recíproca uns com os outros. É certo que o projeto trouxe muitos benefícios para todos nós, realizamos oficinas, rodas de diálogo, nossas reuniões de Núcleo são fantásticas. Participamos de audiências públicas, temos nosso Espaço de Interpretação que é riquíssimo e um ótimo atrativo para recebermos estudantes, professores e pessoas das nossas comunidades.

Nós nos tornamos seres humanos mais críticos e empáticos, capazes de fiscalizar os investimentos do poder público e transformar a realidade pelos conhecimentos adquiridos. Estamos fortalecidos e abertos aos acontecimentos da cidade.

4.2 Quissamã e Carapebus: À comunicação dialógica no processo educativo dos municípios de Quissamã e Carapebus

Laudirléa Silva dos Reis
Raphaela Nascimento de Carvalho

“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 1987, p. 78). É assim que a equipe dos municípios de Quissamã e Carapebus sintetiza o processo de mediação dos saberes realizado junto aos atores sociais que participam do projeto. Afinal, a partir do diálogo e da reflexão após as reuniões ordinárias e realizando a análise dos distintos perfis presentes no NVC, a equipe perpassa por um constante aperfeiçoamento. Este, por sua vez, possibilita o estímulo à facilitação dos integrantes em transpor a barreira da timidez, compartilhando seus ricos saberes de maneira dialógica, isto é, auxiliando o grupo a desenvolver seu potencial crítico através de ferramentas da educação popular.

A mediação de saberes está intimamente ligada à mediação de conflitos pelo fato de que ao lidar com as diferentes opiniões e vivências, o conflito emerge. Para sanar essa problemática, a equipe realiza a recordação do acordo de convivência junto aos Princípios e Diretrizes que auxiliam na reflexão de que a educação ambiental deve ser construída por intermédio da escuta e da compreensão do outro.

Quanto ao Núcleo de Quissamã, a equipe vem unindo os diferentes – porém complementares – tipos de mediação, como a facilitadora e transformativa, a fim de que seja

oportunizado ao grupo o respeito à palavra, à diversidade de perfis e o intercâmbio das vivências. O desenvolvimento e a utilização de diferentes recursos metodológicos, como o uso de tarjetas, *flip chart* e metodologias expositivas, dinâmicas e participativas, propiciando a abertura para o apontamento de qualidades entre os integrantes e reavivando o potencial de unir a teoria com a práxis da educação popular.

O perfil do Núcleo tem predominância de adultos e poucos jovens. A atenção tem sido direcionada no sentido de estimular o bom convívio entre o grupo, além da mobilização para participação de mais jovens.

O NVC de Quissamã, no geral, é um grupo participativo, dinâmico e acessível para as pautas propostas em reunião, assim como para as que extrapolam os limites geográficos da sede. Exemplo disso é o desenvolvimento deste capítulo por seus membros em reunião ordinária e o levantamento realizado em Machadinho para a atividade do Inventário Participativo no município. As plurais pautas desenvolvidas em reuniões ordinárias despertam o interesse, potencial e criatividade dos munícipes que acabam (re)descobrimo os espaços onde habitam e, sobretudo, exercendo a participação social no município de forma crescente, mesmo diante das limitações encontradas, frutos dos desafios encontrados.

O grupo de Carapebus possui perfil parecido com o de Quissamã. Possui participação de poucos jovens, mas isso não impede que sua diversidade de saberes seja prejudicada. Mesmo os poucos jovens que fazem parte do projeto, contribuem significativamente para o enriquecimento das discussões e amadurecimento do grupo. Mas, além disso, o grupo de Carapebus tem uma característica importante: o questionamento. São altamente críticos e questionadores, o que é positivo para as discussões e para o aprofundamento dos temas propostos. Ao mesmo tempo, essa característica provoca alguns conflitos internos que a equipe de

socioeducadores tenta mediar para que a atividade transcorra da forma mais tranquila e produtiva possível. A equipe utiliza do diálogo para sanar os conflitos e busca demonstrar – através de dinâmicas de grupo – a importância de haver diversidade de pensamentos e realidades. O diferente agrega, pois nos tira do senso comum e nos faz refletir sobre nosso próprio grupo. Portanto, dentro das reuniões ordinárias e no desenvolvimento das atividades propostas (tanto pelo grupo, quanto pela gestão), praticam-se metodologias participativas dentro do contexto da educação popular. Entende-se que a troca de saberes enriquece o conhecimento adquirido e construído coletivamente.

Dentro dos diversos tipos de metodologias participativas, podemos elencar a comumente utilizada pela equipe de socioeducadores: a participação interativa. Segundo Dal Soglio (2009), essa metodologia faz com que a comunidade participe ativamente, motivando os técnicos para que tenham a preocupação de utilizar outras metodologias participativas que estejam concatenadas ao que é realizado e trazendo assim, maior diversidade metodológica. Mesmo a participação interativa sendo comumente utilizada (como dito anteriormente), ela não engessa outras possibilidades e o enriquecimento, o leque maior de estratégias pedagógicas apresentadas, faz com que a equipe possa trabalhar com a diversidade do grupo e de seus saberes.

O NVC de Carapebus é altamente sedento pelo saber-fazer, gerando como consequência um grande desafio para a equipe técnica em buscar gerar e apresentar novas metodologias participativas. Colocar a mão na massa faz parte do aprendizado do grupo.

Dessa forma, metodologias expositivas não funcionam se não fizerem com que o grupo possa praticar e refletir durante a atividade proposta. Em suma, dialogar e reconhecer a importância dos diversos saberes é quesito fundamental

para que o grupo se sinta motivado e possa multiplicar o conhecimento adquirido fora das paredes da sede, como demonstrado na construção coletiva para a fase III do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

DAL SOGLIO, Fábio; KUBO, Regina (orgs.). **Agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2009.

4.2.1 NVC de Quissamã⁶: As percepções do NVC de Quissamã

“Vejo com outros olhos o que eu não via”. É assim que narra uma das integrantes do Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) sobre a experiência de participar do projeto Territórios do Petróleo (TP). A partir dessa frase, que contempla todo o grupo, as palavras “conhecimento” e “aprendizado” também foram destacadas como sendo as principais que resgatam a experiência vivida durante a fase II do projeto.

A informação também é um fator que chama a atenção do NVC. Em várias oportunidades, o grupo registrou que o PEA-TP acaba sendo um canal informativo, levando em consideração a prática do controle social e a busca por demais informações acerca das rendas petrolíferas. A partir disso, a participação da comunidade nas Reuniões Ordinárias (RO) tornou-se frequente, dobrando o número de participantes em comparação com a retomada da fase II. A positiva convivência em grupo também chama a atenção do Núcleo, considerando o aprendizado alcançado com a troca de experiências dos diferentes perfis dos sujeitos da ação educativa (SAE).

A mesa-redonda, de forma unânime, foi elencada como o evento mais marcante da Fase II, pois ocorreu no município, fora da sede, com a diversidade de conhecimentos e valores acerca do tema segurança pública, além de contar com a presença das comunidades quilombolas, pesqueiras e ciganas. O evento possibilitou um diálogo qualificado e dinâmico, tendo em vista que os participantes puderam registrar suas propostas e seus questionamentos de forma direcionada à mesa e ao poder público ali presente.

⁶ Esta seção é uma produção coletiva, da qual são autores os integrantes dos Núcleos de Vigília Cidadã, cujos nomes estão listados ao final deste capítulo.

Sobre a experiência de fazer parte do NVC, os integrantes sentem-se mais seguros após a participação nas atividades desenvolvidas pelo projeto Territórios do Petróleo na fase II. Relatam estarem mais convictos no diálogo sobre a temática dos *royalties* e participações especiais – conteúdo difundido às suas respectivas comunidades e em espaços democráticos. O grupo entende que a forma de fiscalizar e debater sobre o assunto, base do projeto, está cada vez mais crescente e embasada desde o retorno do Territórios.

Outra atividade apontada como interessante foi a Oficina de Vigília Cidadã III (Inventário Participativo). O NVC de Quissamã acredita que o resgate de memórias históricas e a valorização do papel da mulher ao longo do tempo possibilita o estímulo de novas conquistas diante dos desafios contemporâneos.

De acordo com o Núcleo, a conhecida comunidade tradicional de Machadinho reaviva sua história de luta e resistência. A localidade foi escolhida pelo NVC para a prática da atividade do Inventário Participativo, destacando a valorização imaterial das danças, costumes, comidas, contação de histórias, religiosidades, dentre outros.

A presença da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), por intermédio de seus pesquisadores, foi apontada como um fator de relevância no processo formativo durante as Reuniões Ordinárias (RO), além das temáticas propostos pelo próprio grupo, que resgatam conteúdos de participação social e assuntos direta e indiretamente relacionados aos *royalties*.

O campo exploratório em comunidades apontadas no Diagnóstico Participativo (DP) foi de suma importância para mobilização de novos sujeitos da ação educativa (SAE), proporcionando o crescimento do NVC além da troca de conhecimentos e saberes populares.

Diante disso, todo o Núcleo compreende que seu papel vai além das informações adquiridas, levando em consideração a base da

teoria, a valorização do indivíduo e o processo de uma educação ambiental de qualidade. Afinal, como diz Paulo Freire: “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 21).

Referência

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

4.2.2 O NVC de Carapebus⁷ e a sua vivência na segunda fase

“A noção de vigília remete a um ‘estar acordado’, a um estado de consciência alerta necessário para estimular o controle social sobre a gestão municipal da renda petrolífera na BC.” (Marcelo Gantos)

O conhecimento adquirido pelo Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) de Carapebus foram destacados como ponto positivo para o futuro que se aproxima. Neste processo de formação, o grupo aponta as participações desde seu início na primeira fase, trazendo o desenvolvimento da atuação no município, através do domínio das leis referentes ao controle social, tendo em vista a vigilância na aplicação dos *royalties* no município carapebuense.

Alguns integrantes relembram as ações do projeto desde 2015 e se mostram beneficiados com a oportunidade de adquirir conhecimentos específicos sobre os *royalties*, oportunizando a prática e a socialização diante da troca de conhecimentos e saberes. Quanto aos novos participantes do Núcleo de Vigília Cidadã, todos se mostram agradecidos pela receptividade e integração do Projeto Territórios do Petróleo, além de poder compartilhar o saber adquirido, em suas respectivas comunidades. Eles que demonstram satisfação com a aprendizagem sobre os *royalties*, a vigília cidadã e o controle social.

A proposta do projeto Territórios do Petróleo, atrelado ao Licenciamento Ambiental, é constantemente desenvolvida no

⁷ Esta seção é uma produção coletiva, da qual são autores os integrantes dos Núcleos de Vigília Cidadã, cujos nomes estão listados ao final deste capítulo.

NVC de Carapebus. Diante disto, os integrantes relembram as ferramentas aprendidas com foco na participação social e relatam o domínio na consulta dos repasses das rendas petrolíferas, além das redações que geraram os boletins informativos cujas pautas foram definidas pelo próprio grupo.

A atuação do NVC em atividades como a IV Oficina de Vigília Cidadã com o tema “*Royalties* e Participação Especial” e como a construção de um dossiê para o Inventário Participativo foram destacados como motivadoras pelo Núcleo. Outra experiência enriquecedora foi a visita ao Espaço de Interpretação (EI), quando os Sujeitos da Ação Educativa (SAE) foram motivados pela exposição da linha do tempo, retratando a história do petróleo no Brasil e no mundo.

Com base no Plano de Trabalho (PETROBRAS/UENF, 2016), o grupo ressalta a importância das fontes e do material de consulta e estudo, devidamente disponibilizados nos *sites* específicos (ANP, entre outros) e com fácil acesso no Núcleo de Vigília Cidadã. Assim, foi possível dialogar de forma qualitativa com o Poder Público (Secretaria Municipal de Meio Ambiente), utilizando informações de base, na prática do controle social, levando em consideração a legislação de distribuição e aplicação dos *royalties*, entre outros, como a Lei de Acesso à Informação (nº 12.527/11).

O NVC aponta que a fase II do projeto Territórios do Petróleo teve um “excelente ganho com a chegada de novos integrantes. Desta forma, o Núcleo ressalta a participação efetiva como ponto positivo no desenvolvimento das atividades. As diferenças que, por hora, podem parecer negativas, aparecem para o Núcleo de Vigília como algo positivo, resultando em uma maior união entre os diferentes perfis e na troca de experiências de vida.

Durante a construção deste conteúdo, o grupo apontou como ponto positivo a coordenação do projeto que propicia ao NVC liberdade, autonomia e excelência na aprendizagem, desenvolvida durante o processo formativo e informativo.

O crescimento individual também foi registrado por parte dos

integrantes. Conhecer novas pessoas, perder a timidez (exposição de ideias), aprender e compartilhar conhecimentos e saberes e adquirir confiança e companheirismo dentro do Núcleo - tudo isto foi conquistado pelo NVC de Carapebus neste processo de educação ambiental, proporcionado pelo Projeto Territórios do Petróleo.

Referências

GANTOS, Marcelo. “Territórios do Petróleo”: uma experiência de educação ambiental no âmbito do licenciamento ambiental de petróleo e gás no Brasil. In: **A caravana territórios do petróleo: ressignificando a educação ambiental na Bacia de Campos**. Campos dos Goytacazes/RJ. Eduenf, ano 2016. pp. 33-38.

PETROBRAS/UENF. **Plano de trabalho do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã na Bacia de Campos**. Rio de Janeiro: Petrobras, abril de 2016.

4.3. Rio das Ostras e Macaé: a diversidade como aliada na Vigília Cidadã

Lucimara Martins de Souza
Nathally da Silva Carvalho
Felipe Amaral de Vasconcellos

Como apontado no capítulo anterior, ter um grupo heterogêneo pode significar uma potencialidade, mas também gerar alguns conflitos que necessitam ser mediados pelas equipes técnicas do projeto. A presença de pessoas com diversas vivências de mundo, experiências pessoais, e pertencentes a grupos sociais e faixas etárias distintas, caracteriza os Núcleos de Vigília Cidadã do PEA Territórios do Petróleo. O público diversificado e seus inúmeros saberes são um desafio para a mediação dos conflitos. Lidar com a mediação dos saberes pode facilitar a aprendizagem dos sujeitos da ação educativa, fortalecendo o grupo e transformando os conflitos gerados em bons frutos de uma convivência pacífica e conciliada.

Nos Núcleos de Vigília Cidadã de Macaé e Rio das Ostras existem algumas características advindas da heterogeneidade importantes a serem destacadas, dentre elas os níveis distintos de acesso a informação, escolaridade, grupos sociais e faixas etárias. Todas essas características geram alguns conflitos de saberes que precisam ser mediados para que as atividades aconteçam com a participação ativa de todos os integrantes, para que eles sejam ouvidos e, principalmente, para que todos tenham voz. O processo de aprendizagem só é completo quando há troca de saberes, troca de experiências, troca de informações. Com um grupo tão diverso isso só pode ocorrer quando há uma boa mediação de conflitos. Por sua vez, a

mediação, durante a aplicação de uma metodologia, prescinde de atenção e sensibilidade para com as manifestações dos participantes. É preciso reestruturar as metodologias em questão conforme essas manifestações, considerando, assim, o espaço para o protagonismo do grupo no desenrolar das atividades propostas. Mediante as reações do grupo, conseguimos atender às suas demandas identificadas e, dessa forma, proporcionar o melhor aprendizado para todos e todas.

Os mecanismos de avaliação das atividades desenvolvidas constituem-se num processo extremamente importante, já que revelam, por meio do olhar dos integrantes, seus pensamentos com relação às informações comunicadas, às metodologias e à apreensão dos conteúdos. Assim sendo, destaca-se que saber ouvir o outro se faz relevante e indispensável. É preciso que esse exercício aconteça em via de mão dupla — entre mediador(a) e participantes entre si — facilitando a mediação de conflitos.

A experiência com os Núcleos revelou que muitos dos conflitos de saberes são mediados com o uso de metodologias nas quais a fala simples e clara é prioridade. O uso de linguagem técnica ou rebuscada é um problema real que atrapalha e até mesmo desestimula o aprendizado e a troca saudável de experiências, inclusive entre aqueles que têm mais familiaridade com o assunto tratado. Quanto mais acessível for a linguagem, mais o (a) mediador (a) conseguirá aproximar-se das pessoas e transpassar o desafio de congregar distintos níveis de acesso a informação, distintos níveis de escolaridade e faixas etárias, por exemplo.

Não há dúvida de que o (a) mediador (a) tem uma função extremamente importante nesse processo de aprendizado, mas, de fato, sua função deve passar despercebida pelo grupo, ou seja, ele(a) não pode ser uma figura mais importante que

as demais. Com isso, é possível garantir uma aproximação necessária para um aprendizado mútuo, gerando troca de saberes. Os atores sociais envolvidos nesse processo são, conforme dito anteriormente, pessoas com os mais diversos saberes e experiências que precisam ser respeitadas em suas particularidades. Ao mesmo tempo, são necessárias condições para que esse respeito às individualidades não comprometa a construção dialogada, participativa e reflexiva. Atender ao coletivo em meio a tão rica diversidade, como já explicitado, constitui-se um constante desafio, porém apresenta infinitas possibilidades quando se faz presente o respeito pelo outro, o que amplia e revitaliza um contínuo exercício de cidadania. Nesse contexto, os acordos de convivência são um mecanismo participativo facilitador da mediação de possíveis conflitos decorrentes da heterogeneidade de perfis presentes nos grupos e, por vezes, a efetiva apropriação dessa ferramenta por parte dos integrantes promove uma autorregulação na relação interpessoal que oportuniza o devido tempo não só de fala, como do ouvir.

Assim sendo, o conceito de Vigília Cidadã vem sendo um exercício constante no qual o sentido de estar vigilante remete, inclusive, a um processo de perceber-se a si e ao outro. Gera um aprendizado mútuo que reconhece e incentiva as potencialidades individuais. Garante, assim, harmonia e crescimento coletivo que culmina num exercício de cidadania que vai além do tempo espaço, fazendo germinar as informações recebidas pelos integrantes do Núcleo de Vigília Cidadã.

4.3.1. NVC de Macaé⁸: Reflexão e informação sobre *royalties* para a construção coletiva de uma cidade melhor

A construção coletiva que é o Núcleo de Vigília Cidadã, além de nos proporcionar conhecimento teórico sobre *royalties*, também proporciona a vivência com outras realidades, assim como muitos outros conhecimentos para a vida.

O projeto desenvolve-se a partir das trocas entre os membros e suas experiências. Quando nos reunimos, aprendemos conjuntamente. Cada membro do Núcleo, com suas vivências e sua perspectiva crítica, contribui para ampliar as visões sobre a nossa cidade e assim começar a pensar em formas de melhorá-la. Isso se reflete positivamente em outras ações que empenhamos.

Um pouco do que é conquistado nas reuniões, nas dinâmicas e oficinas, pode ser levado conosco aos diferentes ambientes por meio da nossa interação em casa, com amigos, e em nossas comunidades. Portanto, o conhecimento não se limita aos ambientes de reunião, mas segue conosco nas demais ações e participações sociais, nos incentivando cada vez mais a adquirir conhecimentos sobre os assuntos que perpassam, tanto negativamente como positivamente, nosso cotidiano.

Há também, dentro dessa experiência, reflexões provocadas sobre a cidade e suas transformações ao longo dos anos, o que provoca, muitas das vezes, o surgimento de sentimentos como a nostalgia. É através da história de vida dos membros do Núcleo

⁸ Esta seção é uma produção coletiva, da qual são autores os integrantes dos Núcleos de Vigília Cidadã, cujos nomes estão listados ao final deste capítulo.

que acaba sendo contada a história de Macaé. Esse conhecimento estimula a nossa participação e reforça a percepção da nossa importância na construção de um futuro.

A experiência de participar do Núcleo também auxilia nossa atuação no trabalho em nossas comunidades. O conhecimento compartilhado traz alternativas para solucionar problemas comuns aos bairros, como, por exemplo, a dificuldade ao acesso a profissionais de serviços gerais, dentre outros. Ajudar os companheiros na construção de uma biblioteca comunitária ou na elaboração de um Guia de Serviços nas associações de moradores facilitaria o acesso à leitura e ajudaria os trabalhadores locais. Isso expõe um pouco da troca e das ações conjuntas proporcionadas pelo Núcleo.

Um dos desafios da nossa atuação é transformar informações de complexidade técnica em formas simples de dizer as coisas. Esse exercício de comunicação facilita a compreensão e a participação cidadã nos temas ligados aos *royalties*, ampliando a percepção dos mecanismos democráticos de participação e aumentando sua qualidade. Como quando interferimos através de um ofício, junto a outros Projetos de Educação Ambiental, pela remarcação de uma audiência pública, evitando que prosseguisse uma ação que não atendia às exigências da lei; demonstrando a interferência positiva onde vivemos. Isso acende em nós uma esperança na construção coletiva e um incentivo para que continuemos.

Mesmo que sejamos poucos, compreendemos a importância do nosso papel e a grandiosidade dos nossos desafios.

4.3.2. NVC de Rio das Ostras⁹: Conscientização e participação para o melhor exercício da cidadania

O projeto Territórios do Petróleo possibilita ao NVC de Rio das Ostras, por meio das reuniões ordinárias, de oficinas, palestras e outras ações, o acesso às informações sobre leis que favorecem o exercício da cidadania e controle social. Essas reuniões entre membros ativos e participantes, realizadas mensalmente em clima de muita harmonia, têm como objetivo contribuir e esclarecer os participantes com informações sobre *royalties* e participações especiais, orientando o integrante a procurar fontes confiáveis e oficiais, em sites como o Info *Royalties*, ANP e outros, além de incentivar a leitura do diário oficial e da lei orgânica da cidade.

O processo de aprendizagem sobre o funcionamento de políticas públicas e a incidência dos *royalties* no desenvolvimento social transforma o cidadão em pessoa alerta sobre o que acontece em sua região. Assim, o membro do NVC adquire mais autonomia no acesso a informações que o ajudarão a exercer uma participação de qualidade no controle social da gestão de recursos das rendas petrolíferas. Esse tipo de atuação enriquece cada membro individualmente e o grupo como um todo.

A atratividade pelo conhecimento leva ao aprendizado de todas as pessoas independente de classe social ou diversidade

⁹ Esta seção é uma produção coletiva, da qual são autores os integrantes dos Núcleos de Vigilância Cidadã, cujos nomes estão listados ao final deste capítulo.

pessoal, criando o esclarecimento como fator multiplicador e gerando a divulgação de informações para mobilizar pessoas. Todos que se permitem conhecer o projeto sentem-se atraídos pelo tipo de informações que são adquiridas em reuniões harmoniosas e bem direcionadas.

Palestras de profissionais de diversas áreas e oficinas sobre como construir um projeto social são práticas efetivas do nosso Núcleo, que auxiliam a melhor compreensão desses assuntos relevantes para toda a sociedade. Com essas ações, conseguimos ter melhor visão do que é importante para pôr em prática o que estamos aprendendo com o grupo do NVC, transformando as pessoas para um melhor desenvolvimento social.

Nesse processo, conseguimos divulgar informações necessárias para a população fortalecer-se em sua participação social, tendo como resultado a motivação dos membros para atuar nas atividades dos conselhos municipais (meio ambiente, saúde, orçamento participativo, etc.). Essa atuação com certeza contribui para uma sociedade mais participativa e integrada.

O meio ambiente é preocupação pertinente a todo cidadão que se permite atuar positivamente na busca de soluções plausíveis para nossa qualidade de vida. Portanto, defendemos a importância da diversidade geracional na composição do grupo, mas consideramos importante atrair jovens para nossas discussões participativas, como um dos objetivos da criação do Núcleo de Vigília Cidadã. O ingresso de novos jovens, recentemente, vem trazendo o frescor de renovação ao grupo.

Construir uma sociedade participativa é tarefa difícil que inclui vários fatores como: 1) aprendizado de como interagir com a coletividade; 2) conhecimento de como se constitui um processo social para estimulação do controle social; 3) disseminação da informação para exercício da cidadania; 4)

responsabilidade do crescimento dessa participação. Tarefas vistas por muitos como impossíveis, ou pelo menos de difícil conclusão, são encaradas pelos nossos integrantes como um exercício saudável de nossa cidadania.

O trabalho do grupo de Vigília Cidadã é de conscientização e participação, observando o respeito para com seus integrantes e a tolerância com suas dificuldades. Isso tudo constitui “exercer a cidadania”, que envolve a tomada de consciência de direitos e deveres de cada um de nós com relação ao mundo que nos cerca.

Assim sendo, consideramos relevante citar aspectos da trajetória do NVC de Rio das Ostras quanto ao sentimento de pertencimento e engajamento que marcaram a permanência do grupo coeso e realizando reuniões mesmo durante a paralização das atividades do projeto Territórios do Petróleo no ínterim entre as suas fases I e II. Recentemente, podemos citar a experiência exitosa de mobilização autônoma do grupo que culminou com o ingresso de cinco integrantes no Conselho de Planejamento e Orçamento Participativo de Rio das Ostras. Isso nos leva a conclusão de que as reuniões ordinárias e a formação que o projeto contempla vêm impactando o exercício da cidadania dos membros do NVC e produzindo resultados concretos e efetivos nas ações de participação social.

4.4. Armação dos Búzios e Casimiro de Abreu: A educação popular e os *royalties* do petróleo: Aprendendo os caminhos da Vigília Cidadã

Elizabeth Porto da Silva Rangel
Jamile de Almeida Marques da Silva
Lara Mattos Martins

Os Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) de Armação dos Búzios e Casimiro de Abreu possuem distintas características. Para a equipe técnica, foram encontrados dois grandes desafios: a vasta distinção social e geográfica entre os municípios e as pluralidades internas de cada Núcleo. Para equalizar esses desafios, as equipes buscaram desenvolver metodologias que contemplassem ambos grupos e, ao mesmo tempo, com as devidas adaptações, respeitassem as particularidades pessoais dos integrantes, dos Núcleos e das mediadoras.

Nesse sentido, as mediações dos saberes buscam, na educação ambiental crítica, a instrumentalização para

Promover a compreensão dos problemas socioambientais em suas múltiplas dimensões: geográficas, históricas, biológicas, sociais e subjetivas; considerando o ambiente como o conjunto das inter-relações que se estabelecem entre o mundo natural e o mundo social, mediado por saberes locais e tradicionais, além dos saberes científicos (CARVALHO, 2004, p. 21).

A mediação dos múltiplos saberes e a facilitação para o aprendizado foram desenvolvidos por meio do diálogo entre a educação ambiental crítica e a educação popular. As metodologias desenvolvidas para dar segmento técnico às atividades dos Núcleos de Vigília Cidadã de Armação dos Búzios e Casimiro de Abreu foram inspiradas em técnicas, bibliografias e métodos pedagógicos já existentes na educação ambiental crítica e popular. Abordam técnicas metodológicas de diagnósticos participativos, em que problemas e conflitos socioambientais são reconhecidos e “buscam superar a consciência ingênua e promover a consciência crítica sobre o território em questão” (BERNAL, 2015 p. 22).

Compreendendo que os impactos socioambientais ampliam-se nos territórios e atingem de maneira diferente diversos grupos sociais, o diálogo entre as diferentes maneiras de interpretar a realidade e o prisma de cada indivíduo é considerado como uma potencialidade para que as reflexões e ações sejam pensadas de maneira coletiva, garantindo que as mitigações dos impactos possam alcançar dimensões maiores que em grupos e localidades.

Frederico Loureiro escreveu, em seu texto “Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos”, que “não há democracia nem educação para a cidadania sem a explicitação de conflitos” (LOUREIRO, 2004, p. 08). Dessa maneira, as metodologias educativas e de mediação foram cuidadosamente pensadas para contemplar a diversidade dos atores integrantes dos Núcleos e dos interesses institucionais envolvidos, considerando que o conflito é inerente ao processo educacional e é motor para a compreensão emancipatória da realidade.

Antes da execução das atividades, são realizados estudos das metodologias e elaboradas estratégias de adaptação para contemplar os objetivos do PEA Territórios do Petróleo, os interesses peculiares a cada Núcleo de Vigília Cidadã e

conformar o direcionamento da atividade com foco no licenciamento ambiental e nas diretrizes da Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama N°01/10 (BRASIL, 2010), utilizando os referenciais pedagógicos da educação ambiental crítica.

Por mais que a base técnica e conceitual para a elaboração das atividades seja a mesma, a equipe técnica compreende que há um processo de troca de saberes e escuta sensível que admite a necessidade de adaptações flexíveis às diversas realidades dos integrantes dos NVC, dos municípios e das próprias mediadoras, uma vez que a diversidade de conhecimento enredados no processo educacional torna todos sujeitos da ação educativa. José Quintas escreveu, em 2014:

Neste sentido, teoria e prática são indissociáveis, são faces de uma mesma moeda. Portanto, o atingimento dos objetivos de aprendizagem passa, necessariamente, pela articulação dos elementos estruturantes do processo de ensino-aprendizagem: conteúdo, subjetividade e contexto na perspectiva da unidade teoria – prática (QUINTAS, 2004, p. 134).

A equipe técnica de Búzios e Casimiro compreende que a prática educacional com mediação dos saberes, mediação de conflitos e facilitação para o aprendizado só é realizada, de fato, quando as educadoras admitem também que são educandas, quando a realidade, contexto social e práticas culturais são próximas e não estranhas às mediadoras. Portanto, teoria, prática e troca de conhecimento são balizas para boas práticas de educação ambiental crítica realizadas nos municípios.

Referências

BERNAL, A. B. (org). **Apoio à implementação do Programa de educação ambiental e agricultura familiar nos territórios:**

volume 4 – Fundamentos e estratégias para a educação ambiental na agricultura familiar. Brasília: MMA, 2015.

BRASIL – Ministério do Meio Ambiente. **Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama N° 01/10:** Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Brasília: 2010.

CARVALHO, I. C. de M. “Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: **Identidades da educação ambiental brasileira.** Brasília: Ministério da Educação, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. “Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos”. **Gestão em Ação**, Salvador, v. 7, n. 1, 2004, pp. 37-50.

QUINTAS, J. “Educação No Processo De Gestão Ambiental: Uma Proposta De Educação Ambiental Transformadora E Emancipatória”. In: **Identidades da Educação Ambiental Brasileira.** Brasília: Ministério da Educação, 2004.

4.4.1. NVC de Casimiro de Abreu¹⁰: Trabalho, amigos e conquistas: a experiência do NVC de Casimiro de Abreu durante a fase II do PEA-TP

Nós, integrantes do NVC de Casimiro de Abreu, consideramos que uma das primeiras conquistas do grupo foi a consolidação da sede em nosso município. Frequentamos a sede sempre que podemos para fazer pesquisas, tomar um café, realizar rodas de conversa e encontrar com os amigos que fizemos ao longo dos anos. As reuniões ordinárias também são muito importantes para todos nós porque permitiram que, em contato com opiniões diferentes e com metodologias novas e variadas, pudéssemos entender melhor a importância de exercitar o controle social. Entre os ganhos que tivemos durante a fase II, destacamos o aprimoramento do olhar crítico sobre os assuntos relacionados à gestão municipal e o fortalecimento da consciência cidadã. Hoje, sem dúvidas, estamos mais capacitados para nos organizar e agir, buscando melhorar a situação do nosso município e lutar por justiça social.

Aprendemos, durante essa fase do Territórios do Petróleo (TP), sobre as leis que compõem o ciclo orçamentário municipal, tais como a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), além do Plano Plurianual (PPA). Destacamos, também, que passamos a entender com maior profundidade sobre como os recursos advindos dos *royalties* e

¹⁰ Esta seção é uma produção coletiva, da qual são autores os integrantes dos Núcleos de Vigilância Cidadã, cujos nomes estão listados ao final deste capítulo.

das participações especiais são e devem ser aplicados, de onde vem e como são distribuídos. Esse conhecimento sobre as rendas petrolíferas, base para o planejamento das nossas ações, foi construído não apenas durante reuniões, mas em conjunto com outros NVC durante as oficinas e encontros de integração. Estar em contato com realidades diversas nos fortalece e nos ensina que é preciso tecer redes, afinal, somos diferentes mas temos muito em comum. Além do contato com os NVC, destacamos a nossa relação com o NEA-BC, outro Projeto de Educação Ambiental (PEA) presente no município. Acreditamos que essas articulações entre os nossos Núcleos e entre os PEA nos faz mais fortes porque ampliam e fortalecem nossos laços e capacidade de ação.

Por fim, gostaríamos de frisar que esse ano de diálogo e de muito trabalho contribuiu para que pudéssemos adquirir conhecimentos práticos, ligados à experiência. Aprendemos como se organiza uma reunião comunitária, como se escreve uma proposta de emenda para a LOA, entre outros exemplos, e temos o compromisso de passá-los adiante. Também realizamos campo exploratório em bairros impactados pela indústria do petróleo, frequentamos audiências na Câmara de Vereadores e audiências públicas, porque acreditamos que exercendo nossa cidadania nos tornamos melhores.

O PEA-TP mostrou-nos que não devemos somente cobrar, mas agir tanto individual como coletivamente na busca de soluções para os problemas presentes e futuros. Esperamos continuar adquirindo ainda mais conhecimento e aprendendo com todas essas informações que o PEA-TP nos apresenta para que possamos nos tornar cidadãos mais capacitados e mais conscientes diante dos fatos ocorridos durante as gestões municipais. Somos o Núcleo de Vigília Cidadã de Casimiro de Abreu e, trabalhando em equipe, nos tornamos mais motivados e responsáveis para exercer nossos direitos e deveres de forma atenta e realista.

4.4.2. NVC de Armação dos Búzios¹¹: Olhando o continente: a visão crítica e inclusiva do NVC de Armação dos Búzios sobre a realidade do município

Nós do Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) de Armação dos Búzios nos reunimos duas vezes por mês em um processo de troca de saberes para compartilhar informações sobre o uso e aplicação dos *royalties* de petróleo e participações especiais. Durante os dois anos da fase II do projeto, nos empenhamos em realizar o controle social dos recursos do município.

O Núcleo tem representantes de quase todos os bairros do município, além de representantes dos grupos impactados locais, pescadores e quilombolas. Temos também a participação de atores sociais que atuam nos conselhos municipais, em sindicatos, movimentos sociais, organizações estudantis, associações de moradores e associações de trabalhadores, o que contribui muito para o processo de aprendizagem do grupo, mostrando várias percepções e interpretações da administração pública local.

Nossas atuações no NVC ultrapassam as reuniões ordinárias. Nesse sentido, as informações adquiridas nas reuniões e nas oficinas são compartilhadas com a população, empoderando os sujeitos da ação educativa na participação em audiências públicas, debates públicos, atuação nos conselhos, nas escolas, nas associações e no seu dia a dia.

¹¹ Esta seção é uma produção coletiva, da qual são autores os integrantes dos Núcleos de Vigília Cidadã, cujos nomes estão listados ao final deste capítulo.

Durante as reuniões do ano de 2018, com o avanço dos debates e acesso a informações relacionadas às rendas governamentais, realizamos a elaboração do Plano de Ação do NVC de 2018, que estabelecia metas de ação para o exercício de participação e controle social no município. O plano era calcado em 3 ações, a) analisar se a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018 de Armação dos Búzios estava em conformidade com a legislação de aplicação dos *royalties* e participações especiais; b) quantificar a previsão de aplicação dos *royalties* e participações especiais para cada serviço municipal; c) acompanhar a efetiva aplicação dos recursos na realização de serviços públicos.

Para execução do Plano de Ação, utilizamos dois mecanismos. Primeiro, foram tabuladas todas as previsões de usos dos referentes recursos previstos na LOA 2018, facilitando consulta e análise dos dados. Depois, os integrantes do NVC iniciaram um processo de atuação nos espaços públicos como Câmara de Vereadores, audiências e consultas públicas.

Durante o processo de acompanhamento da LOA 2018, promovemos diversos debates sobre os impactos socioambientais dos *royalties*. Utilizando metodologias de Diagnóstico Participativo, nosso grupo ponderou as questões mais pertinentes a serem acompanhadas pelo controle social. Nesse momento, a união das opiniões decidiu que o Plano de Ação deveria se concentrar em temas ligados ao saneamento ambiental e à ocupação desordenada.

O empenho em acompanhar o saneamento ambiental e a ocupação desordenada resultou, no dia 30 de novembro de 2018, na realização da mesa-redonda. No debate, foram convidados 3 especialistas, sendo um integrante do Núcleo, uma servidora pública municipal e um especialista da Uenf. Essas atividades nos impulsionaram o NVC a dar mais atenção

à questão do saneamento, aumentando sua participação em espaços onde a temática é discutida.

Além do estudo e análise do orçamento público, realizamos a análise da Lei Orgânica Municipal, que proporcionou instrumentalização para elaborar e propor emenda ao projeto da Lei Orçamentária Anual 2019 (PLOA). A proposta foi entregue ao presidente da comissão de orçamento e finanças da Câmara dos Vereadores em debate público do orçamento para 2019, dia 12 de dezembro de 2018, sugerindo alternativas ao município para melhorar o acesso ao saneamento ambiental pela população nos bairros fora da área peninsular.

Outra realização que consideramos importante para o Núcleo foi a elaboração dos boletins digitais, que contribuiu para a divulgação das informações sobre as normas para recebimento, uso e aplicação dos *royalties* de petróleo no município, dando à população publicidade do resultado das atividades desenvolvidas pelo Núcleo.

4.5. Arraial do Cabo e Cabo Frio¹²: A educação socioambiental e seus desafios

Gabriel Ribeiro
Maria Cristina Cesário
Maria da Conceição Pavão Leite

“Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. (Michel Foucault)

A atuação da equipe técnica em um Projeto de Educação Ambiental que trabalha temas voltados para os impactos socioambientais difusos advindos da cadeia de petróleo e gás é um desafio pois, naturalmente, lida-se com um público direto diverso. Os participantes são oriundos de várias localidades do município, possuem níveis diferenciados de conhecimento, de experiências, interesses e vivências na vida cotidiana, no trabalho, na família e na vida pública, vivências essas que se dão pela interação social.

Na busca pela troca e construção de conhecimento, usam-se metodologias e recursos metodológicos variados para abordar os mais diversos temas em torno do objetivo de mitigar a desinformação sobre as rendas petrolíferas e incentivar o controle social qualificado por parte dos integrantes de comunidades afetadas.

¹² Esta seção é uma produção coletiva, da qual são autores os integrantes dos Núcleos de Vigília Cidadã, cujos nomes estão listados ao final deste capítulo.

A linguagem popular também se faz presente. Ela possui um papel importante na mediação dos saberes em um grupo diverso, promovendo a facilitação para o aprendizado. A equipe, por sua vez, atua como facilitadora do processo de organização na construção de ações voltadas à participação dos cidadãos nos espaços públicos de discussões sobre demandas municipais.

O público, ao se aproximar das atividades do projeto, na maioria das vezes está descrente em consequência do descaso e abandono da gestão pública municipal. Esses fatores dificultam a visão do indivíduo para a coletividade, não permitindo uma amplitude do problema numa escala que vá além do seu bairro ou município. Está aí um dos maiores desafios encontrados pela equipe técnica do projeto: a busca da desconstrução do individualismo. Cabe, então, à equipe técnica mediar o debate, chamando a atenção para o agir social e para a percepção da coletividade, potencializando que todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas, entendendo que todo conhecimento deve ser valorizado.

4.5.1. NVC de Cabo Frio¹³: A construção coletiva do conhecimento através da participação no projeto Territórios do Petróleo

O Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) de Cabo Frio destaca como relevante para a participação social toda a temática abordada no projeto, principalmente o conhecimento adquirido a respeito dos recursos dos *royalties* e participações especiais que chegam ao município, já que boa parte dos integrantes, antes de conhecer o projeto, se quer sabia da existência desse recurso no orçamento público municipal. O relato de um dos integrantes do NVC retrata essa realidade: “Bom, para mim, quando eu comecei a participar das reuniões do NVC me abriu muito o entendimento porque eu não tinha conhecimento nenhum sobre os *royalties* e como ele deve ser usado e etc”.

Outro ponto levantado pelos integrantes foi a diversidade existente no grupo e no projeto como fator positivo para que haja troca de conhecimentos, experiências, respeito às diferenças ideológicas e, conseqüentemente, um espaço democrático de discussão. Foi evidenciado a diferença de idade, gênero, escolaridade e bairros representados dentro do NVC. Essa pluralidade proporciona uma visão mais ampla da realidade do município, pois traz demandas de vários lugares com pontos de vistas diferenciados. Como se destaca nas falas dos integrantes do NVC:

¹³ Esta seção é uma produção coletiva, da qual são autores os integrantes dos Núcleos de Vigília Cidadã, cujos nomes estão listados ao final deste capítulo.

“Nossas reuniões do NVC são relevantes e ajudam na minha participação social. Pois o grupo conta com integrantes de vários bairros, possibilitando uma análise mais ampla e geral das demandas que o município tem. Isso fortalece nosso entendimento da realidade local e nos deixa preparados para estar nos espaços que discutem assuntos que são pertinentes à sociedade de Cabo Frio”.

“Me dá orgulho de ver os jovens do nosso grupo participando ativamente das reuniões e dos mais idosos estarem buscando novos conhecimentos”.

“Gostaria de destacar o aprendizado que obtive convivendo com pessoas dos diversos Núcleos de diferentes origens e histórias, me deu bastante perspectiva da realidade brasileira. Em muitos sentidos, desmistificou minhas preconceções e fortaleceu minha percepção de quão valioso é esse processo de escuta e equalização das vozes advindas das bases, em especial das vozes mais oprimidas, e mais importante o processo de transformar suas demandas, e em alguns casos, suas soluções em políticas públicas”.

O grupo enfatiza vários pontos que contribuem para a participação nos espaços públicos de decisão do município e também dos seus bairros. Para essa participação qualificada, foi fundamental conhecer o orçamento público em suas várias etapas, buscando novas informações nos debates que acontecem acerca dos assuntos pertinentes ao município, entendendo que fiscalizar os recursos públicos é mais que um direito, é um dever cidadão. A mediação entre os saberes acadêmicos e popular é outro destaque levantado pelo grupo.

“A partir do NVC eu conheci a fundo sobre os *royalties*, participação popular e sobre orçamento, como é separado e as suas etapas”.

“A fiscalização é totalmente importante e me fez perceber que a sociedade civil tem um peso muito importante nas decisões públicas, e eu realmente consegui entender isso. E tudo isso teve um peso tão importante na minha vida! Eu pude abrir os olhos para cumprir o dever que é meu por direito. Aliás, participar de todas as decisões públicas não é uma opção, é direito”.

“Entre as várias temáticas discutidas nas reuniões ordinárias, uma que mais me marcou foi a da “Árvore do Conhecimento” que discutiu intensamente temas como saúde, educação, mobilidade urbana, turismo e saneamento básico”.

“Participando das reuniões meu conhecimento sobre o assunto vem crescendo cada dia mais e o mais interessante é que quando falávamos de *royalties*, fiscalização e sobre cobrar o poder público, era algo que parecia estar muito longe do nosso alcance. Mas, com as reuniões com a equipe e os outros participantes vimos que é algo que podemos sim fiscalizar, podemos cobrar porque é um direito nosso e graças ao NVC hoje eu sou uma pessoa diferente”.

“Orgulho de estar sendo valorizado por pessoas/professores da Universidade. Em ver que há essa troca de conhecimento entre os pesquisadores e a população”.

4.5.2. NVC de Arraial do Cabo¹⁴: O despertar para o controle social

“Quando todos pensam igual é porque ninguém está pensando”. (Walter Lippman)

Segundo relatos dos integrantes do Núcleo de Vigília Cidadã (NVC) de Arraial do Cabo, o desenvolvimento do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP), durante a fase II, provocou-lhes reflexões profundas sobre o seu papel de cidadania. Enfatizaram a importância do conhecimento acerca das rendas petrolíferas, sendo esse o principal pilar dos saberes adquiridos.

Os integrantes, através das formações, reuniões ordinárias, oficinas, encontros regionais e outras atividades, puderam perceber-se como cidadãos atuantes, sujeitos ativos e empoderados, capazes de utilizar as ferramentas adquiridas ao longo desse processo. Eles passaram a reconhecer os seus direitos sociais, que permitem o exercício do controle social da aplicação de *royalties* e participações especiais recebidos por seu município. Hoje, entendem que os *royalties* estão relacionados aos interesses também da população, uma vez que esse recurso pode ser direcionado a benefícios socioambientais. Além disso disseram entender que o PEA-TP existe com o propósito do cumprimento de exigências legais, em busca de trazer visibilidade às comunidades vulneráveis que possuem necessidades quanto ao investimento de rendas tão importantes na composição do orçamento público municipal.

¹⁴ Esta seção é uma produção coletiva, da qual são autores os integrantes dos Núcleos de Vigília Cidadã, cujos nomes estão listados ao final deste capítulo.

Os mesmos relatam a experiência de colocar-se no lugar do outro, atuando no município em sua totalidade, abrindo mão da individualidade e optando por trabalhar pelo coletivo.

O exercício pleno da cidadania, motivado pelos conhecimentos e esclarecimentos do referido projeto, tem despertado nos membros do NVC o interesse pela participação em espaços públicos com voz ativa, proporcionado presença nos processos de tomada de decisões, fiscalização e no controle de gastos públicos em conselhos municipais. Exemplos disso são as atuações nos conselhos das áreas de saúde, meio ambiente, segurança, educação, entre outras, além da participação ativa e efetiva em audiências públicas. Valendo ressaltar que boa parte desses conselhos tem cadeiras ocupadas por integrantes do NVC, que passaram a participar ativamente desses espaços após sua entrada no projeto. Eles aprenderam como utilizar o conhecimento obtido para fazer valer o seu direito de cidadão, garantido pela Constituição Federal de 1988, que permite que o povo participe da elaboração das políticas públicas e siga vigilante na aplicação dos recursos públicos.

Aqui, seguem alguns pequenos relatos de membros do Núcleo de Vigília Cidadã:

“O PEA-TP teve uma importância significativa no despertar para o Controle Social sobre os recursos advindos da exploração do petróleo na Bacia de Campos/RJ. É importante destacar que a composição dos NVC por diferentes grupos sociais trouxe grandes avanços na formação de um pensamento mais holístico das demandas sociais. Acredito que hoje estamos basicamente capacitados para, de forma ordeira e transparente, cobrar das autoridades competentes uma melhor aplicação dos recursos dos *royalties*, tendo como fundamento a participação da sociedade”.

“Comecei a fundamentar meus conhecimentos e ampliá-los no Territórios do Petróleo, tomando conhecimento

dos benefícios que esse projeto está trazendo para nossa comunidade”.

“Tenho ganhado um grande conhecimento sobre o que é *royalties* e controle social. Está me ajudando a entender o que acontece em minha cidade”.

“Aprendi muito nas reuniões, nos encontros e em outras atividades do projeto. Se eu conseguisse me ver quatro anos atrás, na primeira reunião do projeto, não me reconheceria”.

“Quando a gente entrou no NVC, praticamente não sabíamos muita informação sobre os *royalties*, e quando a gente queria cobrar algo do poder público, a gente não tinha respaldo e não sabíamos de algumas leis. Com as informações que os técnicos nos trazem, nos incentivam a pesquisar, a estudar mais. Isso me ajudou muito da seguinte forma: hoje em dia consigo falar tanto para outras pessoas da sociedade, como para qualquer outra pessoa do poder público e cobrar, pois, tenho informações corretas. Tem contribuído muito para minha formação”.

“Desde que passei a frequentar tenho alcançado uma ampla visão dentro do controle social. Vejo o Núcleo como exercício da cidadania, democrática e verdadeira, assim como os outros PEA, mas, em se tratando de *royalties*, o Territórios veio agregar muito conhecimento e informação. Antes, não adiantava nada vir milhões e milhões de *royalties* para o município e nós cidadãos sem conhecimento, sem bagagem, formação nenhuma, daí a importância do projeto”.

“As nossas reuniões ordinárias do projeto Territórios do Petróleo, na qual sou integrante do Núcleo de Vigília Cidadã, contribuíram muito em conhecimento para que pudesse exercer minha cidadania em reivindicar políticas

públicas para o meu município, pois com conhecimentos profundos desse assunto, posso exigir melhorias nas políticas públicas que temos direito, obrigação do gestor público realizar”.

Este capítulo foi construído coletivamente pela equipe técnica do PEA Territórios do Petróleo e os integrantes dos seus dez Núcleos de Vigília Cidadã.

- NVC Campos dos Goytacazes:

Adriana Maria dos Santos Barreto
Bianka Alvarenga Guimarães Campos da Silva
Cláudia Maria dos Santos Souza Barreto
Cremilsa de Souza Ribeiro
Daiana Ribeiro de Lima Mattos
Iasmim Eduardo Gonçalves
Ketelle dos Santos Souza
Maria Clara dos Santos Barreto
Maria de Lourdes Cruz do Nascimento Magno
Nicolle Cristine Dias Cobello Costa
Ricardo Argemiro Candido
Saturnino Rodrigues da Silva

- NVC São João da Barra:

Adriana Gomes Rangel
Ângela Maria Codeço Resende
Eliane Menezes de Souza
Jeferson Barbosa de Almeida
Jessiane Barbosa de Almeida
Jéssica Barbosa de Almeida
Joberto da Silva Pessanha Júnior
Josana Vitória da Silva de Souza
Maria de Fátima Costa da Conceição
Maria Helena Vicente
Marilda Barbosa
Matheus de Almeida
Rayane Barbosa de Almeida
Rodrigo de Souza Alves
Victor Hugo Manhães Meireles

- NVC Carapebus:

Alinna Teotonio Carvalho
Bryan Brendho T. Almada Ávila
Clarim Moura dos Santos
Edilson Jage Batalha
Idilsa Teotonio
Maria de Lourdes Ravallet do Amaral
Priscila Maria de Vasconcellos
Sumara Zulo dos Santos

- NVC Quissamã:

Geralda Alves Rodrigues
Irinice Cunha da Fonseca
Janaína Pessanha Patrocínio
Lilai de Souza Centeio
Marcos Vinícius Cunha da Fonseca Germano
Regina Coeli da Rocha Macedo
Vilton Luiz Silva dos Anjos

- NVC Rio das Ostras:

Alberto Carlos Paula de Souza
Cailane Oliveira Santos
Juscemar Christiane Raymundo
Karolaine Souza Silva
Marcela Araújo de Amorim
Marly Araújo de Carvalho Gonçalves
Mônica Carvalho de Souza
Oscar Alberto Valli
Pedro Barbosa de Carvalho
Thais Martins Azevedo
Wilson Eigi Iwasa

- NVC Macaé:

Cláudia Márcia Viana da Silva
Júlia Martins Rocha
Keyjlah Resgalla
Marcelo Silva Ferreira
Marcos André da Silva
Marilúcia Aparecida Soares
Pedro Paulo Nunes Rodrigues Pimentel

- NVC Armação dos Búzios:

Elizabeth Fernandes Teixeira
Isabella Ferreira da Paixão
Jaqueline dos Santos
Jefferson dos Santos de Souza
Joil Pinto
Kauã Rocha de Oliveira Nogueira
Kilma Thais da Silva Pereira
Marcos Santos da Silva
Maria Amélia Melo de Carvalho
Maria Augusta Leite de Santana
Miguel Diógenes da Silva
Neusa Carvalho Silva
Olivia Garcia da Silva Santos
Renan Teixeira Fernandes
Roberta Gonçalves de Azevedo
Tailane dos Santos
Thiago Andrade

- NVC Casimiro de Abreu:

Edson do Nascimento Antunes
Ivone de Souza Gonçalves dos Santos
João Victor da Silva Soares
Jorge Neves

José Tiago Franco Júnior
Larissa de Paula Teixeira
Larissa Gonçalves dos Santos
Lucélia Alves de Lima Silva
Lúcia Helena Reis Assunção
Rosilene de Paula Brum

- NVC Arraial do Cabo:

Alexandre Silva Sampaio
Ana Paula da Conceição Pascoal
Chirley Cardoso dos Santos
Cleusa dos Remédios Rocha
Deoclécio Augusto Amorim dos Santos
Edgar Costa da Rosa
Gicelda Baunilha da Silva Branco
Jéssica Siqueira da Silva
José Hélio Nunes da Silva
Laurinda Magalhães da Silva
Nelson Cordeiro Monteiro
Raquel de Melo Rosa
Sandra Lucia Vianna Fonseca
Sebastião Ribeiro da Silva Filho
Tânia Maria Moreira Barbosa Farias

- NVC Cabo Frio:

Altair José de Oliveira
Beatriz Maria da Silva Lima
Eli da Costa Cardoso
Eliana Ferreira da Silveira
Joanita Carmem Rodrigues Lopes da Cunha
João Vitor Pavão Leite de Oliveira
Josias dos Santos Junior
Joyce Angélica Rosa Peroba

Luana Constantino Mota
Lucas de Freitas Rosindo
Marcos André de Oliveira Leal
Margarida Alves de Oliveira
Orlando Pacheco dos Santos
Raiure Baitinga Pereira



Parte 2:

**Metodologias
participativas para
formação crítica dos
NVC**

Capítulo 5

Metodologias Participativas

Suely Fernandes Coelho Lemos

Antes mesmo de ensejar quaisquer considerações a respeito das metodologias participativas, entende-se ser profícuo adentrar, ainda que de modo breve, na discussão sobre os termos que compõem o tema e que são fundantes para o delineamento do modo como aqui se concebe e direciona o uso de tais metodologias. Nesse sentido, propõe-se, nesta apresentação, uma rápida reflexão sobre participação e metodologia.

Participação pressupõe a integração de pessoas em torno de temas de interesse comum. Subjacente ao termo participação, estão os sentidos de cooperação, colaboração e ação coletiva. Essa palavra tem aplicabilidade em vários âmbitos da vida em sociedade. No aspecto social, a participação é essencial para se atingir objetivos comuns que resultem em transformações de interesses de cada grupo social. Na Educação, o termo está fortemente associado às políticas e às posturas educacionais na perspectiva crítica, em que a construção do conhecimento ocorre de forma colaborativa por meio do envolvimento direto dos sujeitos da ação educativa. Segundo Loureiro (2007, p.36) “participação diz respeito a ‘tomar parte’, mas é preciso entender que isso não é algo espontâneo ou dado, e sim aprendido e conquistado”. Portanto, segundo o autor, ela é fruto de construção coletiva e não de envolvimento hierarquizado. Ela se define pelo caráter das relações mais igualitárias no que diz respeito às atribuições, ao poder e às responsabilidades.

Aplica-se o termo metodologia à utilização de um ou mais métodos para se alcançar determinado objetivo. No campo educacional, a

metodologia é o caminho para se alcançar a efetividade da construção do conhecimento. Segundo Libâneo (1994, p. 150), “ Os métodos são, assim, meios adequados para realizar objetivos”. Compreender método de ensino à luz do autor, auxilia na reflexão de que eles são escolhas intencionais que os educadores fazem quando selecionam ações que consideram as condições da realidade e dos sujeitos a quem a ação educativa se dirige. Esse conjunto de ações denominado por métodos de ensino, possuem o objetivo de orientar as manifestações dos conteúdos e seus objetivos no processo de produção do conhecimento.

Nessa linha de argumentação, Libâneo destaca que:

Os métodos são determinados pela relação objetivo-conteúdo, e referem-se aos meios para alcançar objetivos gerais e específicos do ensino, ou seja, ao ‘como’ do processo de ensino, englobando as ações a serem realizadas pelo professor e pelos alunos para atingir os objetivos e conteúdos (LIBÂNEO, 1994, p.149).

Portanto, o método direciona o caminho para se atingir os objetivos da ação pedagógica e a forma de abordagem dos temas. Os recursos metodológicos podem ser definidos como meios que beneficiam o direcionamento e o desenvolvimento da ação educativa. De certo modo, eles dão vida e operacionalidade ao processo de ensino.

Em relação às metodologias participativas, é possível que no imaginário pedagógico surjam os termos: troca, coletivo e participação. As metodologias participativas, nesse entender, são aquelas que permitem diferentes conexões e favorecem o “significar” da ação educativa. Ao se referir ao processo de ensino-aprendizagem, a Instrução Normativa nº 2 de 27 de março de 2012 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 2012), no Art. 3º, parágrafo 2º, define metodologias participativas como “recursos técnico-pedagógicos que objetivam a promoção do protagonismo dos diferentes grupos sociais da área de influência da atividade ou empreendimento, na construção e implementação do PEA”.

O diálogo é peça fundamental no desenvolvimento de metodologias participativas e, a escuta atenta, desencadeia reflexões coletivas indispensáveis na construção dos conhecimentos e na efetividade da ação pedagógica. Por sua natureza, essas metodologias exigem envolvimento entre os sujeitos da ação educativa. Elas não se cristalizam, ao contrário, pressupõem um nível de flexibilidade aos objetivos propostos, que permite conhecer representações individuais e coletivas a respeito dos conhecimentos e saberes construídos no cotidiano dos seus sujeitos; valoriza experiências e considera as múltiplas visões sobre os problemas apresentados.

Tais metodologias recriam as relações tradicionais “professor-aluno” e favorecem o protagonismo dos sujeitos da aprendizagem, estimulando reflexões e/ou soluções para os desafios. Portanto, o educador assume outro paradigma em relação à sua postura no processo educativo, ele passa a compreendê-la como decorrente das relações, ou da capacidade coletiva de construir e concretizar as interações das pessoas entre si e com os conhecimentos. Sua atitude pedagógica não se resume à exposição direcionadora, mas ao compartilhamento de ideias e à sistematização, promovendo a consolidação dos conhecimentos e estimulando que os sujeitos da ação educativa se percebam, também, como sujeito da aprendizagem.

As ações educativas do PEA-TP seguem a linha crítica da Educação Ambiental e os princípios da educação popular que direcionam o ato pedagógico. Desse modo, objetiva promover a ultrapassagem de visões do senso comum para a construção de conhecimentos elaborados, a partir de mediações que provoquem reflexões críticas, capazes de transformar os diferentes saberes populares e as representações que os grupos possuem sobre a realidade, para consensos que tenham como base conceitual conhecimentos libertadores que favoreçam o diálogo com grupos de poder. Coerente com tais princípios, as metodologias participativas são o caminho para o desenvolvimento e construção de conhecimentos necessários para o exercício da reflexão e do controle social.

Na Fase II do PEA-TP, as metodologias e os recursos metodológicos adotados nas oficinas, nos simpósios, nas reuniões ordinárias e mesas

redondas, como apresentado nos tópicos deste capítulo, condizem com o que a equipe técnica e gestora do projeto entende por metodologias participativas, e buscam coerência com os princípios que fundamentam a educação ambiental crítica no curso da educação popular. Nesse sentido, será possível observar que optou-se por percursos metodológicos facilitadores e incentivadores do diálogo construtivo e propositivo com vistas ao controle social. Desse modo, as metodologias escolhidas objetivaram favorecer espaços de diálogo, de reflexão crítica, e trocas de saberes e conhecimentos construídos em diferentes espaços/tempos.

A exposição dialogada; os debates; as produções textuais e representações de diversas naturezas (gráfica, imagética, teatral, produção de vídeos, maquete humana, linha do tempo, mosaico) foram mecanismos metodológicos com ênfase na produção dos conhecimentos. Os jogos (palavras-cruzada, quebra-cabeça) garantiram, de forma lúdica, a integração e expressão das diversidades nas produções coletivas. Já as trocas de experiências e as discussões abertas favoreceram o protagonismo dos sujeitos nos exercícios cognitivos e psicossociais importantes para a consolidação dos conhecimentos necessários a ação coletiva almejada.

Referências

IBAMA. **Instrução Normativa n° 02, de 27 de março de 2012.** Estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília DF, n° 62, p. 130-132, 29 março 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática. São Paulo: Cortez, 1994.**

LOUREIRO, C.F.B., Azaziel, M., Franca, N. – **Educação Ambiental e conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos e metodológicos.** Ibase, Instituto TerrAzul, Parque Nacional da Tijuca, RJ, 2007.

5.1 Oficina de Vigília Cidadã I: conceitos estruturais do PEA-TP

Paula Mousinho Martins
Simonne Teixeira

A Oficina de Vigília Cidadã I¹, denominada “Revisitando conhecimento e metodologia para a consolidação do Núcleo de Vigília Cidadã e para partilha de informações”, foi a primeira atividade não-ordinária e conjunta dos recém constituídos NVC na Fase II do PEA-TP. Após 12 meses de interrupção, era preciso resgatar, junto aos SAE, o significado e a importância dos NVC como alicerces metodológicos dos objetivos pedagógicos do projeto, entre eles: disseminar conhecimentos, incentivar a conscientização cidadã e discutir formas de participação popular, visando o pleno exercício do controle social sobre o gerenciamento público das rendas petrolíferas (*royalties* e participações especiais), nos 10 municípios da Bacia de Campos abrangidos pelo projeto.

Com essas diretrizes em mente, formulamos os seguintes objetivos específicos para a oficina: 1. Retomar a ideia do NVC como fulcro propulsor do desenvolvimento de ações baseadas na cogestão social, partilha permanente de informações e capacitação continuada dos seus participantes; 2. Recapitular os temas

¹ Ao todo, foram realizadas cinco oficinas VC I: na sede do projeto em Campos, reunindo os NVC de Campos e São João da Barra; na Fazenda Machadinha, Quissamã, reunindo os NVC de Quissamã e Carapebus; na sede da Associação Comercial Industrial de Agropecuária Cantagalo, em Rio das Ostras, que reuniu os NVC deste município e Macaé; no Colégio Estadual João de Oliveira Botas, em Búzios, reunindo os NVC de Búzios e Casimiro de Abreu; e na sede do projeto em Arraial do Cabo, reunindo os NVC de Arraial e Cabo Frio. A oficina VC I foi planejada para durar oito horas e, por congrega participantes de mais de um município, registrou em média em torno de 20 participantes.

estruturais do projeto já trabalhados na primeira fase, a saber: vigília cidadã; rendas petrolíferas; controle social; licenciamento ambiental; impactos socioambientais; educação ambiental crítica; 3. Exercitar metodologias pedagógicas participativas e formas sintéticas, visuais e gráficas de transmissão/difusão de informações.

Neste capítulo, trataremos de duas principais dinâmicas executadas na oficina: 1. Constituição de uma tabela-mural sobre os temas estruturais do projeto a partir da memória e da experiência de vida dos participantes; 2. Confecção de um cartaz transpondo, para uma linguagem necessariamente sintética e predominantemente visual, gráfica e imagética, o conteúdo de um breve texto produzido pelas mediadoras especialmente para tal fim, distribuído previamente aos participantes de modo a servir de base para a elaboração do cartaz.

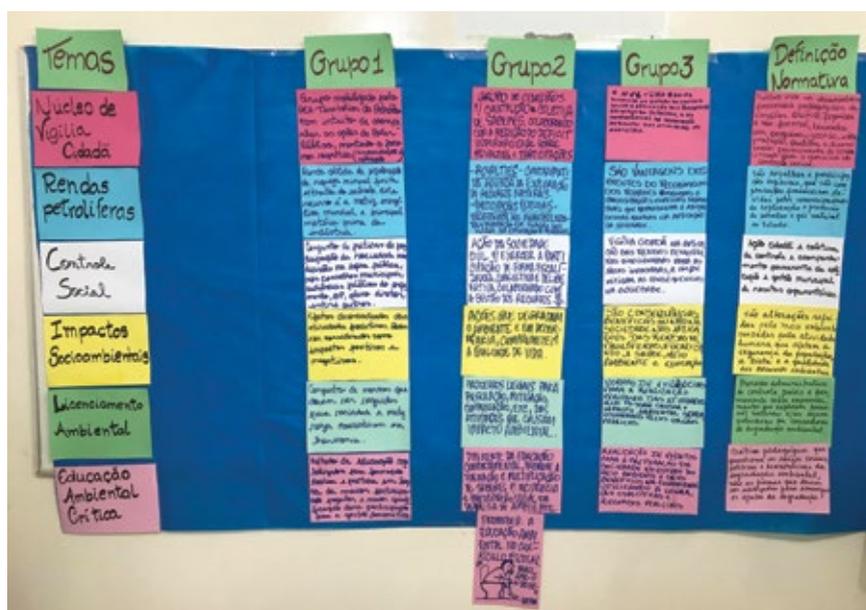
Dinâmica 1

Fixado na parede, um grande mural continha uma tabela com seis linhas e seis colunas. A primeira coluna à esquerda era formada pelos seis temas estruturais do projeto arrolados acima, cada um deles escrito numa tarjeta de cor diferente. Seis tarjetas com as cores dos seis temas eram distribuídas aos participantes, divididos em três ou quatro grupos – dependendo da quantidade total de pessoas e sempre misturando os integrantes dos dois NVC presentes –, para que, nelas, escrevessem as definições correspondentes às cores segundo o entendimento do grupo. A sexta e última coluna, na extrema direita, era reservada às definições chamadas “normativas”, preestabelecidas de modo consensual pela equipe do projeto para servirem como parâmetro na atividade, e não para serem tomadas como as “corretas” ou “verdadeiras”, porquanto todas as definições trazidas pelos participantes deveriam ser consideradas válidas.

Um por um, os grupos eram convidados a colar suas definições nas respectivas colunas do mural e, em seguida, lê-

las e defendê-las oralmente à frente dos demais. Após todas as apresentações, as mediadoras fixavam as “definições normativas” na coluna predeterminada e passavam a analisar, com a ajuda de todos, as definições propostas pelos grupos em comparação com as, por assim dizer, “oficiais”. Nas cinco oficinas executadas, consideramos os resultados da atividade excelentes, como mostra o exemplo abaixo, realizado pelos NVC de Macaé e Rio das Ostras. Os grupos demonstraram sempre muita desenvoltura, familiaridade e conhecimento acerca dos principais conceitos trabalhados pelo projeto, logrando alcançar, após animados e produtivos debates, definições bastante completas a seu respeito.

Figura 1: Mural dos NVC de Rio das Ostras e Macaé



Fonte: Acervo das autoras, 2017.

Dinâmica 2

A atividade de confecção do cartaz iniciava-se com a distribuição, para os grupos formados na parte da manhã,

dos seguintes textos de apoio produzidos pelas mediadoras (reproduzidos ao final deste capítulo): 1. Vigília Cidadã: formas de atuação; 2. Extrativismo no século XXI: o Brasil permanece colônia?; e 3. Impactos socioambientais ontem e hoje. Cada grupo escolhia o que mais lhe agradasse tendo em vista a elaboração do cartaz. Esses pequenos artigos foram redigidos com a preocupação de abarcar pontos considerados nevrálgicos do projeto, mas também questões correlatas, de uma forma didática, condensada e direta, para facilitar tanto a sua leitura e assimilação, quanto a sua decodificação em linguagem visual, gráfica e imagética. O objetivo da atividade consistia, pois, em estimular a capacidade de leitura, interpretação e síntese dos participantes, isto é, seu poder de assimilação e processamento de informações escritas, bem como sua competência para traduzir tais informações em figuras e signos gráficos, fabricando um material de divulgação claro, visualmente atraente e facilmente compreensível.

Para tanto, juntamente com o texto, era fornecido aos grupos um envelope contendo recortes de fotografias, desenhos, matérias de jornal, diagramas, charges etc., para serem usados livremente na confecção do cartaz. Esse material de pesquisa, bastante rico e variado, havia sido cuidadosamente pré-selecionado, recortado e impresso pelas mediadoras com o auxílio da equipe técnica, em função de sua pertinência ou associação ao conteúdo dos textos. Era esperado dos participantes que complementassem as imagens e recortes com informações, signos, desenhos e/ou palavras escritas a caneta ou a lápis no cartaz.

Assim, por meio de uma única ferramenta (cartaz), duas ações pedagógicas eram postas em jogo: o exercício da leitura e da compreensão de textos escritos e o desenvolvimento da capacidade de resumir tal entendimento num material de divulgação sintético e suficientemente comunicativo. Para

facilitar a missão, procurou-se elaborar os textos de apoio com a linguagem mais simplificada possível, em mais ou menos uma lauda, para que a leitura pudesse ser feita, sem dificuldade, em no máximo 10 minutos. Na apresentação da atividade, as mediadoras sempre deixavam claro que a intenção não era que os grupos mostrassem fidelidade rigorosa aos textos, os quais poderiam até ser contestados ou criticados, já que o importante era a forma gráfica e visual de o grupo comunicar suas próprias ideias, e não a reprodução exata das ideias do texto.

Os cartazes produzidos nas cinco oficinas ministradas excederam nossas mais positivas expectativas, como bem podem ser verificados nos três exemplos que mostraremos adiante. Surpreendeu-nos positivamente a compreensão refinada, a maturidade cognitiva, a liberdade criativa e o senso crítico aguçado dos integrantes de todos os NVC, assim como sua seriedade, compromisso e adesão em relação às metas do projeto.

O texto “Vigília Cidadã: formas de atuação” repõe as principais tarefas da Vigília Cidadã como suporte metodológico do projeto Territórios do Petróleo, enfatizando a função do NVC como mitigador das carências informacionais acerca das rendas petrolíferas detectadas entre as populações dos 10 municípios contemplados. Essa falta de conhecimento não engloba apenas os mecanismos de distribuição e aplicação dos recursos financeiros provenientes das participações governamentais nos lucros da produção petrolífera (*royalties* e participações especiais), mas também os impactos negativos da indústria do petróleo, muitas vezes invisíveis, porque naturalizados na vida cotidiana das comunidades.

“Extratativismo no século XXI: o Brasil permanece colônia?” discute a posição ainda hoje periférica do Brasil como exportador de matérias-primas agrícolas e minerais e o caráter não sustentável das práticas extrativistas (petróleo

incluído). Alude, também, às mudanças ocorridas nas relações sociais de trabalho ao longo da história do país e ao retrocesso que as atuais flexibilizações das leis trabalhistas implicam em relação às conquistas pregressas naquele campo.

Em “Impactos socioambientais: ontem e hoje”, resgata-se o significado do conceito de impacto ambiental tal como exposto na resolução Conama Nº 001/1986, bem como o surgimento, na lei 6939/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981) -, da exigência do licenciamento ambiental para atividades efetiva ou potencialmente causadoras de degradação ambiental no país. O texto aponta o quanto o atual modelo de licenciamento ambiental brasileiro é mais rigoroso e completo do que o de muitos outros países, abrangendo três tipos de licença (licença prévia, licença de instalação e licença de operação), que cobrem desde o momento do planejamento até a execução da atividade regulada, sempre levando em conta aspectos naturais (meios físico e biótico) e humanos (meio social e econômico).

Reproduzimos, abaixo, os três textos de apoio utilizados, juntamente com três exemplos de cartaz confeccionados pelos participantes a partir dos primeiros. De cada um deles, teceremos um breve comentário.

Vigília Cidadã: formas de atuação

O conceito de Vigília Cidadã (VC) é o “alicerce metodológico” das ações da fase II do projeto Territórios do Petróleo (PEA-TP). Os principais objetivos deste último são identificar, discutir e superar os entraves, detectados na fase I, para a compreensão pública da aplicação e gestão municipal das rendas petrolíferas (*royalties* e participações especiais) nos 10 municípios da Bacia de Campos abrangidos pelo Projeto. Além disso, faz parte das atribuições da fase II do PEA-TP a discussão sobre a natureza complexa e “invisível” da cadeia de impactos socioambientais provenientes tanto da

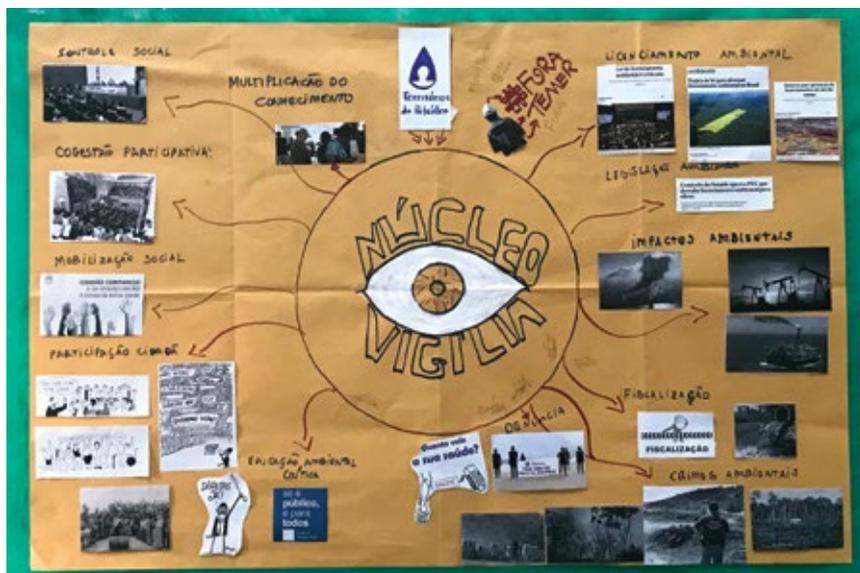
indústria do petróleo, quanto da arrecadação das suas rendas nas localidades afetadas (GANTOS, 2016).

Assim sendo, os 10 Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) do PEA-TP têm como tarefa desenvolver processos educativos de caráter popular e não-formal, com o fito de mitigar o “déficit informacional” não apenas sobre a distribuição e aplicação dos recursos financeiros provenientes das “participações governamentais” nos lucros da produção petrolífera (*royalties* e participações especiais), mas também sobre os impactos negativos da indústria do petróleo na vida cotidiana das comunidades. É função dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) também promover o conhecimento da dinâmica dos processos de licenciamento ambiental na referida indústria (GANTOS, 2016).

Além de buscar a consolidação de uma consciência socioambiental crítica e cívica dos seus integrantes, os NVC pretendem também capacitá-los a tornarem-se multiplicadores ou disseminadores de conhecimento. Para tanto, são oferecidos processos educativos apoiados na pesquisa, geração, gestão, interpretação, partilha e disseminação permanente de informações. Com isso pretende-se qualificar os integrantes dos NVC a aprimorarem o controle social sobre as mencionadas receitas num ambiente de cooperação e cogestão social (GANTOS, 2016).

Espera-se que os seus integrantes possam ler, interpretar e aspirar à modificação de sua(s) realidade(s) por meio de ações coletivas e cidadãs. Fundamentada nos princípios da educação ambiental crítica e da justiça socioambiental, a Vigília Cidadã baseia-se em metodologias participativas e num conjunto de atividades, práticas e rotinas (por exemplo: aquisição de perícia no uso de dispositivos digitais, softwares e internet) que permitem aos integrantes obter e partilhar informação de forma continuada, capacitando-se para uma efetiva mobilização social (GANTOS, 2016).

Figura 2: Oficina realizada em Campos (NVC Campos e São João da Barra).



Fonte: Acervo das autoras, 2017.

Comentário

No cartaz selecionado como exemplo para este texto, vê-se um grande olho simbolizando, com muita perspicácia, a tarefa precípua do NVC, qual seja: a Vigília Cidadã. O grande olho situa-se no centro do cartaz e no meio de uma circunferência da qual saem diversas setas, dirigidas às principais tarefas e questões, representadas no cartaz por imagens sobre as quais a vigilância dos NVC deve ser exercida. O cartaz destacou-se pela criatividade e pela programação visual clara, bem equilibrada e de fácil compreensão.

Extratativismo no século XXI: o Brasil permanece colônia?

O território hoje chamado Brasil é introduzido nas relações mercantilistas da era moderna como exportador de produtos nativos (minerais e biológicos). Durante o período colonial,

nossa participação na economia internacional se limitava ao abastecimento do mercado europeu de produtos nativos. Neste período, o Brasil se tornou o maior produtor de açúcar mundial, com sua produção baseada no trabalho compulsório de índios e africanos. Ainda no período colonial, mais exatamente em finais do século XVII, a descoberta da presença de ouro e outros minerais em Minas Gerais e depois no Mato Grosso deu início a um novo tipo de extrativismo, o mineral (ouro, ferro, diamante e outras pedras preciosas). Também o trabalho de extração destes minérios era realizado por escravos negros e indígenas, que constituíam uma população sem nenhum direito básico, como integridade física e liberdade (ACOSTA, 2016).

Após a proclamação da independência, as práticas extrativistas não mudaram, ao contrário, se intensificaram, principalmente de produtos relacionados à biodiversidade nativa na região amazônica.

Em 1888 a abolição da escravatura liberou para o trabalho livre ou assalariado uma massa de trabalhadores sem direitos. Embora isso tenha representado um avanço social, as condições de trabalho não tiveram melhoria e muitos trabalhadores preferiram permanecer onde estavam. Esta é a razão pela qual muitas famílias hoje vivem do extrativismo como atividade econômica em diferentes regiões do país (ACOSTA, 2016).

Ao entrar no século XX, e principalmente depois das duas grandes guerras, a demanda no mundo por matérias-primas para atender ao crescente parque industrial aumentou exponencialmente, principalmente as indústrias metalúrgica, siderúrgica, de fertilizantes e petroquímica. A partir dos anos 1950, houve expansão das atividades de mineração no Brasil para atender a estas demandas externas. Ouro, manganês, diamante, bauxita, minério de ferro, nióbio, água mineral, petróleo, cobre, cobalto, prata, urânio e tantos outros minerais passam a ser extraídos por todo o território nacional (ACOSTA, 2016).

Ao longo deste século, duas conquistas são importantes: os trabalhadores conquistam uma legislação específica que garante seus direitos, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (1943) –, e as atividades econômicas que envolvem a exploração de recursos minerais e biológicos passam a ser reguladas pelo Estado por meio de um instrumento chamado Licenciamento Ambiental – LA (anos 1980). Apesar de distantes no tempo, uma modifica a organização do trabalho, assegurando os direitos do trabalhador e dando-lhe um caráter de cidadão, e a outra restringe as ações predatórias das empresas na exploração dos recursos (ACOSTA, 2016).

O extrativismo mineral produz grandes alterações no ambiente, sendo responsável por grandes impactos ambientais negativos. As atividades extrativistas de mineração, principalmente, têm causado tanta alteração no meio ambiente que alguns geólogos estão propondo o estabelecimento de uma nova era geológica, o “antropoceno”, que corresponderia às profundas mudanças climáticas e geológicas que a humanidade vem produzindo no planeta. Antropoceno é, assim, um termo usado para descrever o período histórico mais recente, marcado pelo impacto global no clima e no funcionamento dos ecossistemas promovido pelas atividades humanas (ACOSTA, 2016).

Do ponto de vista político, as conquistas constitucionais relacionadas aos direitos do trabalhador e aos direitos em relação a um ambiente saudável estão sob ameaça com as novas propostas a partir do governo Temer. Dentre essas propostas de mudança está a flexibilização do controle e fiscalização sobre o trabalho escravo e a recente tentativa de abrir a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), na floresta amazônica, para a exploração das mineradoras. Como se vê, o Brasil permanece fadado a ser um país periférico, dependente e violador de direitos humanos, cuja principal base de sustentação econômica, a exportação de matérias primas agrícolas e minerais, é por princípio ofensiva à ideia da sustentabilidade. Daí perguntamos: **o Brasil permanece colônia?**

Figura 3: Oficina realizada em Búzios (NVC Armação dos Búzios e Casimiro de Abreu)



Fonte: Acervo das autoras, 2017.

Comentário

No cartaz selecionado, a temática do texto foi inteligentemente representada por uma bem traçada linha do tempo, que se inicia no ano de 1500 e termina nos dias atuais, ao longo da qual foram registrados os diversos fatos e efemérides citados no texto, cada um deles ilustrado por uma única imagem – o que deu concisão e nitidez ao *layout* do cartaz. O grupo conseguiu, assim, exprimir com objetividade as muitas informações contidas no texto, tanto a respeito das práticas extrativistas predatórias, que até hoje constituem um dos pilares da economia brasileira, quanto das modificações das relações sociais de trabalho ao longo da história, das grandes conquistas da CLT à recente flexibilização das leis trabalhistas.

Impactos ambientais: ontem e hoje

Segundo a resolução Conama Nº 001 de janeiro de 1986, impacto ambiental significa

qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e a qualidade dos recursos ambientais (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, 1986, p.2.548).

Na verdade, qualquer atividade exercida pelo homem no meio ambiente provoca impacto ambiental, e na maioria das vezes isso se dá de forma negativa. Mas pode haver impacto ambiental positivo também. São exemplos de atividades que provocam impactos ambientais negativos: o extrativismo dos recursos naturais (biológicos e minerais); a instalação e funcionamento de indústrias energéticas, petrolíferas e mineradoras; o desmatamento para extração de madeira e/ou ampliação de pastagens; a atividade agrícola intensiva que exaure e inutiliza o solo; o aumento da população urbana e da frota de veículos; a massificação do turismo; o consumo exagerado de bens materiais; a crescente produção de lixo; a destruição de habitats e a extinção de espécies etc. Por outro lado, são exemplos de impactos ambientais positivos: a delimitação de áreas de proteção ambiental, a recuperação de solos degradados, a limpeza de rios e lagos, a promoção do plantio de mudas etc.

Até 1981, quando foi instituída a Política Nacional do Meio Ambiente pela lei 6938/81 (BRASIL, 1981), não havia no Brasil a exigência de licenciamento ambiental para empreendimentos econômicos causadores de impactos ambientais. Durante a década de 1970, foram criadas algumas instituições voltadas para a “proteção” do meio ambiente – como a Sema (Secretaria do Meio Ambiente) de âmbito federal, em 1973; a Feema

(Fundação Estadual de Engenharia do Meio-Ambiente), órgão de controle ambiental fluminense criado em 1975 após a fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro; e a Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), em São Paulo, em 1976. A atuação desses órgãos restringia-se, contudo, à emissão de pareceres técnico-científicos individualizados que, em geral, desconsideravam as implicações sociais do problema ambiental. Além disso, as ações limitavam-se a negociações diretas e pontuais entre o órgão e o agente poluidor. Diversas atividades causadoras de degradação ambiental escapavam, por isso, das políticas públicas, as quais, por não terem abrangência nacional, permaneciam inexistentes em muitos estados brasileiros.

A partir da lei 6.938/1981, entretanto, ficou determinado que

A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental (BRASIL, 1981, art. 10).

Desde então foi criado o programa de licenciamento ambiental federal, cuja principal finalidade é minimizar, reparar ou compensar os possíveis impactos ambientais negativos causados ao meio ambiente físico, biótico e socioeconômico por atividades em geral extremamente lucrativas – como é o caso do extrativismo de recursos naturais, entre eles o petróleo e o gás natural. Empresas e obras públicas e privadas passaram a ser submetidas a uma Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), composta por um Estudo de Impacto Ambiental/EIA e um Relatório de Impacto Ambiental/RIMA, a serem entregues para análise e aprovação (ou não) do órgão fiscalizador do Estado. Sem essa aprovação (licença ambiental), nenhuma atividade econômica *utilizadora de recursos ambientais e/ou efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do ambiente* pode ser liberada para instalação e funcionamento.

Desde sua criação em 22 de fevereiro de 1989 pela Lei nº 7.735 (BRASIL, 1989), o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

e dos Recursos Naturais Renováveis) exerce o papel desse órgão fiscalizador do Estado. Instituído como uma autarquia, ele é o responsável por gerir os processos de licenciamento ambiental federal, detendo poderes para obrigar os empreendedores à reparação dos danos eventualmente causados ao meio ambiente, em geral por meio da aplicação de severas multas.

Da forma como ocorre no Brasil, o licenciamento ambiental pode ser considerado único no mundo: mais rigoroso do que em muitos outros países, ele abrange três tipos de licença (licença prévia, licença de instalação e licença de operação) que cobrem desde o planejamento até a execução da atividade regulada, levando em conta tanto os aspectos naturais (meio físico e meio biótico) quanto os humanos (meio social e meio econômico).

Figura 4: Oficina realizada em Machadinho (NVC Quissamã e Carapebus)



Fonte: Acervo das autoras, 2017.

Comentário

Este cartaz também lançou mão do artifício didático da linha do tempo, e, por meio dele, foi capaz de expor com limpidez, através de uma

seleção de imagens altamente representativas e algumas frases e legendas explicativas, os principais fatos abordados no texto, desde o ano de 1500 (“Início da exploração desordenada”) até 2015 (“enfraquecimento das leis ambientais”). O produto visual do resultado ficou muito organizado e facilmente legível, conseguindo pontuar com nitidez os acontecimentos mais relevantes da história da exploração do meio ambiente, bem como a da legislação ambiental no Brasil.

Referências

ACOSTA, Alberto. “Extrativismo e neoextrativismo – Duas faces da mesma maldição”. In: DILGER, Gerhard *et al.* (org). **Descolonizar o imaginário – Debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa de Luxemburgo, 2016, pp. 46-85.

BRASIL. **Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL. **Lei 7.735, de 22 de fevereiro de 1989**. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7735.htm. Acesso em: 12 jul. 2019.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução Conama n° 1, de 23 de janeiro de 1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília DF, páginas 2548-2549, 17 fevereiro 1986

GANTOS, M. **A caravana Territórios do Petróleo. Resignificando a educação ambiental na Bacia de Campos**. Campos dos Goytacazes: EdUENF, 2016.

5.2

Oficina de Vigília Cidadã II: Inventários Participativos no âmbito do licenciamento ambiental.

Simonne Teixeira
Jaqueline Oliveira da Silva

Introdução

Este capítulo trata do desenvolvimento da pesquisa “Levantamento e análise dos aspectos relacionados ao patrimônio cultural nos processos de Licenciamento Ambiental: perspectivas de uma educação ambiental em diálogo com a educação patrimonial. Elementos para subsidiar a criação e gestão dos Espaços de Interpretação do PEA Territórios do Petróleo”. A proposta busca articular a educação ambiental e a educação patrimonial, no sentido de estimular a participação ativa dos segmentos sociais que habitam os dez municípios da Bacia de Campos envolvidos no projeto Territórios do Petróleo, garantindo o amplo direito à informação, à melhoria do ambiente humano, favorecendo sua autonomia na construção de alternativas sustentáveis.

Nesse sentido, buscamos coadunar nosso objetivo aos objetivos específicos do plano de trabalho do Projeto de Educação Ambiental —Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã na Bacia de Campos—, especialmente aquele que se refere à criação e desenvolvimento de dois Espaços de Interpretação nas sedes de Campos dos Goytacazes e de Rio das Ostras, articulando o tema do licenciamento ambiental na BC aos aspectos culturais e ambientais regionais. Entendemos, ainda, que nossa proposta de pesquisa nos permite participar colaborativamente de ações de

intercâmbio entre os PEA da BC, propondo temas relacionados à memória e à identidade regional. Esse processo contribui igualmente para a promoção e divulgação de pesquisas científicas e práticas pedagógicas e de extensão de caráter inovador sobre educação ambiental crítica e educação patrimonial, tendo como conta os impactos da indústria do petróleo no âmbito do licenciamento ambiental; a proposta favorece, ainda, o processo de formação continuada da equipe de técnicos e dos sujeitos da ação educativa participantes do projeto.

Como objetivo central, nos propomos a proceder com o levantamento, junto aos participantes dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC), dos aspectos relacionados ao patrimônio cultural e ambiental a partir de uma metodologia elaborada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN – Inventário Participativo –, em correspondência com os processos de licenciamento que favoreçam a formação cidadã e o controle social.

Do nosso ponto de vista, faz-se necessário considerar o tema preservação do ambiente humano associado a um processo constante de aprendizado, em que são fundamentais os valores relacionados à cidadania, à participação e ao controle social. Como parte desse projeto, pretende-se ainda contribuir fortemente para a proposta dos Espaços de Interpretação do PEA Territórios do Petróleo, estabelecendo um profícuo diálogo entre educação ambiental e patrimonial.

Inventários participativos

Por inventário compreende-se um arrolamento dos bens (móveis, imóveis, imateriais, naturais, etc.) acompanhado de uma descrição minuciosa. A palavra inventário remete à descrição pormenorizada do patrimônio de um indivíduo, uma empresa ou de uma coletividade. A palavra tem origem no termo latino *inventarium* e tem seu uso mais frequente no âmbito jurídico.

A ideia de inventários esteve, desde tempos pretéritos, associada à ideia de patrimônio (individual, familiar) e, posteriormente, cultural (coletivo). Em todo caso, o uso do inventário como instrumento de proteção do patrimônio cultural não é de origem brasileira, sendo uma das mais antigas formas de proteção do patrimônio cultural em nível internacional (MIRANDA, 2008). Já na França do final do século VIII, quando tem início as primeiras ações relacionadas à preservação de bens culturais, os inventários eram os instrumentos mais utilizados.

No Brasil, o termo é usado, desde o século XVIII, como instrumento destinado a conhecer e proteger o patrimônio cultural brasileiro. Registros documentais apontam como primeiros inventários: aquele realizado por Frei Agostinho de Santa Maria das imagens da Virgem Maria e dos templos —no Arcebispo de Bahia e nos Bispados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro e Minas Gerais— (MIRANDA, 2008); e o inventário que Francisco Mesquita realizou dos edifícios em Recife e Maurícia após a expulsão dos holandeses (MIRANDA, 2008).

Do ponto de vista estrito da cultura, o mesmo autor nos lembra que, ainda que usado desde os anos 1920 nas relações dos bens culturais, o termo inventário institucionaliza-se como —instrumento jurídico de preservação cultural, ao lado do tombamento, da desapropriação, dos registros, da vigilância e de outras formas de acatamento e preservação (art. 216, §1º) (MIRANDA, 2008).

Para Miranda,

Sob o ponto de vista prático, o inventário consiste na identificação e registro por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades de determinado bem, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, artística, arquitetônica, so-

ciológica, paisagística e antropológica, entre outros (MIRANDA, 2008, p. 293).

O uso do termo relacionado ao patrimônio cultural no Brasil remonta ao Decreto Lei 025/1937, que criou a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN. Mas é com a Constituição de 1988 que o termo adquire um sentido mais amplo, abarcando, para além dos bens materiais, o patrimônio imaterial. A partir de então, e principalmente com a Lei 3.555 de 2000, o termo inventário aderiu-se completamente ao patrimônio imaterial. Em 2016, o IPHAN publica o Manual de Aplicação intitulado —Educação Patrimonial: Inventários Participativos—, em que define o processo de inventariar, como

um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor. Nesta atividade, é necessário um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio do local (IPHAN, 2016, p. 7).

Concordamos, também, que inventariar é um método de conservação passivo, já que “[...] a inventariação não se autorrenova, porque não é um ato dinâmico, social, como é o da manifestação cultural que se pretende *proteger* e *valorizar* através da inventariação” (CARVALHO, 2016, p. 63). A mesma autora observa, ainda, que a interpretação, por outro lado, é um método de conservação ativo. Para a autora, a interpretação, quando positivamente conduzida, favorece ao desenvolvimento local e promove conhecimentos sobre a história. Podendo assim, inclusive, melhorar a autoestima do grupo envolvido.

Do nosso ponto de vista, a proposta busca ampliar o repertório de bens culturais passíveis de serem identificados e reconhecidos pelos grupos com os quais trabalhamos. Entendemos que o patrimônio cultural é uma construção social, um ente abstrato,

como é também o Estado (ANDERSON, 1983), e que uma vez identificados e reconhecidos (posto em valor) podem ser ativados², ou seja, pode-se atuar sobre eles de alguma maneira (PRATS, 2005). Toda ativação patrimonial comporta um discurso, "mais ou menos consciente, mais ou menos polissêmico, mas absolutamente real" (PRATS, 2005, p. 20). Nesse sentido, toda ativação patrimonial, enquanto discurso, é também uma interpretação (PRATS, 2003).

O patrimônio cultural representa o que está próximo e o que é precioso, é aquilo que procuramos preservar num mundo frágil; "é uma relação com o espaço-tempo em que procuramos estender a durabilidade dos lugares; ou então imprimir fisicamente o tempo em lugares para fazer crer que ele passa menos rápido" (RAUTENBERG, 2014). A proximidade ou a empatia com respeito aos bens culturais se vincula com a experiência vivida e a memória que é o específico do patrimônio cultural (URTIZBEREA, 2009). As atividades institucionais e por vezes aquelas levadas a cabo por grupos sociais tendem a selecionar e ativar o patrimônio por um viés científico (respaldado na perspectiva histórica), negando ou trivializando as emoções e os sentimentos que lhe dão sentido, alegando que são como um filtro ou um obstáculo que intervém na análise científica do mesmo (URTIZBEREA, 2009).

Pensamos que o inventário participativo pode favorecer uma ativação patrimonial, com um viés mais próximo à comunidade e, desse modo, ser portador de uma carga sentimental vivenciada coletivamente, permitindo um aprofundamento da relação tempo-espaço a partir da vivência e da memória compartilhada. Ativação do patrimônio deve se dar através da interpretação, instrumento que já se encontra em desenvolvimento no âmbito do PEA Territórios do Petróleo.

2 Por ativação patrimonial entende-se a ação de selecionar um recurso cultural e transformá-lo por meio do estabelecimento de serviços, mediação, difusão dos valores e informações tornando o bem um produto patrimonial (PRATS, 1997).

A pesquisa

A proposta pretende consolidar e sistematizar, por meio do inventário, informações sobre as manifestações culturais nos 10 municípios onde o PEA-TP tem estabelecida sua atuação. O intuito é o de introduzir os debates e reflexões sobre os aspectos sociais relacionados à cultura, à identidade, à memória e ao meio ambiente. Assumimos que as práticas culturais estão estreitamente relacionadas ao território, ao lugar, dando sentido ao sentimento de pertencimento. Os bens culturais, de natureza material e imaterial, presentes na história do grupo, que favorecem a sua coesão e que são vividos no cotidiano, são os que reconhecidamente “tocam” afetivamente um grupo social e são considerados patrimônio. Tuan chama de *topofilia* o “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (TUAN, 2012). Entendemos que esse elo afetivo é tecido pela cultura.

A perspectiva territorial é basilar, posto que o território existe para além do sentido restrito do espaço geográfico e “é um espaço construído pelas relações que estabelecemos e a partir das quais é possível alcançarmos nossos objetivos” (PERAFÁN; OLIVEIRA, 2013). Os mesmos autores nos fazem recordar que o conceito de território está interligado ao de identidade. Importa lembrar que os territórios são também construções sociais e, como tais, podem supor desigualdades e assimetrias que podem se refletir nos processos de patrimonialização dos bens culturais.

O inventário permite aos grupos sociais identificar os bens culturais que constituem o patrimônio da comunidade, conhecer o território onde estão e reconhecer os grupos que dela fazem parte (IPHAN, 2013). O inventário participativo “visa a propiciar às comunidades o contato com princípios de uma pesquisa de campo, técnicas básicas de levantamento documental, sistematização e interpretação de dados e difusão de informações” (IPHAN, 2013). O trabalho para elaboração do inventário implica na realização de uma pesquisa junto às pessoas mais idosas do grupo ou comunidade, na necessidade de

pesquisar em bibliotecas e arquivos, quando existem; em livros e sites; em entrevistas a agentes culturais e outros. Este trabalho de pesquisa mobiliza o grupo e contribui para o fortalecimento dos laços afetivos e a afirmação do sentimento de pertencimento, contribuindo para o protagonismo do grupo e a consolidação da cidadania. Nesse sentido, o inventário participativo apresenta-se como um exercício de cidadania e participação social, favorecendo que “diferentes grupos e diferentes gerações se conheçam e compreendam uns aos outros, promovendo o respeito pela diferença e o reconhecimento pela importância da pluralidade” (FLORÊNCIO; BIONDO, 2017, p. 5). Esses mesmos valores são aqueles que buscamos no trabalho cotidiano do PEA Territórios do Petróleo.

Entendemos que os instrumentos de coletas de dados (fichas de inventário) podem variar em cada ocasião, considerando as especificidades de cada município (e NVC). É preciso lembrar que não há como praticar modelos globais e completos quando nos referimos ao setor cultural. Jamais teremos como apreender completamente uma realidade cultural. No entanto é preciso assegurar modelos de coleta que nos permitam algum nível de comparação ou correlação para que os resultados não tenham uma função apenas descritiva. Aspiramos, com estas informações, intervir positivamente na formação cidadã favorecendo a articulação coletiva para a gestão participativa e para o controle social.

Uma vez plenamente concluídos os inventários nos dez municípios [até o momento temos apenas as fichas do inventário preenchidas, mas não amplamente discutidas pelos participantes dos NVC], os dados produzidos passaram a ser incorporados na composição do Atlas da Cartografia Social. Além disso, outras ações podem ser desencadeadas a partir do aprofundamento nas reflexões dos inventários permitindo uma maior identificação dos sujeitos com o espaço, favorecendo uma maior participação e controle social.

Desenvolvimento da pesquisa

1. Formação dos técnicos e mobilizadores

Como primeira atividade do projeto, foi realizada em Campos dos Goytacazes uma oficina com os técnicos locais e mobilizadores para apresentação e esclarecimentos sobre a metodologia. Na ocasião, foram apresentados os principais conceitos relacionados ao tema do patrimônio cultural e o manual Inventários Participativos/IPHAN, ocasião em que foi explicada a sistemática de aplicação e observados os pontos principais a serem considerados por eles no acompanhamento do processo de inventariação.

Oficina “Inventários Participativos”.

A segunda atividade consistiu na realização de oficinas com os participantes dos NVC com o objetivo de apresentar a metodologia do inventário participativo. A primeira oficina foi realizada em Cabo Frio (região sul), com os participantes dos NVC de Cabo Frio, Arraial do Cabo e Armação dos Búzios. A segunda oficina foi realizada em Campos dos Goytacazes (região norte) com participantes dos NVC dos municípios de São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã e Carapebus. A terceira e última oficina foi realizada em Casimiro de Abreu (região centro) com os participantes dos NVC de Macaé, Rio das Ostras e Casimiro de Abreu.

Essas oficinas tiveram por objetivo o desenvolvimento das sensibilidades e competências dos participantes dos NVC, na coleta, sistematização e consolidação de informações sobre aspectos da cultura e da natureza que se relacionem diretamente com as comunidades envolvidas. Nas oficinas procurou-se esclarecer o que é um inventário participativo; detalhar e exercitar sua metodologia; assim como explicitar as características intrínsecas do que é o Espaço de Interpretação, destacando a importância da realização do inventário participativo para sua consolidação.

As oficinas iniciavam-se com a exibição de um vídeo³ – documentação audiovisual – dos bens registrados no IPHAN, em que se buscou estimular a percepção da importância de um inventário para consolidação das informações relacionadas às práticas culturais. A seleção dos vídeos teve em conta as características socioculturais de cada microrregião. Após exibição do vídeo, havia um debate que buscava destacar os elementos mais importantes relacionados ao próprio inventário.

No segundo momento, foi proposto aos participantes dos NVC estabelecer um contato direto com o inventário participativo, seguindo algumas etapas. Iniciamos com uma exposição oral, em que foram apresentados os aspectos centrais que caracterizam um inventário participativo, fazendo-se uso da visualização móvel como ferramenta metodológica. Em seguida, foi distribuída para cada participante uma fotocópia do manual e um resumo das fichas. Na etapa seguinte, os participantes foram divididos em grupos, que foram solicitados a buscar em comum acordo um bem cultural de seus municípios que pudesse ser inventariado. Nessa divisão do grupo, preservou-se os NVC, com o fim de facilitar processo de identificação e reconhecimento dos bens.

Explicitamos, de forma mais clara possível, aos membros do NVC que participaram da oficina, que a atividade em curso não era de fato o processo de inventariação, mas sim um exercício exploratório utilizando as fichas propostas pelo IPHAN, para que fosse possível adquirir uma certa familiaridade com elas e, ao mesmo tempo fosse possível elucidar as eventuais dúvidas.

Os trabalhos tiveram início com a ficha “territórios”⁴ e, posteriormente, cada grupo, com base no que elegeram inventariar, decidiu sobre qual (ou quais) ficha(s) era(m) pertinente(s). Esta etapa

3 Um ou dois vídeos, dependendo do tempo disponível e da duração dos vídeos

4 São seis as fichas propostas no Manual de Aplicação do IPHAN, “Educação Patrimonial: Inventários Participativos”, a saber: Projeto, Territórios, Categorias (Lugares, Objetos, Celebrações, Formas de Expressão e Saberes), Fontes pesquisadas, Relatório de Imagens e Roteiro de Entrevista. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf

dos trabalhos da oficina cerca de 4 horas. Ao final, cada grupo deveria apresentar o “inventário” aos demais grupos. De um modo geral, os trabalhos nas oficinas transcorreram, em todas as ocasiões, com grande interesse dos participantes. Os debates durante o processo de decisão do tema a ser abordado foram ricos e proveitosos. Os participantes mostraram-se muito envolvidos nas escolhas e, depois, na busca de informação sobre o tema escolhido, manifestando uma intensa coesão e consenso sobre a pesquisa. Em todos os municípios, ficamos (pesquisadores e técnicos) bastante surpreendidos com o resultado dos trabalhos executados pelos grupos. As apresentações foram momentos de muita emoção e pleno compartilhamento. Os relatos das vivências dos participantes mais velhos enriqueceram o debate, com o genuíno interesse dos mais jovens.

2. Reuniões nos 10 municípios de acompanhamento do inventário.

No terceiro momento, participamos das reuniões ordinárias nos 10 NVC, com o intuito de acompanhar e contribuir para o desenvolvimento dos inventários. Nesta etapa, os processos estavam muito desiguais. Alguns poucos municípios haviam avançado nas pesquisas; outros não haviam sequer definido os bens a serem inventariados. No entanto, a participação das pesquisadoras foi importante para esclarecer as dúvidas e expor aspectos pouco compreendidos sobre conceitos e abordagens relativas ao patrimônio cultural.

Foi possível perceber que, de modo geral, os participantes dos NVC reconheciam a importância da cultura como fator de coesão social e a pertinência de se abordar os temas relacionados no âmbito do licenciamento, reconhecendo que os recursos provenientes dos *royalties* do petróleo podem ser usados no incentivo às manifestações culturais e na preservação do patrimônio cultural de natureza material e imaterial. A percepção de que são raros ou mesmo inexistentes os bens culturais reconhecidos pelo estado (considerando as três esferas de poder) nestes municípios, ou que parte dos bens culturais

que gozam do reconhecimento e tutela do estado se encontram em péssimo estado de conservação, levou alguns indivíduos a se sentirem motivados para, no processo de inventário, elaborarem documentação para ser encaminhada aos órgãos competentes.

Depois dessas reuniões, os Núcleos avançaram nos trabalhos de inventariação. É importante ressaltar que o Inventário Participativo é um processo lento e contínuo, que ainda está em desenvolvimento. O que temos até o momento são as fichas dos bens inventariados, ou seja, as fichas de trabalho, que dão conta da realização da pesquisa, principalmente aquela de campo. O inventário, em si mesmo, requer um aprofundamento reflexivo nos dados recolhidos durante a pesquisa (bibliográfica, documental e o campo). Isso quer dizer que o inventário ainda está em construção.

Por hora podemos indicar na tabela abaixo os bens inventariados por Núcleo de Vigília Cidadã, considerando-se sua natureza e categoria.

Quadro 1: Bens inventariados pelos NVC

NVC	BEM INVENTARIADO	NATUREZA	CATEGORIA
Arraial do Cabo	Bioma da Restinga de Massambaba	Natural	Território Lugares Saberes
Armação dos Búzios	Construção naval artesanal na praia Rasa	Imaterial	Saberes
Cabo Frio	Fazenda Campos Novos Lendas: lobisomem e Batatoa ou Boitatá	Material	Lugares
		Imaterial	Formas de Expressão
Campos dos Goytacazes	Prática da puxada em Farol de São Tomé	Imaterial	Saberes
Carapebus	Usina de Carapebus S.A.	Material Imaterial	Lugares

NVC	BEM INVENTARIADO	NATUREZA	CATEGORIA
Casimiro de Abreu	Rua Beira-Rio em Barra de São João	Material Imaterial	Lugares
Macaé	Lyra Conspiradores	Imaterial Material	Lugares Formas de Expressão
Quissamã	Fazenda Machadinha	Imaterial	Lugares
Rio das Ostras	Festa de São Pedro	Imaterial	Celebração
	Festa do Feijão	Imaterial	Celebração
São João da Barra	Construção Naval Artesanal	Imaterial	Saberes

Fonte: elaborado pelas autoras a partir dos relatórios da atividade 'Inventário Participativo', realizada em cada NVC no período de novembro de 2018 a maio de 2019.

Desfecho

O inventário está em curso. Não é cabível, portanto, uma conclusão, apenas um desfecho, que significa desenlace, mas também abertura (tirar os fechos), continuidade.

Entendemos que o inventário participativo favorece uma valorização (*mis en valeur*) do patrimônio que, quando realizado pela comunidade, estimula a pensar as relações humanas e os bens culturais por ela produzidos a partir do afeto. O inventário aborda questões relacionadas ao território e às diversas categorias relacionadas ao patrimônio cultural (lugares, objetos, celebrações, forma de expressão e saberes). A partir desse temário, abrem-se possibilidades de trazer ao debate valores como cultura e natureza, cidadania e participação social. Esses elementos são fundamentais no campo das políticas culturais de preservação. Esse ímpeto preservacionista, lembremos, não diz respeito apenas ao componente cultural, mas igualmente ao natural, uma vez que, nessa perspectiva que trabalhamos, não há dicotomia.

Referências

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas – reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1983.

CARVALHO, Diana. Patrimônio Cultural “reflexão sobre o conceito, aspectos técnicos e teóricos”. **Revista Ideário Patrimonial**, no 6. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2016, pp. 57-74.

FLORENCIO, Sônia R. Rampim; BIONDO, Fernanda G. “Inventários participativos como instrumentos de educação patrimonial e participação social”. In: AMARAL, Lilian; ROCHA, Cleomar (orgs). **Patrimônios Possíveis: arte, rede e narrativas da memória em contexto ibero-americano**. Goiânia: Gráfica UFG, 2017. Disponível em: <https://patrimonios-possiveis.medialab.ufg.br/05_sonia_rampim.html>. Acesso em: 17 dez. 2018.

IPHAN. **Educação patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Sônia Regina Rampim Florêncio *et al.* Brasília: IPHAN, 2016.

_____. **Educação Patrimonial: Manual de Aplicação – Programa Mais Educação/IPHAN**. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013.

MIRANDA, Marcos P. De Souza. “O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro”. **De jure: revista jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, n. 11, 2008, pp. 292-319. Disponível em: <https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/111/Inventario%20c%20omo%20instrumento_Miranda.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 fev. 2018.

PEREFÁN, Mireya E. V.; OLIVEIRA, Humberto. **Território e identidade**. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2013.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local.
Cuadernos de Antropología Social, n^o 21, 2005, pp. 17-35.

_____. "Patrimonio + Turismo = ¿desarrollo? **Pasos – Revista de Turismo e Patrimonio Cultural**, vol. 1, n^o 2, 2003, pp. 127-136.

_____. **Antropología y patrimonio**. Barcelona: Ariel, 1997.

RAUTENBERG, M. Patrimônio, continuidade ou ruptura no uso e nas representações dos lugares? **Revista Geosaberes**, vol.5, número especial 1, 2014, pp. 58-66.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar – a perspectiva da experiência**. Londrina: EdUEL, 2012.

URTIZBEREA, I. A. Comunidades, científicos y especialistas en los proyectos patrimoniales y museísticos: de <<arriba-abajo>>, de <<abajo-arriba>>. In: _____. (org.) **Activaciones patrimoniales e iniciativas museísticas: ¿por quién? y ¿para qué?**. Bilbao: Euskal Herriko Unibertsitateko Argitalpen Zerbitzua, 2009, pp. 11-19.

5.3

Oficina de Vigília Cidadã III: A Cartografia Social no Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo

Rodrigo da Costa Caetano
Michelle Nascimento Weissmann da Silva

A cartografia social é fundamental em um projeto de educação ambiental crítica que trabalha com territórios, impactos, controle social, política e cidadania. Deve ser compreendida como processo e produto com finalidades educativas, formativas e de provocação da ação transformadora. Para desenvolvê-la, também é preciso um conjunto de métodos e técnicas, mas a sua essência principal é o protagonismo dos sujeitos da ação. Na pesquisa, nos inspiramos cada vez mais nos propósitos de Ana Clara Torres Ribeiro (RIBEIRO, 2012) quanto à “cartografia da ação social”, que coaduna ao pensamento crítico sobre a territorialidade dos sujeitos com maiores vulnerabilidades. Este texto tem como objetivo apresentar essa cartografia no Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã na Bacia de Campos (PEA-TP). No seu percurso metodológico encontramos fundamentação, exemplificação, discussão e resultados, ainda que parciais.

O trabalho foi desenvolvido no âmbito do PEA-TP, que tem como essência mitigar a desinformação sobre *royalties* e temáticas relacionadas, na perspectiva dos macroimpactos da indústria petrolífera, debatidos por meio das ações desenvolvidas durante o Diagnóstico Participativo (DP) do PEA-BC⁵ (PETROBRAS, 2012).

5 A saber: “Ocupação do Espaço Marinho; Dinâmica demográfica; Ocupação e uso do solo; Pressão sobre a infraestrutura urbana, social e de serviços; *Royalties*” (PETROBRAS, 2012).

A coordenação técnica apresentou o plano de trabalho (PT) para a fase II (atual) do PEA-TP, que contempla 10 municípios⁶ por meio dos NVC. Nesse sentido, a fim de cumprir a meta 6: “Elaboração pelos sujeitos da ação educativa e publicação digital de Cartografias da Ação Social dos municípios contemplados no projeto Territórios do Petróleo para atualização do DP” (PETROBRAS/UENF, 2016, p. 15), preconizamos atuar na pesquisa acerca da cartografia social, a partir da análise da literatura pertinente às confecções dos mapas pelos NVC, e do processo educativo e o seu consequente produto com o fim de promover o enfrentamento da desinformação quanto aos *royalties*, envolvendo a territorialização de sua aplicação e o respectivo controle social local-regional.

A diversidade do público do projeto suscita união inequívoca da pesquisa participativa com a extensão e aproximação continuada à educação popular. Assim, a proposta de trabalho foi bem aceita e superou as nossas expectativas, não obstante apenas dois encontros para a realização da atividade, iniciada individualmente e finalizada coletivamente, a partir do reconhecimento das identidades territoriais, das intersubjetividades e das mediações de conflitos, inerentes às designações marcadas pelas variadas percepções.

Por outro prisma, a consecução da aludida atividade (e da pesquisa associada) na educação ambiental crítica justifica-se por conferir mais legitimidade na representatividade com protagonismo social.

Destarte, após essa contextualização, procederemos a uma divisão do texto em duas seções. Na primeira, receberá destaque a execução da cartografia social nos NVC e nas oficinas microrregionais⁷; seguida

6 Em ordem alfabética: Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, São João da Barra.

7 Nesta fase do PEA-TP, as oficinas de vigília cidadã foram divididas operacionalmente em microrregião Norte: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Quissamã, e São João da Barra; microrregião Centro: Casimiro de Abreu, Macaé e Rio das Ostras; e microrregião Sul: Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e Cabo Frio. No entanto, no dia da cartografia social na oficina de vigília cidadã III na microrregião Norte, o Núcleo de Carapebus havia assumido outro compromisso, participando, então, das atividades ligadas à cartografia na oportunidade da Oficina na Microrregião Centro.

da seção com discussão e resultados preliminares das cartografias produzidas pelos sujeitos da ação educativa.

Percurso metodológico da cartografia social no PEA Territórios do Petróleo

Para o planejamento das atividades cartográficas, em sua relação com as demandas comunitárias, a pesquisa-extensão, que traz em sua essência a prática do ouvir, do sentir, da troca de experiência para além dos muros da universidade, foi subsidiada por muitas informações técnicas e metodológicas. Com o intuito de ofertar uma ação pedagógica adequada ao perfil do público, refletimos e discutimos junto à coordenação de campo e à coordenação pedagógica do PEA-TP, além de compartilhar ideias quanto à base cartográfica referencial com o designer gráfico do projeto.

A proposta pedagógica foi pensada levando em consideração o saber-fazer, que oportuniza o protagonismo dos grupos sociais envolvidos na ação. Valorizamos, portanto, suas experiências de vida e conhecimentos individuais para, posteriormente, tornar-se uma construção coletiva, emblematicamente compartilhada na Oficina de Vigília Cidadã III, tendo como objetivo formar e aperfeiçoar os participantes (membros dos NVC) acerca das noções de cartografia básica convencional, visando às cartografias sociais alternativas, produzidas principalmente com base na percepção cidadã dos sujeitos sobre os impactos socioespaciais da indústria de petróleo e gás na Bacia de Campos (BC).

Traçamos uma agenda de visita a todos os NVC em reuniões ordinárias para introduzirmos a temática e já possibilitar aos sujeitos da ação educativa o chamado saber-fazer. Contamos com o apoio logístico-operacional da equipe técnica, importantíssima também para a organização do espaço pedagógico e para o acolhimento dos participantes.

Trabalhamos os princípios cartográficos básicos para alcançarmos as condições de aplicação e realização da cartografia social, ainda que em estágio inicial e na perspectiva individual dos sujeitos, tendo como

expectativa a representação dos impactos decorrentes da indústria de petróleo e gás nos respectivos municípios dos NVC.

Após a distribuição de imagens alusivas às cartografias, os participantes dos NVC colaram na parte do mural os exemplares correspondentes à cartografia “oficial” e “social”. Com as imagens coladas, explicamos as concepções primordiais de cada tipologia cartográfica e deixamos os grupos à vontade para dirimir dúvidas e trocar as imagens de lugar (vide Figura 1). O resultado da diferenciação entre as cartografias serviu como avaliação inicial a partir da observação da compreensão das/os participantes.

Figura 1. Quadro com ilustrações da diferenciação das tipologias cartográficas elaborado pelo NVC de Rio das Ostras.



Fonte: foto de Jéssika de Paula, 2018.

Em seguida, trabalhamos as noções cartográficas, com o propósito de propiciar o desenvolvimento do protagonismo por meio de mapas temáticos da percepção para realização de duas atividades, a saber: 1) mapear, com papel vegetal sobrepondo imagem *Google Maps* em papel fotográfico, as problemáticas a partir de vídeo produzido por

cada NVC; 2) explicitar a atividade de mapeamento dos impactos da exploração da indústria de petróleo e gás no respectivo município, inspirada em trabalho anterior com base no Diagnóstico Participativo (DP) do PEA-BC (vide Figura 2).

Nesse contexto, a prática prévia da segunda atividade, denominada inicialmente de “Mapeamento de Impactos”, foi o pontapé inicial para que os grupos se familiarizassem com a relação entre causa e efeito de impactos socioambientais no território. O método, elaborado pela coordenação de campo e aplicado como parte da formação interna continuada da equipe do PEA-TP, suscitou o debate durante a atividade por parte das/os participantes, provocando motivação e identificação com seu processo de construção.

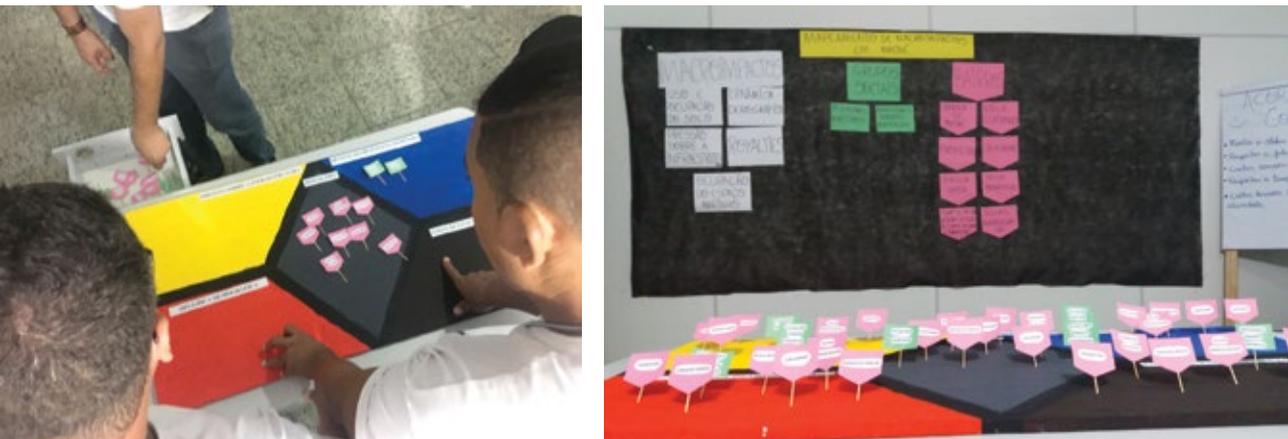
Em uma base de isopor dividida em cinco cores correspondentes aos cinco macroimpactos do DP do PEA-BC, os NVC identificavam e atualizavam os grupos sociais e as localidades vulneráveis aos impactos negativos da exploração e da produção do petróleo e gás na BC em relação ao território vivido, inserindo-os nessa representação para melhor elucidar o público direto do projeto, bem como para a reflexão sobre os critérios de análise a partir da correlação observada.

As/os próprias/os participantes, após debate entre elas/es, utilizaram palitos de dente, cada qual com um grupo social ou localidade, para fixação no território representado pertinente. Todavia, enfatizamos que a proposta não foi apenas uma reprodução do cenário encontrado no DP supracitado, mas também uma atualização das informações pela percepção coletiva dos NVC por município, contribuindo para a leitura da realidade da Bacia de Campos.

O produto dessa atividade foi chamado de “Cartografia Reversa”, que tem como significado o sentido contrário da corrente principal, ou seja, trata-se de uma adaptação no caso em tela quanto ao mapeamento convencional, de modo a gerar reflexão ao se inverter a lógica tradicional, “colocando” as

localidades e os grupos sociais nos macroimpactos representados pelas 5 cores ao invés do mapa das localidades e dos territórios dos grupos sociais em questão “receberem” as representações temáticas junto a um sistema de legendas com simbologias:

Figura 2: "Cartografia Reversa" desenvolvida no NVC de Macaé.



Fonte: autoria de Raphaela de Carvalho, 2018.

Após a elaboração cartográfica individual das expressões sociais, com a criação de algumas legendas e representações ainda nas reuniões ordinárias nos NVC, enfatizamos as noções dos princípios cartográficos básicos para o desenvolvimento de atividades práticas que proporcionam reflexões coletivas nas Oficinas Microrregionais (“Vigília Cidadã III”) com a cartografia social, considerando o protagonismo e a percepção dos sujeitos para confecção de dois mapas temáticos.

Na primeira atividade, com base nas problemáticas abordadas no vídeo produzido pelos NVC, por vezes com “atualizações” no sentido de complementações, os participantes apresentaram as próprias expressões e produziram, depois de chegarem aos consensos coletivos, mapas com simbologias e legendas que conduziram à reflexão e ao debate.

Quanto à segunda atividade, o tema dos macroimpactos do DP do PEA-BC foi retomado. Os/As participantes representaram, individualmente, os impactos decorrentes da indústria de petróleo

e gás por meio da sua percepção, localizando-os em uma base cartográfica do município e levando ao grupo o mapa social para a interpretação na perspectiva da ação do controle social. Conforme atividade anterior, o NVC, então, chegou ao consenso a respeito dos elementos representativos para a transposição no mapa social municipal coletivo na Oficina.

Acompanhamos os avanços no saber-fazer e a compreensão do mapa social autoral com exposição dialogada, pois cada Núcleo apresentou os resultados alcançados junto aos demais, buscando a generalização das principais problemáticas que afligem o respectivo município.

Os participantes articularam os conhecimentos cartográficos e geográficos no debate cidadão. Na leitura da representação individual subjetiva à coletiva eles abordaram, no geral, a desigualdade social na produção espacial para a projeção do controle social. Assim, experienciaram a relação entre complexidade e síntese, com as generalizações pertinentes, confeccionando nas representações cartográficas e/ou expressando nas falas proferidas as condições de existência e resistência, questões da ordem simbólica à econômica e seus respectivos conflitos, os espaços de participação política e reprodução social, o papel dos aparelhos de Estado bem com suas “ausências”.

Discussões e resultados: representar é preciso

Ao findar das atividades cartográficas da Oficina e tendo como referencial a segunda representação coletiva, os sujeitos da ação educativa teceram variadas discussões acerca dos problemas comuns aos municípios e refletiram, mesmo que parcialmente, em dois níveis analíticos: 1) Conjuntura dos impactos em parte dos territórios da Bacia de Campos; 2) Estratégias de controle social quanto aos *royalties*, visando aos espaços de participação política e à organização da vigília cidadã.

Nesse sentido, um “mosaico”⁸ ou “quebra-cabeças” formava-se pelo encaixe do conjunto dos mapas produzidos pelos Núcleos, da multiplicidade de olhares que se percebem e se identificam nas manifestações dos anseios de transformações sociais.

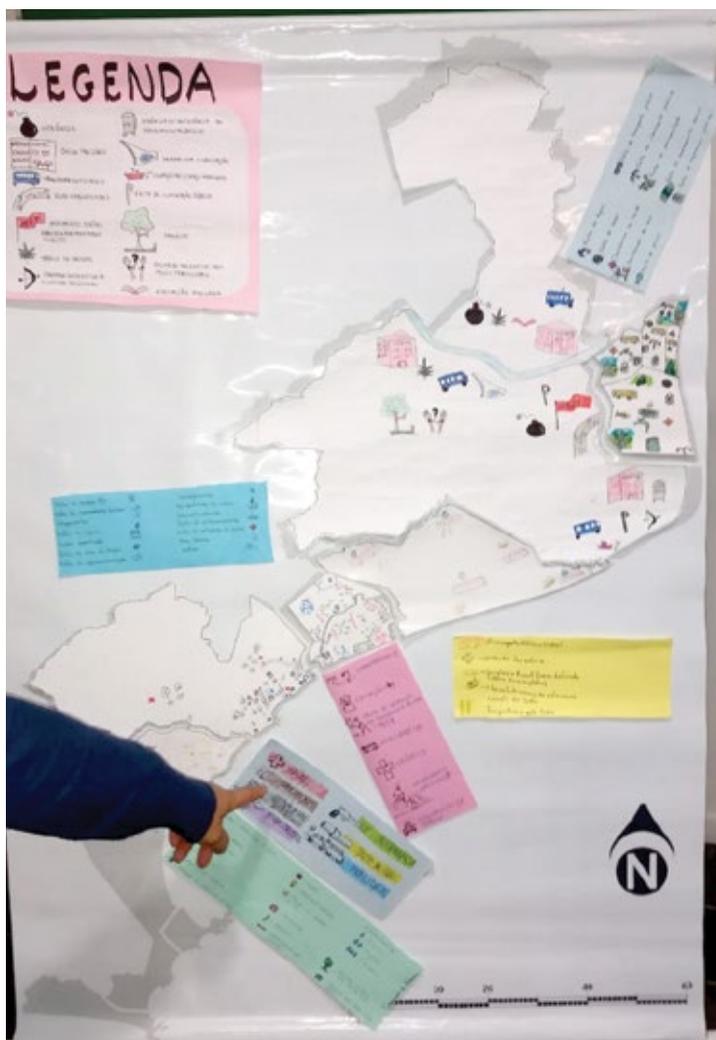
A criação de “convenções” e simbologias específicas favoreceram as intersubjetividades e a perspectiva da ação territorial do controle social para a qual a temática alusiva aos *royalties* é mais significativa no projeto.

Apresentamos a seguir o mapa síntese dos impactos da indústria de petróleo e gás na Bacia de Campos (em construção) confeccionado pelos sujeitos da ação educativa e elaboramos um quadro a partir das principais ocorrências percebidas nas representações pelo pesquisador responsável pela Cartografia Social no PEA-TP.

Figura 3: Mapa síntese (incompleto) dos impactos decorrentes da indústria de petróleo e gás na Bacia de Campos trabalhados na Oficina Microrregional Centro.

Fonte: autoria da fotografia de Rodrigo Caetano, 2018.

⁸ Inspiramos-nos na ideia de mosaico enquanto soma das partes da BC por municípios para obtenção, a partir do encaixe dos seus contornos tratar das problemáticas realizando um debate geral e uma análise da conjuntura. Segundo o IBGE “é o conjunto de fotos de uma determinada área, recortadas e montadas técnica e artisticamente de forma a dar a impressão de que todo o conjunto é uma única fotografia.” (BRASIL, 2018). https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoos/representacao.html.



Quadro 1: Mapa síntese dos impactos da indústria de petróleo e gás na Bacia de Campos.

Resultados parciais
1. Saúde pública e saneamento básico
2. Transporte e segurança públicos
3. Educação pública
4. Iluminação pública

Fonte: elaborado pelos autores a partir das atividades da Cartografia Social nos NVC, 2018-2019.

As atividades têm contribuído tanto para o desenvolvimento dos sujeitos da ação quanto para a pesquisa no projeto Territórios do Petróleo. A educação ambiental crítica com sua transversalidade e interdisciplinaridade inerentes tem auspiciado o trabalho com pessoas tão diversificadas e sobre temáticas complexas, como a vertente da desinformação sobre os *royalties* e a identificação dos impactos socioespaciais da indústria do petróleo e gás.

Esperamos que os esforços acerca das dinâmicas territoriais e das percepções cartografadas sejam difundidos tanto entre os/as participantes do projeto quanto no meio acadêmico, em prol da conscientização e mitigação dos impactos negativos dos empreendimentos petrolíferos.

Enfim, o papel da cartografia social em nosso projeto de educação ambiental é significativo ao desvendar impactos e decodificar as demandas, sendo, ao mesmo tempo, processo e produto. No seu exercício, provoca e media conflitos, respeitando e reconhecendo territorialidades e multiculturalidades, além de permitir analisar a conjuntura com o “jogo de escalas” proporcionado. No entanto, precisamos trabalhar melhor a relação entre causas e efeitos dos impactos, bem como a sua

relação direta ou não com os empreendimentos ou adventos petrolíferos.

À consolidação da Cartografia Social na Fase II do PEA-TP, convergimos para a questão do controle social dos *royalties*, na lógica da representação da territorialização dos recursos e dos impactos provenientes, conferindo visibilidade ao que o geógrafo Milton Santos (2008) chama de “espaços opacos”, que podem nos remeter à vulnerabilidade e à desinformação, muito embora o autor também os tenha associado às zonas de resistência.

Referências

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Geociências. **Noções Básicas de Cartografia**. Disponível em:

<https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoos/representacao.html>_Acesso em: 09 abr. 2018.

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A. **Relatório Final do Diagnóstico Participativo do PEA-BC**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2012.

PETROBRAS/UENF. **Plano de trabalho do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã na Bacia de Campos**. Rio de Janeiro: Petrobras, abril de 2016.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Territórios da Sociedade, Impulsos Globais e Pensamento Analítico: Por uma Cartografia da Ação.

Revista Tamoios, Departamento de Geografia da UERJ–FFP,

ano 08, n. 1, 2012, pp. 03-12. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/tamoios/article/view/3295/4567>> Acesso em: 23 set. 2018.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico científico informacional**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

5.4

Oficina de Vigília Cidadã IV: Rendas petrolíferas municipais: integração pesquisa-campo e abordagem lúdica de conceitos complexos.

Carlos Gustavo Sarmet Moreira Smiderle
Elizabeth Porto da Silva Rangel
Jamile de Almeida Marques da Silva
Lara Mattos Martins
Mírian Rachel de Jesus Soares

A Oficina de Vigília Cidadã IV - Rendas Petrolíferas propôs um espaço de diálogo entre os integrantes dos NVC a fim de dar continuidade ao processo de formação continuada dos sujeitos da ação educativa com o tema “*royalties* e participações especiais”. Além de prosseguir com as ações inseridas no plano de trabalho da Fase II do PEA-TP, a realização da oficina respondeu a um anseio dos próprios grupos engajados nos NVC de abordar mais detidamente o tema das rendas petrolíferas.

Esse anseio se explica, pelo menos em parte, pela estratégia pedagógica do projeto, que, desde seu desenvolvimento inicial, na Fase I (2014-2016), jamais se contentou em promover algum tipo de adestramento em normas e aspectos específicos das rendas petrolíferas. Sem desconsiderar a necessidade de um aprofundamento nestas questões detalhadas, o projeto sempre teve em mente que pouco ou nada adiantaria para os grupos sociais envolvidos dominar informações sobre *royalties* sem uma reflexão sistemática sobre o território, o lugar que tais grupos ocupam nele e as identidades dos atores envolvidos. Em uma palavra, domínio

de informação sem leituras de mundo não ajuda muito no controle social. Essa estratégia, se, por um lado, responde a um objetivo bastante razoável, por outro pode gerar a sensação de falta de foco e uma ansiedade por “colocar a mão na massa”. É o que ocorre, para citar um exemplo de outro contexto — o da educação formal —, entre estudantes universitários que ficam ansiosos pelo momento em que deixarão para trás as disciplinas mais básicas e cursarão as mais específicas de sua carreira.

Uma diretriz que parece ter colaborado para o êxito da atividade foi o fato de ela ter sido concebida por técnicos que atuam no campo, embora houvesse, no grupo de pesquisadores, gente no projeto com um grau mais aprofundado de imersão no tema. Esse fato trouxe um duplo ganho. De um lado, favoreceu uma apropriação mais sistematizada de conhecimentos sobre a temática pela própria equipe. Além disso, contribuiu para que a abordagem pudesse ser mais sintonizada com a realidade do campo. A participação do pessoal de pesquisa no planejamento foi no sentido de dar certa assessoria em questões pontuais, como se verá à frente.

O pano de fundo da concepção da oficina é a noção de vigília cidadã, que “remete a um ‘estar acordado’, a um estado de consciência alerta necessário para estimular o controle social sobre a gestão municipal da renda petrolífera” (GANTOS, 2016, p. 33). Para qualificar essa postura e alargar as formas democráticas de participação, é indispensável destrinchar o emaranhado de informações que envolve o tema da apuração, distribuição e possíveis aplicações das rendas petrolíferas municipais.

As atividades da oficina foram fundamentadas em dois aspectos que guiaram os objetivos das ações elaboradas. Em primeiro lugar, priorizou-se a utilização de técnicas e métodos vinculados aos princípios da educação ambiental crítica e da educação popular, modelados para fomentar a informação da população. Em segundo lugar, foram levados em conta os objetivos específicos do projeto, previstos no plano de trabalho, que precisam ser materializados em metas e traduzidos no conteúdo teórico das atividades.

Dessa forma, foram estabelecidos objetivos norteadores da oficina, tais como: consolidar os conceitos básicos de *royalties* e participações especiais; aprofundar o conhecimento sobre a legislação pertinente às rendas petrolíferas; estimular o debate sobre a forma de distribuição dos recursos arrecadados para os entes federativos; e apresentar os caminhos para o acesso a informações confiáveis sobre esse recurso financeiro. O desafio que a equipe se colocou foi abordar esse conjunto de temas de forma lúdica. Com isto em mente foram concebidas as atividades da oficina.

Para revisar e fixar os conceitos mais elementares, optou-se por uma atividade em forma de palavras cruzadas. Para a aplicação dos chamados *Royalties Cruzados*, os participantes foram divididos em dois grupos, e cada qual respondia a uma questão proposta pela mediação. O jogo oportunizou a percepção dos participantes sobre a relevância da construção coletiva na busca de soluções, uma vez que a resposta à questão apresentada pelo mediador era fornecida somente após o debate e o consenso entre os integrantes do grupo. As primeiras perguntas eram mais simples, ficando algumas mais difíceis para o final, funcionando como mote para a atividade seguinte, chamada Maquete Humana.

Figura 1 - Dinâmica dos *Royalties Cruzados* realizada durante Oficina de Vigília Cidadã IV em Rio das Ostras (RJ), em 25 de agosto de 2018

Fonte: autoria de Miguel Araujo, 2018.





Figura 2 - Dinâmica da Maquete Humana desenvolvida em oficina realizada em Arraial do Cabo em 15 de setembro de 2018.

Fonte: autoria de Luiz Fernando Santos Oliveira, 2018.

A Maquete Humana consistiu em uma representação do mapa da costa dos municípios envolvidos em uma escala ampliada em relação aos mapas convencionais. A representação do território e da área marítima correspondente foi feita no chão, de modo que os próprios participantes pudessem traçar as linhas de projeção das costas municipais em direção ao mar (segundo os critérios das ortogonais e das paralelas ao Equador, abordado na oficina) e localizar blocos, campos e poços. Esses três últimos conceitos, embora relativamente simples, não são de domínio comum. Ter noção do que eles representam significa uma condição mínima para entender não apenas a legislação sobre *royalties* e participações especiais, mas também a dinâmica das licitações de novas áreas pelo governo federal e as perspectivas para a atividade na Bacia de Campos. Já as linhas de projeção da costa, que definem as confrontações de municípios

e estados com a produção marítima de petróleo e gás, envolvem noções sabidamente complexas⁹.

A atividade denominada Partilha do Barril buscou ilustrar como ocorre a distribuição das rendas petrolíferas, assunto de difícil compreensão para o público não especializado ou com pouca leitura no tema. Barris maiores representavam fatias maiores distribuídas a certos beneficiários, ao passo que barris menores expressavam frações menores repassadas a outros contemplados pela legislação. O recurso visual utilizado favoreceu a ampla participação dos integrantes dos NVC e estimulou o exercício de habilidades interpessoais, como a colaboração e a escuta ativa. Em alguns momentos, a atividade também permitiu ilustrar de forma bastante acessível o que a legislação recente - Lei 12.734/2012 (BRASIL, 2012), parcialmente sem efeito por decisão provisória do Supremo Tribunal Federal (BRASIL, 2013) - definiu a respeito da redistribuição das rendas petrolíferas entre todos os estados e municípios do país. No esquema visual proposto para a atividade, tudo se explicava, de forma simples, pelo tamanho do barril, que era proporcional ao percentual das receitas recebidas pelos entes federativos, de acordo com a distribuição prevista pela legislação.

A oficina ofereceu, ainda, uma atividade chamada Exercício Prático de Pesquisa. Esse momento consistiu no manuseio assistido de informações disponíveis no site da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), fonte oficial de informações sobre a apuração e a distribuição de *royalties* e participações especiais. Os participantes acessaram as principais planilhas contendo informações sobre a arrecadação de *royalties* e participações especiais de seus municípios. A interação do grupo durante a atividade proposta foi importante, pois a navegação guiada no site da agência reguladora de petróleo proporcionou

⁹ Um exemplo da complexidade desse debate pode ser consultado na transcrição de uma audiência da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados realizada aos 21 de agosto de 2003 (BRASIL, 2003).

o entendimento de que todo cidadão pode acessar informações de órgãos oficiais para o exercício do controle social qualificado.

A contribuição da pesquisa

Em certa medida, o protagonismo dos técnicos no desenho da oficina foi favorecido por uma condição prévia de diálogo sistemático com os pesquisadores e bolsistas dedicados ao tema específico das rendas petrolíferas. Desde o início da Fase II do projeto Territórios do Petróleo, em julho de 2017, ocorreu um esforço para tornar clara para os sujeitos da ação educativa a origem dos recursos repassados aos dez municípios fluminenses considerados produtores na Bacia de Campos. A aposta inicial era que, para exercer com vigor o controle sobre a aplicação dos recursos, seria conveniente que os cidadãos conhecessem e reconhecessem os campos petrolíferos confrontantes com o litoral dos seus respectivos municípios.

O fundamento dessa aposta é que as rendas petrolíferas devem ser consideradas como direitos garantidos pela Constituição Federal (BRASIL, 1988, art. 20), e não como favor dos governantes. Também se considerou relevante, no desencadear da pesquisa, destacar que o nosso regime federativo reconhece uma dose de autonomia aos governos locais inédita para os padrões internacionais: somente no Brasil os municípios são considerados entes federativos. O que significa ser reconhecido como *ente federativo*? Em termos práticos, isso quer dizer que, nas áreas reconhecidas como de sua atribuição, o município tem direito a tomar suas próprias decisões.

É bem sabido que a onda descentralizadora que varreu o país durante a elaboração da Constituição de 1988 não pode ser tomada como portadora de todas as virtudes democráticas. Nem sempre a descentralização contribuiu para tornar as coisas mais justas e democráticas. Por exemplo, quando o poder local é exercido de forma autoritária por grupos historicamente instalados no governo, a descentralização tende a fortalecer e perpetuar tais grupos. Este foi, em linhas gerais, o debate político que se travou no pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o XX e que ficou marcado pela controvérsia entre americanistas e iberistas (WERNECK

VIANNA, 1991). Nenhuma das duas vertentes é necessariamente incompatível com o credo democrático, mas, *grosso modo*, os primeiros defendiam a implantação no Brasil da institucionalidade liberal típica dos Estados Unidos, com eleições diretas, parlamento, partidos etc., enquanto os últimos entendiam que a simples adoção de instituições liberais em uma sociedade extremamente desigual não serviria à causa democrática, sendo necessária pelo menos uma etapa marcada por um Estado forte.

Também é fato corriqueiro entre os estudiosos de política que a descentralização radicalizada do regime federativo brasileiro cria fortes embaraços à coordenação de políticas públicas de âmbito nacional, gerando um ambiente que Melo (1996) chamou de *hobbesianismo* municipal, em referência ao pensamento político de Hobbes, caracterizado pela suposição de um estado de natureza (“pré-social” e “pré-político”) em que todos lutam contra todos. Também é fato que grande parte dos municípios brasileiros não tem recursos próprios para sustentar sua autonomia de direito. Tudo isso é sabido. A questão é a possibilidade de explorar o potencial positivo dessa história.

Que potencial? Aquele que a literatura entusiasmada pela descentralização (PUTNAM, 1996) costuma apontar, seja de forma ingênua ou cínica: em tese o cidadão tem maior possibilidade de influir no governo que está próximo do que no governo que está distante. O que parece relevante no caso brasileiro é que essa especificidade da condição dos municípios — a de ser um ente federativo, com todas as implicações que isso traz em termos do direito a certa dose de autogoverno — parece completamente desconhecida pelo cidadão não especializado em estudos sobre as instituições. Em linhas gerais, trata-se disto: respeitando-se o rito e os limites da lei, se o prefeito quiser fazer e a Câmara Municipal autorizar, não tem governador ou presidente que possa impedir. Segundo essa lógica, podem parecer mais convincentes os apelos à participação. Um exemplo bem simples ilustra essa realidade: se a Câmara Municipal de São João da Barra (RJ) não tivesse modificado a legislação sobre o uso do solo, transformando uma região originariamente rural em industrial, o controvertido Porto do Açu não teria podido instalar-se no município.

Com esse raciocínio em mente, o esforço de pesquisa concentrou-

se no sentido de oferecer aos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) e aos municípios em geral informações sobre os campos de produção petrolífera vinculados aos respectivos municípios. Em linguagem de militância se trataria de algo como “vamos conhecer o que é nosso para tomar posse dele!”. E essa tarefa, de verificar os campos confrontantes com cada município, pode ser cumprida com uma simples consulta às planilhas de confrontação publicadas mensalmente no sítio eletrônico da ANP. Mas já nos primeiros esforços de apropriação da legislação pertinente ao rateio dos *royalties* e participações especiais pôde-se constatar que a história não é tão simples assim. Na verdade, apenas uma parte das rendas vem dos campos confrontantes com o próprio município. Em vários casos, inclusive, a maior parcela vem de campos confrontantes com outros municípios.

O aprofundamento nos dados da ANP permitiu que os pesquisadores e bolsistas construíssem um modelo capaz de detalhar de quais campos vêm os recursos repassados aos municípios da Bacia de Campos. Por exemplo, em março de 2018 os *royalties* de Carapebus (RJ) foram gerados por oito campos confrontantes com a costa municipal (Albacora, Carapeba, Garoupa, Marlim Leste, Parati, Pargo, Tubarão Martelo e Polvo; Moreia e Viola não tinham então produzido) e cerca de 45 campos confrontantes com outros municípios fluminenses. Esse mapeamento pode ser útil para os NVC construir cenários prováveis para o comportamento das receitas no que depender da produção vinculada a cada município (a cotação do petróleo e a do dólar, cercadas de incertezas, também influem diretamente nesse cálculo). Sabendo-se a origem do recurso, também é possível identificar parcelas do total repassado sujeitas a aplicação obrigatória regulada por lei, como é o caso das rendas petrolíferas resultantes de campos cujos contratos tenham sido assinados após 03 de dezembro de 2012, destinados à educação (75%) e à saúde (25%), conforme a Lei 12.858 (BRASIL, 2013).

O modelo permite ainda estimar com precisão o valor que seria repassado a cada município caso o Supremo Tribunal Federal (STF) não tivesse suspenso provisoriamente os artigos da Lei 12.734/2012 que

tratam da redistribuição das rendas petrolíferas, o que foi feito por meio de decisão monocrática (individual) da ministra Cármen Lúcia frente à Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.917, impetrada em 15 de março de 2013 pelo então governador do Estado do Rio de Janeiro. Por exemplo, em agosto de 2018, Arraial do Cabo recebeu R\$ 4,9 milhões de *royalties*; se a Lei não tivesse sido suspensa e o período de transição já tivesse sido cumprido, teria recebido R\$ 1,05 milhão. Caso a lei seja validada, é possível que os gestores públicos dos municípios envolvidos se digam apanhados de surpresa com o tamanho da perda, mas o exercício da vigília cidadã não poderá legitimar tal prática.

Essas informações foram paulatinamente compartilhadas com os técnicos do projeto e os NVC graças a uma integração ditada em parte pela necessidade de elaboração de boletins digitais incluídos como metas do plano de trabalho do projeto. O intercâmbio foi facilitado pelo envolvimento do pesquisador responsável também com o processo de mediação dos conteúdos dos boletins.

Tudo somado, a experiência de realização da oficina propiciou boa interação entre os integrantes dos NVC e as metodologias propostas pela equipe. A utilização de recursos lúdicos e próximos ao cotidiano dos participantes parece ter contribuído efetivamente para a apropriação dos conceitos abordados, básicos para o cidadão situar-se no emaranhado de normas e de informações relacionadas à temática. A segurança quanto a aspectos básicos das rendas petrolíferas é fundamental para os cidadãos engajados no projeto situarem-se no contexto contemporâneo em que as informações que têm correspondência factual convivem, em diferentes redes sociais digitais, com mensagens de lastro factual distorcido ou completamente ausente¹⁰.

A troca informacional obtida durante essa oficina foi enriquecedora, sendo reforçada constantemente a importância de os integrantes exercerem o papel de multiplicadores de temas relevantes

10 Em 2016, o Dicionário Oxford incorporou à publicação o verbete *post-truth* (pós-verdade), definindo-o como “[...] relacionando ou denotando circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e crença pessoal.” (SILVA *et al.*, p. 274).

às suas comunidades, a fim de um exercício maduro de cidadania. Espera-se que as ações desenvolvidas durante as Oficinas de Vigília Cidadã possam auxiliá-los não apenas durante essa fase, mas também nas próximas e na sua atuação fora do âmbito do projeto.

Referências

ARAÚJO, M. **Oficina de Vigília Cidadã IV – Rendas Petrolíferas**. 2018. 1 fotografia.

BRASIL. **Lei 12.734, de 30 de novembro de 2012**. Modifica as Leis no 9.478, de 6 de agosto de 1997, e no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos *royalties* e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112734.htm. Acesso em: 12 julho 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (ministra Cármen Lucia). **Medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.917**. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Dispositivos da lei n. 9.478/1997 e da Lei n. 12.351/2010 alterados pela lei N. 12.734/2012. Mudanças das regras de distribuição de *royalties* e participações especiais de estados e municípios: alegação de desobediência ao art. 20, § 1º combinado com a al. B do inc. II do § 2º do art. 155 da Constituição da República. Impugnação retroação de efeitos da nova legislação em inobservância a atos jurídicos perfeitos e ao princípio da segurança jurídica. Plausibilidade jurídica demonstrada. Excepcional urgência configurada a impor deferimento cautelar ad referendum do plenário. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=9.478&processo=4917>. Acesso em: 12 julho 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: <<http://www>

planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. **Lei 12.858, de 09 de setembro de 2013.** Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12858.htm>. Acesso em: 30 jan. 2019.

GANTOS, M. C. “Projeto ‘Territórios do Petróleo’ como ferramental de educação ambiental crítica”. In: GANTOS, M.C. (org). **A Caravana Territórios do Petróleo: ressignificando a educação ambiental na Bacia de Campos.** Campos dos Goytacazes: EdUENF, 2016, pp. 69-90.

MELO, M.A. “Crise federativa, guerra fiscal e “hobbesianismo municipal”: efeitos perversos da descentralização?”. **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 3, 1996, pp. 11-20.

OLIVEIRA, L.F.S. **Oficina de Vigília Cidadã IV – Rendas Petrolíferas.** 2018. 1 fotografia.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SILVA, L. M.; LUCE, B.; SILVA FILHO, R.C. “Impacto da pós-verdade em fontes de informação para a saúde”. In: **XXVII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação.** Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/892/665>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

WERNECK VIANNA, L. “Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos”. **DADOS. Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 34, nº 02, 1991, pp. 145-189.

5.5 Oficina de Vigília Cidadã V: Orçamento Público e Controle Social.

Anna Paula Eckhardt de Almeida Rego
Felipe Amaral de Vasconcellos
Jéssika Rodrigues de Paula
Jonatan Fernandes Porto
Joseane de Souza

A Oficina de Vigília Cidadã V, com vistas a facilitar o diálogo, a reflexão crítica e a troca de conhecimento sobre o tema apresentado, foi elaborada utilizando-se de metodologias e ferramentas participativas diversas como exposição dialogada, vídeos, mosaico, teatro e linha do tempo. Versando sobre variados assuntos importantes na construção e entendimento do sistema orçamentário brasileiro, debateu-se sobre os entes federativos, poderes da república e instrumentos de planejamento governamental (como as peças orçamentárias- Plano Plurianual [PPA], Lei de Diretrizes Orçamentárias [LDO] e Lei Orçamentária Anual [LOA]), bem como o controle e a participação social nesse contexto. Nesse sentido, utilizou-se da exibição de vídeos acerca do orçamento público e dos instrumentos de planejamento governamental (PPA, LDO e LOA) de forma a consolidar os conceitos e as ferramentas do orçamento público no Brasil. A exposição dialogada foi outro recurso utilizado e resgatou a importância da participação social nas fases que compõem o orçamento público brasileiro. Debateu-se, também, o planejamento e execução orçamentária no Brasil, tendo o intuito de aprofundar com os sujeitos da ação educativa os mecanismos e ferramentas de controle social sobre o tema no âmbito municipal.

Para a exposição da história da participação social no orçamento público utilizou-se uma linha do tempo. Já para o objetivo de dialogar sobre noções gerais da administração pública, fez-se o uso de um mosaico, relacionando as principais competências legislativas e administrativas, sobretudo no que se refere às responsabilidades na elaboração, execução e fiscalização do sistema orçamentário público. No que tange ao exercício da atuação popular em espaços de controle social, desempenhou-se um teatro participativo por meio de situações fictícias. A seguir nos dedicaremos a contextualizar melhor essas atividades desenvolvidas, bem como avaliar a oficina como um todo e seus resultados.

A atividade *Montando um Mosaico* propôs aos integrantes dos NVC a junção coletiva de peças que continham algumas informações sobre a organização político administrativa do Brasil, a fim de que subsidiasse as discussões sobre orçamento municipal e as formas de participação social ao longo da oficina. Para tal, a atividade dispôs, previamente, de uma exposição dialogada¹¹ sobre as principais competências legislativas e administrativas dos entes federativos (União, estados¹² e municípios), encadeadas com o papel dos representantes dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) em cada unidade da Federação.

É importante ressaltar que a abertura dessa etapa da Oficina colocou a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) como central para o debate do orçamento público brasileiro, bem como um importante marco na história do país, sobretudo no que se refere aos avanços no exercício da cidadania, com a incorporação de muitos direitos sociais, políticos e civis que ainda não haviam

11 As mediadoras da atividade utilizaram-se de um painel em Tecido Não Tecido (TNT), no qual colavam figuras que faziam referência aos temas, junto de tarjetas nomeando cada imagem apresentada.

12 Trabalhou-se com o termo “estados” incluindo o Distrito Federal, por não haver diferenças significativas para compreensão dos moldes do orçamento público nessa esfera federativa (GARSON, 2018).

sido registrados historicamente. Isso ajudou a lembrar o fato da realidade brasileira ainda estar aquém do que está estabelecido na Carta Magna, mas também destacar os avanços obtidos a partir da sua promulgação.

Além disso, afirmou-se o papel dessa Constituição em organizar o Estado brasileiro com um federalismo cooperativo (GARSON, 2018), no qual a União, estados e municípios possuem autonomia política, administrativa e financeira, mas deva haver uma colaboração recíproca de atuação entre os entes. Dessa forma, buscou-se trazer, durante a exposição, elementos e exemplos dessa autonomia na prática, como: a capacidade de os estados construírem suas próprias constituições e de os municípios (e Distrito Federal), as suas Leis Orgânicas; o poder de cada ente escolher seus governantes sem interferências de outros entes; de recolherem impostos próprios; e se administrarem de forma independente, tomando suas próprias decisões executivas e legislativas.

Nessa atividade, também foram destacadas as funções do Poder Executivo em administrar as contas públicas e governar de forma harmônica, autônoma e com limites dispostos em lei. No que se refere aos representantes, a figura do/a presidente/a foi enfatizada enquanto representativa do poder executivo na União, ao passo que os/as governadores/as foram destacados/as enquanto representantes do Poder Executivo em nível estadual e os/as prefeitos/as em nível municipal. A respeito do Legislativo, foi afirmado que este tem a função de fazer as leis e fiscalizar o executivo, evidenciando como ator desse poder, em relação à União, o Congresso Nacional, que é bicameral – ou seja, possui duas casas: Senado Federal e Câmara dos Deputados. Já em níveis estaduais e municipais, os protagonistas deste poder são as Assembleias Legislativas, com seus deputados estaduais, e as Câmaras Municipais, com os vereadores, respectivamente.

Também foi discutido acerca do Poder Judiciário, que é o único, dentre os três, que não é eleito pelo povo, sendo escolhido,

por concurso público. Os principais representantes desse poder em nível da União foram o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), além de outros tribunais, também debatidos durante a atividade, como o Tribunal Superior Militar, Tribunal Superior do Trabalho, etc.

Em nível estadual discutiu-se sobre o papel dos juízes e desembargadores, representantes do Tribunal de Justiça, e em nível municipal sobre as tarefas dos juízes e comarcas. Cabe destacar que, durante as três oficinas Microrregionais (Norte, Centro e Sul), esse foi o tema em que mais houve participação dos/as integrantes dos NVC, tanto para tirar dúvidas, quanto no sentido de questionar sobre a responsabilidade, atuação e fiscalização do Poder Judiciário no Brasil.

Importante dizer que, no decorrer da exposição, as mediadoras levantavam questionamentos que suscitavam a reflexão sobre a importância de compreender a organização da administração pública, sobretudo para responder as seguintes questões: “a quem compete?” e “a quem recorrer?”, questões importantes para o exercício do controle social nos orçamentos públicos e nas diferentes esferas de poder.

Após essa exposição, era efetuada a montagem coletiva do mosaico conforme demonstra a Figura 1. Inicialmente foram distribuídas peças soltas com fotos e palavras que representavam cada ente federativo, alguns exemplos de responsabilidades privativas, e também representantes dos três poderes, que atuam em cada unidade da Federação. Após receberem as peças, era dada a orientação de que deveriam encaixá-las segundo as suas relações. Além disso, a peça central do mosaico retratava da Constituição de 1988 e a peça final representava a soberania popular, demonstrada na Figura 2, cujo destaque foi dado à declaração contida nesse mesmo documento máximo da ordem jurídica, em seu Art 1º, parágrafo único: "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição" (BRASIL, 1988).



Figura 1: resultado do Mosaico após a montagem coletiva
 Fonte: acervo da equipe PEA-TP, 2018.

Figura 2: resultado do Mosaico após a montagem coletiva



Fonte: acervo da equipe PEA-TP, 2018

No momento seguinte, iniciava-se o debate sobre o sistema orçamentário brasileiro e sua configuração atual. Dessa forma, introduziu-se a atividade com a exibição de três vídeos¹³ sobre o significado e a importância do orçamento público no dia a dia

13 Vídeo 1 (Orçamento Público) disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=D38MS-7mHnU&index=1&list=PLNKZPo-igKBCYGBPMFyxq7RUTswO1gFTi>>; vídeo 2 (Tributos: impostos, taxas e contribuições) disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hKqbwiawxcM&index=2&list=PLNKZPo-igKBCYGBPMFyxq7RUTswO1gFTi>>; vídeo 3° (Leis orçamentárias) disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l1d2_XW-Fw&index=3&list=PLNKZPo-igKBCYGBPMFyxq7RUTswO1gFTi>.

dos brasileiros. Esses três vídeos tentavam mostrar, de forma simplificada, a importância do orçamento público e traçar uma breve explicação sobre as peças orçamentárias em vigor no sistema brasileiro, servindo como uma ferramenta lúdica introdutória ao debate mais profundo sobre Planejamento e Orçamento Público no Brasil, que foi conduzido através da metodologia de exposição dialogada. Durante a apresentação dialogada, o expositor assumiu, também, o papel de mediador, provocando a participação dos sujeitos. A discussão, que durou em torno de uma hora, baseou-se no conteúdo da cartilha “Territórios do Petróleo: Cidadãos em Ação II – volume I”, que trata especificamente sobre orçamento público.

Tendo em vista a heterogeneidade – diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade – dos participantes dos NVC, utilizamos o orçamento doméstico, um assunto da vida cotidiana, para despertar o interesse e estimular a participação dos presentes. Através do orçamento doméstico foram introduzidos os conceitos de receita, despesa e orçamento equilibrado e, em seguida, apresentadas as principais fontes das receitas municipais, chamando a atenção para a importância das rendas petrolíferas (*royalties* e participações especiais) para a composição das receitas dos municípios produtores de petróleo, mais notadamente para os municípios abrangidos pelo PEA-TP. Outros conceitos apresentados foram o de despesas públicas, diferenciando as despesas de custeio, das inversões e dos investimentos e o de orçamento equilibrado, quando foi discutida a Lei de Responsabilidade fiscal (LRF).

Dando sequência à parte conceitual, houve a preocupação em se explicitar a relação entre planejamento e orçamento público no Brasil. Segundo o texto constitucional, não há como fazer orçamento público em qualquer esfera de governo sem que a ele anteceda uma etapa de planejamento. Nesse momento, o moderador da atividade estimulava o grupo a refletir sobre a importância de um bom planejamento como condição necessária,

ainda que insuficiente, para a confecção de um bom orçamento e, juntamente a isso, instigava os participantes a refletirem sobre quem deve estar envolvido nessas atividades. Seriam funcionários de empresas terceirizadas contratadas temporariamente para essa finalidade ou funcionários efetivos da própria prefeitura? Novamente utilizando do planejamento doméstico, o moderador discutia com os participantes a complexidade de se realizar o planejamento e o orçamento no setor público.

Somente após esse momento de reflexão eram apresentados aos participantes os instrumentos de planejamento do sistema orçamentário brasileiro, definidos pela Constituição Federal de 1988, quais sejam: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Considerando o foco da atividade e dando ênfase ao orçamento público municipal, foi também ressaltada a importância do Plano Diretor Municipal, assegurado pelo Estatuto das Cidades¹⁴ (BRASIL, 2001), o qual deve ser utilizado pelas administrações públicas municipais para orientar a elaboração do PPA e, conseqüentemente, dos demais instrumentos de planejamento e orçamento. Ao apresentar as peças orçamentárias, o moderador buscou explicitar a interrelação entre elas, deixando claro que o PPA é a primeira a ser elaborada e o seu conteúdo deve servir de base para a elaboração das demais. Nesse momento, ficou claro para os participantes que uma despesa não pode constar na LOA se não estiver prevista na LDO e no PPA. Momento bastante oportuno para discutir os princípios que regem a LOA, as possibilidades e os tipos de alterações possíveis de serem realizadas nas peças orçamentárias e, portanto, a discricionariedade no âmbito do orçamento.

Ao longo da atividade, foram apresentados os tipos de orçamento público (impositivo x autorizativo) e discutidas as

14 Lei N° 10.257/2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm Acessado em: 31/01/2019.

diferenças entre eles, assim como as vantagens e as desvantagens de cada um. Ressalta-se que, nesse momento, foi dada ênfase ao orçamento autorizativo por ser a tipologia adotada no Brasil. Também foi discutido o papel dos poderes Executivo e Legislativo em todo o processo de planejamento e orçamento no Brasil. Ficou claro que as peças orçamentárias são elaboradas e executadas pelo Poder Executivo, após tramitação e aprovação nas respectivas câmaras legislativas (federal, estadual e municipal), que também se tornam responsáveis pelo controle, monitoramento e avaliação das ações.

Discussões acerca da importância da participação social na elaboração do orçamento público permearam toda a atividade. Discutiu-se a participação social no processo de elaboração do orçamento como um direito constitucional, além de mecanismos de participação e controle social, sendo citadas experiências – de sucesso e insucesso – de orçamentos participativos.

Após, foi realizada a exposição dialogada da “linha do tempo da participação social no orçamento público” que será detalhada no próximo capítulo deste livro. Em seguida a oficina foi finalizada com o “Teatro Participativo”, em que dois grupos receberam informações norteadoras – uma referindo-se à audiência pública sobre o orçamento municipal e a outra tratando do uso da palavra em uma tribuna livre na Câmara de Vereadores. A partir das temáticas, os dois grupos deveriam montar um esquete, relacionando os assuntos debatidos ao longo da oficina.

Durante a atividade, os sujeitos da ação educativa representaram a população em sua diversidade. Enquanto isso, do outro lado, possibilitou-se a representação do poder público da administração municipal. Nessa experiência, foi possível perceber a dedicação dos integrantes na defesa dos interesses coletivos, envolvendo o roteiro, a distribuição de papéis e, principalmente, utilizando as informações motivadoras para a prática do controle social, levando em consideração a absorção das informações referentes ao orçamento público.

Na oportunidade foi possível trazer à tona a necessidade de uma representatividade mais efetiva na prática do controle social. Os públicos apontados para o projeto Territórios do Petróleo puderam perceber a importância de uma atuação mais direta. São quilombolas, pescadores, assentados, moradores urbanos e rurais, além de outros grupos como estudantes e lideranças formais e informais.

Outro fato que nos chamou a atenção foi a inclinação dos participantes aos anseios e problemas de outros grupos, pertencentes a municípios e/ou bairros distintos, não diretamente ligados às suas respectivas realidades. As diferenças, que por hora pareciam um problema, são apontadas como um fator positivo, unindo forças nas lutas coletivas e levando em consideração um olhar amplo para as situações vivenciadas.

Por outro lado, a atividade proporcionou a percepção de semelhanças quanto aos problemas sociais entre as cidades ali representadas, de acordo com cada microrregião. Durante a montagem do roteiro, os participantes trocaram experiências de militância e iniciativas para uma participação mais direta. Diante disso, fica nítida a importância do olhar ao processo de construção que resulta numa troca de conhecimentos, saberes e vivências diante do poder público.

Mesmo sendo uma atividade fictícia, foi possível observar a qualidade da participação social, tendo como base o conteúdo dialogado até aquele instante. Durante as apresentações, ficou perceptível que as pautas elencadas foram baseadas em suas realidades regionais, compatibilizando as semelhanças entre os municípios.

A construção teatral motivou o grupo envolvido à reflexão, saindo da zona de conforto, pensando no papel de cada ator social. Os direitos e deveres foram apontados a todos os envolvidos. O compromisso cidadão, as limitações orçamentárias, a atuação do poder público, as limitações e a aplicação das leis foram alguns pontos de reflexão durante a realização da atividade.

Dessa forma, os atores sociais buscaram a compreensão da ação coletiva, mesmo diante das diversidades, na busca por soluções comuns a todos.

Nesse contexto, a oficina foi encerrada em grande clima de confraternização, ressaltando a construção coletiva, a valorização dos conhecimentos, o protagonismo individual e coletivo, bem como o exercício do diálogo e consenso. O exercício teatral trouxe o protagonismo direto dos participantes na construção lúdica de suas cenas, dialogando com as discussões permeadas ao longo da oficina. Dessa forma, pôde-se aprofundar numa reflexão crítica sobre cidadania e a importância da inserção da população na construção e fiscalização dos gastos públicos na construção e efetivação de políticas públicas em âmbito municipal, estadual e federal. Assim, foi discutido o efetivo papel, individual e coletivo, de todos os presentes na oficina, além da importância da apropriação dos temas e resultados desse debate para proporcionar uma melhor utilização dos espaços de participação e controle social, bem como a acuidade e a estima pela existência dos mesmos.

Apesar de se tratar de um tema difícil e bastante árido, a avaliação foi extremamente positiva em todas as três apresentações da Oficina¹⁵. De modo geral, pôde-se perceber um notável interesse dos participantes pelo assunto e um grande envolvimento dos mesmos na atividade. Discussões acerca da importância da participação social na elaboração do orçamento público permearam toda a atividade. Foram muitos os questionamentos, intervenções e contribuições para construção do conhecimento e relatos durante toda oficina. Ao final, era perceptível uma maior compreensão sobre o sistema orçamentário brasileiro, sua elaboração, execução e, sobretudo, sobre a importância

15 A Oficina foi realizada nas três Microrregiões estabelecidas pelo PEA Territórios do Petróleo, a saber Microrregiões Norte (São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã e Carapebus); Centro (Macaé, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras); e Sul (Búzios, Cabo Frio e Arraial do Cabo).

do controle e participação social no orçamento público entre todos os presentes. A sequência desenhada pelas atividades e metodologias foi primordial para a materialização do conteúdo, consolidando-se enquanto práxis em um processo de facilitação da troca de conhecimentos entre todos os envolvidos.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 31 janeiro 2019.

GARSON, Sol. **Planejamento, orçamento e gasto com políticas públicas: uma metodologia de apuração para Estados e Municípios.** Porto Alegre: Fi, 2018.

Capítulo 6

O controle social sobre os gastos públicos: A experiência da atividade linha do tempo da participação social no orçamento público na Oficina de Vigília Cidadã V

Felipe Amaral de Vasconcellos
Raphaela Nascimento de Carvalho

Durante a Oficina de Vigília Cidadã V, já apresentada no capítulo anterior, foi desenvolvida uma atividade chamada – Linha do Tempo da Participação Social no Orçamento Público, metodologia que será destacada no presente capítulo. Considerando o desenvolvimento das discussões educativas junto aos NVC durante a fase II do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP), visando a uma consolidação dos Núcleos e considerando a temática desta oficina – Orçamento Público e Controle Social – foi construída a exposição com o objetivo de fortalecer o diálogo com os sujeitos da ação educativa (SAE), abordando noções sobre cidadania e participação em processos decisórios, como no caso do orçamento público brasileiro.

Com vistas a um desenvolvimento do olhar crítico sobre a história do Brasil, a referida metodologia foi delineada em busca de refletir o processo da participação social no país. Dessa maneira, foi possível perceber a ocorrência de rupturas ao longo da história que impactaram negativamente a garantia e alcance de direitos sociais. Exemplos disso são os períodos em que

regimes autoritários foram instalados no país, acompanhados de opressões que objetivaram inibir as atividades de organizações e movimentos populares e, conseqüentemente, a participação social em processos decisórios de interesse público. A metodologia utilizada considerou o desenvolvimento e evolução do desenho do sistema orçamentário brasileiro até os momentos atuais, mostrando as principais transformações em sua elaboração e execução, contextualizando com o exercício do controle social, com a atualização das ferramentas e legislações que dão suporte para o exercício da cidadania sobre os gastos públicos.

Resgatar os desafios, conquistas e resistências nos processos sociais e, dessa forma, dialogar sobre a importância de conhecermos bem a nossa história, foi o eixo norteador da atividade. A partir dessa perspectiva, o objetivo foi de oportunizar a reflexão e o debate crítico junto aos atores sociais, desmistificando a ideia de que o exercício da participação social para alteração das problemáticas do país perpetuou-se de maneira linear e que os resultados dessa prática são imediatos e infinitos. Esse pressuposto advém da necessidade de debater conjuntamente com os sujeitos da ação educativa (SAE) que a luta popular nem sempre será acompanhada de cenário favorável, transparente e facilitada ao debate, construção e atendimento de todas as classes sociais. Contudo, por meio da luta, organização, articulação entre os povos e a consciência crítica, sempre foi possível quebrar paradigmas e assegurar direitos: “O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história” (FREIRE, 1997, p. 136).

Dessa maneira, o cuidado foi de se estabelecer dialogicamente uma sensibilização ao exercício da ação social, sua importância histórica e seus múltiplos e constantes desafios, conforme este outro trecho de um dos maiores educadores brasileiros ilustra:

Acontece, porém, que a toda compreensão de algo corresponde, cedo ou tarde, uma ação. Captado

um desafio, compreendido, admitidas as hipóteses de resposta, o homem age. A natureza da ação corresponde à natureza da compreensão. Se a compreensão é crítica ou preponderantemente crítica, a ação também será (FREIRE, 1967, p. 105).

Ademais, para construção pedagógica e metodológica da atividade expositiva, diversos encontros entre os mediadores foram realizados para definir quais seriam as estratégias adequadas para expor a temática proposta de maneira facilitada. Desse modo, visou-se a contemplar o perfil diverso do público, formado pelos sujeitos da ação educativa que integram os NVC dos dez municípios contemplados pelo projeto, considerando os mais relevantes momentos históricos na construção do diálogo entre controle social e orçamento público. Desse modo, deu-se destaque a aspectos como os contextos de construção do Estado brasileiro, suas reformulações e a implicação dessas mudanças no sistema orçamentário, sua elaboração e execução. Destacou-se, também, a participação da sociedade na vida pública, as políticas públicas e legislações que viabilizaram transformações e conquistas de direitos para o fortalecimento da cidadania, dando sempre ênfase a relação destes aspectos ao exercício do controle social até os dias atuais.

Sendo assim, a construção do design da exposição foi dinamizada através da elaboração do “varal da história”, onde foram delineados quadros (feitos em cartolina) em que se apresentavam os momentos históricos destacados para a atividade, ficando expostos e fixados por prendedores de roupa em um varal constituído por corda de sisal. Esses quadros ficavam expostos e tinham como título, em cada recorte, o ano e o fato histórico, sendo seguido de um relato sobre os processos sociais significativos à abordagem histórica desenvolvida, bem como por fotografias que ilustravam o determinado fato. Essa opção foi escolhida por deixar à temática – que é densa e com

bastante conteúdo – mais interativa e dinâmica. Dessa forma, a apresentação foi estruturada para ser breve, porém frisando os pontos mais relevantes de cada período histórico para fazer entender o que envolve cada luta e conquista social.

Nesse sentido, a exposição apresentou, dentre os períodos históricos do Brasil, fatos que ocorreram na Colônia, Império e República, dando destaque às fases históricas que constituem o período republicano brasileiro, a saber, República Velha ou Primeira República, Era Vargas, República Populista, Ditadura Militar e Nova República. Seguindo esse preceito como forma de facilitar a visualização e dar autonomia à interpretação, foram utilizadas distintas cores nos quadros apresentados marcando temporalmente a fase histórica em que o determinado fato ocorreu. Dessa forma, a divisão cromática dos quadros marcava com uma cor todas as datas apresentadas antes do período republicano e categorizava em cores distintas as cinco fases históricas que marcam a República. Ademais, os fatos históricos foram apresentados utilizando as denominações utilizadas por historiadores e apresentadas em livro de história, facilitando a pesquisa posterior de todos que assim desejassem.

Outro ponto que chamava a atenção para o “varal da história” foi à utilização de cores distintas nos fatos históricos para dar destaque ao que era relacionado à história do orçamento público no Brasil, da participação social ou ambos. Ou seja, com a ideia de facilitar a compreensão visual, utilizaram-se três cores distintas: uma indicando que o fato mostrava a evolução do sistema orçamentário; outra destacando as lutas e evoluções da participação social; e a terceira utilizando os elementos das duas categorias anteriores simultaneamente.

A construção da narrativa dos processos históricos e sociais ocorreu a partir de uma exposição dialogada, em que os mediadores explicitavam os fatos seguindo uma ordem cronológica, ao mesmo tempo em que estimulavam o debate e o pensamento crítico sobre esses processos históricos. Refletia-

se sobre suas implicações à época e para o futuro, os contextos que permitiram que tal fato ocorresse entre outros estímulos que intuía um transporte àquele determinado momento, para melhor ilustração daquele cenário. Todavia, sempre marcando os elementos principais: participação social e orçamento público.

Daremos neste capítulo especial destaque ao diálogo realizado no primeiro momento da oficina sobre as oito Cartas Magnas brasileiras e relevância delas ao longo da construção da história do país. Após isso, seguiremos com a apresentação da narrativa cronológica dos fatos. Essas ganham papel de destaque devido à função fundamental que exerceram tanto na evolução do sistema orçamentário, quanto na evolução da participação social na vida pública e processos decisórios.

No que tange à participação, as constituições podem ser promulgadas, ou seja, ter participação popular, típico do processo democrático, ou podem ser outorgadas, ou seja, elaboradas sem participação da população, de maneira imposta e autoritária. No que concerne ao orçamento brasileiro, a promulgação ou outorga das constituições também são fatores bases, pois irão “delinear de forma expressa quem tem a iniciativa de elaborar, aprovar, executar e controlar a lei orçamentária” (MAIA, 2010, p. 1). Nesse contexto, pode se destacar a centralização ou descentralização das decisões desde a elaboração da Constituição Federal de 1988 até a sua aplicabilidade para compreender o momento e os fatos históricos que marcam a participação social no orçamento brasileiro.

É importante destacar, como apresenta Maia (2010), que não existe um consenso sobre quais poderiam, dentre as oito Cartas Magnas, ser consideradas promulgadas. Contextualmente o mais usual é apontar as Constituições de 1891, 1946, 1967 e 1988 como participativas, enquanto as demais (1824, 1934, 1937 e 1969) como outorgadas. Para tanto, durante a atividade foram construídos os contextos, apontando de forma crítica quem, à época, poderia participar dos processos decisórios, causando a reflexão crítica

sobre o fato. Trazendo como exemplo a Constituição de 1891, considerada uma Constituição promulgada, durante o exercício da intitulada Primeira República, fez-se necessário refletir que, à época, só os homens letrados poderiam participar da vida pública, excluindo, assim, mulheres e analfabetos (AMARAL, 2004). Atentando-se ao fato de que, por exemplo, segundo dados do IBGE do censo de 1900¹, 65% da população era considerada analfabeta, trazia-se a reflexão crítica sobre a participação social nesse processo político.

Após o destaque especial às constituições brasileiras e sua importância no delineamento da atividade, prosseguiremos apresentando a narrativa tal qual foi desenvolvida durante a atividade realizada. Dessa forma, foi estabelecido como marco temporal inicial a Inconfidência Mineira (1785-1789). Esse fato, que ocorreu durante o Brasil Colônia, foi escolhido como ponto de partida por seu destaque para história da participação social no orçamento público no Brasil. Como destaca Maia (2010), durante o período colonial houve graves descontentamentos devido à tributação estabelecida pela coroa portuguesa. A inconfidência foi um dos de maior destaque, devido ao fato da cobrança de todos os impostos atrasados (conhecido como derrama) e ao tamanho da inquietação social, guardadas proporções à época, e ainda pelo enforcamento de uma liderança desse movimento, Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes (MAIA, 2010).

Ao longo da exposição dialogada, foram apresentadas diversas revoltas e guerras civis ocorridas no Brasil, incluindo algumas que não constavam nos quadros apresentados no “varal da história”, como por exemplo: Revolução Federalista (1893); Guerra de Canudos (1896- 1897); Revolta da Chibata (1910); Guerra do Contestado (1912-1916) e Revolução Constitucionalista (1932-1934). Com destaque, assim, a como

¹ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf. Acesso: 28/01/2019.

se tratavam, durante diferentes fases históricas, os problemas sociais e o clamor por maior participação nas decisões como caso de polícia, com poderio militar para a chamada manutenção da ordem (CARVALHO, 2008).

Após a exposição sobre o período Colonial, destacado pela Inconfidência Mineira, seguiu-se a atividade apresentando o período do Brasil Império a partir da chegada de Dom João VI, destacando os motivos para essa mudança e o que trouxe de modificação para o sistema orçamentário nacional, como a criação do erário público e do conselho real da Fazenda. Prosseguindo nos tempos do Império, foi apresentada a Constituição de 1824, destacando a criação do Congresso Nacional como um importante elemento histórico, bem como a formalização do orçamento público no Brasil, através da fixação das despesas e o orçamento das receitas, que, porém, não foi implementada por ser considerada avançada demais. Somente seis anos mais tarde um decreto legislativo iria ser considerado a primeira organização do orçamento brasileiro, de fato aplicando o que constava na constituição (MAIA, 2010), como destacava o quadro seguinte do “varal da história”. Ainda no período imperial, destacou-se a abolição da escravatura, no ano de 1888, que ganhou destaque na narrativa para contextualizar sobre a participação da sociedade durante essa fase histórica, afirmando que há apenas 130 anos existiam pessoas excluídas de qualquer processo cidadão e que não eram nem consideradas como os demais seres humanos, tentando elencar uma reflexão pela luta por direitos (CARVALHO, 2008).

A partir da Proclamação da República em 1889, foi iniciada a fase histórica da Primeira República. Nessa, ganharam destaque especial os movimentos sociais que levam à queda do Império e também à separação entre Estado e igreja, entes indissociáveis durante o período Imperial. A nova Constituição de 1891, considerada uma Carta Magna promulgada e não outorgada, também foi fundamental, pois descentraliza os processos

decisórios a uma única figura central, dando mais autonomia aos estados federativos brasileiros e à distribuição das competências orçamentárias. No mesmo ano, ganha destaque, ainda, a criação do Tribunal de 120 Contas, como um elemento assessor importante na revisão dos gastos públicos. Além disso, em 1922, aponta-se a criação dos códigos de contabilidade, que ordenaram os procedimentos orçamentários, financeiros, patrimoniais e contábeis da União (MAIA, 2010; CARVALHO, 2008).

Dando prosseguimento, contextualizou-se a fase conhecida como Era Vargas, marcada por três momentos distintos: a Revolução de 30, a Constituição de 1934 e o Estado Novo ou Ditadura Vargas. Durante o ano de 1930, foi apresentado o golpe liderado pelo candidato derrotado nas urnas, Getúlio Vargas, que pôs fim à Primeira República. Nesse contexto, mostrou-se a montagem do intitulado governo provisório, dando destaque à centralidade das decisões na figura do presidente da república, com a cassação da Constituição e dissolução do Congresso Nacional, impactando diretamente no sistema orçamentário brasileiro e cerceando a participação popular, na configuração de um governo autoritário. Ademais, nesse mesmo ano, ganhou destaque o movimento sufragista, que conseguiu garantir o direito ao voto das mulheres, que seria outorgado no código eleitoral dois anos depois. Porém, foi importante destacar que o mesmo voto foi instituído como facultativo, fazendo uma reflexão crítica sobre o processo social, levando em consideração a sociedade patriarcal da época. O fato do voto ser facultativo trouxe influências, pois muitas mulheres poderiam ser impedidas, ainda assim, de votar (MAIA, 2010; CARVALHO, 2008; AMARAL, 2004).

No ano de 1932, destacou-se, também, a revolução constitucionalista, movimento popular de luta pela formulação de uma nova constituição com participação social. Esse movimento, iniciado em São Paulo, sai derrotado, porém, ainda assim tem grande influência na construção da Constituição de 1934, outro destaque da atividade. Após ser eleito indiretamente

pela Assembleia Constituinte, Getúlio Vargas deu início à formulação de uma nova Constituição. Essa Carta Magna foi formulada levando muitos dos detalhes apontados pela revolução constitucionalista, tendo descentralizado novamente as decisões, fortalecendo a autonomia dos estados. Ela trouxe, ainda, avanços significativos, como o princípio da alternância no poder, a garantia do voto secreto, agora estendido às mulheres, a pluralidade sindical e o direito à livre expressão (CARVALHO, 2008; AMARAL, 2004).

Todavia, no ano de 1937, o próprio Getúlio Vargas dá um novo golpe de Estado, aliado com a hierarquia militar e os setores da oligarquia nacional, pautado em uma suposta ameaça comunista, dando início à fase histórica intitulada Estado Novo. Nessa ditadura Vargas, como também é conhecida, destacaram-se os fatos de colocar o Brasil em estado de sítio; dissolver o Congresso Nacional; cassar a Constituição vigente e elaborar uma nova, que centralizou os processos decisórios novamente na figura do presidente, tirando a autonomia dos estados federativos ao indicar os governadores dos estados, os chamados interventores; bem como sucumbir qualquer participação ou organização social (CARVALHO, 2008; AMARAL, 2004).

Posteriormente à renúncia de Getúlio Vargas, em 1945, após intensas manifestações populares de insatisfação com o regime autoritário, teve início à fase histórica conhecida como República Populista, período que separa duas ditaduras no Brasil, marcando um período democrático no país (AMARAL, 2004). Durante esse período de quase vinte anos, apresentou-se dois fatos históricos bem relevantes na construção narrativa. Primeiramente, no ano de 1946, a Nova Constituição brasileira, considerada uma das poucas constituições promulgadas, é formulada e determina novamente a descentralização dos processos decisórios. Os estados federativos ganham autonomia, dentre outros pilares democráticos, redesenhando, assim, o sistema orçamentário brasileiro com distribuição de competências e atribuições. O

outro momento destacado que ganha muita força na participação social sobre o desenvolvimento de políticas públicas, e por consequência fortalece a participação na definição dos gastos públicos, é a criação de diversas associações de moradores para organização popular e luta por melhorias em políticas públicas durante os anos 1950. Esse fato histórico ganha corpo, visto que, até os idos anos, existiam camadas da sociedade invisibilizadas e excluídas de todos os processos decisórios, incluindo do próprio voto.

Esse fortalecimento da organização popular e o aumento da participação social na vida pública foi um ponto alto do debate, em que alguns participantes contemporâneos ao período relataram suas memórias da época relacionada ao assunto debatido. Posteriormente, discutiu-se a ruptura democrática no país no ano de 1964, com o início da Ditadura Militar. Nesse contexto, foram debatidos os Atos Institucionais promulgados e a cessão da participação social, através da cassação de direitos políticos de alguns indivíduos, enfrentamento às organizações sociais, eleições presidenciais indiretas, dentre outras restrições ao exercício democrático; assim como de uma nova centralização dos processos decisórios no que tange à elaboração e execução do orçamento público brasileiro (MAIA, 2010).

Nesse momento da apresentação, foi feita uma pequena pausa na exposição cronológica para a apresentação de um fato ocorrido no ano de 1985: a conquista do direito de voto dos analfabetos. Esse momento foi muito destacado, fortalecendo o debate sobre a participação social e afirmando que, até 33 anos atrás, uma parte da população não tinha direito ao voto. Essa parte da população, segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística somavam, naquele ano, $\frac{1}{4}$ da população total com idade para exercer voto. Nesse sentido, chamou-se atenção para o fato de que, em todo o contexto histórico, muitas pessoas eram excluídas da principal ferramenta de participação na vida pública, o próprio voto. Ou seja, em 1985, 25% da

população estavam excluídas do direito ao voto. Vale retomar que, em 1900, começo do sistema republicano no Brasil, 65% da população era analfabeta e por isso não podia votar, além do número de mulheres que, mesmo letradas, não possuíam esse direito (FERRARO, 2004). Desse modo, incitou-se uma reflexão crítica sobre o processo de participação social no Brasil antes de iniciar o debate sobre a redemocratização e início da fase histórica conhecida como República Nova, ainda em vigor.

Dando continuidade, antes de prosseguir a abordagem cronológica, a atenção foi direcionada ao diálogo sobre o Marco Legal do Orçamento Público, que apresentou as legislações vigentes que desenham atualmente o sistema orçamentário brasileiro. Como apresentado por Maia (2010), este marco legal engloba: a lei 4.320/67; o Decreto-lei de 1967, que manteve os dispositivos sobre orçamento na Constituição de 1969; a Constituição de 1988 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000). Dessa forma, foi concluído o debate sobre a formulação do sistema orçamentário brasileiro, demonstrando suas mudanças ao longo de nossa história e, assim, despertando a noção de que nem sempre os dados acerca do orçamento público foram acessíveis, transparentes e construídos de maneira participativa. Foram pontuados, durante esse debate, os aspectos históricos e políticos de cada época que justificavam as diferentes maneiras de elaborar, executar e exercer o controle sobre o sistema orçamentário. Nos dias de hoje, algumas ferramentas (que serão detalhadas abaixo) garantem uma maior participação nesses processos decisórios, podendo assegurar que o orçamento seja refletido com os interesses sociais.

Foi retomando o debate sobre a ditadura militar, período em que as decisões eram centralizadas no governo sem abertura para manifestações populares que tentavam influir nas decisões da gestão pública. Relembrou-se o movimento popular das “Diretas Já”, que pressionou por eleições diretas e que, mesmo tendo seu ápice no ano de 1983, influenciou não só para essa conquista, mas

para a abertura de uma Assembleia Nacional Constituinte no ano de 1987. Essa abertura possibilitou a participação de todos os setores da sociedade: indígenas, associações de moradores, ativistas de diversos movimentos, sindicatos, ONGs, estudiosos e o próprio Governo (BARBOSA, 2018).

Esse momento marcante possibilitou a confecção da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), intitulada de “Constituição Cidadã”, justamente pelo fato de que as mais diversas classes puderam participar de uma construção coletiva. Ao abordá-la, foi discutida a sua importância para a garantia de diversas ferramentas de participação popular, como realização de plebiscitos, referendos, projetos de lei de iniciativa popular, dentro outros todas possibilitando o exercício do controle social. Foram formulados, também, Conselhos e Conferências para gestão de políticas e audiências públicas, dentre outras.

Essas ações possibilitaram a abertura do Estado aos interesses do povo. Esse momento foi um dos pontos altos da atividade, pois demonstrou que algumas reivindicações que previam maior participação popular nos processos decisórios fossem concretizadas. Além disso, foram regulamentadas novas regras de participação democrática direta, como as que possibilitaram a constituição de Orçamentos Participativos e a própria instituição de Conselhos Gestores de políticas públicas, apresentados anteriormente neste capítulo.

A Lei 9.709/98 (BRASIL, 1998), foi outro destaque durante a exposição dialogada da Linha do Tempo, que auxiliou no conhecimento dos munícipes de que existe previsão dos instrumentos democráticos citados também em âmbitos estadual e municipal. A Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000), em âmbitos municipais e estaduais, foi abordada como resultado dos anseios sociais que, após diversos suprimimentos, foi colocada em vigor para responsabilizar os gestores públicos por ações indevidas com relação ao gerenciamento do orçamento, bem como permitir o controle pela sociedade. Dentre eles, foi

discutido a respeito: do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), que prevê a participação social na discussão do Plano Diretor da cidade por meio de audiências públicas; da Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011), como lei específica que torna obrigatória a transparência e publicidade dos atos públicos; e do Plano Mais Brasil (PMA), que auxiliou na confecção de um manual com linguagem mais facilitada para a produção do Plano Plurianual (PPA), facilitando a análise dos dados. Destacou-se durante a atividade o papel fundamental exercido por estes instrumentos de controle social.

Em continuação, foi abordada a Política Nacional de Participação Social (PNPS), proposta em 2014 via decreto presidencial e vetada por projeto legislativo da Câmara dos Deputados no mesmo ano. A proposta era instituir a participação social como política pública, isto é, garantir que diversos representantes da sociedade civil pudessem ter voto deliberativo nas propostas governamentais. A justificativa do veto foi de que seria uma atitude déspota por parte da presidência da república e que afetaria o modelo democrático vigente no Brasil, pois instituiu, via decreto, a propositura da referida política. Outra justificativa foi de que somente os políticos eleitos poderiam ter poder de voto nas propostas governamentais, tendo em vista que o Brasil vivencia a democracia representativa.

Contudo, no ano seguinte, surgiu a mesma proposta, mas por iniciativa de alguns deputados que comungavam da ideia presidencial para instituir a Política Nacional de Participação Social. Para tanto, criaram um Projeto de Lei (PL), visando seguir o rito comum para a criação de lei no Brasil, para garantir, assim, a justiça e controle social de maneira direta. Atualmente a proposta segue em tramitação em uma das comissões de análise técnica para criação de lei, processo obrigatório antes de ser colocada em votação no plenário.

A atividade foi encerrada ressaltando-se que se faz necessária a atenção para a importância da participação e do controle social sobre

os recursos públicos para a justa gestão pública. Foi debatido, assim, todo o contexto apresentado proporcionando uma reflexão crítica sobre os temas abordados. Ainda, instigou-se a Vigília Cidadã, que incorpora uma atenção constante e o propósito do melhor uso do conhecimento adquirido como ferramenta que garante a participação social alcançada com a Constituição de 1988, bem como ajuda nas proposições de melhorias. Com esse panorama, os Núcleos puderam dialogar entre si e encontrar uma visão expandida dos diferentes contrastes enfrentados por todos aqueles que se propuseram (e ainda propõem) a exercer a participação social ao longo da história brasileira.

Em todas as três oportunidades em que a Oficina foi realizada², durante toda a exposição o diálogo foi intenso tendo em vista os diferentes perfis de idade, vivências e ideologias. Muitos dos presentes vivenciaram, recordaram e trouxeram à tona suas próprias participações em diferentes momentos da história brasileira. O desenvolvimento da Linha do Tempo como um “varal da história”, sobretudo, possibilitou e teve intuito principal de subsidiar a ideia de que, para exercer o controle social das rendas petrolíferas, os desafios não seriam diferentes. A Vigília Cidadã dos *royalties* e participações especiais, que pode contribuir com a implantação e manutenção de políticas públicas, manutenção de políticas públicas, representa a principal função do PEA-TP, que deve ser feita de maneira articulada entre todos os sujeitos envolvidos, estimulando a troca de informações.

Sendo assim, a atividade fortaleceu o trabalho desenvolvido nas reuniões ordinárias dos NVC, que é o de despertar a noção de que a cidadania não se exercita somente por meio do voto consciente, mas da inserção cidadã na construção e fiscalização da gestão municipal, estadual e federal. É compreender que

2 A Oficina foi realizada nas três Microrregiões estabelecidas pelo PEA Territórios do Petróleo, a saber microrregiões: Norte (São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã e Carapebus); Centro (Macaé, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras); e sul (Armação dos Búzios, Cabo Frio e Arraial do Cabo).

a Constituição Federal de 1988 não é constituída de meras cláusulas pétreas³, mas que deve funcionar conforme a previsão de que “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”⁴.

É compreender, sobretudo, que o bem-estar social por vezes será relativizado em prol da disputa por interesses individuais em detrimento do coletivo. Contudo, o cidadão, munido de informações qualificadas sobre seus direitos, articulado com a comunidade e atuante em diversas frentes, consegue garantir não só o seu direito, mas o direito coletivo. O direito de todo cidadão ao acesso justo e igualitário das políticas públicas, conforme emana da Constituição, sem qualquer distinção de cor, raça ou gênero, assim como o direito à garantia da maior defesa constitucional existente: a dignidade humana, imprescindível à existência do ser.

Referências

AMARAL, Roberto. “O constitucionalismo da Era Vargas”. In: **Revista de informação legislativa**, Brasília, Ano 41, n° 163, 2004, pp. 85-92.

BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. **História constitucional brasileira: Mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós-1964**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: Acesso em: 29 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998**. Regulamenta a execução

³ Dispositivo Constitucional que não pode ser alterado nem mesmo por proposta de Emenda à Constituição (PEC). As cláusulas pétreas inseridas na Constituição do Brasil de 1988 estão dispostas em seu artigo 60, §4°. São elas: a forma federativa do Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais.

⁴ Previsto no artigo 1°, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9709.htm. Acesso em: 12 julho 2019.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp101.htm

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/L10257.htm. Acesso em: 12 julho 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 12 julho 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FERRARO, Alceu Ravello. “Analfabetismo no Brasil: desconceitos e políticas de exclusão”. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 22, n. 01, 2004, pp. 111-126.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** São Paulo: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MAIA, Wagner. **História do orçamento público no Brasil.** São Paulo: AGESP, 2010.

Capítulo 7

Oficina de Educomunicação: ensaios do fazer para uma comunicação popular

Carlos Gustavo Sarmet Moreira Smiderle
Frederico Alvim Carvalho
Marcus Vinicius dos Santos Cunha
Paulo Emílio Machado de Azevedo
Paulo Henrique Rodrigues Damasceno
Simone Rodrigues Barreto

Introdução

Nas proposições que norteiam o projeto Territórios do Petróleo, a educomunicação (já se poderia dizer: a busca por uma “comunicação popular”) foi uma atividade que caracterizou parte da metodologia participativa de toda a Fase II e promoveu encontros permanentes de pesquisadores e participantes dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC). Dentre tantas funções, ela se apresentou como uma das formas pelas quais os NVC exerceram tal vigília diariamente; não obstante, servindo de ferramenta às questões que envolvem representação, imaginário social, mobilização e diálogo com as comunidades presentes.

Durante certo tempo, o termo educomunicação era usado para definir as ações de educação do público de modo a fazer leituras mais críticas dos conteúdos disseminados pelos meios de comunicação de massa – aquilo que Mário Kaplún (1998) nos ensinou a pensar, no sentido de que não deveríamos consumir sem uma reflexão crítica tudo o que a televisão, o rádio e a grande mídia veiculam. Essa premissa segue presente, mas a evolução do termo ampliou uma gama de significados e inserções acompanhando as transformações ocorridas no âmbito

das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC). Por exemplo, o desenvolvimento da internet e a popularização de ferramentas digitais (redes sociais, sites interativos, blogs etc.) criaram um *mundo novo* onde se multiplicam produtores e consumidores de informação.

Desse modo, o contexto pelo qual nos debruçamos não trata apenas de manter uma postura crítica e reflexiva frente aos conteúdos da grande mídia; inclui a tarefa de construir redes compartilhadas de vigília a fim de também apurar a origem e os desdobramentos desses conteúdos. Em suma: estar bastante atento ao que produzimos e consumimos todos os dias usando nossos tantos dispositivos de conectividade. A comunicação é, nesse *mundo novo*, paradoxalmente, a *panaceia* e o *vírus*. Por isso, a postura crítica deve prevalecer como *pilotis* dessa experiência que envolve o campo de abordagem da educação popular.

Elementos para compor um ecossistema comunicativo

Antes de adentrarmos, mais propriamente, a dimensão pedagógica disposta nas oficinas, consideremos que o êxito das estratégias mediadas não dependerá exclusivamente do uso deste ou daquele recurso tecnológico, mas principalmente da postura pedagógica e sensibilidade que assumirmos diante das interações desta comunicabilidade diariamente (ANJOS, 2013). Pensemos, por exemplo, em parte dos adolescentes (mas não somente os adolescentes): quantas vezes, estando perto dos mesmos, parece que eles *estão sem estar*? Embora ao nosso lado, ao mesmo tempo seguem conversando com pessoas distantes por meio de mensagens ou fotos num celular. Não é assim que acontece?

Os estudiosos do tema em vigor reportam o surgimento de um ecossistema comunicativo, isto é, um ambiente onde a comunicação não ocorre de vez em quando ou apenas em momentos marcados, mas o tempo inteiro. Esse elemento de comunicação nos conduz, por outro lado, a uma percepção diferenciada de tempo e espaço. Essa noção de ecossistema

comunicativo, observada primeiramente em J. Martin-Barbero e corroborada por Soares (2002), é relevante na conversação proposta com os Núcleos de Vigília Cidadã — tempos de ficar com a *antena ligada*.

O desafio foi, portanto, o de compreender a operacionalização dessas ferramentas, em contato com a realidade das comunidades envolvidas, a fim de que cada Núcleo construísse sua trajetória ressaltando as identidades e sua memória. Para isso, levamos em consideração alguns princípios adotados pelo Programa de Educomunicação Socioambiental da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 2005). São eles:

- dialogismo e interatividade, cuja ênfase se dá no diálogo e na interação;

- transversalidade e intermediaticidade, em que se enfatiza uma abordagem atenta a diferentes campos e linguagens, sempre focada na possibilidade do recurso a múltiplos instrumentos de difusão da informação;

- encontro e integração, desenvolvida através da união e contato direto entre diferentes gerações e culturas, dada a valorização do corpo a corpo em cada Núcleo e a articulação com a comunicação em rede entre os mesmos;

- proteção e valorização do conhecimento tradicional e popular, quando se tem o cuidado de preservação com a história de cada lugar;

- acessibilidade e democratização, indicando amplo acesso à informação e atenção aos meios de produção com gestão participativa.

A geometria da ação comunicativa

Considerando a educação popular como arte do fazer e os protagonismos que se dão no percurso da ação comunitária, sugerimos a composição de um tripé de atuação para tal aprendizado: conhecer-decidir-mobilizar.

Vértice 01: conhecer

O que se deve buscar conhecer nos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC)? Por exemplo, a origem e a aplicação dos recursos de *royalties* e das participações especiais? O orçamento público e as leis que impactam o nosso município? As regras que regulam espaços de participação? A conjuntura econômica do país e da região? Os diagnósticos e tendências sobre o desempenho da Bacia de Campos? A agenda de projetos da Prefeitura e da Câmara Municipal? Com tantas perguntas e respectivos desdobramentos, temos, em princípio, a sensação de que vivemos numa tempestade de informações; logo, é preciso definir um foco.

A outra questão que surge, logo em seguida, é: onde buscar o conhecimento necessário para dar resposta a tantas indagações? Uma vez que se postulam outras possibilidades de interação, não faria sentido dependermos apenas da grande mídia para ter tais informações nem, em nível local, nos nutrirmos unicamente do noticiário gerado pelas instâncias de comunicação do poder público. É preciso pesquisar outras fontes e haver formas de validar a informação apreendida; mais que isso, definir se a mesma é confiável ou não, conforme as armadilhas dos *boatos eletrônicos*. Portanto, como avaliar a informação obtida em um contexto mais amplo, para não sermos manipulados como *inocentes úteis*? Essa premissa rege o vértice do “conhecer”.

Vértice 02: decidir

Após “conhecer”, o que podemos fazer com a informação que, cuidadosamente, garimpamos? Será que ela está relacionada com outras informações que já tínhamos antes? Vamos compartilhá-la primeiramente com quem? Em que contexto e com que objetivos? Quais os instrumentos ou ferramentas de comunicação que vamos utilizar a seguir? Ou seja, o vértice “decidir” envolve, sobretudo, uma relação que se dá na perspectiva da escolha, quando a mesma somente pode se efetuar em sua eficácia se o

“conhecer” foi, de fato, muito bem realizado. Em outras palavras, antes de tudo é necessário buscar e adquirir um repertório informacional (baseado em fontes oficiais) capaz de gerar uma reflexão crítica sobre tudo que a grande mídia produz. Esse repertório funciona como ferramenta reflexiva que guia o nosso “conhecer” para “decidir”.

Vértice 03: mobilizar

Observados o “conhecer” e o “decidir”, a fase “mobilizar” envolve diretamente o atributo de que a informação é uma forma de poder. Desse modo, é fundamental utilizar a informação produzida nos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) para auxiliar a mobilização daqueles grupos sociais que deles fazem parte. A questão, no entanto, é *como* e *a partir de que* estímulos (ou mídias) gerar outras participações? Na via de mão dupla, como fazer para que cada NVC tenha vida ativa fazendo a informação circular, alimentando-se outrora das inquietações das comunidades? Como evitar o risco de o Núcleo se transformar em uma espécie de ilha de conhecimento? Mobilizar não é uma receita de bolo, mas um agir responsável e de mãos dadas. Haverá limites, pois estamos inseridos no âmbito de um processo administrativo regulado pelo Estado; mas quanto mais *energia criativa* houver, mais significativo será o processo.

O *mobilizar* é possível a partir de um aparato informacional: o domínio das ferramentas comunicacionais se torna apenas um meio do ato de comunicar para mobilizar, como se notou em diversas ocasiões de encontro dos autores deste capítulo com os NVC. O desejo de comunicar e de estender o estímulo da vigília cidadã se mostrou latente nos participantes dos NVC que percorríamos, mas não bastava apenas o querer. A cada encontro, a cada aprendizado, as técnicas da oficina de educomunicação iam-se misturando às de outras oficinas ligadas à vigília cidadã, consolidando assim as teorias da educação popular e a geometria da ação comunicativa. Os caminhos escolhidos para a mobilização

foram vários. Além do conteúdo para o boletim digital “Rede Territórios do Petróleo”, os NVC produziram poemas, músicas e artes gráficas, todos com enfoque no controle social das rendas petrolíferas municipais.

Atravessamentos, imaginários sociais e outras produções estéticas

Analisando o contexto, optamos por uma metodologia que incorporasse técnicas e estratégias que versassem sobre a funcionalidade da imagem; também as microrrelações de tangência às “fadigas” e “rachaduras” das dificuldades que entendemos ser necessário rever – aspectos que incidiam na busca por desterritorializações, sensibilidade e reconhecimento da pluralidade latente, bem como a democratização do conhecimento e seu alcance epistemológico em conexão com o saber popular.

Todo o trabalho esteve voltado para uma construção coletiva de sentidos, e por esse motivo foi importante interagir com o universo das representações das comunidades envolvidas e seus atores sociais nos respectivos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC). Para isso, tomamos como referência a questão da construção da identidade e imaginário social a partir da *fotografia* — não se tratara apenas de uma obtenção quantitativa de registros, mas da compreensão da fotografia como espaço amplo e privilegiado da memória de cada um desses territórios. Dando vazão ao aspecto criativo elucidado no item anterior, a pergunta de aproximação às representações foi: *como nos vemos através de quem nos olha?*

Todavia, essa mesma pergunta produz no seu discurso interno um campo de tensão capaz de abarcar uma série de outras questões: *como nos vemos? Como o outro nos vê? O outro nos vê a partir de que olhar?* Essas pequenas (mas não desimportantes) questões abrem um leque de interpretações ainda mais significativo dos conflitos localizados nos interditos que norteiam as relações e interações *entre o pesquisador e o objeto*. Contrariando a fenomenologia desse jogo hierárquico, é preciso seguirmos escutando e vendo, atentamente, o *objeto* ou

adotando o ato *sui generis* de indagar se não “é o objeto que nos olha?” (SKLIAR, 2003, p. 25).

É interessante imaginar (e esse imaginar já é, então, agir) que com as transformações sociais, políticas, econômicas e de distintas ordens, nós nos relacionamos de modos distintos (e também conflitantes) com os fenômenos da contemporaneidade. A comunicação, nesse viés, extrapola os meios formais de conversas entre seus interlocutores e nos põe lado a lado, frente a frente com outros arranjos estéticos. Dentre tantos que poderiam aqui ser citados, existe um que parece alcançar uma disposição ou identificação com os sujeitos que protagonizam a experiência dos NVC. São aqueles localizados numa produção estética da(s) periferia(s).

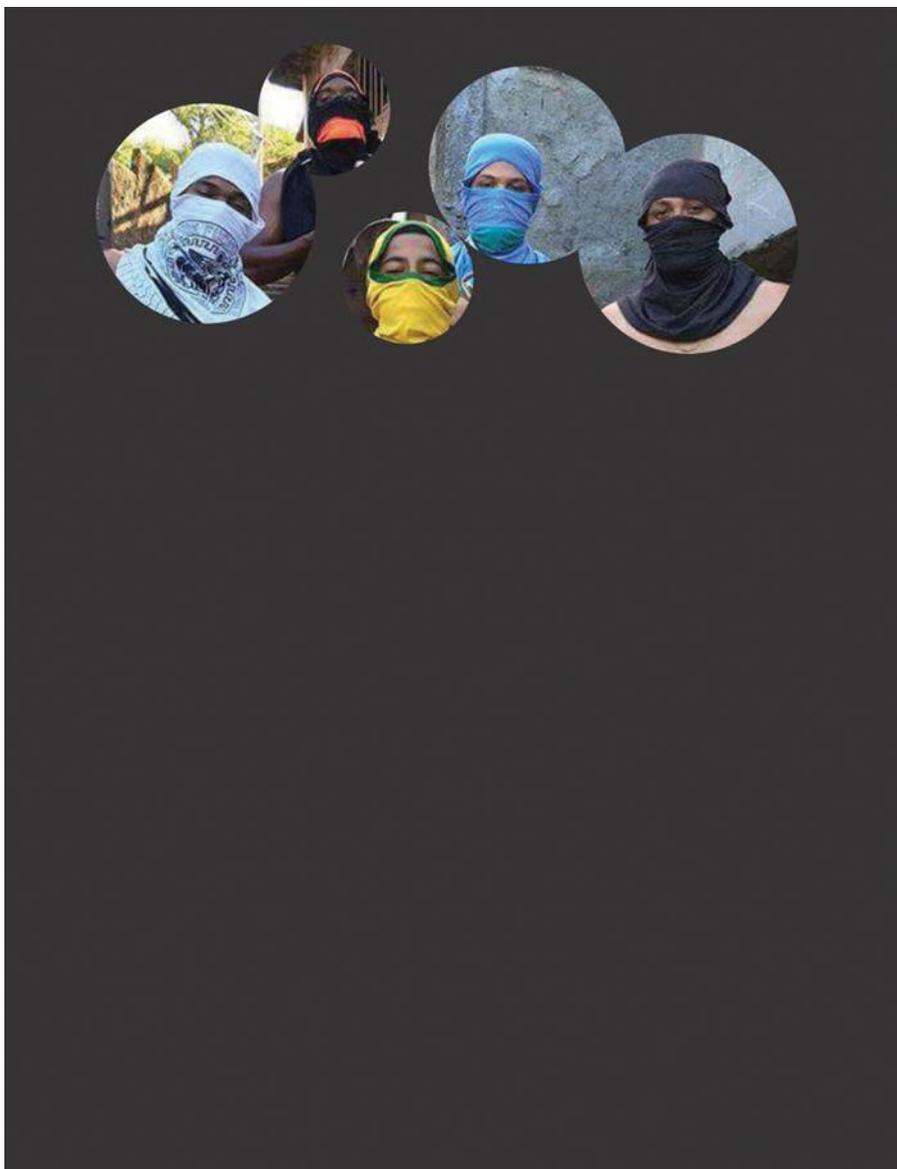
Abandonando uma representação limitante à deriva de estigmas do que possam ser tais estéticas, é possível, no entanto, localizar esse mote através de uma estética da interatividade que é atravessada por mídias, afetos, imagens, sons e comportamentos que nos chamam atenção à compreensão desses *novos e urgentes fenômenos*. Foi partindo dessa constatação que a Oficina levou em consideração dois fatores:

1- dotar os participantes de instrumentos para que possam fotografar o cotidiano e, em seguida, analisar espaços de voz e interpretação (um aprofundamento das relações do *olhar* e do *ver*) através das imagens por eles eleitas. Nesse item, valoriza-se o reconhecimento das diversidades e elementos subjetivos que surgem;

2- construir outra geopoética dessas imagens, contrastando representações engessadas com possibilidades das re-narrativas. Isto é, traçar rupturas dos estereótipos e questionar o trato dado às imagens nas grandes mídias sobre os atores sociais envolvidos. O exemplo a seguir, utilizado nas oficinas de educomunicação, ilustra bem o que estamos abordando.

Na primeira exibição da imagem, ainda com um recorte que só deixava a mostra os rostos mascarados dos personagens, a percepção de boa parte dos participantes nas oficinas refletia o olhar estereotipado consolidado pela veiculação massiva de imagens semelhantes pelos diversos meios de comunicação.

Figura 1 – Jovens do Morro do Borel, no Rio de Janeiro (RJ), em imagem originariamente publicada pelo projeto Favelagrafia.



Fonte: <http://favelagrafia.com.br/borel>, consulta em 25/10/17, fotógrafo Anderson Valentim e editada por Marcus Vinicius Santos Cunha.

Quando a foto se revelava por completo, com seu contexto ressignificado e desconstruindo esse estereótipo, iniciava-se um debate entre os participantes onde se discutia esse olhar hegemônico que permeia o imaginário social.

Figura 2 – Jovens do Morro do Borel, no Rio de Janeiro (RJ), na imagem originariamente publicada pelo projeto Favelagrafia.



Foto: Anderson Valentim. Fonte: <http://favelagrafia.com.br/borel>, consulta em 25/10/17.

No decorrer das oficinas, à medida que as técnicas utilizadas pelos grupos midiáticos para alterar ou acrescentar significados a fatos retratados iam sendo apresentadas, os participantes debatiam como incorporar essas técnicas para a elaboração de um repertório informacional que atendesse as demandas de uma comunicação popular.

A (des)construção dos discursos (ou a imagem refletida na percepção crítica)

Analisando a comunicação e suas representações através da imagem, pensamos que a mesma, nesse tempo-espaço de uso massivo da fotografia ou vídeo, se transforma em uma ferramenta primordial para registrar as identidades pessoais e coletivas. Mais que isso, enfatiza a interface intergeracional que atravessa a experiência dos NVC, perpetuando as narrativas e histórias de cada comunidade e resgatando-as em uma apropriação coletiva de valorização das identidades e subversão de imaginários.

Diante da profusão de imagens e referências visuais que sobrecarregam a percepção do público atualmente, a imagem fotográfica é uma forma rápida de compreender um fato em um pequeno espaço de lembrança. Ela articula patrimônio cultural e memória, democratizando os acessos e dando identidade visual diferenciada (LE GOFF, 1990). Com isso, tal ferramenta nos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) possibilitou as escritas de si próprios, delineando os contornos de uma identidade múltipla que não se limite à visão governamental e da grande mídia, haja vista a hegemonia imposta por grupos de poder e instituições (privadas e/ou governamentais) ao manipular os significados na produção visual em massa (TV, jornais, eventos civis e símbolos nacionais) e se esforçar no convencimento da sociedade como um todo de que mudanças sociais não seriam necessárias.

Ao pensarmos uma imagem de modo crítico, aumentamos nosso conhecimento e o alcance de nossos sentidos sobre a mesma — reconhecer o que a imagem nos mostra é a nossa

percepção sobre o fato que é registrado nela. Pensar a imagem é um esforço em ler os significados que nela estão representados e o que eles significam para cada um que a vê. A leitura da imagem acontece em três momentos seguidos:

- 1) Percepção: é o momento que dita a nossa leitura assim que batemos o olho sobre a foto e reconhecemos suas formas e cores, em um ato sensorial;
- 2) Identificação: é considerado o instante em que começamos a ler a foto de modo mais detalhado; seus componentes, objetos e seres em primeiro e segundo plano;
- 3) Interpretação: esse é, por fim, o momento em que a leitura começa a variar de pessoa para pessoa, vez que *um ponto de vista é a vista de um ponto*— processo em que se busca entender a mensagem da foto, a partir de uma vivência pessoal.

O ser humano tem enorme capacidade associativa, trazendo vários significados na leitura de uma mesma imagem. Esses momentos em “perceber”, “identificar” e “interpretar” dialogam entre si através de características literais e simbólicas da imagem. No entanto, essa variedade de sentidos de uma dada mensagem pode dificultar a compreensão. A fim de minimizar esse problema, definiram-se três níveis de interpretação ou sentidos: a) conceitual (denotativo), que trata da descrição real do que é registrado na imagem, sendo compartilhado o mesmo sentido pela maioria das pessoas; b) conotativo, que é derivado do denotativo pelo uso de associação de ideias, mas que pode ganhar sentido figurado e metafórico; e c) subjetivo, no qual cada pessoa, ao ver uma imagem, tem uma percepção própria e se sensibiliza ou não de modo diferente com o seu sentido.

Algumas mídias alternativas para uso dos NVC

A busca por informações que contemplem o campo social de cada grupo tem recebido cada vez mais ferramentas nos últimos anos. A partir do conceito de “Sociedade do Conhecimento”

(CASTELLS, 2001), percebe-se que essa busca tem se tornado incessante, principalmente dentro dos movimentos sociais. Sabe-se que a informação, sobretudo no que se refere ao papel dos NVC, é ponto fundamental no alcance do controle social.

A mídia dos movimentos sociais seria, em princípio, de pequena escala e operacionalizada por diferentes veículos, os quais, por sua vez, expressam uma visão alternativa na construção do debate político. Algumas dessas ferramentas, tais como rádios comunitárias, jornais populares, panfletos, pôsteres, boletins, fanzines e revistas de entidades de classes e grupos sociais, podem ser utilizadas nas práticas dos NVC. Ainda assim, os meios disponíveis na internet, tais como sites, portais, jornais e revistas digitais e o compartilhamento por redes sociais e aplicativos, contribuem na quebra de monopólio no uso e edição da informação pelas grandes mídias.

Dentre as mídias alternativas citadas, uma das que esta Oficina buscou enfatizar foi a construção e produção do boletim digital. Tendo baixo custo operacional e propiciando espaços de reflexão e debate, o boletim é ferramenta com ótimo nível de alcance, podendo ainda ser renovada a cada número sua forma de acesso e ilustração. Comporta elementos textuais e gráficos e, sendo digital, pode também fazer uso de atributos sensoriais. Ainda assim, sua forma de compartilhamento atribui ótima visualização dos feitos e pesquisas realizadas no aspecto da pré-produção, tendo por fim cada pessoa que colaborou com o boletim a sensação de pertencimento ao que está veiculado. Na reunião de avaliação das oficinas e metodologias do PEA Territórios do Petróleo, realizada em Campos dos Goytacazes no dia 18 de dezembro de 2017, o pesquisador Paulo Emílio Machado de Azevedo relata a seguinte percepção sobre uma das Oficinas de Educomunicação:

Urgente aquele ruído de cadeiras se deslocando de um lado para outro até formarem grupos de quatro ou cinco pessoas. Lembrou-me aquele instante em

que participava de grupos escolares para refletir sobre o tema escolhido na feira de ciências. A diferença é que na minha turma quase todos tinham a mesma idade e aparência. Ali, não: era a diversa e as intergerações produzindo a própria ciência, queria dizer, laboratórios para garantir através da informação os meios de transformação e vigília para as próximas gerações (informação verbal)¹.

Últimas notas

Neste trabalho chamamos a atenção para a importância de realizar a vigília cidadã, com foco na educomunicação. Compreendemos que para operar sobre essas mídias alternativas, como, por exemplo, na produção dos boletins, são necessárias informações importantes sobre os *royalties* e participações especiais pagos ao poder público em função da produção de petróleo e gás natural. Sabemos que os *royalties* são uma compensação financeira devida aos estados e municípios (além de outras instâncias do poder público) pelas empresas exploradoras de petróleo ou gás natural. O valor da compensação é calculado com base em um percentual do valor do petróleo ou gás extraído. É muito importante a utilização de ferramentas que possibilitem a busca dessas informações para nos afastarmos das manipulações sociais comuns.

Por outro lado, também foi tema desse debate o aprendizado sobre as práticas de veiculação e manipulação da imagem, a qual solicita de antemão uma atenção especial e constante do *olhar* ou, por assim dizer, uma imersão para se reaprender a ver, olhando as diversas cores e seus tons presentes na observação. Nessa composição de um dado arco-íris, a “íris” vai pouco a pouco sendo questionada. Mas, não apenas a simbolizar um fenômeno refratário do que, a princípio, se quisesse enxergar

¹ Informação verbal do pesquisador Paulo Emílio Machado de Azevedo em reunião de avaliação das oficinas de educomunicação realizada na sede de Campos dos Goytacazes (RJ) dos projetos de educação ambiental Territórios do Petróleo e Pescarte em 18/12/17.

e, em seguida, fotografar e escrever, esse “ver” é uma lente que se abre na nossa contra cegueira e nesse desafio, exaustivo desafio, do agir antropológico (AZEVEDO, 2016). O olhar é mais que um ponto de vista, que por sua vez está atrelado a uma dada noção de *habitus* (BOURDIEU, 1979).

A prevalência de um só ponto de vista sobre a produção visual no imaginário social altera a percepção dos seus habitantes sobre o seu papel real nessa estrutura social. A construção de narrativas visuais e a fixação de imaginários coletivos em nossas comunidades geram um posicionamento crítico perante essa visão hegemônica. Os meios de comunicação moldam a sociedade no seu modo de pensar, agir e ser, e é necessário que nos apropriemos dessas ferramentas para nos organizarmos e nos conhecermos, e, assim, disseminarmos conhecimento junto às comunidades das quais fazemos parte. Pertence a nós o direito de narrar nossas histórias de vida, nossa coletividade, como sonhamos o mundo e como queremos ser vistos. O discurso resultante desse processo e, por conseguinte, a criação de uma identidade coletiva se torna relevante quando realmente refletimos nessa territorialidade. São, de fato, outros elementos de diálogo com a participação política da sociedade civil nos rumos alternativos e cada vez mais potentes de comunicação popular.

Referências

ANJOS, Alexandre Martins dos. “Tecnologias da informação e da comunicação, aprendizado eletrônico e ambientes virtuais de aprendizagem”. In: MACIEL, Cristiano (org.). **Ambientes Virtuais de Aprendizagem**. Cuiabá: EdUFMT, 2013, pp. 211-257.

AZEVEDO, Paulo Emílio Machado de. **O corpo vivo: um ensaio sobre uma experiência de dança na cidade de Macaé-RJ**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2016.

BOURDIEU, Pierre. **La distinción: critérios y bases sociales del gusto**. México: Taurus, 1979.

BRASIL. **Programa de Educomunicação Socioambiental. Série Documentos Técnicos – 2**. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília: 2005.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

KAPLÚN, M. **Una pedagogía de la comunicación**. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

PROJETO FAVELAGRAFIA. **Jovens do Morro do Borel, no Rio de Janeiro (RJ), em imagem originariamente publicada pelo projeto Favelagrafia**. [Sem data]. Fotógrafo Anderson Valentim (imagem editada por Marcus Vinicius Santos Cunha). Imagem 1. Disponível em: <http://favelagrafia.com.br/borel>. Acesso em: 25 out. 2017.

PROJETO FAVELAGRAFIA. **Jovens do Morro do Borel, no Rio de Janeiro (RJ), em imagem originariamente publicada pelo projeto Favelagrafia** [Sem data]. Fotógrafo Anderson Valentim. Imagem 2. Disponível em: <http://favelagrafia.com.br/borel>. Acesso em: 25 out. 2017.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

SOARES, Ismar de Oliveira. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, (23): 16 a 25, jan./abr. 2002.

Capítulo 8

Construção coletiva para a fase III

Michelle Nascimento Weissmann Silva
Julia Guimarães Barbosa
Nayara Seabra de Oliveira
Rafael Paes da Silva de Souza

A discussão participativa para a fase III do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP) teve como principal objetivo a colaboração dos membros dos dez Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) na construção das ações a serem desenvolvidas para o próximo plano de trabalho, além de atender à orientação prevista na NT. Nº 01/10 CGPEG/Dilic/Ibama (BRASIL, 2010), item 6.2.3.2, (ix) — Previsão da construção coletiva das próximas ações a serem implementadas.

Nesse contexto, a metodologia foi concebida priorizando a dialogicidade entre os atores envolvidos com a perspectiva de amparar as demandas e a visão coletiva. Buscou-se, didaticamente, ampliar a compreensão da estrutura de um plano de trabalho que contemplasse proposições de ações educativas e comunicativas a serem desenvolvidas em 24 meses.

Dessa maneira, foi pensada e dividida em três etapas: a primeira, dedicada à discussão do plano de trabalho da fase II, utilizou metodologia desenvolvida pela equipe técnica do PEA-TP; a segunda etapa foi dedicada à discussão dos atores envolvidos no âmbito do PEA Territórios Petróleo; utilizou, como base para sua construção, o método ZOPP e as técnicas de visualização móvel, além de moderação de grupos de trabalho; e a terceira, dedicada à discussão e proposição de ações, em que a equipe se inspirou em técnicas do Teatro do Oprimido de Augusto Boal (2010).

Durante as etapas de planejamento e produção, bem como ao longo de todo o processo, a equipe técnica responsável pelo desenvolvimento das atividades manteve como guia pedagógico os princípios sustentados por Paulo Freire (2007), que defende um processo educativo emancipatório e libertador. É necessário apontar que todas as metodologias desenvolvidas nesse processo foram pensadas de acordo com os princípios da educação ambiental crítica propostos por autores como Frederico Loureiro (2002) e José Quintas (2000), que nos trazem a seguinte reflexão:

Uma proposta de Educação Ambiental dialógica e transformadora pressupõe escolhas. Ao negar a neutralidade da gestão ambiental e ao afirmar o caráter intrinsecamente conflituoso da sua prática, esta concepção só deixa uma alternativa ao educador; a de comprometer-se com aqueles segmentos da sociedade brasileira, que na disputa pelo controle dos bens ambientais do País, são sempre excluídos dos processos decisórios e ficam com o maior ônus. O compromisso e competência do educador são requisitos indispensáveis para se passar do discurso para a ação (QUINTAS, 2000, p. 161).

Apresentaremos neste artigo, elaborado com base em um relato de experiência, a metodologia, os objetivos, a contextualização e os resultados de cada uma dessas etapas.

Primeira etapa de Construção Coletiva da fase III – Discussão do plano de trabalho da fase II

A primeira etapa da construção coletiva da Fase III do projeto Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã na Bacia de Campos, realizada durante as reuniões ordinárias dos NVC, teve como objetivo principal apresentar a estrutura do plano de trabalho da fase II aos membros dos Núcleos de Vigília Cidadã. Para esse fim, apresentou-se o plano de trabalho de maneira

sucinta e didática, visando à melhor compreensão dos Sujeitos da Ação Educativa (SAE) no contato desta linguagem técnica e na relação entre as ações educativas e os objetivos do projeto

Adotou-se como metodologia para o desenvolvimento dessa atividade agrupar expositivamente em eixos temáticos os conceitos, produtos e ações que compõem o plano de trabalho da fase II, sendo esses: **eixo teórico-metodológico**, **eixo didático** e **eixo pedagógico**. Essa sistematização foi feita com o objetivo de facilitar a discussão do plano de trabalho, valorizando os pontos centrais que estruturam e fundamentam a atuação PEA-TP e o seu papel dentro do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC), para que posteriormente os sujeitos da ação educativa pudessem, de forma conjunta e participativa, elaborar propostas para o plano de trabalho da fase III. Em seguida, foi realizada uma atividade participativa, em que os membros dos NVC de cada município expuseram sugestões para ações de mobilização que acreditassem ser mais pertinentes e eficazes para a realidade de cada região. Dessa maneira, a atividade foi finalizada com a exposição de cartazes elaborados pelos membros dos NVC, onde as ideias de mobilização eram expostas e debatidas por todos os presentes.

Contextualização

Durante o desenvolvimento da atividade, foi consenso entre as/os técnicas/os envolvidas/os na construção coletiva do plano de trabalho da fase III, haver uma relativa dificuldade em todos os NVC de compreender os eixos temáticos (Teórico-Metodológico, Didático e Pedagógico) utilizados na apresentação do plano de trabalho da fase atual. Atribuímos isso a alguns fatores, entre eles a linguagem mais técnica desses conceitos e o tempo curto para trabalhar e aprofundar a atividade.

Após a primeira reunião desta atividade, realizada no município de Campos dos Goytacazes, ocorreu uma avaliação interna com a equipe que sentiu a necessidade da criação de uma

nova ferramenta que auxiliasse no processo de entendimento desses conceitos. Os balões de pensamento surgem com esse objetivo, sendo expostos graficamente utilizando a metodologia de visualização móvel, onde foram colocadas palavras-chave ou frases que renomeavam os eixos, simplificando e traduzindo os conceitos, mas mantendo seu sentido e significado. Ficou decidido, também, que esses balões deveriam ser preenchidos com sugestões dos sujeitos da ação educativa a partir de um debate em grupo. Essa adaptação da metodologia mostrou-se eficaz, facilitando a passagem do conteúdo e tornando mais dinâmica sua realização.

Em relação à atividade de desenvolvimento das estratégias de mobilização, foi possível perceber, entre os NVC, semelhanças no que se refere às estratégias de ação, apesar das características próprias de cada um dos grupos. Deve-se destacar que, durante a realização dessa etapa, os sujeitos da ação educativa (SAE) demonstraram que gostariam de ser mais ativos dentro do processo de execução e planejamento do PEA-TP. Todo o debate em torno dessa vontade dos sujeitos da ação educativa está mais atrelado à ideia do "fazer junto" do que necessariamente à possibilidade do PEA facilitar uma ação política mais direta, mantendo assim as ações desenvolvidas de acordo com os objetivos do PEA-TP e valorizando o seu caráter complementar aos outros projetos do PEA-BC.

Participação dos grupos

É importante destacar que essa atividade foi considerada pelos membros dos NVC como essencial, com críticas e elogios. A crítica surgiu relacionada à participação indireta dos sujeitos da ação educativa na construção do plano de trabalho. Além disso, foi destacado que, até a realização da atividade, os objetivos da fase II não estavam claros para a maioria dos integrantes dos NVC. Já os elogios surgiram relacionados à qualidade da atividade e também ao fato de estarem se sentindo mais ativos dentro do processo.

Quanto às estratégias de mobilização elencadas, percebeu-se ser indispensável que a equipe técnica e de pesquisadores pensem alternativas que incluam, dentro do plano de trabalho da fase III, estratégias de comunicação e divulgação de conteúdo que sejam destacadas pelos sujeitos da ação educativa. Também merecem destaque as ações de mobilização de caráter mais lúdico e cultural, pois em todos os NVC apareceram como propostas a linguagem artística como ferramenta de aprendizado e de divulgação de conteúdo.

Segunda etapa de Construção Coletiva da fase III – Identificação dos atores envolvidos e dos atores parceiros

A segunda etapa teve como principal objetivo identificar atores envolvidos no âmbito do projeto e discutir seus papéis e limitações, para enfim traçar ações e estratégias de mobilização que os contemplassem. As reflexões da equipe ancoraram tal proposta por ser perceptível a importância do nivelamento coletivo em relação aos papéis institucionais no processo.

Essa atividade foi inspirada e realizada com base no Método de Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos (ZOPP), instrumento de planejamento que busca definir objetivos de longo prazo, melhorar a comunicação e cooperação entre os envolvidos no desenvolvimento do projeto, determinar a área de responsabilidade da equipe do projeto e servir como base para o monitoramento e avaliação (COSTA e NASCIMENTO, 2017).

O objetivo geral desta etapa era fazer o levantamento dos atores, discutir suas relações, seus papéis e suas limitações de atuação no escopo do PEA-TP, além de resgatar ações e estratégias de mobilização elaboradas na etapa anterior da atividade, visando relacioná-las aos atores, papéis e limitações discutidas.

A atividade iniciou-se com uma roda de apresentação dos participantes e com a elaboração ou o resgate de um acordo de convivência preexistente.

A seguir, o/a moderador/a apresentou o objetivo da atividade e indicou que essa é a segunda das três etapas de construção coletiva do plano de trabalho da fase III do PEA-TP, na qual serão elencados e discutidos os atores envolvidos e relacionados ao projeto, seus papéis e limitações. A partir desse debate, foram retomadas e reanalisadas as propostas de mobilização levantadas na primeira etapa. Dessa forma, a atividade foi dividida em quatro partes: discussão de atores, discussão de papéis, discussão de limitações e discussão de ações/estratégias de mobilização.

Adotou-se a metodologia da visualização móvel, na qual é utilizado um painel de TNT para colagem de tarjetas de cartolina para ilustrar um determinado assunto a ser discutido e construído coletivamente. Cada tarjeta deve ser colada e discutida ou apresentada em seguida, antes da colagem da próxima tarjeta, para que haja um acompanhamento coletivo da discussão e/ou apresentação. É importante que todas as tarjetas permaneçam no painel até o fim da atividade para que o grupo de trabalho possa ter uma visão integrada do assunto em pauta.

Para iniciar a primeira etapa da atividade, cada participante da reunião recebe uma tarjeta de papel, na qual deverá apontar um ator que julga ter relação com o projeto no município. Após a entrega de todas as tarjetas preenchidas, os atores sociais e institucionais elencados são discutidos individualmente em uma plenária sobre sua relação com o projeto. Dessa forma, são divididos em:

Atores envolvidos: aqui são alocados os atores identificados pelo grupo como atores diretamente envolvidos com o projeto, por exemplo: público direto e instituições envolvidas.

Atores relacionados / parceiros: aqui são encaixados os atores identificados pelo grupo como atuais ou possíveis parceiros, ou, ainda, que pertençam ao público indireto do projeto.

Após a discussão dos atores, os participantes são divididos em grupos compostos por um mínimo de quatro componentes para iniciar o levantamento dos papéis dos atores considerados

envolvidos, tendo em vista sua atuação no escopo do PEA-TP. Após o levantamento, os papéis são discutidos coletivamente em uma plenária conduzida pelo/a mediador/a para, enfim, sintetizá-los em expressões nas tarjetas únicas de cada ator.

Para a discussão das limitações, é utilizado o mesmo procedimento de divisão inicial em grupos para levantamento de limitações e debate coletivo em plenária conduzida pelo/a mediador/a.

A parte final da atividade consistiu em resgatar as ações e estratégias de mobilização elencadas na primeira etapa e refletir sobre elas a partir da discussão dos atores, seus papéis e suas limitações, buscando pertinência e adaptação das ações a fim de alcançar efetividade diante dos públicos aos quais serão direcionadas. Dessa forma, essa parte da atividade tem como produto um quadro de ações e estratégias de mobilização direcionadas aos atores elencados na parte inicial da atividade, sejam eles diretamente envolvidos ou parceiros.

Ao fim da apresentação das propostas, o/a mediador/a explica que essas serão retomadas e discutidas com mais detalhamento nas atividades seguintes de construção coletiva do plano de trabalho da fase III.

Contextualização

Todo o trabalho reflexivo em torno dessa atividade levou ao amadurecimento da equipe, que aprimorou seu entendimento sobre as relações entre as categorias de discussão (atores, papéis, limitações, ações) a fim de obter ações capazes de integrar o plano de trabalho da fase III de forma a contemplar a participação comunitária.

Essa é uma atividade de difícil condução, mas que pode ser muito produtiva para a compreensão da dinâmica dos atores nos diferentes municípios desde que se estimule a integração entre as diferentes partes que a compõem. A gestão do tempo também é essencial para a boa condução dessa atividade, representando

um dos seus maiores desafios, visto que sua má gestão pode comprometer as discussões, negligenciando-as.

Por fim, sobre o desenvolvimento da atividade, cabe ressaltar que o/a mediador/a precisa estar sensível à necessidade de mudar a condução da atividade ou mesmo a ordem de discussão das etapas, caso perceba que essa mudança propicie a participação ativa do grupo e não altere os resultados desejados com a atividade, sempre tendo em vista a dinamicidade do processo.

O resultado da atividade refletiu o perfil do NVC, o cenário político e a própria condução do mediador. Dessa forma, percebeu-se que a participação de membros dos NVC em outros PEA, por exemplo, levou a menção desses como atores, sejam envolvidos ou relacionados, e trouxeram a sua articulação como ponto de discussão. Núcleos mais diversos costumam elencar maior quantidade de atores, fato provavelmente aliado ao seu próprio papel de representar certos grupos sociais.

Além disso, em alguns municípios, os atores institucionais eram negligenciados num primeiro momento, sendo elencados apenas após provocações realizadas pelos/as mediadores/as. Nesses casos, exemplos são recursos muito importantes para auxiliar as discussões, pois, muitas vezes, é a partir deles que os participantes conseguem relacionar atores, papéis e limitações.

Notou-se, ainda, que a falta de representatividade de alguns grupos sociais dentro dos espaços dos NVC dificulta a compreensão dos papéis desses grupos e, principalmente, de suas limitações, conseqüentemente limitando a elaboração de estratégias de mobilização pensadas a partir desses limites.

Por fim, vale ressaltar que foi possível perceber o reconhecimento da participação popular em vários NVC, momento no qual há a sensação de pertencimento e de atividade (pensando como o oposto de passividade) no processo de planejamento de ações do projeto.

Terceira etapa de Construção Coletiva da fase III – Encontro de Integração

Essa etapa foi realizada em forma de três eventos microrregionais denominados — Encontros de Integração. O primeiro evento (Microrregional Norte) ocorreu em Campos dos Goytacazes, reunindo os municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Quissamã e São João da Barra. O segundo (Microrregional Sul) aconteceu em Cabo Frio e reuniu os municípios de Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e Cabo Frio. O terceiro evento (Microrregional Centro) foi realizado em Macaé, reunindo os municípios de Rio das Ostras, Casimiro de Abreu e Macaé.

Os três eventos microrregionais realizados correspondem à terceira etapa de construção coletiva do plano de trabalho da fase III do PEA-TP e tiveram como objetivos: integrar os membros dos NVC que compõem cada microrregião de atuação do projeto; propiciar a construção coletiva da fase III do projeto; resgatar as ações de mobilização sugeridas pelos NVC durante a primeira e segunda etapas de discussão e analisar as ações propostas na ótica de cada microrregião reunida, obtendo, ao final, a descrição das macroações pelos grupos presentes.

Contextualização

As metodologias utilizadas durante os eventos foram divididas em dois momentos complementares. Em um primeiro momento metodológico, foram apresentados três esquetes teatrais, inspiradas nas técnicas do Teatro do Oprimido de Augusto Boal. Para o teatrólogo, — a teatralidade é essencialmente humana. Todo mundo tem dentro de si o ator e o espectador. Representar num ‘espaço estético’, seja na rua ou no palco, dá maior capacidade de auto-observação (BOAL, 2010, p. 13). Buscou-se valorizar essa potencialidade da auto-observação e, por isso, foi elegida como metodologia central dessa etapa a linguagem teatral. Para cada esquete foi elegida uma temática que foi relacionada aos temas

centrais do PEA-TP e as intencionalidades de cada ação. Após a apresentação, iniciou-se o debate sobre o que foi abordado.

O primeiro esquete tratava-se de uma sátira dos programas de TV com auditório, trazendo um apresentador que possuía um tique nervoso (Gerônimo Oliveira), uma contrarregra (Lorrayne) que corrigia constantemente o apresentador por conta do seu tique nervoso e duas convidadas: Marinalda, representante que vive em um acampamento de um movimento social, e Luiza, frequentadora de um mosteiro budista. O objetivo desse esquete foi demonstrar que, em todo tipo de organização coletiva, faz-se necessário estabelecer e obedecer às regras coletivas, pois a organização é um preceito para que qualquer grupo consiga dialogar entre si e continuar existindo. Dessa forma, esperava-se obter como resultado a compreensão dos membros dos NVC em relação às regras intrínsecas ao processo administrativo do licenciamento ambiental. O segundo esquete representou um diálogo entre três gerações de uma família: o avô Joberto, a filha Catarina e a neta Giovana, que conversam sobre a construção de um hotel de luxo na cidade, estabelecendo um diálogo sobre o licenciamento ambiental e suas etapas, a organização, a participação e o controle social. O objetivo dessa cena foi trazer aos participantes alguns conceitos do processo de licenciamento ambiental, com seus respectivos atores institucionais e sociais, com vistas a estimular o exercício do controle social, ainda que a participação social esteja envolta, muitas vezes, em trâmites burocráticos.

O terceiro e último esquete se passa em uma sala de aula, onde professora e aluno conversam sobre a situação política atual e sobre a história do Brasil, destacando personagens que lutaram e resistiram ao longo de suas vidas em prol de causas de grande importância para o país. Os personagens citados são: Dandara dos Palmares, Leolinda Daltro e Chico Mendes, que durante o diálogo entre professora e aluno, entram em cena e contam, eles próprios, sua história de vida. O objetivo dessa passagem foi

demonstrar que as lutas são contínuas e que nem sempre quem as promove goza das conquistas. O que fica é o legado de sua luta para as futuras gerações. Essa reflexão buscou motivar os membros dos NVC a perceberem que, mesmo alguns resultados não sendo imediatos, a luta vale a pena e tem seu fundamental papel na história. Procurou-se também, demonstrar que cada um de nós pode e deve lutar por nossos direitos e pelo futuro do país. Ainda que não sejamos reconhecidos como os personagens apresentados, podemos fazer a nossa parte e mudar o que pudermos. O destaque, portanto, deu-se à apresentação do conceito de justiça intergeracional, já que muito do que vemos e vivemos hoje é diferente do que era anos atrás, havendo quem lutasse, mesmo sem desfrutar do resultado de suas lutas, para que pudéssemos gozar dos direitos políticos, sociais, coletivos e até mesmo individuais que temos hoje.

No segundo momento metodológico, ocorreu a apresentação das ações de mobilização propostas pelos 10 municípios nas duas etapas anteriores de construção coletiva da fase III, realizada pela equipe do PEA-TP. Essas ações estavam agrupadas em três macroações: Evento de Mobilização Comunitária, Reuniões Comunitárias e Ferramentas Comunitárias de Comunicação. Ainda nesse momento metodológico, a título de contextualização, foram apresentados, pela equipe do PEA-TP, dois conjuntos de ações correspondentes às estratégias de ação da fase II do projeto, sendo eles: Formação dos NVC e Espaço de Interpretação. Após essas apresentações, os participantes foram divididos em grupos, ficando cada qual responsável por debater e construir uma macroação de mobilização, criando um cartaz para responder às seguintes questões sobre tal macroação: “O quê?”, “Por quê?”, “Quando?”, “Onde?” e “Como?”.

Ao fim, os grupos apresentaram suas ideias aos demais participantes e debateram a viabilidade das ações propostas, com o objetivo de alcançarem um consenso caso houvessem divergências entre eles. A partir do segundo encontro microrregional, as

ações propostas pela microrregião anterior foram apresentadas, nivelando as propostas, reforçando algumas, aprofundando e refletindo sobre as que não formavam consenso. A atividade do teatro seguido de debate teve recepção bastante satisfatória entre os grupos participantes dos encontros, por se tratar de uma possibilidade lúdica de abordar e relacionar os conceitos trabalhados nas ações do PEA-TP, exemplificando questões cotidianas e aproximando-as da atuação desses participantes, principalmente no que diz respeito à sua participação social crítica e qualificada.

Diante das falas observadas durante o debate de cada uma das cenas, percebeu-se que as intencionalidades e objetivos dos esquetes foram alcançados pelos grupos participantes, promovendo discussões críticas acerca do PEA-TP, sobre seus temas centrais, o papel dos atores envolvidos em sua atuação, limites e potencialidades. A metodologia teatral mostrou-se bastante eficaz, pois permitiu abordar questões conceituais através do lado emocional dos participantes, o que gerou identificação com os exemplos trazidos e possibilitou a reflexão crítica sobre os conceitos envolvidos, mesmo diante da complexidade dessa abordagem.

Também pode-se dizer que os objetivos específicos da construção crítica e participativa das ações de mobilização que integrarão o plano de trabalho da fase III do PEA-TP foram cumpridos, já que, nos três eventos, individualmente e depois nos debates coletivos, os participantes conseguiram chegar a um consenso do planejamento de cada macroação discutida: Evento de Mobilização Comunitária, Reunião Comunitária e Ferramentas Comunitárias de Comunicação. Mesmo quando houve divergências pontuais nesse planejamento de ações, o debate foi enriquecido de senso crítico, mostrando que os objetivos puderam, de maneira geral, ser alcançados. Importante destacar que foram debatidos não apenas os objetivos dessas ações, mas também sua viabilidade logística e periodicidade.

O processo educativo que amparou as ações pedagógicas

de construção coletiva para a próxima fase do projeto teve como alicerce os princípios da educação popular preconizados por Paulo Freire. Os debates coletivos em busca de consenso propiciaram a integração entre as/os participantes na medida em que possibilitaram a ampliação do conhecimento sobre a realidade dos municípios, promovendo a importância de se ter uma visão mais regionalizada dos problemas, conflitos e potencialidades relacionadas às rendas petrolíferas, como também ações visando ao controle social de tais rendas.

Referências

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BRASIL. **Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama Nº 01/10**. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Brasília, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 30.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

LOUREIRO, Carlos Frederico, LAYRARGUES, Philippe Pomier & CASTRO, Ronaldo Souza de (orgs). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

QUINTAS, José da Silva (org). **Pensando e praticando a educação na gestão do meio ambiente**. Brasília: Ibama, 2000.

PETROBRAS. **Plano de trabalho do Projeto de Educação Ambiental – Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã na Bacia de Campos**, 2016.

Capítulo 9

Boletim digital Rede Territórios do Petróleo: uma experiência de participação e de controle social na Bacia de Campos

Carlos Gustavo Sarmet Moreira Smiderle
Miguel de Araújo Lopes
Simone Rodrigues Barreto

Refletir sobre a potencialidade e os limites da educação e da comunicação popular como promotoras de cidadania e de controle social é importante para a compreensão das práticas comunicacionais aplicadas no projeto de educação ambiental (PEA) Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã na Bacia de Campos em sua Fase II (2017-2019). O projeto, que busca ampliar o repertório de informações e instigar o debate público sobre as rendas de *royalties* e participações especiais nos municípios onde atua, tem na comunicação popular uma vertente importante.

Sabe-se que o termo participação no contexto social brasileiro tem a ver com tomar parte ativamente, o que, conforme aponta Peruzzo (1998, p. 73), não faz parte da tradição do povo brasileiro e de outros povos latino-americanos. A situação não é fundamentalmente diferente em Campos dos Goytacazes (AZEVEDO et al, 2015) e nos demais municípios fluminenses considerados produtores de petróleo na Bacia de Campos. O que difere é a combinação desse cenário geral com a abundância de recursos orçamentários no âmbito municipal, pelo menos no período 1998-2014. Isso ocorre por conta do repasse de valores

muito expressivos aos municípios em questão referentes a *royalties* e participações especiais.

Em tese, dinheiro nunca é ruim, mas a combinação de prefeituras ricas com cidadãos e grupos sociais empobrecidos potencializa o clientelismo e tendencialmente dificulta a já incipiente organização das camadas populares para fins de controle social. Por isso os *royalties*, usualmente tomados como impactos positivos, podem ser incluídos entre os macroimpactos negativos da atividade petrolífera na Bacia de Campos (PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DE CAMPOS, 2014). Para viabilizar algum contraponto a esta assimetria é que se entende a adoção, no âmbito do licenciamento ambiental federal, de um projeto como o Territórios do Petróleo. Dito projeto está vinculado à linha B da Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama nº 01/10 (BRASIL, 2010), voltada para o controle social da aplicação de *royalties* e de participações especiais, tendo como justificativa a “necessidade de mitigação dos impactos produzidos pela atividade licenciada sobre a organização político-econômica dos municípios da região” (BRASIL, 2010, p. 5, grifo nosso).

Este é, em linhas gerais, o cenário de atuação do projeto Territórios do Petróleo e especificamente do processo coletivo de elaboração do boletim digital Rede Territórios do Petróleo. O cenário sugere, em grandes linhas, o desafio: em vez de ir a reboque, espera-se que os grupos sociais envolvidos desenvolvam protagonismo; em vez de apenas consumir informações geradas pelas mídias locais (quase sempre pautadas pelo jogo político-eleitoral de governo x oposição), trata-se de exercitar a geração própria de informação. Se o desafio é dessa natureza, faz sentido que o ferramental seja o da comunicação popular.

No campo da comunicação social, a comunicação popular compreende o envolvimento de grupos na produção e disseminação de conteúdos com o objetivo de conquistar cada vez mais cidadania, numa perspectiva de igualdade entre emissor e receptor (PERUZZO, 1998, p. 140). Nesse aspecto, observa-se o

envolvimento dos participantes populares na elaboração da peça comunicacional com a participação de todos nas distintas fases, desde o planejamento da mensagem, até sua veiculação. Este é o horizonte traçado para a produção de mensagens e materiais pelos participantes dos dez Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) do projeto Territórios do Petróleo.

Peruzzo afirma que, nesse processo comunicacional popular:

A participação é compreendida mediante a aplicação da capacidade pessoal, qualificação técnica, produção sistemática, periódica ou ocasional de notícias, artigos, poesias e desenhos transmitidos por meio de comunicação, bem como elaboração de textos, roteiros, diagramação, locução, entre outros, exigindo-se o necessário domínio e o acesso a recursos de tecnologia, além da partilha de decisões (PERUZZO, 1998, p. 148).

A despeito das particularidades verificadas em cada município, é basicamente dessa forma que o boletim digital Rede Territórios do Petróleo foi construído em cada NVC. O ponto de partida foi o ciclo de oficinas de educomunicação, realizado em novembro e dezembro de 2017, quando pesquisadores e técnicos travaram contato com os NVC dos dez municípios para dialogar com os participantes do projeto sobre as técnicas informacionais que poderiam ser utilizadas para compor os produtos comunicacionais de cada NVC. Entre os exercícios efetuados se incluem elaboração de pautas, estratégias para coletar dados confiáveis, produção e uso de imagens e ainda técnicas de escrita. Não foram oficinas para se *ensinar a fazer*, mas para discutir coletivamente o que está por trás de cada técnica.

De dezembro de 2017 a fevereiro de 2018, cada NVC assumiu a tarefa de elaborar sua primeira edição local do boletim digital Rede Territórios do Petróleo, que seria publicada no site do projeto Territórios do Petróleo. Não se cultivou uma visão

ingênua da autonomia dos Núcleos no desempenhar da tarefa. Independentemente dos limites institucionais ditados pelo fato de se tratar de um processo administrativo e fortemente regulado (o texto vai convidar o leitor a refletir sobre isso adiante), a equipe técnica envolvida teve clareza desde o início de que se trataria de um *processo*, ou seja, de um desenrolar gradual. Por isso, a primeira edição teve uma pauta previamente definida pela equipe, e não pelos participantes dos Núcleos. Buscou-se um tema de fácil apuração de dados: a queda nos valores de *royalties* e participações especiais repassados aos municípios verificada por ocasião da crise que atingiu o setor petrolífero a partir de 2015. Foi uma escolha justificável, por abordar o principal aspecto das rendas petrolíferas naquele período, mas evidentemente passível de problematização. Afinal, ao produzirem um material informativo sobre a queda nas receitas, os NVC corriam o risco de implicitamente legitimar o profundo corte na oferta de serviços básicos pelas prefeituras da região em áreas como transporte público, habitação, saúde e educação. A opção adotada pela equipe, e a autocrítica que surgiu depois, exemplificam um dos aspectos caros à educação popular e ao exercício da vigília cidadã, que embasa o conjunto das ações do projeto. Como aponta Peruzzo, “a comunicação popular tem, em geral, um conteúdo essencialmente crítico. Ou seja, julga-se a realidade concreta, local ou mais abrangente” (PERUZZO, 1998, p. 156).

Mesmo com a pauta pré-definida, a primeira edição teve casos delicados. O que se poderia supor quanto a conteúdos produzidos por cidadãos vindos de grupos historicamente alijados de canais efetivos de expressão de seus interesses? Não seria surpresa se o tom fosse menos informativo e mais de protesto e desabafo. No entanto, autonomia tem muito mais a ver com estratégia e cálculo. Além disso, a queixa e a denúncia pura e simples não figuram entre os objetivos do projeto. Por isso, foi necessária uma mediação da equipe junto a alguns grupos, como se descreverá à frente.

Observou-se que a tarefa de elaborar cada edição do boletim

foi desafiadora para a maioria dos NVC, não apenas pelo aspecto técnico envolvido no trabalho. Há, nos NVC, um ingrediente que traz potencialidades, mas também exige estratégias mais refinadas: a característica heterogênea desses Núcleos. São pessoas de várias idades, profissões e vivências que se reúnem nos NVC para discutir pautas, apurar informações e elaborar textos. A observação do processo indica que enquanto uns estiveram de prontidão para pesquisar, outros, devido a seu perfil e experiência de vida, se voltaram mais para a análise crítica e coletiva dos temas. De todo modo, essa divisão mais ou menos espontânea do trabalho revelou que o conhecimento partilhado entre os participantes nas diferentes oficinas promovidas pelo projeto geralmente entrava como insumo nas reuniões de pauta, ganhando corpo e vida nas páginas do boletim digital Rede Territórios do Petróleo.

O formato textual utilizado na produção dos boletins digitais atende ao gênero textual informativo, havendo espaço para notícias, notas, reportagens e entrevistas. Já as imagens que ilustraram todo o conteúdo textual são produzidas pelos próprios integrantes dos NVC, com os devidos créditos, bem como pelo acesso ao Banco de Imagens¹, mediado pelos técnicos dos NVC.

Foi nítido o desejo de protagonismo dos sujeitos envolvidos na empreitada de disseminar de forma dialógica e prática os conhecimentos adquiridos a respeito de normas contidas na Constituição Federal, em leis que dispõem sobre as rendas petrolíferas e sobre a participação cidadã. Neste movimento, foi possível perceber o embrião daquilo que Soares (2002) chama de “ecossistema comunicativo”, conceito considerado uma das bases do processo de educomunicação. No decorrer da Fase II do projeto (2017-2019), essa prática se tornou um exercício continuado e crescente de abertura de espaços para o protagonismo dos sujeitos da ação educativa, com constante moderação tanto da equipe de

1 Sobre o Banco de Imagens do projeto Territórios do Petróleo, ler capítulo 4 desta mesma publicação – “Banco de imagens como ferramenta sociotecnológica do PEA Território do Petróleo”, especificamente dedicado ao tema.

comunicação do projeto, quanto de técnicos da Petrobras. A meta do projeto era que a cada dois meses fosse produzida uma edição do boletim pelos NVC, e a experiência mostrou que cada Núcleo tem um ritmo e um perfil. Por isso, alguns se adiantaram mais do que outros, o que por si só não foi considerado um problema.

Nesse aspecto, essa dinâmica de produção de conteúdo informativo e noticioso nada mais é do que a utilização da potência da informação qualificada e coletivamente processada na tarefa cotidiana dos Núcleos. Sua tarefa não termina com a publicação de um boletim; é necessário mobilizar suas respectivas bases para empreitadas definidas por suas próprias agendas. De certa forma, toda a vigília cidadã se orienta para esse passo fundamental. Como indica Preto (2013), o uso ativo de tecnologias pautado no protagonismo dos sujeitos e na inclusão digital da comunidade deve estar ancorado numa perspectiva alargada de formação para cidadania. Também Peruzzo (2000) aponta que o entrelaçamento da educação com a comunicação construída em processos de educação informal — organizações não governamentais (ONG), coletivos e movimentos sociais — tem se amparado na educação popular e em modelos dialógicos e participativos na promoção de ações de desenvolvimento social das comunidades.

Por se tratar de uma das ações de um projeto de educação ambiental cuja normativa atende às condicionantes específicas estabelecidas pela então chamada Coordenação Geral de Petróleo e Gás (CGPEG) do Ibama², pode-se classificar o processo de elaboração do boletim digital Rede Territórios do Petróleo como uma “participação controlada”, como denomina Peruzzo. Segundo a autora, “a participação controlada é limitada, ou seja, é favorecida e possível somente nos aspectos ou até o ponto que as instâncias detentoras do poder permitirem” (PERUZZO, 1998, p. 79).

No boletim digital, são seguidas diretrizes de ação que refletem

2 Posteriormente renomeada como CGMAC (Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros), vinculada à Diretoria de Licenciamento Ambiental (Dilic) do Ibama.

a institucionalidade que ampara o projeto, apoiada em quatro atores: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão ambiental responsável pelas diretrizes gerais e fiscalização dos trabalhos; Petrobras, financiadora do projeto a partir de uma exigência do licenciamento ambiental de empreendimentos de petróleo e gás; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), instituição executora e responsável técnica pelo projeto; e FIA (Fundação Instituto de Administração), incumbida da gestão financeira. No processo produtivo das notícias, os técnicos do projeto atuantes em cada NVC se fazem presentes como mediadores, norteando a produção de conteúdo para que os eixos principais do projeto Territórios do Petróleo sejam lembrados e contemplados pela produção informacional de cada NVC.

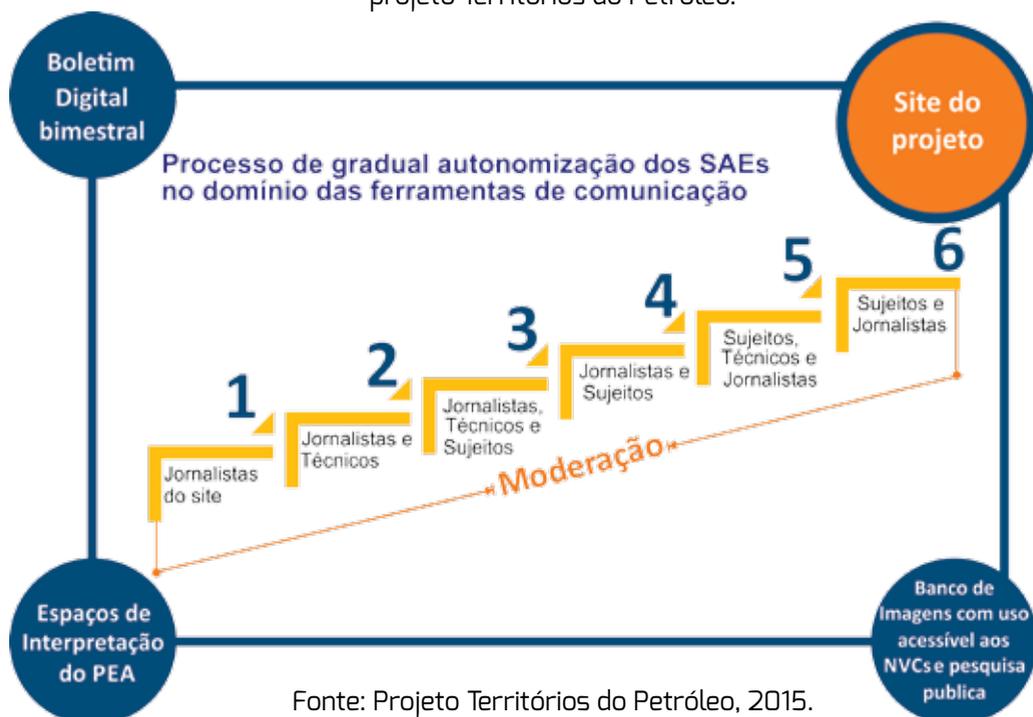
As diretrizes refletem, portanto, esse arcabouço institucional, mas não de forma impositiva junto aos cidadãos participantes do projeto. Um documento, intitulado “Política de uso dos canais de informação utilizados pelos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC)”, foi construído coletivamente para subsidiar os trabalhos das diferentes instâncias envolvidas na produção de conteúdo dos boletins. O texto-base surgiu de uma proposta da equipe de comunicação do projeto discutida com a Petrobras e aprovada em um período anterior ao início da produção dos boletins digitais Rede Territórios do Petróleo. Por aquela ocasião, apenas os técnicos geravam conteúdos para publicação. Com o desencadear da produção coletiva dos boletins digitais, envolvendo o protagonismo dos Núcleos, foi preciso negociar o conteúdo desse acordo com os novos atores. Para tanto, pesquisadores envolvidos no trabalho percorreram os dez municípios e dialogaram com os Núcleos. O ponto mais importante que resultou desse debate foi a explicitação dos termos que regulam até onde vai a mediação institucional e até onde vai a autonomia dos NVC:

Art. 5º Os NVC, que não existem isolados do contexto institucional que lhes deu origem, reconhecem a

legitimidade da equipe de técnicos e pesquisadores do projeto Territórios do Petróleo e da empresa petrolífera para tomar parte no processo editorial cotidiano bem como do órgão ambiental para avaliar o trabalho e propor ajustes **com base nas diretrizes do projeto, sendo assegurado o diálogo com o respectivo Núcleo de Vigília Cidadã para a obtenção do consenso.** (PROJETO TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO, 2018, p. 2, grifos nossos).

Em linhas gerais, o processo de autonomização dos sujeitos da ação educativa no uso das ferramentas de comunicação do projeto pode ser expresso na Figura 1.

Figura 1: Esquema visual da projeção de gradual autonomia dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC) no uso das ferramentas de comunicação do projeto Territórios do Petróleo.



Após a mediação inicial dos técnicos do projeto durante as reuniões dos NVC, o conteúdo também passa por mediação de uma equipe profissional de comunicação, composta por jornalistas, pesquisadores e designer gráfico. A primeira análise tem como objeto o texto produzido pelos NVC, envolvendo tanto a pertinência da pauta (segundo as diretrizes gerais do projeto) quanto a citação e a confiabilidade das fontes bem como aspectos próprios da redação informativa. Após essa análise preliminar e o diálogo que seja necessário firmar com o Núcleo em questão, o conteúdo segue para seu tratamento gráfico efetuado por designers do projeto. Essa etapa merece uma reflexão específica.

O primeiro ponto é que um texto (aquilo que se presta a uma leitura) é mais do que o conteúdo abstrato propriamente dito. Para que seja feita uma melhor decodificação, são necessárias formas visuais. A materialidade do texto permite tocá-lo, ouvi-lo e perceber o seu desenvolvimento. Em sentido estrito, temos a decodificação e interpretação desses signos visuais e verbais. Contudo, como afirma Gruszynski, “usamos o termo ler para imagens — ainda que não tenhamos um repertório fechado de signos visuais, tampouco uma gramática dessa ordem — ou para indicar a apropriação de outros tipos de signos passíveis de reconhecimento e interpretação” (GRUSZYNSKI, 2015, p. 573). Tendo em vista um suporte textual bidimensional ou tridimensional, antes de ler e interpretar um texto, lemos as formas e objetos que esse texto proporciona e o ambiente em que essa informação está localizada; acionamos redes simbólicas que possibilitam a construção de novas interpretações e expectativas em torno do que sucederá, enfim, lido enquanto signo visual.

A proposta editorial dos boletins digitais foi feita de forma simples e sistemática, com o objetivo de realizar uma comunicação rápida e eficaz. Dessa forma, apostou-se em uma diagramação simples e popular, fazendo com que os leitores possam se reconhecer nesse particular veículo de informação. Esse tipo de informação pode ser entendido como “design popular” ou “design vernacular” (IBARRA & RIBEIRO, 2014), cujo objetivo é representar uma forte ligação da população local com o resultado do produto.

Todos os boletins digitais seguiram o mesmo padrão de layout, com um cabeçalho que representava de forma simples os municípios pertencentes ao projeto e o fundo da página sempre em tons claros, a fim de proporcionar uma leitura mais afável, sem distrair ou cansar os leitores. Levou-se em consideração também a hierarquização das informações. Uma das principais precauções se referiu aos padrões de identidade, no qual se buscou atentar para a padronização dos elementos que compõem os boletins, como tipografia, cores, elementos gráficos, entre outros. A família tipográfica presente nos boletins também foi definida como padrão, tendo sido escolhida a tipografia *Exo* como fonte predominante, o que se pode observar nas Figuras 2 e 3.

Figura 2: 6ª edição do Boletim Rede Territórios do Petróleo – Rio das Ostras, referente ao bimestre novembro-dezembro de 2018.



Fonte: Projeto Territórios do Petróleo, 2018.

Figura 3: 8ª edição do Boletim Rede Territórios do Petróleo - Quissamã, referente ao bimestre março-abril de 2019.



Fonte: Projeto Territórios do Petróleo, 2018.

Na maioria das edições, os próprios sujeitos da ação educativa dos NVC sugeriram as fotografias e ilustrações. Mas algumas precauções foram tomadas, como a qualidade da fotografia, a pertinência e a autoria. Vale ressaltar que os processos editoriais dos boletins digitais foram feitos de forma participativa, integrando a equipe técnica do projeto, os responsáveis pelos boletins (bolsistas, pesquisadores e técnicos), as instituições e os NVC. A diagramação não foi feita apenas para exposição em mídias digitais, embora esse seja o principal propósito. Alguns exemplares foram impressos em determinados momentos para servirem de instrumentos mobilizadores em algumas ações do projeto — por exemplo, nas mesas-redondas.

Concluída essa etapa, cada edição seguiu para avaliação de uma equipe da Petrobras. Com frequência, viu-se a conveniência de novos ajustes após esta última instância de análise. Em todas as etapas do processo, houve sempre interlocução com os produtores do conteúdo (os NVC) para aprovação e validação das sugestões dadas pelas diferentes instâncias de mediação.

A partir da versão publicada no site do projeto Territórios do Petróleo, em formato PDF, esperava-se que os conteúdos fossem disseminados o mais amplamente possível. Uma das possibilidades é a replicação do conteúdo digital em redes coletivas. Antes do surgimento do *WhatsApp*, Peruzzo (1998) já apontava que ferramentas digitais se caracterizam, sobretudo, como instrumentos simples e de baixo custo, já ao dispor da sociedade, sendo assim um novo espaço para emissão de mensagens. Toda a discussão sobre as *fake news* e a preocupação explícita da Justiça Eleitoral com esse fenômeno durante os últimos processos eleitorais ilustram com eloquência a importância do uso crítico das ferramentas digitais pelos grupos populares. No âmbito do projeto Territórios do Petróleo, esse potencial está por ser desenvolvido de forma sistemática, constituindo-se em um dos aspectos do caráter processual e sempre autocrítico da educação popular.

Referências

AZEVEDO, S.; TONELLA, C.; SOUZA, J. “Cultura Política e Polos Regionais: comparando Campos dos Goytacazes (RJ) com Maringá ampliada (PR)”. **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v. 5, n. 2, 2015, pp. 222-236. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/938/93841498013/> . Acesso em: 30 jan. 2019.

BRASIL - Ministério do Meio Ambiente. **Nota Técnica CGPEG/ Dilic/Ibama Nº 01/10**: Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Brasília: 2010.

GRUSZYNSKI, A. C. “Design editorial e publicação multiplataforma”. **Intexto**, Porto Alegre, v. 34, 2015, pp. 571-588. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132518/000982110.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 jan. 2019

IBARRA, M. C.; RIBEIRO, R.A.C. “O design e a valorização do vernacular ou de práticas realizadas por não-designers”. In: 11º CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, 2014, Gramado. **Anais**, 2014. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ped2014/trabalhos/trabalhos/908_arq2.pdf . Acesso em: 30 jan. 2019.

PERUZZO, Cícilia M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. “Comunicação Comunitária e educação para a cidadania”. **Comunicação e Sociedade 2**, Cadernos Noroeste, vol. 14, n. 1-2, 2000. Disponível em: <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/1427/1358>. Acesso em: 10 jan. 2019.

PRETTO, Nelson de L. **Reflexões: ativismo, redes sociais e educação**. Salvador: Edufba, 2013.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DE CAMPOS. **Relatório final do Diagnóstico Participativo do PEA-BC. Referente ao Plano de Trabalho para continuidade do Diagnóstico Participativo da Bacia de Campos – PEA-BC**. Soma, set. 2014.

PROJETO TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO. **Estratégias do sítio eletrônico do Projeto Territórios do Petróleo**. Campos dos Goytacazes: PEA Territórios do Petróleo, 2015.

PROJETO TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO. **Política de uso dos canais de informação utilizados pelos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC)**. Campos dos Goytacazes: PEA Territórios do Petróleo, 2018.

SOARES, I. O. S. “Gestão comunicativa e educação: caminhos das Educomunicação”. **Revista Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 23, 2002, pp. 16-25.

Capítulo 10

Simpósio Temático: Controle social, Rendas Petrolíferas e Impactos Socioambientais

Leandro Fernandes Viana
Andreza Barreto Leitão



Realizado na semana de comemoração dos 25 anos da Uenf, nos dias 21 e 22 de setembro de 2018, o Simpósio “Controle social, rendas petrolíferas e impactos socioambientais” reuniu diversos atores sociais implicados em debater as temáticas na Bacia de Campos. O evento era uma meta do plano de trabalho da Fase II do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP), configurada por meio da realização de um evento simpósio, que oportunizou trazer ao debate os conceitos primordiais do PEA-TP (rendas petrolíferas, impactos socioambientais, controle social, vigília cidadã, licenciamento ambiental, educação ambiental crítica etc.) em sua interdependência e à luz

das experiências acumuladas ao fim do terceiro ano de atividades do projeto. Contou com a participação de 127 presentes, entre representantes dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC), equipe técnica e pesquisadores do PEA-TP, convidados externos, representantes de PEA e comunidade uenfiana interessada.

Foi um espaço de discussão articulado entre os saberes da comunidade e o saber científico, mediados a partir da experiência das pesquisas em andamento na Fase II, e prestigiado com a efetiva participação dos representantes dos Núcleos de Vigília Cidadã de todos os dez municípios de abrangência do projeto, incluindo representantes de outros PEA. Esse encontro foi viabilizado para dar voz aos integrantes dos NVC, possibilitando a participação comprometida com o balanço crítico na discussão dos resultados e avanços obtidos com base nas pesquisas.

No decorrer das duas fases do PEA-TP (fase I realizada e fase II em andamento), os pesquisadores e bolsistas têm participado das atividades do PEA-TP, onde, além de conduzirem oficinas e propostas de atividades, retiram subsídios à realização de suas pesquisas. Neste Simpósio, a partir das experiências acumuladas durante o período foram elencados e discutidos os diversos tipos de saberes (teóricos, práticos e metodológicos) que fazem parte do conteúdo pedagógico do projeto, por serem considerados imprescindíveis ao pleno exercício da vigília cidadã. Em outras palavras, o evento proporcionou um espaço de debate capaz de promover uma ampliação da visão de mundo de todas/os as/os envolvidas/os no processo, ampliando o acesso à informação e subsidiando a atuação no controle social sobre as rendas petrolíferas. Uma interação que envolve a produção de conhecimentos, os desafios da participação e os principais fatores para uma mudança social. Além disso, traduziu-se numa oportunidade de dar voz aos integrantes dos NVC, possibilitando sua participação no balanço crítico almejado e na discussão dos resultados obtidos.

Elaborado pela equipe de pesquisadores e educadores socioambientais do projeto, o simpósio contou com uma sistemática planejada e realizada com vistas a favorecer a integração e a troca de expe-

riências com outros PEA atuantes na Bacia de Campos, analisando os resultados das pesquisas sob o prisma das experiências dos NVC e dos desafios metodológicos alcançados.

Para tornar esse evento possível, estiveram presentes os representantes dos NVC do PEA Territórios do Petróleo, participantes de outros projetos de educação ambiental, convidados do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE e da Universidade Federal Fluminense – UFF, representantes das instituições responsáveis pelo projeto (Ibama, Petrobras e FIA) e equipe de professores da Uenf, além de bolsistas e educadores socioambientais do PEA-TP.

Com base nesse formato, os debates escolhidos para compor o simpósio apresentaram uma técnica de discussão aberta, favorecendo o tratamento da temática proposta de forma dinâmica, com carácter não conclusivo, visando uma melhor condução das principais ideias e percepções das experiências e pesquisas em andamento na Fase II do PEA-TP.

É importante ressaltar, como fez Silva e Neto (2015), que na relação entre o saber popular e o saber científico não cabe qualquer tipo de impedimento em seus usos, tampouco qualquer tipo de tensão, pois ambos saberes anunciam ajuda mútua e complementaridade, reconhecendo em si mesmos os seus limites e suas contribuições.

Desse modo, com vistas a facilitar o andamento e o entendimento das temáticas relacionadas, o evento dividiu-se em três momentos distintos, sendo eles: escutar, falar e sentir. O primeiro momento esteve reservado para propiciar a apresentação das pesquisas e suas experiências alcançadas, destacando as ações para a integração e a troca de experiências com outros PEA atuantes na Bacia de Campos.

No segundo momento, reservado para a fala dos participantes, foram oportunizadas dinâmicas específicas para que os/as participantes pudessem interagir em grupo, manifestando suas considerações sobre os principais temas debatidos. Para finalizar, o momento de sentir favoreceu a utilização de outras formas de linguagem para o aprofundamento do debate, permitindo a reflexão crítica dos diversos tipos de saberes e os desafios que se apresentam

na dinâmica cotidiana dos públicos que são direta e/ou indiretamente impactados pela indústria do petróleo e gás. Esse conjunto de ferramentas pedagógicas oportunizou dar início às discussões entre todas/os as/os envolvidas/os no processo, ampliando o acesso à informação e subsidiando a atuação no controle social sobre as rendas petrolíferas.

Diante da necessidade de pensar uma educação ambiental emancipatória, a equipe elaborou o simpósio como parte de um processo de aprendizado, destacado pela visibilidade de algumas conquistas das comunidades no âmbito do licenciamento ambiental. Nesse sentido, o evento contribuiu para refletir de forma crítica e sistematizada os caminhos percorridos até o momento e oportunizou um espaço importante para se ouvir coletivamente os diferentes públicos participantes do projeto. O PEA-TP considera tarefa importante da universidade trazer a comunidade e o seu envolvimento para dentro de suas premissas. Portanto, torna-se indispensável preservar e garantir o papel da universidade nesse contexto.

Muitos são os desafios para se pensar a educação ambiental, especialmente na gestão do meio ambiente. De acordo com Quintas (2001), as desigualdades sociais, a impunidade das elites, o clientelismo político e a ineficácia do sistema educacional são fatores que tornam o exercício da cidadania um constante desafio para o brasileiro.

Nesse sentido, entende-se que a participação dos representantes dos Núcleos de Vigília Cidadã no simpósio ratifica essa premissa inicial e aponta um desafio de construção coletiva de conhecimento e de desenvolvimento para a região do Norte Fluminense, como preconizava Darcy Ribeiro (1969).

O modelo de universidade necessária ao desenvolvimento e à autonomia da América Latina deveria, na proposição de Darcy Ribeiro, alcançar três funções, sendo a primeira delas ligada à função do docente de preparação dos recursos humanos com a qualificação necessária para a vida e o progresso da sociedade. A segunda é direcionada para

a função criativa de dominar e ampliar o patrimônio humano do saber e das artes em todas as suas formas. Por fim, a terceira seria a função política de vincular-se à sociedade e à cultura nacional com o propósito de converter-se no núcleo mais vivo de percepção de suas qualidades, expressão de suas aspirações, difusão de seus valores e combate a todas as formas de alienação cultural e de doutrinação política a que possa ser submetida (RIBEIRO, 1969, p.75).

Nessa perspectiva, entende-se a importância de se pensar numa experiência de pesquisa baseada na pesquisa-ação - ou seja, numa reflexão crítica e coletiva empreendida pelos participantes dos NVC de maneira a valorizar e fortalecer as atividades desenvolvidas - e no envolvimento com a comunidade, o que propõe desafio técnico metodológico que integra a esfera produtiva e as políticas públicas que envolvem o exercício da cidadania e, nesse âmbito, as políticas de licenciamento, assim como o conhecimento comum que surge do diálogo qualificado.

Dito assim, compreende-se o PEA-TP não apenas como projeto de pesquisa, mas contíguo ao modelo de projeto de extensão, que oferece uma singularidade na relação com a comunidade como via de mão dupla, em que se traz o conhecimento da comunidade para dentro da instituição e reflete-se a construção de um conhecimento comum. Sendo assim, garante-se a importância de possibilitar que os caminhos sejam pensados conjuntamente, com apoio das pesquisas baseadas na pesquisa-ação, no envolvimento e no diálogo com a comunidade, que pressupõe desafios técnicos metodológicos para se propor um modelo educativo que se adeque às demandas do público que compõe o projeto.

Bem destacado durante a realização do simpósio pelos participantes, o PEA-TP é um instrumento da política ambiental nacional, portanto, é direito de todos e deve continuar a ser exercido desde como foi concebido, pelo viés da educação ambiental crítica, entendendo esse como um espaço vivo e constituído de ações qualificadas. Sendo assim, sem a efetiva participação coletiva das comunidades, através do papel indispensável dos Núcleos de Vigília

Cidadã, nenhum dos resultados teria validade e reconhecimento, necessários para o fortalecimento de uma rede de aprendizado e de conhecimento mútuos.

Para facilitar a compreensão e análise dos resultados na primeira atividade, utilizou-se do “painel de debates”, no qual foi possível propiciar uma discussão qualificada entre os participantes acerca do tema das rendas petrolíferas, do controle social e dos impactos socioambientais. Durante os três momentos, houve a efetiva participação dos bolsistas pesquisadores e a colaboração de convidados externos ao PEA-TP.

A equipe do PEA-TP elaborou um roteiro de questões que foram inicialmente dirigidas aos convidados externos, em que os tópicos foram debatidos pelos pesquisadores, trazendo a sua experiência na pesquisa do PEA-TP. Para tanto, foram pensadas perguntas geradoras, de modo a suscitar o debate e fomentar a participação. Os assuntos indispensáveis ao debate como, por exemplo, a participação da sociedade no controle social dos recursos provenientes dos *royalties*, arrecadação e dependência dos municípios, os impactos na realidade da população e a vinculação e aplicação dos *royalties* foram desenvolvidos durante a atividade. Além dessas temáticas, outros pontos como a prestação de contas das rendas do pré-sal, transparência e participação, além das leis que tratam da destinação obrigatória das rendas petrolíferas para determinadas finalidades como saúde e educação obtiveram destaque no debate.

No segundo momento do evento, a plenária dividiu-se em dois grupos. No primeiro deles, utilizou-se da metodologia de mesa-redonda – aquário, onde os participantes revezavam-se nas perguntas aos debatedores, que, dispostos em cadeiras específicas, criaram um espaço dinâmico e propício à participação. Uma vez estimulada a participação dos integrantes dos NVC, os debates suscitados pelas perguntas abordaram os mais distintos temas. No quadro abaixo foram elencados alguns dos temas transversais que foram brevemente debatidos durante esta atividade do simpósio.

Tabela 1 – Síntese dos tópicos abordados na atividade “mesa-redonda – aquário” pelos participantes.

Temáticas das abordagens	
Organização popular	Alocação indevida de recursos dos <i>royalties</i>
Seguridades básicas contra desemprego	Feira da roça
Licença de Instalação e Licença de Operação	Lei de responsabilidade fiscal
Representação das associações e dos trabalhadores	Organização para geração de agenda de políticas públicas
Mercado de trabalho	Regulação do mercado para que bens comuns sejam assegurados
Transição da economia da cana-de-açúcar para a do petróleo	Impactos socioambientais na família pela queda das usinas e poluição da lagoa
Federalismo	Consórcios de transporte, de saneamento
Mecanismos para coordenar a autonomia municipal	Porto do Açú e os impactos sofridos pelos artesãos de São João da Barra
Necessidade de um projeto de desenvolvimento com governança coordenando interesses de todos os municípios	Falta de investimento em áreas estratégicas como a agricultura (especialmente em municípios que possuem solos bons para o cultivo)
Reforma agrária	Políticas de escoamento da produção
Novas regras de distribuição dos <i>royalties</i>	A questão social
Crescimento demográfico	Impactos no setor da pesca
Denúncias ao Tribunal de Contas da União	Estado de bem-estar social
Lei de Iniciativa Popular	Dificuldade de informação sobre <i>royalties</i>
Limites dos órgãos fiscalizadores e Ministério Público	Recursos previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA do município para a valorização dos saberes locais
Degradação do solo	Trabalhos artesanais

Fonte: Projeto Territórios do Petróleo, 2018.

No debate realizado, a multiplicidade e transversalidade dos temas elencados foram interconectando-se, gerando uma reflexão profícua e dinâmica, possibilitando que os membros dos NVC pudessem produzir e trocar novos conhecimentos acerca dessas temáticas.

O segundo grupo de trabalho realizou uma oficina com um quebra-cabeça, contando com material previamente preparado sobre os temas do evento. Em ambos os grupos, houve a participação de um/a observador/a afim de: analisar se o debate atendeu à expectativa de suscitar a participação em grupo, observando os desafios para a participação e os principais tópicos abordados.

Com intuito de aprofundar as temáticas refletidas após a realização da plenária geral, os observadores e participantes reuniram-se para um debate mediado visando a possibilitar um espaço de diálogo, através de uma breve síntese da devolutiva dos observadores em cada um dos grupos. No final dessa atividade, os pontos de concordância foram que os *royalties* não são bem empregados, que os governos não têm transparência, que falta de sinergia entre os municípios e que as vinculações dependem de cada governo.

Na sequência das atividades realizadas no simpósio, os pesquisadores apresentaram individualmente os resultados e avanços do primeiro ano das pesquisas do PEA-TP. Nesse momento oportuno, foram apresentadas as pesquisas em blocos intercalados de exposição por pesquisador/a sendo aberto o debate após cada bloco de apresentação.

A primeira pesquisa apresentada tinha o título “Dinâmicas territoriais e percepções cartográficas: *royalties* e impactos socioespaciais da indústria do petróleo e gás na Bacia de Campos”. Em sua metodologia realizou-se uma rodada prévia de reuniões nos 10 NVC, culminando na Oficina de Vigília Cidadã de Cartografia Social, que abordou algumas noções de cartografia básica, tais como a diferenciação entre cartografia oficial e cartografia social, as noções de representação do poder ao poder das representações no que diz respeito aos espaços da participação popular e do controle social. Esta oficina foi realizada a partir da análise inicial dos vídeos produzidos anteriormente pelos NVC e equipe técnica, depois houve um levantamento geral dos

impactos retratados, que convergiram para a questão dos *royalties* em etapa posterior, quando se refletiu sobre quais os problemas presentes nas comunidades e como é possível se organizar quanto a eles. É nesse momento que surgem as proposições para sanar as deficiências identificadas nas políticas públicas.

Vinculada à linha de pesquisa dos impactos da indústria do petróleo, a apresentação seguinte desenvolvida pela equipe de professores da Unef expôs o papel das aglomerações urbanas de Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Macaé e Rio das Ostras no processo de reestruturação sócio espacial do estado do Rio de Janeiro. Esse trabalho consistiu em analisar a dinâmica demográfica entre os municípios do PEA Territórios do Petróleo, analisando a integração entre as instâncias de governança, participação e controle social do recurso público, inclusive dos *royalties* no plano regional.

A outra pesquisa apresentada, inserida na linha sobre educação ambiental e licenciamento, abordou o levantamento e análise dos aspectos relacionados ao patrimônio cultural nos processos de licenciamento ambiental, destacando as perspectivas de uma educação ambiental em diálogo com a educação patrimonial. Nesse momento, foram destacados os elementos para subsidiar a criação e gestão dos Espaços de Interpretação do PEA Territórios do Petróleo, a partir dos quais surgiu a proposta de desenvolver o Inventário Participativo – metodologia desenvolvida pelo IPHAN – levantando junto à comunidade os elementos mais importantes nas suas vivências, incluindo as pessoas e referenciais culturais nos Espaços de Interpretação (EI). Tal pesquisa coloca a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar o que ela considera ser patrimônio.

Na sequência, apresentou-se a linha de pesquisa das rendas petrolíferas, controle social e Vigília Cidadã, na qual foram elencados fatores da apropriação simbólica dos *royalties* por comunidades populares na nova configuração da Bacia de Campos. A esse trabalho coube identificar e analisar a origem das rendas petrolíferas dos municípios considerados produtores de petróleo e gás no trecho fluminense da Bacia de Campos. Um dos principais objetivos desta

pesquisa é auxiliar os NVC a dominarem a linguagem dos portais de transparência.

Inserida na linha *royalties* e vigília cidadã de título “Voz em vós: percursos para a construção de uma cartografia da palavra nos Núcleos de Vigília Cidadã do PEA Territórios do Petróleo”, esta pesquisa abordou, em conjunto com os participantes, o tema da “palavra falada” como narrativa dos sujeitos sobre as principais questões que permeiam a experiência vivida. Trata-se de uma experiência visual, tátil e de escuta, por isso não há a necessidade de ser letrado para participar. O objetivo almejado para o passo seguinte àquele momento na pesquisa era o da verificação da construção de uma linguagem nos núcleos, denominada de o “cidadanês”.

O debate sobre a ameaça de flexibilização do Licenciamento Ambiental no Brasil ocorreu através da apresentação da linha de pesquisa sobre o licenciamento ambiental. Esse estudo focalizou as duas principais propostas de flexibilização das regras do licenciamento ambiental que, em nome das supostas eficiência e competitividade econômica, colidem com princípios constitucionais e desvirtuam os objetivos do licenciamento.

A apresentação da pesquisa intitulada “Participação e Controle social: investigando as potencialidades e problemas do acesso a dispositivos democráticos de controle social” propôs identificar as potencialidades e problemas do acesso a dispositivos democráticos de controle social entre os membros dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC), a partir da análise das relações entre participação e fatores sociais do entorno de tais dispositivos.

A pesquisa sobre o Banco de Imagens e o PEA Territórios do Petróleo, inserida na linha de pesquisa sobre educação ambiental crítica, elencou os resultados e limites no campo da educação ambiental e informação sobre os *royalties* do petróleo na Bacia de Campos. O objetivo principal consiste em obter um melhor entendimento sobre as potencialidades e os limites relacionados ao uso do Banco de Imagens (BI) do PEA Territórios do Petróleo pelos Sujeitos da Ação Educativa (SAE) a partir da sua apropriação conceitual e prática como ferramenta de apoio ao processo de

mobilização social e mitigação da desinformação sobre os *royalties* de petróleo na Bacia de Campos.

A análise da última apresentação estava inserida na linha de pesquisa sobre educação ambiental crítica e discutiu sobre as representações sociais dos membros do NVC de Campos dos Goytacazes e São João da Barra, versando a respeito do seu papel como agentes sociais na vigília do uso dos *royalties* do petróleo e participações especiais para o controle social.

Em seguida os debatedores das instituições convidadas foram chamados a fazer apontamentos sobre as pesquisas apresentadas. Após isso, foram abertas as inscrições para intervenções do público presente. Nesse momento surgiu o apontamento de uma SAE que, com sua fala, respalda a relação das pesquisas com a prática da vigília cidadã. Ela observa que a pesquisa do Inventário Participativo em Armação dos Búzios trouxe à tona questões relevantes, como o caso da descoberta de uma embarcação em seu município que é rara no mundo, feita com uma peça inteira de árvore, e cuja construção é realizada por uma das poucas pessoas vivas ainda hoje com esse saber tradicional, residente de Armação dos Búzios. Ela expõe também a presença do juquiá no município, usado pelas mulheres quilombolas como instrumento de pesca. Para ela uma pesquisa sobre esses saberes tradicionais que chega ao conhecimento do órgão público pode aumentar investimentos para a cultura, por isso considera de grande importância o fortalecimento das pesquisas. Nesse sentido, a vigília cidadã e o debate sobre os *royalties* estão inclusos, pois importa, segundo a SAE, saber como redimensionar essa renda petrolífera para as pessoas que sofrem impactos, para o fortalecimento dos saberes locais e para a preservação da memória.

Depois disso, ocorre a próxima atividade, a “Exposição potencialidades, conquistas e desafios dos NVC”, atividade em que os sujeitos da ação apresentam a experiência concreta realizada ao longo do primeiro ano de consolidação dos NVC. Divididos por microrregiões Norte, Centro e Sul, através de uma encenação de programa de rádio (“A hora da Vigília”), com apresentação de músicas, além de usos de figuras e de cartazes, os SAE fazem a exposição do balanço sobre as potencialidades, desafios e conquistas dos NVC, sintetizadas no quadro da página seguinte:

Tabela 2 – Síntese das potencialidades, conquistas e desafios dos NVC.

Potencialidades		
Multiplicação de conhecimento intergeracional.	Novas habilidades adquiridas pelos integrantes dos NVC.	Integração de diversas realidades locais e diversos tipos de saberes.
Mobilização das localidades apontadas pelo diagnóstico participativo.	Diversidade dos NVC: diferentes etnias, gêneros, classes sociais e protagonismo feminino.	Aproximação com a sociedade civil organizada, associações, ONGs, etc.
Sinergia interna, troca de conhecimento entre os NVC.	Produção e busca de informação.	
Conquistas		
Existência da sede física.	Reconhecimento do NVC pelo município.	O fato de que as conquistas são pessoais mas também são de todos.
Fortalecimento das comunidades.	Possibilitar um comportamento social crítico.	Maior embasamento e participação dos integrantes em espaços de controle social.
Boletins Digitais.	Remarcação de audiência pública da LOA.	Articulação com instituições dos municípios.
Maior transparência das secretarias dos municípios quando solicitadas.	Mobilização para aprovação de um projeto de Lei de Iniciativa Popular.	A diversidade presente nos NVC: mobilização de comunidades quilombolas, de bairros periféricos e de várias gerações.

Desafios		
Falta de transparência dos órgãos públicos.	Tempo disponível dos SAE para as atividades do NVC.	Ter cadeiras dentro dos conselhos.
Falta de divulgação de informações sobre as audiências públicas.	Convencer as pessoas a pensarem no coletivo.	Sobreposição de agendas dos PEA
A visão de que o projeto seja contra a política local, fato que não se relaciona com os objetivos do PEA-TP.	Ampliar a divulgação das informações adquiridas nos PEA, disponibilizada em formato acessível.	Domínio dos códigos para acompanhamento do orçamento público do município.
Dificuldades na mobilização para efetivar a participação	Exercício efetivo do controle social.	Compartilhar os materiais de linguagem acadêmica.

Fonte: Projeto Territórios do Petróleo, 2018.

Com vistas a sistematizar as experiências após a realização dos debates sobre os resultados e avanços das pesquisas, os/as debatedores/as convidados/as desenvolveram uma síntese dos principais temas relacionando-os à prática dos NVC. Em seguida, abriu-se para o debate na plenária geral em que os participantes foram convidados a colaborar do debate final, com o intuito de contextualizar o conjunto de ações do PEA-TP. Esse espaço de debate possibilitou observar as críticas e os pontos de melhorias apresentados pelos/as participantes do evento.

Finalizada as apresentações das pesquisas, o evento foi avaliado pelos participantes a partir de 5 categorias, sendo essas: conhecimentos e informações (conteúdo); metodologia (recursos utilizados); tempo de duração; abertura para o diálogo;

e linguagem/comunicação. A avaliação consistiu em examinar cada uma das categorias supracitadas pelos participantes, expondo sua opinião em *post-its* de cinco cores, de modo que cada uma delas estivesse relacionada a uma categoria. Sendo assim, os participantes avaliaram o evento através de um painel com as divisões correspondentes.

Desse modo, nota-se que as interações nesse evento não tiveram caráter conclusivo, mas trouxeram ao debate os resultados das pesquisas vinculadas ao PEA-TP e as percepções extraídas da experiência vivida pelos SAE no processo educativo, seguidas da visão de especialistas externos sobre o tema. Foi um momento de relato, reflexão e avaliação sobre a prática da Educação Ambiental Crítica, possibilitando a proposição de novas práticas.

Os temas de concordância nas atividades realizadas pelos SAE foram: os *royalties* não são bem empregados, os governos não têm transparência, falta de políticas integradas entre os municípios, as vinculações dependem de cada governo, está mais claro na lei onde os *royalties* não podem ser aplicados do que onde devem ser aplicados, importância da educação, necessidade de se informar por vias seguras, importância do controle social e de maior escuta dos governantes aos anseios da população sobre aplicação dos *royalties*. Conforme bem destacou Fals Borda (1981), o saber popular traz, no processo de sua construção, essas dimensões que parecem ser tão específicas dos distintos saberes científicos, mas que estão muito próximas.

Dito assim, o debate permitiu que os participantes demonstrassem conhecimento e domínio dos temas que foram abordados. Uma oportunidade também para a troca de saberes entre os presentes, possibilitando o intercâmbio de informações com os membros dos NVC e pesquisadores convidados.

O balanço realizado pelos NVC na atividade destacou os desafios, motivações e conquistas, permitindo a todos uma reflexão sobre o sentido de atuar da educação ambiental crítica e

deu subsídios para que os debatedores fizessem suas considerações finais sobre o andamento do projeto.

Os temas desenvolvidos no simpósio temático permitiram aperfeiçoar as reflexões acerca das diferenciadas formas de conhecimento e de saberes, seja o saber popular ou o saber científico, em seus distintos modelos metodológicos, que, de acordo Silva e Neto (2015), sugerem aspectos específicos de aproximações e afastamentos, exprimindo o processo produtivo de significados, signos e valores da vida social em cada modo de produção. Nesse sentido, é necessário produzir saberes aliados a um processo de educação como prática de liberdade (Freire, 2000), que parte do diálogo entre o educador e o educando e da sua inserção na comunidade visando a conhecer a sua realidade, suas contradições e demandas.

Os contextos precisam ser expostos e debatidos junto à comunidade para reflexão e compreensão, o que faz com que o indivíduo perceba sua realidade, dando novos significados e construindo novas alternativas de leitura dessa realidade. Esse olhar reforça a necessidade do reconhecimento dos conflitos ambientais ao redor, permitindo ao indivíduo identificar-se e atuar diante desse cenário identificado.

Contudo, conforme destacam Xavier e Flor (2015), ao buscar debater a educação científica e os saberes populares, é necessário haver um maior diálogo entre as reflexões teóricas e as propostas efetivadas, de forma que resultem em um questionamento mais profundo das desigualdades, e do suposto status de superioridade do conhecimento científico. Desse modo, a interlocução dos saberes populares com o ensino das ciências deve partir de um saber local, das suas contradições e demandas, permitindo o ensino e a troca de experiências dentro de um contexto real, o que contribuirá para a formação de um indivíduo mais crítico e capaz de atuar na construção de uma sociedade menos desigual.

Nesse caminho, a articulação e a troca de saberes do simpósio empreenderam um balanço positivo por parte dos representantes

dos Núcleos de Vigília Cidadã, possibilitando expor e refletir, a partir da educação ambiental crítica, seus desafios, motivações e conquistas durante as fases I e II do PEA Territórios do Petróleo.

Compreende-se que a livre participação dos públicos no debate dos conceitos primordiais do PEA-TP, com destaque para as rendas petrolíferas, os impactos socioambientais, o controle social, a vigília cidadã, e o licenciamento ambiental, debatidos à luz dos pressupostos da educação ambiental crítica, possibilitou dar voz aos integrantes dos NVC, garantindo sua efetiva participação no balanço crítico das experiências e na discussão dos resultados obtidos. Essa foi uma tarefa fundamental para problematizar e promover um espaço crítico de articulação de saberes e práticas sobre a educação ambiental no licenciamento, favorecendo a integração e troca de experiências com outros PEA atuantes na Bacia de Campos.

Em síntese, a busca por novas alternativas de compreensão crítica da realidade, com base na leitura dos saberes populares e das experiências das pesquisas no âmbito do PEA-TP, foram imprescindíveis para indagar o contexto sociocultural de onde emergem esses conhecimentos. O contexto participativo do Simpósio Temático "Controle social, rendas petrolíferas e impactos socioambientais" possibilitou abrir novos caminhos no intuito de uma apropriação e domínio das informações sobre os *royalties* por comunidades impactadas, contribuindo diretamente para o enfrentamento das injustiças ambientais e das desigualdades sociais.

Referências

FALS BORDA, Orlando. "Aspectos teóricos da pesquisa participante". In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

QUINTAS, José Silva. Educação ambiental e cidadania: uma construção necessária. **Ciclo de Palestras sobre Meio Ambiente - Programa Conheça a Educação do Cíbec/Inep - MEC/SEF/COEA**, 2001. p 41-46. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/ciclodepalestras.pdf>> Acesso em: 12 jul. 2019. SILVA, S. F.; NETO, J. F. M. “Saber popular e saber científico”. **Temas em Educação**, João Pessoa, v. 24, n. 2, 2015, pp. 137-154.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. São Paulo: Paz e Terra, 1969.

XAVIER, P. M. A.; FLÔR, C. C. C. “Saberes populares e educação científica: um olhar a partir da literatura na área de ensino de ciências”. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 17, n. 2, 2015, pp. 308-328.

WALSH, Catherine. “Pedagogías decoloniales caminando y preguntando - Notas a Paulo Freire desde Abya Yala”. **Entramados – Educación y Sociedad**, v. 1, 2014, pp. 17-31.



Parte 3:

**Mobilização e
articulação como
exercício da
consolidação dos
NVC**



Capítulo 11

Apresentação

Michelle Nascimento Weissmann da Silva

No contexto das ações pedagógicas do PEA-TP, a consolidação dos NVC é uma meta que recebe destaque por ser a estruturante da Fase II. Para alcançá-la, a proposta educativa foi desenhada como construtora do conhecimento coletivo, valorizando a troca de saberes, estimulando o sentimento de pertencimento de grupo, ampliando a visão sobre os problemas e conflitos existentes no município e incentivando a participação e a intervenção na realidade socioambiental.

A prática de encontros periódicos dos sujeitos da ação educativa tem como expectativa promover o sentimento de pertencimento de grupo, para dialogicamente desenharem estratégias para o fortalecimento das ações sociais que, no escopo do PEA-TP, são as incidências políticas.

Por outro lado, as ações de mobilização desenvolvidas pelos membros dos NVC nos dez municípios de abrangência têm como objetivo ampliar a participação nas ações do projeto nas incidências políticas e são exercícios que solidificam a prática da vigília cidadã na trilha educativa para promoção do controle social. O despertar dos membros, percebendo-se como atores mobilizadores em seus entornos, se traduz em conquistas individuais e coletivas no aspecto da participação, que avança para ações articuladas com outros grupos instituídos nas localidades onde residem ou nos grupos sociais a que pertencem.

As ações sociais articuladas entre os NVC e demais grupos nos municípios, sejam outros PEA ou associações, conselhos, poder

público etc, têm fortalecido o sentido da participação nos espaços democráticos que historicamente são esvaziados. Experimentar a participação nesses espaços compreendendo a linguagem deste ambiente, tem estimulado a condução e crescimento das ações em busca do controle social das rendas petrolíferas. Por isso, as ações pedagógicas desenvolvidas durante a fase atual do PEA-TP têm sido pensadas com a perspectiva de propiciar a autonomia dos membros dos NVC na realização de eventos que visam o alcance do público indireto do projeto. Tais ações serão compreendidas nas próximas páginas do livro, mas cabe aqui ressaltar a relevância da atuação dos NVC para a implementação e execução das mesmas. O desenvolvimento do planejamento coletivo, em que as decisões são frutos do processo dialógico entre os membros dos NVC com a mediação da equipe técnica, tem alcançado resultados que extrapolam o esperado.

Capítulo 12

O Espaço de Interpretação Territórios do Petróleo

Simonne Teixeira
Jânio de Oliveira Silva Jr.
David Teixeira da Silva
Jéssica Mulinari Mota

A concepção dos Espaços de Interpretação do PEA Territórios do Petróleo vincula-se ao Circuito Ambiental presente na Caravana realizada na fase I do projeto¹. Uma vez fixados dois espaços regionais – sendo um no município de Rio das Ostras e outro em Campos dos Goytacazes, buscou-se retomar os elementos presentes no Circuito Ambiental para a continuidade da oferta aos sujeitos da ação educativa e à população em geral, de atividades pedagógicas e informativas, produtos e serviços desenvolvidos pelo PEA Territórios do Petróleo. A proposta visa, ainda, a promover outras ações relativas à temática do projeto com a finalidade de reduzir o déficit informacional referente aos *royalties* e participações especiais. O objetivo está relacionado, em grande parte, à satisfação do cidadão com a experiência de

¹ A fase I do PEA Territórios do Petróleo foi dividida em três etapas dentro de 24 meses, sendo (I) a Etapa de Sensibilização comunitária, (II) Etapa de Formação e (III) Etapa de Implementação dos Núcleos de Vigília. A Caravana Territórios do Petróleo foi a principal metodologia de ação utilizada pelo PEA Territórios do Petróleo durante a etapa de sensibilização em sua fase I. A Caravana foi projetada para percorrer os dez municípios atendidos pelo Projeto selecionados em função do alto grau de dependência municipal da renda petrolífera. Ainda foi prevista uma segunda versão da Caravana, reduzida e posterior a sua primeira passagem, projetada para visitar e atender comunidades específicas dentro dos mesmos municípios de atuação do PEA Territórios do Petróleo. Sendo assim, ao se pensar na Caravana Territórios do Petróleo, deve-se sempre compreendê-la como um espaço não formal e itinerante de aprendizagem que não se esgota na sua passagem, sendo motivadora de novas ações de mobilização social.

adquirir novos conhecimentos de forma estimulante. Parte-se do pressuposto de que quanto maior o volume de novidades, maior o grau de contentamento dos indivíduos participantes das atividades. Ao aumentar seu nível de conscientização sobre as temáticas desenvolvidas pelo projeto e, conseqüentemente, sobre o licenciamento ambiental, o cidadão atribui maior nível de respeito ao processo, facilitando sua compreensão. A interpretação colabora com a promoção do patrimônio cultural junto à população, na medida em que refina a capacidade coletiva de reflexão e democratiza um conhecimento estratégico muitas vezes acessível apenas às classes sociais de algum modo privilegiadas.

O recurso metodológico de caráter pedagógico presente nesses dois espaços é o da interpretação. Não podemos afirmar que exista uma definição exata sobre o que é a interpretação, mas sim, princípios. Historicamente a primeira proposição nos foi oferecida por Freeman Tilden, em 1957, quando o autor lançou as bases iniciais dessa metodologia. Para Tilden, a interpretação é “uma atividade educacional que visa revelar significados e relacionamentos através do uso de objetos originais, por experiência direta e por meios ilustrativos, ao invés de simplesmente comunicar informações factuais² (TILDEN, 2007, p. 33, tradução nossa). É o próprio Tilden quem adverte que um verdadeiro intérprete não descansará em nenhuma definição de dicionário.

Em sua aceção original, era o recurso metodológico que pautava as visitas aos parques nacionais nos E.U.A., como parte da gestão e da proteção dessas áreas públicas. Ao longo dos anos, o uso mais frequente dessa metodologia, e sua expansão, principalmente por países de língua espanhola,

² “An educational activity which aims to reveal meanings and relationships through the use of original objects, by firsthand experience, and by illustrative media, rather than simply to communicate factual information” (TILDEN, 2007, p. 33).

implicou em ajustes e adequações à sua definição em um processo constante de adaptação às características próprias de cada local. Ao mesmo tempo, a metodologia foi apropriada pelos agentes da cultura, que viram no método uma forma de colocar em valor o patrimônio cultural. Assim, as definições mais atuais incluem o patrimônio cultural juntamente ao natural.

Podemos citar o exemplo da definição oficial utilizada pelo governo canadense, formulada com base em uma ampla participação de especialistas, em que se conclui que a interpretação é “um processo de comunicação desenhado para revelar ao público os significados e interrelações de nosso patrimônio cultural e natural através de experiências de primeira mão com um objeto, artefato, paisagem ou sítio³ (PEART, 1977, p. 15, tradução nossa).

Do mesmo modo, para a Associação Espanhola para Interpretação do Patrimônio, a “interpretação do patrimônio é a arte de revelar in situ o significado do legado natural, cultural e histórico, ao público que visita estes lugares em seu tempo livre” (MORALES, 2002, p. 95).

Em 1979 a expressão interpretação aparece pela primeira vez em documento oficial no Brasil – Regulamento dos Parques Nacionais, mas é somente em 2006 que o Ministério do Meio Ambiente estabelece uma definição para a interpretação ambiental: “uma maneira de representar a linguagem da natureza, os processos naturais, a inter-relação entre o homem e a natureza, de maneira que os visitantes possam compreender e valorizar o ambiente e a cultura local” (ICMBIO, 2018, p. 15). Em 2017, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio adotou um conceito

³ “(...) un proceso de comunicación diseñado para revelar al público los significados e interrelaciones de nuestro patrimonio cultural y natural a través de experiencias de primera mano con un objeto, artefacto, paisaje o sitio” (PEART, 1977, p. 15).

mais abrangente, para a interpretação ambiental, definindo-a como um conjunto de “estratégias de comunicação destinadas a revelar os significados dos recursos ambientais, históricos e culturais, a fim de provocar conexões pessoais entre o público e o patrimônio protegido” (ICMBIO, 2018, p. 16).

Entretanto, não podemos deixar de anotar a proposição que consideramos mais adequada aos objetivos do projeto Territórios do Petróleo, em que a interpretação defendida:

Advém da valorização e da preservação, reconhecendo a comunidade como produtora do conhecimento, dos atrativos oriundos da significação cultural, protagonista na reinvenção da cotidianidade, respeitando-se o imaginário, as crenças, as etnias, os arquétipos, o tempo e o lugar (FARIAS, 2002, p. 65).

Essa atividade pedagógica geralmente acontece nos chamados Centros de interpretação⁴, espaços destinados a revelar os significados e as relações entre o patrimônio – natural e/ou cultural – por meio de experiências diretas. Sendo assim, o Centro de interpretação tem como função principal estimular uma aprendizagem criativa, que aspira a revelar ao público o significado de seu legado – natural e/ou cultural – de modo compreensível e simples, não apenas com a razão, mas também com o coração.

A interpretação do patrimônio tem que: revelar (tirar o véu) o significado de um sítio, mais que explicar os fatos e dados; estimular a curiosidade, no lugar de simplesmente satisfazê-la, e chegar tanto

4 Que é diferente dos chamados Centros de Visitantes, em que o visitante recebe informações por meio do pessoal e por meio de material impresso (folhetos, mapas, etc.). Um Centro de Interpretação distingue-se, principalmente, pela aplicação dos princípios e estratégias da interpretação.

ao coração quanto à razão⁵ (MORALES, 2004, p. 6, tradução nossa).

A valorização do patrimônio natural e cultural, nessas primeiras décadas do terceiro milênio, foi fomentada pela intensificação do turismo, circunstância que facilitou a difusão desses equipamentos culturais nos mais diferentes pontos do planeta (GARRIDO; SÁNCHEZ, 2015). A criação do Espaço de interpretação do PEA Territórios do Petróleo teve como inspiração o Centro de interpretação.

A interpretação, no contexto do PEA Territórios do Petróleo, é revelar — por intermédio de experiências práticas, ao invés da simples comunicação de dados e fatos — os significados, as relações e os fenômenos naturais, políticos, históricos e sociais inerentes ao licenciamento ambiental para a exploração e produção de óleo e gás na BC. Isto é, popularizar a linguagem técnica do licenciamento em ideias, processos e conceitos para que as pessoas em geral, que não são técnicas, possam facilmente entender e se interessar, criticamente, pelo tema.

Em cada visita ao Espaço de interpretação do PEA Territórios do Petróleo é realizado um Circuito Ambiental, que busca abordar, de forma criativa e didática, conceitos que envolvem as rendas petrolíferas e o controle social. Essa atividade é composta pela linha do tempo, totem interativo, sala de leitura, cinema ambiental e jogo colaborativo denominado “Territórios em Ação”. As visitas são guiadas pelos educadores socioambientais do Espaço de interpretação, buscando orientar e conduzir a prática da interpretação aos visitantes.

A **linha do tempo** constitui-se de um imenso painel

⁵ “La interpretación del patrimonio tiene que: revelar (correr el velo) el significado de un sitio más que explicar hechos y datos, estimular la curiosidad más que simplemente satisfacerla, y llegar al corazón tanto como la razón” (MORALES, 2004, p. 10).

cuja “leitura” é realizada com o apoio de um intérprete e que pretende, em seu eixo narrativo, destacar

a importância dos recursos energéticos e sua relação com o processo civilizatório assim como, a compreensão sobre a evolução do conhecimento (ciência e tecnologia) com relação aos recursos energéticos” (TEIXEIRA; CUNHA, 2016, p. 146).

Nos **totens interativos** busca-se disponibilizar dados históricos, sócio demográficos, econômicos e geopolíticos dos municípios; e informações sobre as instituições envolvidas na proposição, implementação, financiamento, acompanhamento e monitoramento dos projetos (Uenf, Petrobras e Ibama). Os totens devem favorecer uma “transformação cultural e educativa pelo conhecimento da escala local à regional sob as perspectivas política e cidadã do uso dos *royalties* em prol do desenvolvimento” (FARIA; CAETANO, 2016, p. 129).

A **sala de leitura** está constituída de uma pequena biblioteca com livros (acadêmicos, de divulgação, infantis, etc.) sobre os temas relacionados aos *royalties*, controle social, licenciamento e educação ambiental. Há, também, livros relacionados à história e à cultura local/regional. A sala dispõe de mobiliário adequado à leitura e às pesquisas individuais ou coletivas, além de painéis ilustrativos que expõem conteúdos prioritários do PEA Territórios do Petróleo.

O **cinema ambiental** desenvolve-se em uma sala de projeção com capacidade para 20 pessoas, sendo um “instrumento-chave na disseminação dos conteúdos focalizados” pelo PEA, e busca estimular os participantes/visitantes a

refletirem sobre questões básicas de cidadania, justiça ambiental, controle social e organização comunitária, à luz dos preceitos orientadores do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC)

conduzido pelo Ibama nos processos de licenciamento. (MOUSINHO; TEIXEIRA, 2016, p. 169).

O Jogo “Territórios em Ação” foi desenvolvido de forma coletiva pela equipe de produção da Caravana na fase I do PEA Territórios do Petróleo.

A proposta do jogo é exercitar de forma lúdica o debate e a produção do conhecimento sobre temas inerentes ao licenciamento ambiental, aos impactos decorrentes da E&P de óleo e gás, à educação ambiental, às rendas petrolíferas, ao controle social e à Vigília Cidadã. Neste jogo, o desafio deve ser superado por todos os participantes; o jogo só é concluído quando todos alcançam a meta (BARRETO; RANGEL; TEIXEIRA, 2016, p. 138).

Antes da realização dos Circuitos Ambientais é necessário o estudo prévio dos perfis dos grupos visitantes e o levantamento de informações como: faixa etária, localidades de origem, instituições e/ou grupos dos quais participam, entre outras. Dessa forma, é possível adequar a linguagem, utilizar exemplos e adaptar as atividades de acordo com as demandas de cada grupo, buscando facilitar a mediação da interpretação, sempre em diálogo com os objetivos específicos do PEA Territórios do Petróleo. Esse cuidado tende a estimular a participação dos visitantes, visto que o público encontra mais oportunidades de ligações com sua realidade. Percebe-se, portanto, que quanto maior o grau de identificação possibilitado aos visitantes, melhor será o processo de aprendizagem que se pode proporcionar. Os grupos visitantes são convidados a realizar uma avaliação ao fim das atividades do Circuito Ambiental. Os dados coletados permitem realizar a análise quantitativa e qualitativa dessas atividades, além de identificar críticas e sugestões de melhoria, aspectos valiosos para o planejamento das atividades futuras dos Espaços de interpretação.



Figura 1: Mosaico das atividades que compõem os Circuitos Ambientais realizados nos Espaços de interpretação do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo.

Fonte: Projeto Territórios do Petróleo, 2018-2019.

A diversidade dos grupos visitantes aponta para a importância dos Espaços de interpretação como locais legítimos de troca de saberes, nos quais a educação popular marca presença de forma constante, possibilitando a abordagem qualificada a respeito das questões socioambientais da região da Bacia de Campos.

Os Espaços de Interpretação também vêm se consolidando como uma importante ferramenta de mobilização junto aos membros dos NVC. Além do Circuito Ambiental funcionar como uma atividade de introdução e nivelamento sobre o os objetivos do PEA-TP para os visitantes, a mobilização realizada pelos NVC vem se mostrando um excelente exercício para o fortalecimento dos laços entre os comunitários; para a abertura de canais de comunicação com associações de moradores, escolas, colônias de pescadores, entre outros espaços de reunião; e para o exercício do cultivo do entorno social pelos sujeitos da ação educativa em suas comunidades.

É notório o protagonismo de muitos membros dos NVC no desenvolvimento das atividades do Circuito Ambiental ao compartilhar suas experiências de grupo dentro das temáticas que envolvem os *royalties* e as participações especiais, ao aprofundar debates sobre a importância de se apropriar de informações confiáveis para a prática do controle social e abordar discussões construídas no âmbito das reuniões ordinárias. Isso tem refletido no processo de amadurecimento e de pertencimento em relação ao PEA Territórios do Petróleo, fruto do trabalho que vem se construindo desde sua fase I. Dessa forma, os Espaços de Interpretação cumprem seu papel pedagógico de oportunizar o desenvolvimento e o exercício de habilidades e competências dos membros dos NVC, importantes para a prática de controle social. Além de possibilitar a sensibilização e o despertar de interesse de visitantes para compor os NVC após a participação em Circuitos Ambientais.

Os Espaços de Interpretação demonstram ter um papel crucial na articulação entre os projetos de educação ambiental que compõem o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC), considerando o caráter complementar entre seus objetivos e linhas de ação. Independentemente do foco de atuação do PEA, pode-se identificar durante os Circuitos Ambientais a importância de se aprofundar nas discussões sobre os *royalties*

e as participações especiais, e o controle social dessas rendas petrolíferas, considerando a transversalidade desses debates que também compreendem um público bem amplo e diversificado.

De forma geral, é notório o interesse dos visitantes pelos temas abordados durante os Circuitos Ambientais, mesmo daqueles que já participam de outros Projetos de Educação Ambiental e possuem alguma familiaridade com os temas abordados. Contudo, percebe-se que a população ainda sofre com a carência de dados e informações sobre a realidade dos municípios, o que ressalta a importância de se ter espaços para o compartilhamento de informações confiáveis e acessíveis. Nesse contexto, os Espaços de Interpretação apresentam-se como espaços articuladores, capazes de trabalhar de forma lúdica e interativa questões que são inerentes à realidade da região da Bacia de Campos, despertando o interesse pela participação e controle social.

Referências

- BARRETO, A. P.T.; RANGEL, K.L.; TEIXEIRA, S. “Jogo Territórios em Ação: uma proposta lúdica de cooperação”. In: GANTOS, M. **A Caravana Territórios do Petróleo – Ressignificando a educação ambiental na Bacia de Campos**. Campos dos Goytacazes: EdUENF, 2016, pp. 137-143.
- FARIA, T. J. P.; CAETANO, R. C. “Totem interativo & educativo: navegando na Bacia de Campos por meio do Território do Petróleo”. In: GANTOS, M. **A caravana Territórios do Petróleo – resignificando a educação ambiental na Bacia de Campos**. Campos dos Goytacazes: EdUENF, 2016, pp. 129-136.
- FARIAS, Eny Kleyde Vasconcelos. “A construção de atrativos turísticos com a comunidade”. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (orgs.). **Interpretar o patrimônio – um exercício do olhar**. Belo Horizonte: EdUFMG/Território Brasilis, 2002, pp. 59-73.

GARRIDO, M. A.; SÁNCHEZ, J. A. L. “Centros de interpretación como motor de desarrollo turístico local, ¿un modelo fracasado? El caso de la provincia de Cádiz”. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, v. 67, 2015, pp. 143-165.

ICMBIO. **Interpretação Ambiental nas Unidades de Conservação federais**. [orgs.] CAETANO, A.C.; GOMES, B.N.; JESUS, J.S.; GARCIA, L.M.; REIS, S.T. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio, 2018.

MORALES, J. Miranda. —**La interpretación, en su acepción de comunicación atractiva in situ**. Boletín GC, no 8, Junio, 2004, pp. 150-157.

———. “O processo de comunicação na interpretação”. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (orgs.). **Interpretar o patrimônio – um exercício do olhar**. Belo Horizonte: EdUFMG/Território Brasília, 2002, pp. 95-105.

MOUSINHO, P. M.; TEIXEIRA, S. “Mostra de Cinema Ambiental ‘Territórios em Foco’: mobilização e empoderamento da comunidade por meio de imagens em movimento”. In: GANTOS, M. **A caravana Territórios do Petróleo – ressignificando a educação ambiental na Bacia de Campos**. Campos dos Goytacazes: EdUENF, 2016, pp. 169- 177.

PEART, Bob. Definición de interpretación. **Boletín de Interpretación**, v. 13, 1977, pp. 13- 16.

TEIXEIRA, S.; CUNHA, Marcus V. S. —Energia na linha do tempo. In: GANTOS, M. **A Caravana Territórios do Petróleo – Ressignificando a educação ambiental na Bacia de Campos**. Campos dos Goytacazes: EdUENF, 2016, pp. 145-168.

TILDEN, Freeman. **Interpreting our Heritage**. Chapel Hill: The University of Carolina Press, 2007.

Capítulo 13

Mesa-redonda como ação do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo: metodologia participativa para o desenvolvimento do controle social

Carolina de Oliveira Siqueira
Deyse da Silva Nascimento

A atividade pedagógica da mesa-redonda teve início na fase I do projeto de educação ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP), como parte da Caravana Territórios do Petróleo. Foi uma etapa de sensibilização da população dos dez municípios abrangidos pelo projeto. A mesa-redonda se instalou com o objetivo de realizar um debate em nível municipal com vistas a dar apoio à organização e participação social das comunidades, partindo das questões atuais e da discussão sobre o controle social da gestão dos *royalties* (GANTOS & SEABRA, 2016).

Nesta fase II do projeto, as mesas-redondas continuam dedicadas a discutir a questão dos *royalties* e sua aplicação nas políticas públicas municipais. Elas propiciam um debate entre os convidados – especialistas, comunitários, representantes do poder público e da sociedade civil organizada – e os públicos direto e indireto de suas ações. O intercâmbio de informações e de experiências tem o objetivo de fomentar a discussão ampliada em fórum privilegiado sobre temas de interesse dos Núcleos de Vigília Cidadã – NVC.

No entanto, diferentemente da fase I, o planejamento, a elaboração e a execução das mesas-redondas foram realizados de

forma coletiva e participativa pelos membros dos NVC, com a mediação dos técnicos que colaboraram nas decisões, realizaram e compartilharam os caminhos para a organização deste evento e do processo de mobilização. Essa construção começou durante as reuniões ordinárias dos NVC, estendeu-se pelo processo de mobilização nas ruas e completou-se com a participação dos Núcleos no dia do evento, como veremos nos itens a seguir.

1. Metodologias utilizadas nos NVC para construção coletiva da mesa-redonda

O processo para organização e preparação de uma mesa-redonda, de forma coletiva e participativa com os membros do Núcleo de Vigília Cidadã (NVC), necessitou ser realizado com pelo menos um a dois meses de antecedência. As decisões coletivas para a execução da atividade envolvem questões como o tema, o local, o horário, a definição dos convidados, a estratégia de mobilização da comunidade, os convites e a divisão de tarefas próprias da realização do evento. Diante disso, foram criadas metodologias para debate e construção das propostas para as mesas-redondas.

Considerando a diversidade de perfis dos membros dos NVC, o processo de construção coletiva pode tornar-se um desafio. O risco é o de se perder o foco, mas o que a experiência nos aponta nas dez mesas realizadas é que algumas das problemáticas são estruturais nos distritos do município e reaparecem em praticamente todos os municípios atendidos pelo PEA-TP. Isso fica evidente, por exemplo, no fato de que o saneamento básico foi tema de cinco das dez mesas realizadas pelo projeto nos dez municípios.

1.1 Escolha dos temas

A primeira mesa-redonda da fase II do projeto ocorreu no município de **Arraial do Cabo**¹. A escolha do tema ocorreu sem que fosse necessária a utilização de uma metodologia muito

¹ Essa mesa-redonda ocorreu durante o aditivo da fase I, em julho de 2016, enquanto o projeto passava pelo processo de adequação entre uma fase e outra.

elaborada, visto que o grupo que compunha o NVC na fase I havia participado de outra mesa-redonda, promovida pelo PEA-TP, onde um técnico do Ibama compartilhou a experiência de uma associação de pescadores que elaborara um projeto de lei para que parte dos *royalties* fosse aplicada em políticas que beneficiassem diretamente os pescadores, os principais atingidos pela exploração de petróleo. Essa experiência marcou o grupo, que ficou extremamente impactado com o debate realizado nesse dia.

Assim, quando o técnico iniciou uma roda dialogada para falar sobre a mesa-redonda que o NVC deveria promover com o apoio dos técnicos, os membros do Núcleo apontaram, sem hesitação, que gostariam de trazer um representante do grupo de pescadores baianos que conseguiu mobilizar sua comunidade para elaborar o projeto de lei e, dessa forma, aprender como realizar o mesmo. O Núcleo de Arraial do Cabo, na época, era composto majoritariamente por pescadores, uma vez que o município possui diversas colônias e muitos munícipes têm na pesca uma das suas principais fontes de subsistência. Por isso, a temática chamou a atenção dos membros, de forma que foi escolhido como tema “**Royalties e participação da comunidade**”.

É importante observar que, um mês após o acontecimento dessa mesa-redonda, ocorreu uma suspensão do PEA-TP para a licitação da fundação que era responsável pela administração financeira e para adequação do convênio. Essa pausa levou cerca de um ano e influenciou em diversos aspectos o projeto, como a formação e composição da equipe, a mobilização dos membros do NVC e até mesmo a configuração financeira do mesmo. Assim, a proposta da mesa-redonda, a ser desenvolvida nos demais municípios, sofreu algumas adequações que não influenciaram a qualidade da atividade.

Após o retorno do projeto, em julho de 2017, a primeira mesa-redonda a ser realizada foi a do município de **Carapebus**, em dezembro daquele ano. Os técnicos de Carapebus prepararam uma série de metodologias para serem aplicadas nas reuniões

ordinárias do NVC destinadas à escolha do tema. Para tal, criaram a Árvore do Conhecimento, metodologia que consiste em elaborar com cartolina uma árvore cujas raízes são quatro macroimpactos da indústria de petróleo e gás identificados no Diagnóstico Participativo do PEA-BC (PETROBRAS, 2012): (1) ocupação do espaço marinho; (2) dinâmica demográfica; (3) ocupação e uso do solo; (4) pressão sobre a infraestrutura urbana, social e de serviços. O tronco é o quinto macroimpacto: *royalties*, que é o foco do PEA Territórios do Petróleo. Na copa da árvore foram colocados frutos em que estavam escritos os desdobramentos dos macroimpactos no respectivo município.

Assim, os técnicos iniciaram a atividade lembrando os macroimpactos, tema já muito abordado no NVC. Cada membro do Núcleo recebeu um recorte representando uma maçã para escrever seus desdobramentos no município e colocar na copa. Eles utilizaram as seguintes perguntas norteadoras para desenvolver a Árvore do Conhecimento junto aos membros: "quais são os impactos diretos e indiretos e qual é o papel do NVC?" De forma didática, levavam os participantes a perceber que os macroimpactos colaboravam com ou mesmo geravam os impactos socioambientais ocorridos no município.

A partir dessa atividade, foram pontuados vários problemas que afetam as políticas públicas do município, gerados pela má administração pública e pela ausência de investimento dos recursos dos *royalties*. Entre o que foi identificado, os membros precisavam escolher o tema que entendiam como o mais emergente para ser abordado na mesa-redonda. Para realizar essa escolha, os técnicos desenvolveram outra metodologia, que se chama "O que eu levo na mala?". Trata-se de uma espécie de matriz de priorização. Nessa atividade, os membros do Núcleo recebiam um papel em forma de mala e nessa folha escreviam dez questões que, para cada um, eram identificadas como prioridade em Carapebus. Era realizada uma narrativa em que eles deveriam descartar as políticas que entendiam não ser prioridade em

relação às demais até sobrar o que realmente era a central. Esse tema final, que restava de cada um, era colocado em tarjeta.

Mesmo após a atividade, o tema ainda não foi unânime. Os técnicos iniciaram então uma mediação dialogada junto ao Núcleo para que pudessem entrar em um consenso. Ao final da reunião, concluíram que o saneamento ambiental contemplava todas as sugestões que haviam aparecido até então na discussão, ficando como o tema **“Royalties, políticas públicas e saneamento ambiental”**.

Mediante a experiência exitosa dessas metodologias utilizadas para a construção coletiva e participativa da mesa-redonda, outros técnicos inspiraram-se nessas propostas (Árvore do Conhecimento e “O que eu levo na mala?”, que é uma matriz de priorização), adequando apenas o que achavam necessário para aplicação nos NVC dos demais municípios, de acordo com o perfil de cada grupo. Essas metodologias foram adaptadas e aplicadas em Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Quissamã e Rio das Ostras.

Em **Cabo Frio**, após a aplicação da Árvore do Conhecimento, os membros do NVC local discutiram a realidade do município apresentando os problemas que atribuíam ao não investimento e à má aplicação dos *royalties* no município, principalmente nos bairros que têm representação no NVC. A partir desse diálogo, surgiram diversos temas pulverizados, como saúde, educação e mobilidade urbana. A discussão desdobrou-se em duas reuniões e, através de uma roda de conversa, o tema que convergiu e contemplou as questões levantadas pelo Núcleo foi saneamento básico, que é uma realidade bem severa não apenas nos distritos carentes de estrutura, mas também no Centro da cidade. A discussão levou à percepção de que as questões estavam interligadas no que diz respeito também à saúde, à coleta de lixo, entre outros que afligem o município como um todo. Dessa forma, a mesa levou o título de **“Saneamento básico: reflexões sobre royalties e a administração pública”**.

No município de **Quissamã**, os membros do NVC não se

adaptaram à metodologia da *Árvore do Conhecimento*. Sendo assim, os técnicos reorganizaram a atividade e aplicaram a dinâmica “O que levo na mala?”. Os participantes do NVC tiveram muita dificuldade para escolher o tema, visto que as opiniões divergiram entre educação, segurança pública e saúde. Por fim, após a mediação da equipe, o NVC optou por segurança pública, intitulado a mesa como **“Segurança pública: um diálogo sobre a aplicação dos royalties”**.

Assim como Quissamã, o município de **Rio das Ostras** não se adaptou bem à metodologia, e por isso os técnicos partiram dos temas geradores que estavam na árvore e dividiram os membros em dois grupos, que discutiram e fizeram uma matriz de priorização. A partir da discussão, os grupos se reencontraram e, em uma roda dialogada, chegaram ao tema comum, que foi **“Saneamento e saúde: um diálogo sobre a aplicação dos royalties”**.

Quanto ao NVC de **Campos dos Goytacazes**, a escolha do tema também foi feita a partir das metodologias descritas acima. Mas, diferentemente dos demais, não houve muitas divergências quanto ao tema. O Núcleo já vinha apontando o desejo de aprofundar seus conhecimentos sobre a saúde pública no município. Durante a escrita coletiva do boletim digital Rede Territórios do Petróleo, outra metodologia utilizada pelo projeto, os membros haviam escolhido como tema a saúde e tiveram, inclusive, um debate com um pesquisador que estuda essa política para aprofundar o seu entendimento. Consequentemente, quando foram tomar a decisão sobre a mesa, o tema facilmente convergiu para **“Saúde Pública e os royalties do petróleo em Campos dos Goytacazes”**.

Os NVC de Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu, Macaé e São João da Barra não utilizaram a metodologia da *Árvore do Conhecimento* e do “O que eu levo na mala?”. Tais Núcleos desenvolveram suas próprias metodologias para o processo de construção, que não foram especificamente para a mesa-redonda.

Ao longo das reuniões ordinárias dos NVC, os técnicos adotaram uma série de metodologias para discutir as políticas públicas que vêm sendo negligenciadas pelos respectivos municípios. Assim, os temas escolhidos nesses três municípios já vinham sendo alvo de vigília pelos membros e técnicos.

A matriz de prioridade da Lei Orçamentária Anual (LOA) foi a metodologia utilizada pelos NVC de **Armação dos Búzios** e **Casimiro de Abreu** para identificar, ao longo das reuniões, a questão que necessitava ser estudada, debatida e acompanhada. Os Núcleos estavam realizando um estudo sistematizado dos orçamentos municipais e levantando os pontos mais críticos no que concerne à aplicação e administração dos *royalties* nos municípios. Entre os temas centrais elencados nessa lista de prioridades, havia saído a ocupação irregular do solo e o saneamento básico. Desse modo, os temas abordados na mesa-redonda, dando contribuição à vigília que já vinha sendo executada nesses municípios, foram **“Royalties e ocupação irregular: impactos no saneamento ambiental”** (Armação dos Búzios) e **“Royalties do petróleo: saneamento ambiental e ocupação irregular”** (Casimiro de Abreu).

A mesa-redonda de **São João da Barra** também foi pensada a partir de uma reunião ordinária em que os membros do NVC estavam debatendo os macroimpactos identificados no município. As técnicas pediram que o Núcleo se dividisse em grupos e que esses grupos montassem um esquete que demonstrasse os impactos sofridos por sua comunidade. Nessa situação, eles, que já tinham interesse pela metodologia do teatro como forma de mobilizar e fazer a comunidade pensar, sugeriram que se apresentasse uma peça de teatro sobre mobilidade urbana, impacto que mais afeta esse município como um todo. Nesse sentido, a técnica sugeriu que o NVC fizesse o debate e a apresentação sobre o tema na mesa-redonda do município, sugestão que foi aprovada por unanimidade e que deu origem ao evento **“Debate ampliado sobre royalties, políticas públicas e mobilidade urbana”**.

Quanto ao Núcleo de **Macaé**, os técnicos expuseram aos membros do NVC, em um painel, os temas geradores que tinham surgido na construção da Cartografia Social² e em uma roda dialogada eles foram elencando, através de uma matriz de priorização, os temas por ordem de urgência e importância de serem debatidos. Após o resultado e uma discussão final, o tema escolhido foi **“Gestão pública, royalties e infraestrutura da cidade de Macaé”**.

1.2 Critérios para escolha do local, data e horário

A partir da decisão do tema da mesa-redonda, os membros precisavam estabelecer coletivamente sua data, horário e local, buscando evitar coincidência com eventos de outros PEA ou mesmo de lazer, de forma a não concorrer e desmobilizar possíveis participantes. A partir do perfil do grupo mobilizado, foi preciso identificar os horários que melhor se adequavam à necessidade dos comunitários que trabalham, têm filhos ou estudam, entre outras situações, uma vez que a proposta era democratizar o acesso à informação mesmo para comunidades mais distantes.

Assim, a maioria das mesas ocorreu no sábado ou na sexta-feira, com exceção de Casimiro de Abreu, que realizou a sua em uma quinta-feira. O horário variou entre as 16h e as 17h, com o intuito de garantir a participação daqueles que trabalhavam e estudavam, bem como para ser em um período possível para as pessoas que moravam em lugares que não possuem boa disponibilidade de horários de transporte para voltar para casa. Quanto ao local, os membros, junto aos técnicos, buscaram de preferência aqueles que fossem públicos e centrais, para que estivessem de fácil acesso ao público em geral, tendo a escolha recaído sobre escolas.

2 Outra metodologia utilizada pelo PEA-TP e que está descrita no capítulo 5.3 deste livro.

Antes de determinar a data em que cada mesa-redonda ocorreria, a Coordenação de Campo também precisou analisar os meses em que seriam realizadas. Como o PEA atende cidades que vivem do turismo, em épocas de veraneio muitos dos membros do NVC estão trabalhando e não conseguem se envolver em sua organização.

1.3 Escolha dos debatedores e divisão de tarefas para os membros do NVC

Para compor a mesa-redonda eram convidados três participantes, sendo um especialista no tema a ser debatido, um representante da comunidade e integrante do NVC e por último um especialista em *royalties* e participações especiais, que geralmente compunha a equipe de pesquisadores do próprio projeto. A escolha dos especialistas foi feita através de sugestões e aprovação dos membros do NVC. Em alguns municípios, a sugestão partiu do próprio Núcleo, enquanto em outros, por falta da indicação, a Coordenação de Campo buscou nomes que foram submetidos ao grupo. Cabe observar que o perfil selecionado para esse lugar precisava atender, para além do conhecimento na área, a habilidade de comunicar-se com um público diversificado, fazendo com que a informação, muitas vezes técnica, fosse de fácil compreensão para pessoas com qualquer nível de escolaridade.

No que se refere ao representante do NVC e da comunidade, em alguns casos foram escolhidos membros do próprio Núcleo; em outros, líderes comunitários ou mesmo pessoas reconhecidas pelas comunidades do município em questão. Em São João da Barra e Casimiro de Abreu, os Núcleos foram representados respectivamente por um historiador do município e uma estudante de engenharia ambiental que desenvolveu uma pesquisa acadêmica importante para a cidade. Já nos municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Quissamã, Armação dos Búzios, Rio das Ostras e Macaé foram convidados membros do próprio Núcleo.

Os técnicos nos municípios organizaram, junto aos membros do Núcleo, a divisão de tarefas para a mesa-redonda, composta

pelas estratégias de mobilização e as etapas de execução no dia do evento. Assim, os técnicos realizaram um *check list* de tarefas, onde cada um colocava-se à disposição de acordo com seu perfil e interesse. Alguns ficaram responsáveis por ajudar na inscrição do evento, outros pelo microfone, enquanto outros ainda se dedicaram a apresentações de abertura, estandes com materiais institucionais do projeto (confeccionados pelo próprio Núcleo) ou acompanhamento das comunidades nos transportes.

1.4 Estratégias de mobilização

A estratégia de mobilização era um ponto crucial para que a mesa atingisse o seu objetivo — promover um debate coletivo sobre as políticas públicas e a aplicação dos *royalties* de petróleo, de forma a democratizar o acesso à informação de qualidade, principalmente para as populações mais impactadas. Dessa forma, os técnicos dos municípios desenvolveram diversas formas de mobilizar as comunidades: visitas em escolas e universidades levando panfletos e cartazes; distribuição de convites institucionais em instituições públicas e privadas que tinham afinidade ou interesse com o tema definido; visitas às comunidades, com conversa e “corpo a corpo”; instalação de faixas; passagem de carros de som nas localidades impactadas e também nas áreas centrais; parceria com o Instituto Federal Fluminense (IFF) para conseguir transporte para buscar outros comunitários; aumento do número de vagas no transporte ofertado pelo projeto para trazer mais pessoas das comunidades atendidas pelo PEA-TP; e ainda mobilização dos demais PEA para participar da mesa e expor seus materiais didáticos e institucionais no local do evento.

2. Formato da mesa-redonda

O modelo adotado para as mesas-redondas tem a proposta de propiciar um ambiente menos acadêmico, com base na educação popular, onde pessoas de qualquer faixa etária e local sintam-

se confortáveis para participar do debate promovido por um(a) mediador(a). Elas ocorreram nos dez municípios, e a estimativa de participantes por evento foi de até 100 pessoas, que ficaram acomodadas em um espaço com formato semicircular. Os três convidados(as) para a composição da mesa ficaram em cadeiras giratórias para que tivessem facilidade para visualizar todo o espaço. Já o(a) mediador(a) ficou de pé, circulando e dialogando com os(as) convidados(as) e a plateia de maneira dinâmica e atento(a) ao tema definido em cada município.

As mesas-redondas iniciavam-se com uma breve apresentação de cada convidado(a), abordando a experiência profissional e a história de vida de cada um(a) para que todos(as) pudessem compreender a composição da mesa e a experiência dos participantes. Em seguida, cada convidado(a) teve cinco minutos para apresentar sua contribuição. Após a apresentação, a dinâmica da atividade dava-se através de perguntas e respostas, em que cada pessoa tinha até três minutos para elaborar sua pergunta, na tentativa de socializar a fala com o maior número possível de participantes. Durante o debate, alguns dos técnicos da equipe ficavam distribuídos no meio da plateia com microfones sem fio para facilitar a discussão e auxiliar no controle do tempo.

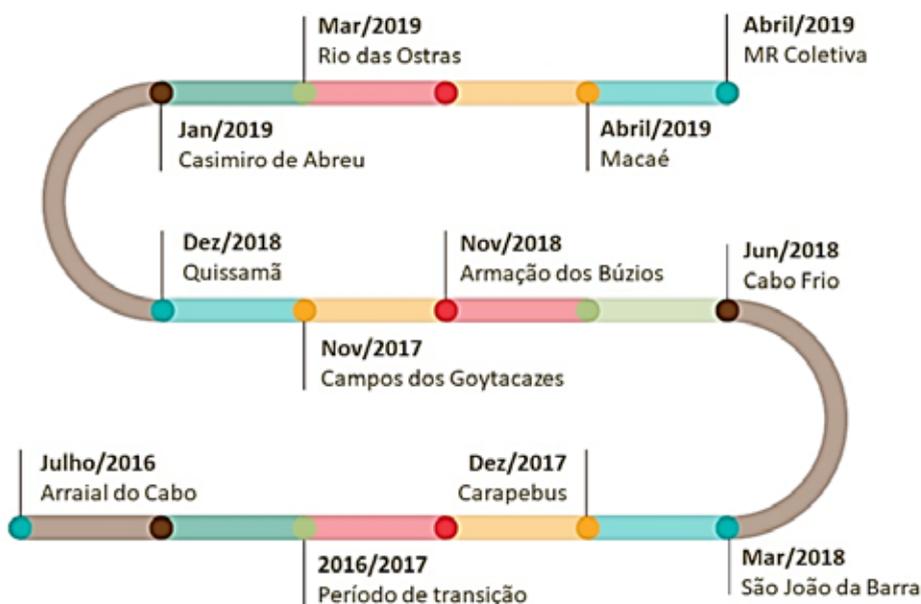
3. Resultados

Como resultado desse processo de mobilização, obtivemos uma média de 75 pessoas nas mesas-redondas realizadas, ultrapassando o quantitativo de 100 pessoas nos municípios de Cabo Frio, Campos dos Goytacazes e Macaé. Os totais de participantes em cada mesa foram os seguintes: 45 pessoas em Arraial do Cabo, 42 em Carapebus, 49 em São João da Barra, 113 em Cabo Frio, 46 em Armação dos Búzios, 107 em Campos dos Goytacazes, 63 em Quissamã, 51 em Casimiro de Abreu, 109 em Macaé, 57 em Rio das Ostras e 65 na mesa-redonda coletiva.

As mesas-redondas ocorreram durante o período de 2016 a 2019, como demonstra a Figura 1, cumprindo a proposta do plano

de trabalho do PEA-TP. E, como se pode observar, além das dez mesas municipais, ocorreu uma última mesa-redonda coletiva, que foi a culminância de toda a experiência compartilhada pelos membros dos NVC. O tema da mesa foi “Mobilização Comunitária”, tendo sido escolhidos representantes dos dez NVC, que estiveram presentes e puderam debater esse tema de vital importância para todas as ações do PEA-TP para o exercício e construção do controle social nas localidades dos municípios.

Figura 1 – Período em que ocorreram as 11 mesas-redondas do PEA-TP entre julho de 2016 e abril de 2019.



Fonte: elaborado pelas autoras com base na agendas mensais do PEA-TP.

A mesa-redonda como uma metodologia da educação ambiental crítica, que tem suas bases na educação popular, propõe-se a promover um ensaio para a mobilização comunitária autônoma com vistas a colaborar com o processo de controle social. A prática do controle social sobre as políticas públicas e, conseqüentemente, a administração pública ainda é muito

incipiente nos grupos impactados. Nesse sentido, enquanto prática educativa, essa atividade buscou contribuir com a mudança de padrões de conduta e reações sociais. De acordo com Werthein (1985), partir da realidade social para o processo educativo faz com que a transformação incida sobre essa realidade estudada e debatida. Esse tem sido o ponto central do trabalho PEA-TP junto aos grupos representados nos Núcleos de Vigília Cidadã.

Os debates realizados nas mesas-redondas – que, em sua maioria, tiveram a presença da comunidade, do poder público, de especialistas e dos membros do NVC – foram de qualidade e promoveram uma interlocução importante entre esses atores sociais. A comunidade pôde colocar suas dúvidas e reivindicações, e o poder público pôde ouvir, analisar e responder às questões. Cabe observar que esse debate foi intermediado por especialistas que esclareciam as especificidades legais e técnicas de cada questão. Esse canal de interlocução aberto demonstra à população que é possível e necessário realizar o controle social e reivindicar seus direitos.

Desde a fase I, a mesa-redonda tem sido um espaço dialógico que busca gerar uma oportunidade para que a comunidade exponha suas opiniões, partindo da reflexão e problematização dos temas desenvolvidos no que concerne aos impactos socioambientais gerados pela cadeia petrolífera nos municípios (GANTOS; SEABRA, 2016). E, como explicitamos no início desse capítulo, na primeira experiência de mesa-redonda os sujeitos da ação educativa apenas participaram do evento organizado pelos técnicos. Já na fase II, envolveram-se em cada etapa, desde a organização à execução da mesa-redonda. O projeto vem buscando, em cada fase executada, a partir de suas propostas pedagógicas, desenvolver o conhecimento para a autonomia, a organização das comunidades representadas no NVC e a prática do controle social. O PEA-TP tem como premissa que a educação é uma forma de intervenção no mundo (FREIRE, 1996).

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GANTOS, Marcelo; SEABRA, Nayara. Roda de conversa pública: reinventado a mesa-redonda como prática dialógica cidadã. In: GANTOS, Marcelo (org.). **A caravana Territórios do Petróleo: ressignificando a educação ambiental na Bacia de Campos**. Campos dos Goytacazes: EdUENF, 2016, pp. 187-194.

PETROBRAS. **Relatório Final do Diagnóstico Participativo do PEA-BC**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2012.

WERTHEIN, Jorge (org.). **Educação de adultos na América Latina**. Campinas: Papirus, 1985.

Capítulo 14

Banco de imagens como ferramenta sociotecnológica do PEA Territórios do Petróleo

Frederico Alvim Carvalho
Luiz Felipe Jordão Souza
Miguel de Araújo Lopes
Paulo Henrique Rodrigues Damasceno
Marcelo Carlos Gantos

Introdução

Os denominados “bancos de imagem” são uma ferramenta tecnológica criada com o propósito de organizar imagens dos mais diversos tipos de modo a tornar possível o acesso a essas coleções imagéticas e suas fichas catalográficas digitais (também conhecidos como *metadados*¹).

Um banco de imagem permite o armazenamento, classificação, sistematização e serviço de busca de arquivos, oferecendo, desse modo, agilidade e eficiência no processo de localização e pesquisa de imagens indexadas, assim como os diversos dados dos registros imagéticos (data do registro, autor da foto, local, título do evento e assunto).

1 Os metadados (popularmente chamados de “legendas”) são informações que facilitam a busca e recuperação de dados registrados por escrito sobre uma determinada imagem. Por exemplo, no âmbito da Gestão Documental de Imagens Digitais, os metadados são marcos de referência que permitem descrever a informação sobre todas as formas (geralmente, fazem parte dos metadados da imagem digital: data do registro, assunto, autor da foto, local, título do evento e descrição do evento). Maiores informações podem ser consultadas no artigo de José Antonio Senso e Alberto de la Rosa Piñero (2003) “El concepto de metadato”. *Ciência da Informação*, vol. 32, n. 2: 95-106. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n2/17038.pdf/>

Para Danilo Bittencourt (2007), os bancos de imagem são sistemas capazes de gerenciar grandes volumes de informações onde têm por característica principal a sistematização, armazenamento e multi-resolução de imagens e também uma ampla utilização de buscas por conteúdo.

Dessa maneira, um banco de imagens nada mais é do que, por uma parte, uma ferramenta capaz de conectar imagem, conteúdo (dados escritos e/ou legendas), acesso local e remoto e possibilidade de reprodução dos documentos e; por outra, uma ferramenta capaz de assegurar condições ideais de armazenamento e minimizar o acesso à documentação original.

Para Rojas et al. (2015), os bancos de imagem surgiram para auxiliar nos processos voltados ao armazenamento de documentos visuais, de forma a atuarem no processo de reunião e organização de uma variedade de imagens segundo objetivos específicos, auxiliando o processo de uso, distribuição e divulgação de informações e conhecimentos através da comunicação visual².

No que diz respeito ao banco de imagens (BI) do Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo: *Royalties* e Vigília Cidadã na Bacia de Campos (doravante PEA-TP), foco deste capítulo, o *software* escolhido para implementar o gerenciamento do acervo e fluxo de indexação de imagens digitais (ou seja, o banco de imagens do PEA-TP) foi o *F-Bank*. Esse programa informático permite a indexação, armazenamento e busca

² Entretanto, como afirma Danilo Bittencourt (2007), os bancos de imagem apresentam diversos desafios, envolvendo problemas que vão desde questões de armazenamento (imagens ocupam muito espaço) à grande importância de recuperação de informação, dificuldades no que diz respeito à falta de profissionais que lidam com a área e os altos custos de sua implementação. Neste texto não entraremos na discussão sobre esse assunto. Contudo, maiores informações podem ser consultadas no trabalho intitulado “Banco de dados de imagem: uma revisão de literatura” (2007) de Danilo de Souza Bittencourt.

de fotografias e dados. Bastante intuitivo, o *F-Bank* conta com ferramentas importantes como a busca, que permite fazer pesquisas refinadas e selecionadas de acordo com as necessidades, pois utiliza uma combinação de informações fornecidas pelo usuário no momento da localização do arquivo. Abaixo, selecionamos algumas imagens do BI do PEA-TP para facilitar o entendimento dos leitores sobre o funcionamento do banco de imagens do projeto:

Figura 1 – Banco de imagens acessado online pelo site do PEA Territórios do Petróleo.

The screenshot displays the 'F-Bank' interface. At the top, there is a navigation bar with links for 'Política de acesso do banco de imagens', 'Acesso aos termos de uso', 'Política de privacidade', 'Termos de uso', and 'Login'. Below this is a login section for 'Login de acesso para o banco de imagens (Somente para participantes do PEA BC cadastrados)'. The main content area is titled 'Imagens' and features a search bar with a 'Procurar' button and a 'Filtrar' option. A grid of six image thumbnails is shown, each with a title and photographer name. At the bottom, a summary bar indicates 'Total de 4164 registro(s)' and '13 de 70' pages. Red annotations with lines point to the 'Política de acesso do banco de imagens' link, the 'Acesso aos termos de uso' link, the 'Política de privacidade' link, the 'Termos de uso' link, the 'Login' link, the 'Total de 4164 registro(s)' text, and the '13 de 70' page indicator.

Política de acesso do banco de imagens

Acesso aos termos de uso

Política de privacidade

Termos de uso

Login

Login de acesso para o banco de imagens (Somente para participantes do PEA BC cadastrados)

Imagens

Filtrar

Procurar

Titulo: Circuito Ambiental
Fotógrafo: Rafael Paes

Titulo: Circuito Ambiental
Fotógrafo: Kamila Louzada

Titulo: Circuito Ambiental
Fotógrafo: Kamila Louzada

Titulo: Circuito Ambiental
Fotógrafo: Kamila Louzada

Titulo: RO NVC SJB
Fotógrafo: Renata Leandro

Titulo: RO SJB NVC
Fotógrafo: Renata Leandro

Total de 4164 registro(s)

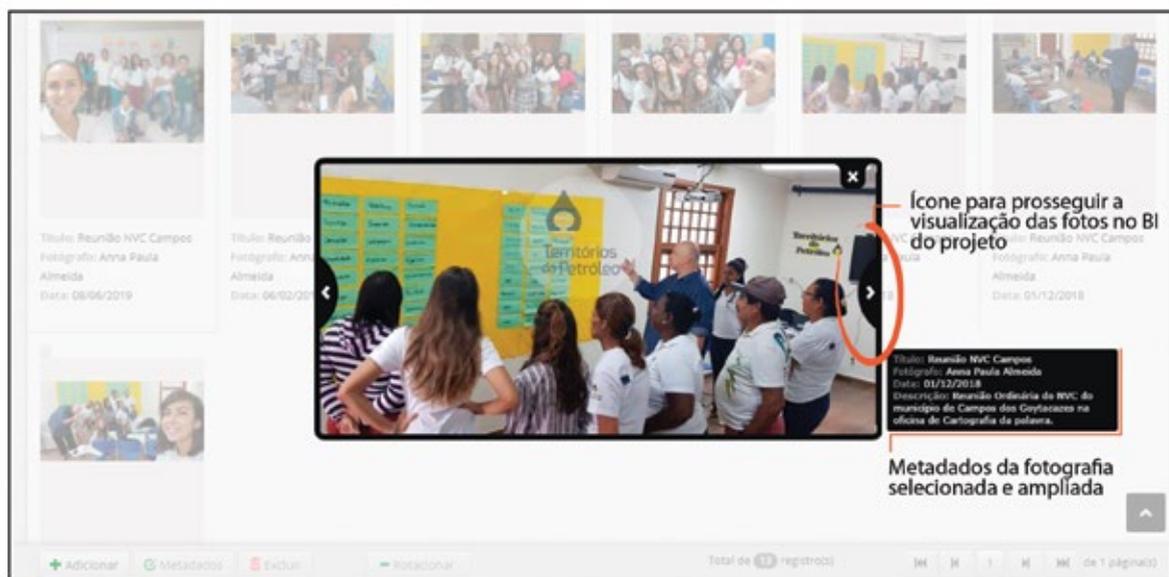
13 de 70

Total de registros indexados no banco de imagens e visíveis a partir de diferentes páginas (Janelas de sinalização)

Número de páginas de acesso aos registros de fotografias do sistema

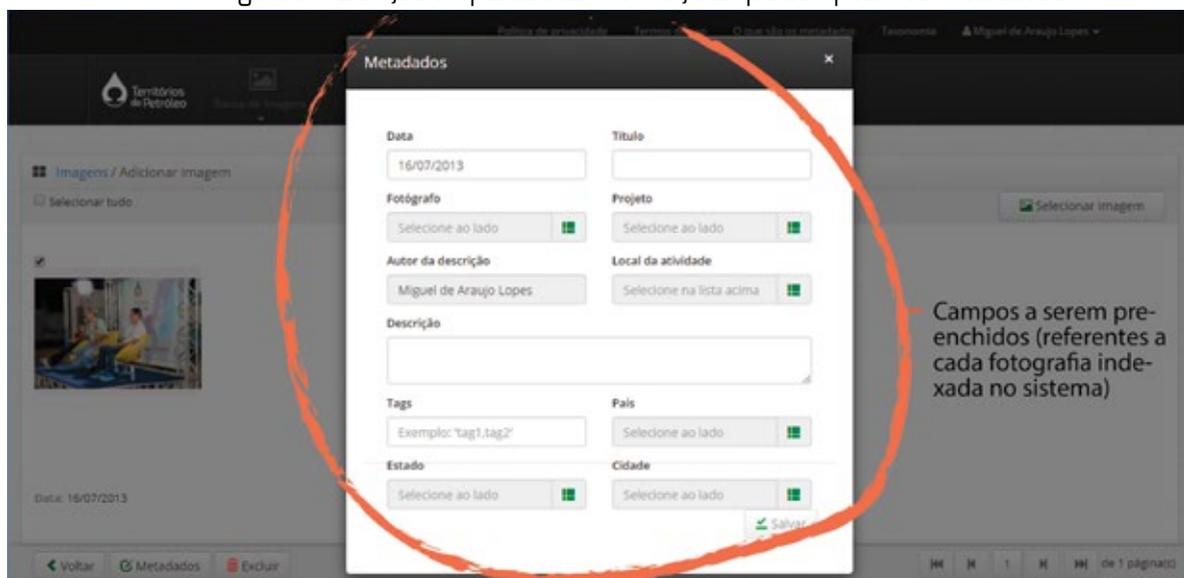
Fonte: elaborado pelos autores a partir do site do Banco de Imagens (territoriosdopetroleo.eco.br/fbank), 31 de janeiro de 2019.

Figura 2 – Exibição de uma fotografia ampliada pertencente ao banco de imagens e os metadados.



Fonte: elaborado pelos autores a partir do site do Banco de Imagens (territoriosdopetroleo.eco.br/fbank), 31 de janeiro de 2019.

Figura 3 – Exibição ampliada das informações que compõem os metadados.



Fonte: elaborado pelos autores a partir do site do Banco de Imagens (territoriosdopetroleo.eco.br/fbank), 31 de janeiro de 2019.

Uso e apropriação do banco de imagens na fase II do PEA-TP

O desenvolvimento do banco de imagens do PEA-TP foi concebido como um produto resultante da meta número 16 do Plano de Trabalho (fase II). Trata-se de uma atividade contínua que tem como objetivo a “manutenção do banco de imagens visando proceder ao acesso e rotinas de uso integrado pelos sujeitos da ação educativa nos NVC”.

De maneira resumida, o BI do projeto busca incorporar nas práticas educativas o uso de Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTIC) na Vigília Cidadã, permitindo assim, exercitar procedimentos de consulta/intercâmbio de informação, além de atuar na mobilização e articulação por parte dos dez Núcleos de Vigília Cidadã (NVC). Em outras palavras, o banco de imagens – acessado através da página web www.territorios.uenfbr/fbank – promove a sistematização e exposição em versão digital (online no site do PEA-TP) de um vasto repertório de imagens das mais diversas atividades realizadas (reuniões, formações de equipe, oficinas, mesas redondas, seminários, entre outros...). Há registros tanto da atual fase do PEA-TP (fase II), como também da fase I, realizada durante o período compreendido entre 2014 e 2016. A seguir, podemos ver algumas fotografias das atividades relacionadas à fase II do PEA-TP:

Figura 4 – Fotografia da Formação de Equipe do PEA Territórios do Petróleo e Pescarte.



Figura 5 – Fotografia da Oficina de Vigília Cidadã realizada em Macaé.



Fonte: Banco de Imagens do PEA-TP, 2019.

Figura 6 – Fotografia do Simpósio Temático realizado na UENF sobre controle social, rendas petrolíferas e impactos socioambientais.

Fonte: Banco de Imagens do PEA-TP, 2018.



O BI funciona como ferramenta disseminadora de dados e informações sobre as atividades realizadas no PEA de modo a proporcionar a criação de uma “memória visual do PEA-TP em execução”. Esse banco é, portanto, uma ferramenta *sociotecnológica* que torna acessível a organização, preservação e consulta online dos registros visuais (documentos) e seus respectivos metadados. Além disso, é uma ferramenta que facilita a reflexão dos sujeitos da ação educativa sobre as imagens produzidas pelo PEA assim como promove o trabalho em equipe entre técnicos e bolsistas integrantes do projeto no que diz respeito ao campo – ainda pouco explorado – da gestão de imagens, informações e dados online no âmbito do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC).

Sobre seu processo de criação, cabe dizer que o desenvolvimento no sistema *F-Bank*, adaptado ao PEA-TP, começou nos primórdios do projeto em 2014 e requereu em cada fase a definição de papéis na equipe, a revisão e ratificação das demandas e especificidades do sistema; a escolha de ferramentas de informática, trabalho especializado em programação e avaliações/consultas periódicas sobre os avanços, dificuldades e necessidades de novas aplicações.

As competências necessárias à criação do banco de imagens do PEA-TP e os papéis dos membros da equipe foram orientados no projeto. Porém, foi durante o desenvolvimento do sistema que os papéis específicos foram testados e definidos. Participaram da gestação o coordenador do projeto e idealizador do BI do PEA-TP, um programador (essencialmente no desenvolvimento e ajustes nos módulos do sistema); um designer gráfico e um fotógrafo profissional.

Desse modo, o banco de imagens do PEA-TP foi elaborado de maneira a conter, arquivar, visualizar e recuperar automaticamente as imagens com seus dados primários de identificação. O objetivo foi fornecer acesso ao BI de qualquer parte do mundo via portal web com camadas de acesso livre ou

cadastrado (intranet) gerenciado pela equipe técnica.

A experiência da II fase do PEA-TP tem proporcionado mediante o planejamento e execução de um processo, educativo, a apropriação da ferramenta por parte dos técnicos, equipe pedagógica, bolsistas e sujeitos da ação educativa dos dez municípios participantes. Além disso, são todos eles os responsáveis por manter alimentado o banco com as fotografias produzidas nas diversas atividades do PEA e com a elaboração de toda sua informação descritiva (metadados).

Sobre a periodicidade de atualização do BI, o prazo respeitado é o mesmo estabelecido para a entrega do relatório produzido em cada atividade desenvolvida pelo projeto (especificados previamente no Plano de Trabalho do PEA-TP – II fase). As fotografias são indexadas pelos técnicos locais de cada um dos dez NVC e são escolhidas no final de cada reunião, juntamente com os sujeitos da ação educativa.

Atualmente (janeiro de 2019), o banco de imagens do PEA-TP conta com mais de 4.100 registros acompanhados dos seus respectivos metadados. Para a correta execução da tarefa de indexação dessas imagens, foram realizados dois treinamentos de inclusão de imagens e dados ao BI com a equipe técnica do projeto. Ademais, foi realizada, em cada uma das dez sedes dos NVC, uma reunião para abordar o assunto juntamente com os sujeitos da ação educativa. As reuniões foram realizadas durante os meses de junho, julho e agosto de 2018.

Por outra parte, foram realizadas reuniões semanais com a equipe técnica responsável pelo BI, assim como foi desenvolvido e implementado o monitoramento das imagens e a melhoria do sistema *F-Bank*. Como material de apoio, foi elaborado um manual de uso do BI com o objetivo de facilitar o acesso e a compreensão dessa ferramenta na estrutura do PEA-TP.

Contudo, cabe mencionar que um dos desafios identificados durante o trabalho de campo realizado nos dez NVC durante os meses de junho, julho e agosto de 2018, foi superar a dificuldade dos sujeitos da ação de poder evidenciar, definir tipologias e acompanhar ações comunitárias de controle social dos *royalties* em outros municípios diferentes dos seus. Nesse sentido, o BI é uma ferramenta *sociotecnológica* que possibilita dar visibilidade, construir memória e hierarquizar as ações sociais empreendidas pelos integrantes dos NVC, possibilitando qualificar sua participação nas atividades de acompanhamento e documentação das diversas experiências e práticas de gestão dos impactos socioambientais da indústria do petróleo e gás e no aprimoramento das ações de controle social sobre as rendas petrolíferas da Bacia de Campos em curso nos dez NVC que constituem o PEA-TP.

Considerações finais

Como descrevemos nas páginas anteriores, o banco de imagens do PEA-TP passou a ser uma ferramenta *sociotecnológica* que qualifica os sujeitos da ação educativa dos dez NVC nos hábitos de registro, análise e disseminação da informação imagética digital sobre assuntos de interesse comunitário vinculados a questões que abordam e ampliam o repertório e a compreensão sobre o impacto da rendas petrolíferas nos municípios de atuação, dando suporte para a melhoria das ações de controle social empreendidas. Para a realização dessa tarefa, o BI do PEA-TP torna acessível ao público a organização, preservação e consulta online dos seus repertórios visuais, ou seja, um acervo de imagens produzido e preservado para o benefício cultural, institucional e memória do PEA.

Ao mesmo tempo, o BI almeja fortalecer e democratizar a comunicação, possibilitando aos sujeitos da ação educativa ultrapassar a condição de meros consumidores de imagens

para assumirem-se como co-produtores e selecionadores das imagens da narrativa de sua própria história enquanto Núcleos de Vigília Cidadã da Bacia de Campos.

Nesse sentido, os comunitários participantes do PEA interagem com a equipe técnica, co-produzindo novos sentidos para a escolha das imagens. Logo, o BI do PEA-TP é uma ferramenta *sociotecnológica* em prol da emancipação e do empoderamento de indivíduos submetidos a contextos de exclusão econômica e vulnerabilidade social, tendo como tarefa instrumentalizá-los para tornarem-se autores da própria história e memória socioambiental no âmbito dos *royalties* do petróleo e do desafio da ampliação do controle social.

Finalmente, o banco de imagens aspira a tornar-se um modelo alternativo de letramento digital que, longe de restringir-se a um mero tecnicismo ou simples manuseio de imagens, tem por intuito educar a sensibilidade e estimular o acesso às tecnologias e formas de comunicação contemporânea inerentes ao mundo atual. Um mundo no qual o acesso e a apropriação das ferramentas tecnológicas nos grupos sociais desfavorecidos podem gerar conexões digitais e mobilizações de apoio ao processo de mitigação da carência de informação sobre os *royalties* do petróleo na Bacia de Campos.

Referências

BITTENCOURT, Danilo de Souza. **Banco de dados de imagem: uma revisão de literatura.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência da Computação) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2007.

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO. **Banco de imagens acessado online pelo site.** [2019]. Imagem 1. Disponível em: www.territoriosdopetroleo.eco.br/fbank. Acesso em: 10 jan. 2019.

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO. **Exibição de uma fotografia ampliada pertencente ao banco de imagens (com seus respectivos metadados)**. [2019]. Imagem 2. Disponível em: www.territoriosdopetroleo.eco.br/fbank. Acesso em: 10 jan. 2019.

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO. **Exibição ampliada das informações que compõem os metadados**. [2019]. Imagem 3. Disponível em: www.territoriosdopetroleo.eco.br/fbank. Acesso em: 10 jan. 2019.

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO. **Fotografia da Formação de Equipe do PEA Territórios do Petróleo e Pescarte**. [30/08/2017]. Imagem 4. Disponível em: www.territoriosdopetroleo.eco.br/fbank. Acesso em: 10 jan. 2019.

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO. **Fotografia da Oficina de Vigília Cidadã realizada em Macaé**. [08/12/2018]. Imagem 5. Disponível em: www.territoriosdopetroleo.eco.br/fbank. Acesso em: 10 jan. 2019.

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO. **Fotografia do Simpósio Temático realizado na Uenf sobre controle social, rendas petrolíferas e impactos socioambientais**. [21/09/2018]. Imagem 6. Disponível em: www.territoriosdopetroleo.eco.br/fbank. Acesso em: 10 jan. 2019.

ROJAS, G. G.; GALINDO, T.; AIRES, A. Imagens de informação para o desenvolvimento. **Docplayer**, 2015. Disponível em: <http://docplayer.com.br/969138-Imagens-de-informacao-para-o-desenvolvimento-guillermo-gamarra-rojas-1-talitha-galindo-2-adriany-aires-3.html>. Acesso em: 17 jan. 2015.

SENSO, J. A.; ROSA PIÑERO, A. “El concepto de metadato. Algo más que descripción de recursos electrónicos”. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 2, pp. 95-106. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n2/17038.pdf>. Acesso em: 22 out. 2018.

Capítulo 15

Voz em vós: diálogos para compor uma cartografia da palavra nos Núcleos de Vigília Cidadã do Projeto Territórios do Petróleo

Paulo Emílio Machado de Azevedo
Marcelo Carlos Gantos

Introdução

Consoantes apontamentos nos anexos do Relatório Anual (2015) da fase I do PEA-Territórios do Petróleo que observaram deficiências de conhecimento e percepção crítica – quanto aos impactos dos *royalties* e a delimitação dos problemas que subsidiam o debate acerca do controle social na Bacia de Campos – por parte dos sujeitos da ação educativa refletiu-se sobre o uso de outras possibilidades metodológicas e práticas pedagógicas que ativassem e estimulassem a mobilização e participação social dos mesmos. Dentre elas, destacou-se a difusão de práticas com ênfase na esfera comunitária, caracterizada pelo ambiente de partilha nos dez Núcleos de Vigília Cidadã (NVC).

Da continuidade e aprofundamento dessas mesmas práticas, foi proposta e executada uma pesquisa-ação caracterizada pelo desenvolvimento de uma experiência pedagógica criativa, cujo foco se deu na exploração coletiva e uso da potência do registro da “palavra” dos membros dos NVC – cabe dizer, a “palavra” como mais um instrumento, a nosso entender decisivo na arena política comunitária¹ –, à realização

¹ A palavra é um instrumento fundamental na arte de “fazer” política. Não há política que se construa sem debate, sem diálogo. Tanto é que o Poder Legislativo, um dos poderes republicanos constituídos, é também chamado de “parlamento” (do latim “parlare” = “ter a capacidade de se expressar”) e “parlatório” é o nome que também pode ser dado à tribuna, de onde o “parlamentar” sustenta seus projetos de lei.

de ações que contribuam efetivamente para fortalecer processos de mobilização e gestão ambiental participativos e partilhados (de modo permanente) do público do PEA. Nas possibilidades de conversação, fomenta-se o *dizer* e, essencialmente, a *escuta* na busca por uma prática dialógica responsável, compreendendo, por sua vez, as correlações de forças que se dão na esfera pública e ocupação de cada território. Seguindo tal raciocínio, elabora-se uma (re)apropriação do uso da “palavra falada” (em suas tantas formas de apresentação) enquanto espaço de interlocução e autonomia dos envolvidos, não obstante, atenta-se às interações situadas no plano das *representações* e da *interpretação* desses.

É desse processo que se vislumbra a composição de uma “cartografia da palavra”² nos Núcleos de Vigília Cidadã, observando, por sua vez, pontos convergentes ou não entre as identidades predominantes nos mesmos. Chama-se a devida atenção à elaboração de estratégias narrativas e alcance das expressões em consideração, conforme outras formas de se fazer política na caracterização de sociedade civil e sua respectiva participação social. Leva-se em relevância a dimensão simbólica e cultural da ação.

Sobre a relação do viés adotado na pesquisa no âmbito do Plano de Trabalho da 2ª fase, chamamos atenção ao fato da mesma estar alinhada com seus objetivos; sendo destaque aquele que trata sob o aspecto em mitigar a desinformação sobre *royalties* mediante a qualificação dos sujeitos da ação educativa em práticas de vigília cidadã, educação ambiental e controle social. Pois, ressalta-se a ideia de fornecer instrumentos e mediações para que segmentos sociais diversificados que habitam a Bacia de Campos sejam informados e

2 A cartografia da palavra se articula com uma camada de sentido da cartografia social do PEA TP. Ela constrói-se com um movimento vital dos sujeitos da ação educativa dos NVC, que promove resgatar a voz e potencializar os anseios, os desejos, as trajetórias e a imaginação destes “homens lentos”, ao dizer de Milton Santos (1994; 1994b). É esta a cartografia que nos interessa, pois evidencia e representa as assimetrias, as resistências, as insurgências, outras visões de mundo, diferente da cartografia oficial. É uma espécie de transição do mapa mudo com o mundo presente, falado, uma proposta de conversa com o imaginário social e estético da comunidade.

articulados para atingir coletivamente uma gestão mais participativa e cidadã do controle social das receitas provenientes dos *royalties*.

Identificando parte dos problemas supracitados, bem como os objetivos expostos no Plano de Trabalho do PEA-BC-TP, a pesquisa se articulou como outra contribuição aos desafios evidenciados. Fazendo uso de conceitos e teorias que aqui estarão dispostos compõe sua *práxis* com a realização de oficinas, observadas estas por uma metodologia participativa que se ampara na perspectiva de uma “antropologia polifônica” (OLIVEIRA, 1998). Ainda assim, destaca-se a Etnografia e a Observação participante, com base nas histórias de vida/oral e situações que se dão no percurso da experiência.

Justificativa e referencial teórico

Consideremos a partir de agora três pontos de abordagem em consonância com o referencial teórico à reflexão:

1- A “dimensão expressivo-simbólica da participação” - a utilização de outras formas de ação e interferência direta na condição de sociedade civil organizada se dá como mais um mecanismo de pressão á agenda pública. Pois, as prioridades também se sinonimizam como *urgências*, haja vista a garantia dos direitos básicos do cidadão; prioridade que deve ser encarada como dever do poder público em assegurar os mesmos e tais serviços, sobretudo, se esse município recebe *royalties* do petróleo. Tais alternativas de ação estão contempladas no referencial de “elemento simbólico” observado em Teixeira (2001), quando então:

Seus mecanismos e instrumentos são específicos e diversificados, muitos resultantes da criatividade e da não submissão aos padrões estabelecidos, indo das formas leves e lúdicas, como o abraço de milhares de pessoas a um sítio que se quer preservar, às mais agressivas, como o fechamento de uma rua, uma greve de fome, protestos etc... (TEIXEIRA, 2001, p.40).

Portanto, cabe dizer que se mostraria superficial ler a abordagem de tal elemento “como mera encenação e teatralidade” (TEIXEIRA, 2001, p. 41). Parte-se da hipótese que suas dinâmicas “poderiam ser consideradas como identificantes, no sentido de visarem produzir símbolos que servem aos membros de uma coletividade para se reconhecerem como tais...” (TEIXEIRA, 2001, p. 41).

2- A necessidade do contraponto – tomando como referencial a categoria “partilha”, a pesquisa nos aproxima das possibilidades que se manifestam no contexto entre estética e política. Não obstante, a “palavra” nas suas disposições do “teatro” (da representação) e da “escrita” nos termos evidenciados por Platão (RANCIÈRE, 2005) – embora nesta experiência ainda mais, especificamente, da palavra performalizada –, remetem a outros dispositivos de *biopoder* (HARDT & NEGRI, 2005). Nesse sentido compreendemos que as práticas artísticas são “maneiras de fazer” a interagir (de modo sutil, mas nem tão sutil assim) na distribuição geral das outras maneiras de fazer. Desse modo, apresenta-se como maneira de produzir outras e n. formas de existir e ser visível. Atua como contraponto na partilha das identidades, atividades e espaços em comum. O que se espera enquanto reestruturação de imaginários se dá no questionamento das representações e resignificação dos mesmos, quando em contato (dir-se-ia fato com ; uma vez que não está desprezada a dimensão afetiva e os traços de *proxemia*³ (MAFFESOLI, 2001) com os envolvidos na *experiência* (BENJAMIM, 1994). Aqui também aparece o sentido de ‘recriação da vida’.

3- A perspectiva do cultivo social – o cunho ‘ecológico’ deve ser pensado numa dimensão ampla do termo, retomando a ideia de processos comunitários mediante o aprendizado de práticas e estratégias para garantir os recursos de desenvolvimento sustentável. Portanto, o cruzamento de instâncias e sistemas (e ecossistemas) outros que se justapõem para uma compreensão mais apurada do fenômeno: tempo, espaço, tipos de atividade; deslocamentos dos fazeres e agires locais

3 Inflação de sentimento suscitada pelo ambiente, onde tal emoção coletiva cimenta um conjunto, constituindo uma aura estética da solidariedade - a estética do sentimento.

enquanto arte de ocupação da cena pública à participação social (VIZER, 1983). Percebemos conforme experiências pares que dentre tantas vozes podem surgir nessas práticas e saberes múltiplas formas de conhecimento oriundas do cruzamento das histórias de vida dos participantes (a narrativa, a unidade, o ritmo) e o dizer de cada realidade circunscrita (a poética e seu sopro, o conjunto e seu corpo, o cimento de sociabilidade e sua correspondente solidariedade). Possibilidades que por sua vez incidem sobre mais uma disposição da biopolítica; potências (tantas vezes banalizadas) que a cultura popular nos ensina a cuidar e semear.

O solo da experiência

Para construir o processo dessa cartografia três etapas foram realizadas, além da tomada de conhecimento sobre os aspectos gerais que norteiam o projeto.

Na dimensão antropológica, cada etapa recebeu a abordagem de uma fase baseada no *olhar, ouvir e escrever* (OLIVEIRA, 1998). Portanto, se por um lado o desafio está explícito na neutralidade desses elementos, também corroborados por Silva (2009), por outro; a questão se amplia quando se trata de um ambiente repleto por corporeidades, histórias de vidas, afetos, micro políticas e emoções. Mais que isso, na qualidade da observação de campo, no tempo destinado ao mesmo e o devido distanciamento na função de um observador participante (DaMATTA 1978). Diante desse desafio, foi necessário ir além do ato de tocar a “pele dos livros” (ou, superfície); fez-se preciso *olhar, ouvir e escrever* sobre e com a palavra — ele é o solo dessa experiência.

Vamos então conhecer mais de perto as etapas da pesquisa:

1ª etapa: visita exploratória em cada NVC, a fim de verificar *o terreno* do qual viria num segundo momento atuar; ressaltando as especificidades de tamanho do espaço físico da sede e, sobretudo, a caracterização dos sujeitos da ação educativa. Mais que isso, uma primeira forma de aproximação com o intuito de estabelecer vínculos, compreendendo que se abrigava aí um dos elementos da experiência: a afetividade.

2ª etapa: realização de oficinas (sendo uma por NVC), com o objetivo de compreender as correlações de forças da “palavra”, por sua vez o que

daí se opera na superfície de tensão com a esfera pública e o entorno das comunidades em análise. A oficina, com duração de três horas foi desenvolvida em quatro momentos, sendo o último deles feito como *dever de casa* à aplicação do aprendizado e composição dos textos pelos participantes; melhor comentado na etapa seguinte. Abaixo, vejamos o quadro que demonstra a organização de atividades com seus respectivos nomes e objetivos:

Tabela 1 – Exposição da ordem de atividades realizadas nas oficinas.

Atividade	Objetivo
Introdução	Exibição do filme “Tagarela”, cuja ação em voga foi ponto de partida da metodologia do uso da palavra falada, destacando seu aspecto mobilizador
1. Lugares de escuta	Reconhecer a <i>escuta</i> como ante passo da prática dialógica, permitindo uma melhor percepção sensorial da palavra (recepção)
2. Lugares de fala	Utilizar a palavra como potência de mensagem, no fortalecimento do viés democrático e narrativo de sua comunicação (emissão)
3. Palavra projétil ²	Desenvolver a performatização da palavra, a partir da dimensão do Projeto Territórios do Petróleo e seus participantes nos NVC
4. Cena (cidadanês)	Apresentar os resultados da experiência por meio de textos a elaborar a construção de uma linguagem para os núcleos
Avaliação	Momento reservado ao debate sobre o processo experimentado e os desdobramentos que se podem realizar a partir da metodologia aplicada

Fonte: elaborado pelos autores a partir do detalhamento da atividade Cartografia da Palavra realizada nos NVC em 2018.

1 Referência ao filme de Filipe Itagiba e Françoise (Fran) Mattoso (2015) que aborda de modo documental o projeto Tagarela (o maior slam do mundo), fundado em 25 de setembro de 2013 no Largo de São Francisco de Paula, no Centro da cidade do Rio de Janeiro. A ação usa megafones para ampliar a voz e faz uso de caixotes de feira para gerar destaque do sujeito agente da fala (AZEVEDO, 2014).

2 Título de livro do autor. Ver mais em Azevedo (2013).

3ª etapa: fase compreendida pela tabulação dos dados, tendo por fim a interpretação dos resultados observados ao longo do processo (permitindo um panorama mais abrangente de visualização do mesmo) e para escrever a redação final da pesquisa. Além desse texto, nesta etapa está prevista a disposição estética da cartografia (que ficará disponibilizada em meio virtual) e, que apesar de não se encontrar ainda na sua forma finalizada de apresentação, pode aqui exibir alguns dos seus desenhos como veremos abaixo e, também explicitar a dinâmica pela qual se deu a observação.

A partir de elementos da *performance* (ZUMTHOR, 2000) introduzidos na fase anterior, as *palavras geradoras* que surgiram nas atividades (propostas pelas oficinas) foram anotadas em diários de bordo ou registradas por fotografias e, em seguida catalogadas em banco de dados. Duas categorias emergiram das atividades supracitadas na 2ª etapa: as palavras negativas e as palavras positivas, tendo como cenário a percepção do grupo sobre a comunidade, o núcleo e cada território ocupado (ver um exemplo no quadro abaixo). Essas, por sua vez receberam um tratamento tomando em consideração sete subcategorias, identificadas para comportar o rol de palavras geradoras: educação ambiental (meio ambiente, agricultura familiar etc), formação (informação, capacitação etc), convivialidade (amizade, comunidade etc), afetividade (amor, carinho etc), místico (perseverança, garra etc), articulação (controle social, mobilização etc) e arte/cultura/lazer (teatro, quilombola etc). Por fim, a partir do número de repetições que as palavras geradoras são identificadas (dentro das subcategorias), elas ficam tabuladas na forma de palavras convergentes (determinantes das identidades em cada Núcleo) e palavras singulares (específicas que apareceram unicamente em cada NVC). Desse modo, revela-se um fator híbrido de identidades – em determinado NVC houve uma ênfase maior nas palavras que configuram as identidades “formação” e “afetividade” e, em outro as palavras geradoras serem de âmbito categorizado na convergência “articulação” e “místico”.

Figura 1 – Quadro de palavras positivo-negativas no NVC de Quissamã.



Fonte: acervo dos autores, 2018.

Aspectos para a composição de uma cartografia da palavra

[...] a população foi lobotomizada. Foi arrancada uma parte do cérebro da população e eles estão tentando repor esta parte do cérebro. A única forma de repô-la é através da palavra – e da palavra poética, que funda e ao mesmo tempo transforma o real.

Roberto Piva

Nesse jogo de palavras e os atlas que compõem cada camada da cartografia social (DELEUZE & GUATTARI, 1995) do Projeto, destacamos a perspectiva gráfica contendo a representatividade dos imaginários de cada NVC:

A cartografia surge como um princípio do rizoma que atesta, no pensamento, sua força performática, sua pragmática: princípio “inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 21).

A palavra, nesse sentido, adota diversas funções que vão desde uma dimensão plástica (isto é, na sua apresentação virtuosa), passando pela semântica (conforme seu significado) até chegar a uma dimensão política (localizada no contexto que projeta outras formas de emancipação e voz). Valendo-se de uma disposição que valoriza a estética da ciência, quer dizer o próprio papel da cartografia social, a estrutura analítica incorpora interações que se dão através de emaranhados cujas relações são traçadas a partir de uma imagem rizomática. O rizoma é esse elemento que não se pode apreender por inteiro e que não privilegia uma forma definida de centro, aliás; não há centro. Vai-se em direção de uma polissemia de núcleos com múltiplas raízes e aberturas – nos territórios, explorar desterritorializações. O mapeamento, em vez de representar um mundo que já está dado, supõe a identificação de novos componentes, criando novas relações e territórios. Por outro lado, as práticas artísticas são *maneiras de fazer* a interferir na distribuição geral das outras maneiras de fazer.

Retomando ao princípio das palavras geradoras, elas aparecerão nos mapas na cor preta e com um menor destaque (por serem muitas). Já as palavras convergentes serão identificadas na cor roxa e em fonte com um tamanho maior, bem como as palavras singulares (na cor vermelha) também aparecerão com o devido destaque.

Essas palavras a partir dos resultados gerados nas oficinas sofreram modulações até chegar às composições de cordéis. Na apresentação da cartografia, em sua versão digital (final), haverá uma parte sensorial procedente desses textos (em Cordel) gravados em cada NVC. Desse modo, revelam-se e se amplificam vozes. Esta prática que fez surgir cada Cordel foi intitulada de *cidadanês* - a língua dos Núcleos de Vigília Cidadã; forma única e inventiva de criar palavras a partir das terminações (“ês”, “il”, “ela”, “ol” e “el”). No processo, cada par de Núcleos ganhou uma terminação diferente à composição de seus textos, observando um percurso da costura dessas palavras - *a palavra na rede de um pescador ou na linha gerando bordados no tecido*. A poética do que se ouve é um texto único (por Núcleo) construído por quebra-cabeças de palavras, os quais em suas potências alertam para outras possibilidades de retórica enquanto grupo representativo de sociedade civil em contato com as instituições e

Considerações finais

Observando as diferentes realidades circunscritas dos Núcleos de Vigília Cidadã e a diversidade de seu público e comunidades envolvidas, partimos da hipótese que as mediações com a *palavra falada* geram potencial de identificação, na medida em que se apoia como ponto comum entre seus interlocutores e por isso se estabelece como gramática alternativa à informação sobre o controle social. Privilegiou-se e se estimulou a voz dos atores sociais envolvidos no processo, elaborando o fomento à construção de outros modos de fazer no que se refere à participação social e mobilização popular.

Desse modo, a pesquisa teve por objetivo investigar essa “palavra” como narrativa dos sujeitos inseridos no âmbito dos NVC, a partir das principais questões que permeiam tal experiência. No entanto, para que os resultados (além de cumprir sua função estética) ocorressem com maior alcance, ressaltou-se a todo instante a dimensão pedagógica empregada e evidenciada no uso de uma “palavra projétil” – gestão/produção de uma palavra em movimento que segue seu percurso. Não obstante, a escolha pela palavra falada está por um lado na percepção da oralidade enquanto narrativa das histórias de vidas dos envolvidos e por outro, pela esfera democrática de sua atitude ou plasticidade recorrente que se dá na não obrigatoriedade de haver à função de comunicar o pré-requisito da grafia e ou letramento que a condicione como hierarquicamente representativa. Compreendendo a participação de pessoas nos núcleos com distintos graus de formação escolar, a oficina vem contemplar que outras possibilidades de empoderamento se deem pela potência que existe no uso da voz; da voz em cada um – voz em vós. Espaços, outros espaços de cidadania e emancipatórios como expressão didática situados no campo da educação não formal (SIMSOM & PARK, 2001); na resignificação ou reinvenção do lugar do “oprimido” (FREIRE, 1987, 2006; FREITAS, 2005).

Sabemos que é função dos Núcleos de Vigília Cidadã apoiar nas pessoas o desenvolvimento de capacidades que lhes permitam ler seu(s) mundo(s) e entender a realidade circundante ousando interpreta-la e descrevê-la por diferentes meios. São, de fato, estratégias de mobilização e gestão ambiental em ambientes compartilhados que promovam distintas interações de convívio social e vida coletiva – a voz é o lugar que nasce, antes no silêncio, para em seguida quando dita e corporalizada fazer ecoar anseios e transforma-los em ações.

Coube a essa pesquisa investigar e potencializar essas vozes; não diferentemente reconhecer a relevância das mesmas quando imponderada pelos atores sociais que representam cada território - trata-se de agentes de suas histórias. Também, na perspectiva do direito, afirma-se a busca pela garantia de recursos e conhecimentos que lhes permitam prover o acesso da informação às próximas gerações. Pois, como seria então imaginar controle social sem voz? Não seria!

Ratificando a aderência da linha de pesquisa com a mesma, como imaginar controle social sem voz? O poeta já nos ensinou que “*voz sem paz não é voz, é medo*” (YUKA, 1999); não podemos nos esquecer disso. Outra língua está surgindo: é o *cidadanês*; nela NVC também quer dizer *Novas Vozes Cidadãs ou Novas Vidas Construindo-se* – trata-se de uma linguagem que não se pode silenciar; oralidade compondo uma palavra plástica, mais uma palavra corpo e outra palavra silenciosa em busca de uma geopalavra (território, pertencimento e identificação). Fenômeno que no futuro possa ainda ter outro nome.

Não obstante, a ressalva de que tal pesquisa-ação propunha ações de articulação e intercâmbio entre os NVCs, sempre atento ao fato de promover a formação continuada da equipe envolvida, tanto dos técnicos quando dos agentes protagonistas. Por fim, é importante situar que pertencer à função de pesquisador do PEA-TP é estar atrelado ao

uso múltiplo de metodologias e investigações inovadoras a dar conta das demandas surgidas do campo, das práticas pedagógicas e das avaliações e observações sugeridas pelo Ibama.

Abrangem-se, igualmente, os conceitos de “cultivo dos entornos sociais”, dos “ecossistemas educativos” e da “cartografia da ação social”, a fim de ampliar o debate e a contribuição prática da pesquisa nas Ciências Sociais; igualmente, a observância dos fenômenos que nos chama atenção na contemporaneidade. Epistemologicamente, um avanço sobre o olhar ou fomento por uma educação ambiental crítica; por sua vez sensível ao reconhecimento de um cidadão planetário, responsável e protagonista das transformações no mundo; a começar pela sua aldeia, seu núcleo, sua comunidade.

Referências

AZEVEDO, Paulo Emílio. **Palavra Projétil: poesias além da escrita**. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2013.

_____ (org). **Tagarela: o penúltimo registro do slam poetry no Brasil**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DaMATTA, Roberto. **O ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues** In: NUNES, Edson (org.) A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar Ed.p.23-35, 1978.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. 1997. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 34.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREITAS, Ana L. S. de. **Pedagogia do inédito-viável: contribuições de Paulo Freire para fortalecer o potencial emancipatório das relações ensinar-aprender-pesquisar.** V Colóquio Internacional Paulo Freire. Recife, 2005.

ITAGIBA, Filipe; MATTOSO, Françoise. **Tagarela: o filme.** Rio de Janeiro: Cia Gente, 2015. (Filme).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

MAFFESSOLI, Michel. **O Tempo das Tribos - o declínio do individualismo nas sociedades de massa.** Rio de Janeiro: Forense, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo.** Brasília/São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1998.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia & ESCÓSSIA, Liliane (orgs). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2015.

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO. **Relatório de atividades da oficina "Voz em vós" realizada em Arraial do Cabo.** Campos dos Goytacazes: PEA Territórios do Petróleo, 2019.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política.** São Paulo: Ed. 34, 2005.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, A.A.; SILVEIRA, M.L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994b.

SILVA, Hélio R. S. **A situação etnográfica: andar e ver**. Horizontes Antropológicos: Porto Alegre, ano 15, n.32, p. 171-188, jul./dez, 2009.

SIMSON; Olga Rodrigues de Moraes von; PARK, Margareth Brandini & FERNANDES, Renata Sieiro. **Educação não-formal: cenários da criação**. Campinas: UNICAMP/Centro de Memória, 2001.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2001.

VIZER, Eduardo; CARVALHO, Helenice. **Socioanálisis y comunicación en comunidades y organizaciones sociales**. Agenda Social: Campos/Uenf, V.5, n.1, p. 21-39, jan/abr, 2011.

YUKA, MARCELO. Minha alma (A paz que eu não quero). In (O RAPPÁ): **Lado B Lado A**. Nova Iorque: Warner Music, 1999. (Música).

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: EDUC, 2000.



Parte 4:

**Processo contínuo
de avaliação do
projeto**



Capítulo 16

A Avaliação na Ação Educativa do PEA-TP

Suely Fernandes Coelho Lemos
Viviane Colodette Guimarães

Considerações Iniciais

A Avaliação é tema de permanente discussão no campo da Educação por sua importância na condução da ação pedagógica. As discussões sobre o ato de avaliar são permeadas por diferentes posicionamentos políticos, educacionais-metodológicos e ideológicos, no entanto, não se nega sua necessidade e seu papel no desenvolvimento dos processos de construção e produção de conhecimentos.

Este capítulo tem como objetivo apresentar os fundamentos que regem o processo de avaliação adotado pelo Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo (PEA-TP); os modelos de avaliação; as metodologias empregadas e os instrumentos utilizados de acordo com os objetivos pretendidos pela ação educativa durante a Fase II.

O processo de avaliação empreendido pelo PEA-TP na Fase II segue coerente aos princípios que o sustentam e ao modelo de educação que adota considerando-se seus objetivos e princípios. Desde o início do projeto, optou-se pela avaliação qualitativa cujas características assinaladas por Martinez e Brito (2017), valorizam a participação dos sujeitos envolvidos, as representações que constroem a respeito do processo avaliativo e o poder de intervenção dos resultados obtidos em tal abordagem para a (re)condução das ações pedagógicas quando necessário. A avaliação é valorizada no

contexto da ação educativa desenvolvida pelo PEA-TP, de acordo com as autoras (idem) por considerar sua importância no “campo da intervenção social e das políticas públicas”.

Desde sua concepção os modelos de avaliação utilizados pelo projeto recorrem, pois, a procedimentos que garantem, na perspectiva qualitativa, processos cujas características são: (i) a permanência; (ii) o uso de múltiplos instrumentos, inclusive de “autoanálise” das ações pedagógicas desenvolvidas e das participações nestas; (iii) as características de seu público diversificado; (iv) o protagonismo e (v) o diálogo. Trata-se de uma avaliação que, de acordo com os fundamentos da educação popular, está centrada no processo transformador do ser e estar no mundo, e não no mérito alcançado diante do processo ensino-aprendizagem *per si*.

Revisitando conceitos que estão na base da ação educativa desenvolvida pelo PEA-TP, com a finalidade de apresentar o contexto sobre o qual as ações pedagógicas se constroem, destacamos a compreensão de Quintas; Gomes e Uema (2006, p.11) a respeito de educação. Os autores, ao falar em educação, referem-se “a processos variados, enfatizando sua dimensão formal e não formal”. Esses processos, segundo eles ocorrem “[...] em casa, em reuniões, nos sindicatos, nas igrejas, no interrelacionamento das pessoas. E, naturalmente, acontece também na escola”. Uma análise que contemple um olhar mais amplo a respeito da educação ainda de acordo com os autores, ultrapassam os limites da instituição escola e seu objetivo tem centralidade na qualificação dos sujeitos para “a participação, para a cidadania e para o desenvolvimento” (QUINTAS; GOMES; UEMA, 2006, p.11).

Na esteira dessa análise, em relação à Educação Ambiental, Quintas; Gomes e Uema (2006, p.23 -24) destacam que o papel desta encontra-se no “[...] comprometimento com uma ação educativa que resulte na participação qualificada dos grupos

sociais afetados pelo processo de licenciamento, o qual tem sido, habitualmente, fonte de conflitos socioambientais”. Isto resulta numa educação, segundo eles

[...] voltada para criar condições para o controle social na gestão ambiental, de modo a democratizar os processos decisórios sobre a destinação dos recursos ambientais e assim torná-los, além de transparentes e de melhor qualidade, capazes de proporcionar condições para uma distribuição eqüitativa dos custos e benefícios decorrentes do empreendimento. (QUINTAS; GOMES; UEMA, 2006, p.23 -24)

Nesse modelo de educação, compreende-se, portanto, que o processo de avaliação tem por objetivo acompanhar o desenvolvimento individual e coletivo dos sujeitos da ação educativa (SAE), ou de um grupo social que possui objetivos específicos, motivações próprias e características de perfil diverso. O processo de avaliação na educação ambiental crítica cumpre seu papel diagnosticador e emancipatório, portanto não valoriza o aspecto “somativo” tendo em vista não tratar-se de instrumento de aprovação ou reprovação do mérito dos sujeitos envolvidos. Seu foco está no processo da construção de conhecimentos e ocorre, maioria das vezes, no coletivo, na participação dialogada e na autoavaliação. Portanto, as ações avaliativas são permanentes e promovem novas oportunidades de revisões e consolidação de informações e conhecimentos.

Percursos Avaliativos Adotados na Fase II do Projeto Territórios do Petróleo

Os percursos avaliativos adotados pelo PEA-TP se caracterizam pela mobilização, coerência com os objetivos da ação, estímulo à participação, promoção da autonomia e

respeito à diversidade dos SAE. A avaliação processual que, de acordo com Cohen e Franco (1999), ocorre no transcorrer da ação pedagógica, tem papel considerável nas ações do projeto, pois ela permite a retroalimentação permanente da ação educativa; uma percepção mais fidedigna dos desafios a serem vencidos e uma análise sobre o alinhamento dos objetivos pretendidos com as metodologias adotadas.

Também são realizadas avaliações ao final de eventos educativos tais como fóruns, seminários e oficinas formativas. Este tipo de avaliação que ocorre ao final, neste projeto, não possui função “somativa”, de impacto ou *ex-post* como definem Cohen e Franco (1999), mas elas têm o objetivo de promover ações mais produtivas e participativas.

As considerações até aqui expostas constituem-se, pois, nos princípios e diretrizes que vem basilando as estratégias avaliativas adotadas desde a Fase I do PEA-TP e que se aprofundam nesta Fase II. É importante mencionar que as estratégias desenvolvidas e as metodologias adotadas, como na Fase I do projeto, são da responsabilidade da equipe executora (equipe técnica, equipe pedagógica, equipe de socioeducadores e pesquisadores/formadores). Buscar-se-á destacar, neste capítulo, os procedimentos avaliativos que se caracterizam como do tipo processual e os que foram desenvolvidos ao final dos eventos educativos.

Importante destacar que durante a Fase II foram realizados encontros de formação voltados a toda equipe do PEA-TP; oficinas de Vigília Cidadã, direcionadas aos SAE – os integrantes dos Núcleos de Vigília Cidadã (NVC); simpósios e mesas redondas abertos à comunidade. Em todos os eventos foram realizadas avaliações que ocorreram, maioria das vezes durante (avaliação processual) e ao final (avaliação de produtividade) dos eventos.

As equipes técnica e gestora do PEA-TP entendem que nas ações educativas da educação popular e, em especial, na

educação ambiental crítica, a avaliação processual tem grande relevância tendo em vista a natureza do trabalho pedagógico, o perfil dos seus sujeitos e a oportunidade de fixar conhecimentos construídos ao mesmo tempo em que caminhos podem ser refeitos e informações revisitadas, num processo eficaz de consolidação do conhecimento. Essa opção avaliativa também se sustenta no princípio da equidade, à medida em que oportuniza o acesso e participação de todos os SAE, de acordo com suas características e diversidades.

A avaliação na Fase II do PEA-TP: metodologias e instrumentos

Neste tópico serão apresentadas as metodologias e instrumentos de avaliação utilizados nos processos formativos, oficinas e eventos educativos realizados na Fase II do PEA-TP. Para cada evento foram construídas metodologias específicas, de modo a diagnosticar as potencialidades e dificuldades apresentadas pelos SAE diante das informações apresentadas e na produção de conhecimentos. As atividades de avaliação tiveram sua centralidade nos conhecimentos construídos; nas metodologias utilizadas; na comunicação; na importância das informações para o controle social e na logística dos eventos.

A breve descrição das experiências avaliativas que seguem, demonstra sua vinculação com os objetivos, princípios e características pedagógicas:

- ✓ **Formação de equipes.** Foram realizados cinco encontros de formação para a equipe técnica, em que se utilizou avaliações descritivas e orais. Nesses eventos as estratégias de avaliação objetivaram identificar pontos positivos, negativos e acolher sugestões dos participantes. Para tal, utilizou-se as técnicas e materiais conforme demonstram os quadros e figuras abaixo:

Quadro 1: Avaliação da formação de equipes: instrumentos, dinâmicas e materiais.

Formações/ Instrumentos de Avaliação	Dinâmicas da Avaliação	Materiais Utilizados
<p>1. “Avaliação diagnóstica”; “Nuvem de palavra”; fichas e formulários.</p>	<p>1º Momento. Os participantes deveriam escrever em tarjeta recebida junto ao material de apoio uma palavra que os remetesse à temática a ser discutida. No momento que a tarjeta fosse colocada no painel o participante deveria expor publicamente o motivo da escolha. Ao final da formação foram analisadas a frequência das palavras, de acordo com a aparição nas tarjetas.</p> <p>2º Momento. Os participantes deveriam preencher um formulário a partir dos seguintes itens: evento, conteúdo, infraestrutura e autoavaliação. Cada item deveria receber notas de 1 a 5 de acordo com o nível de satisfação dos participantes, sendo a nota 1 classificada como péssimo e 5 como ótimo, havendo ainda espaço para críticas e sugestões.</p>	<p>Tarjetas, folhas A4 e canetas.</p>
<p>2. Fichas de avaliação: “Que bom!” (aspectos positivos); “Que Pena!” (aspectos negativos) e “Que tal!” (sugestões)</p>	<p>Em uma ficha foram apresentadas três colunas, cada uma correspondendo a um aspecto: positivo (Que bom!), negativo (Que Pena!) e, sugestões (Que tal!), de modo que os participantes preenchessem a partir de suas percepções.</p>	<p>Fichas e canetas</p>

Figura 2: Nuvem de Palavra.



Fonte: Relatório da Avaliação da Coordenação Pedagógica - Curso de Formação em Mediação de Conflitos, 2017.

Figura 3: Fichas de Avaliação.

AValiação
Dias 28/08 e 29/08

QUE BOM!	QUE PENA!	QUE TAL?
 <p style="text-align: center;">Encontro de Formação dos PEAs Pescarte e Territórios do Petróleo: Teoria e prática em mediação de conflitos</p>		
 <p style="font-size: small; text-align: center;">A realização dos Projetos Pescarte e Territórios do Petróleo é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pela IBAMA.</p>		

Fonte: Relatório da Avaliação da Coordenação Pedagógica - Curso de Formação em Mediação de conflitos, 2017.

Figura 4: Mural de avaliação.



Fonte: Relatório da Formação Gestão Ambiental Pública e Justiça Ambiental, 2018.

Figura 5: Momento da avaliação oral durante a Formação *Royalties* e Orçamento Público.



Fonte: Banco de Imagens do PEA Territórios do Petróleo, 2018.

✓ **Oficinas de Vigília Cidadã.** Foram realizadas cinco oficinas, com temas específicos de acordo com o planejamento e objetivos do projeto. Todas as oficinas foram direcionadas aos integrantes dos NVC. As oficinas tiveram os seguintes temas: Educomunicação; Inventário Participativo; Cartografia Social; *Royalties* e Orçamento Público. O objetivo das avaliações foi analisar a importância dos conteúdos em relação à formação dos SAE para o controle social; a clareza nas informações recebidas e a organização do evento. Desse modo, as avaliações ocorreram no início dos eventos, durante a apresentação dos temas e ao final da formação conforme pode ser observado no quadro e figuras abaixo.

Quadro 2: Avaliação das Oficinas de Vigília Cidadã: instrumentos, dinâmicas e materiais.

Oficinas/ Instrumentos de Avaliação	Dinâmicas de avaliação	Materiais
Oficina de Educomunicação – Cartazes com <i>emotions</i> . (avaliação final)	Os participantes deveriam preencher itens contendo perguntas referentes ao conteúdo, clareza nas informações e organização do evento. As respostas eram classificatórias com base nas seguintes opções: “Muito bom”; “Bom”; “Regular” e “Ruim”, cada uma representada por “carinhas” (<i>emotions</i>) semelhantes às utilizadas em aplicativos e redes sociais, que buscavam retratar a satisfação ou não de acordo com os itens apresentados. Havia também espaço para elogios, críticas e sugestões.	Fichas.

Oficinas/ Instrumentos de Avaliação	Dinâmicas de avaliação	Materiais
<p>Oficina de Inventário Participativo – uso de tarjetas (avaliação do conhecimento prévio); questionário (avaliação processual) e cartaz (avaliação final do evento).</p>	<p>1º Momento. Os participantes deveriam escrever em uma tarjeta uma palavra que os remetesse a “Patrimônio Cultural”. Essas palavras apresentadas seriam retomadas ao final da formação de modo que os participantes pudessem acrescentar ou retirar alguma palavra e comparar o que pensavam no início sobre o tema e após a formação.</p> <p>2º Momento. Os participantes deveriam responder, em grupo, as seguintes questões em relação ao conteúdo apresentado: a - Você já havia participado da construção de algum inventário participativo ou algum exercício semelhante?; b - Alguns dos lugares, eventos, celebrações, formas de expressão ou saberes apresentados pelo grupo são novos para você?; c - Caso você já tenha participado de algum ou alguns desses eventos, celebrações, formas de expressão ou saberes, como foi sua experiência?; d - Após esta oficina, você acha que seu olhar para seu território continuará o mesmo? Se não, como você passará a observá-lo?</p> <p>3º Momento. Em um cartaz deveriam marcar um X em uma das seguintes opções: “Ótimo”, “Bom”, “Regular”, “Ruim”, “Péssimo” e “Dúvida”, em relação</p>	<p>Tarjetas; roteiro de perguntas; cartazes e caneta <i>pilot</i>.</p>

Oficinas/ Instrumentos de Avaliação	Dinâmicas de avaliação	Materiais
	aos itens: "Transporte", "Alimentação", "Clareza nas informações" e "Duração do evento".	
<p>Oficina de Cartografia da Ação Social – uso de tarjetas coloridas e fotos (avaliação do conhecimento prévio), comparação das palavras das tarjetas com as figuras de cartografias (avaliação processual) e cartaz para análise das dificuldades encontradas (avaliação final). (Fig. 8 e 9)</p>	<p>1º Momento. Os participantes foram divididos por grupos de municípios, e receberam tarjetas coloridas (cada município representado por uma cor), com palavras que remetiam à cartografia. Em um painel, foram expostas duas fotografias em que uma delas representava a cartografia social e outra a tradicional, para as quais deveriam ser relacionadas as palavras escritas nas tarjetas entregues ao grupo.</p> <p>2º Momento. Os participantes tiveram a oportunidade de analisar se as palavras escolhidas inicialmente por seus grupos ainda eram pertinentes à escolha que fizeram em relação ao tipo de cartografia relacionada.</p> <p>3º Momento. Os participantes deveriam preencher um cartaz, por município, com respostas das duas perguntas: a. Quais as dificuldades encontradas e b. Quais os maiores aprendizados que o grupo obteve no decorrer da realização da oficina. Em seguida as respostas foram apresentadas por cada núcleo.</p>	<p>Tarjetas; mural; cartaz; caneta <i>pillot</i></p>
	<p>1º Momento. Os participantes foram divididos em dois grupos aleatórios para responderem a "palavras cruzadas". As</p>	

Oficinas/ Instrumentos de Avaliação	Dinâmicas de avaliação	Materiais
<p>Oficina sobre Royalties – jogo: palavras cruzadas (avaliação do conhecimento prévio), atividade em grupo: maquete humana avaliação processual) e bandeirinhas coloridas e <i>power point</i> (avaliação final).</p>	<p>perguntas estavam relacionadas a conhecimentos anteriormente trabalhador e conhecimentos prévios.</p> <p>2º Momento. Após a apresentação do formador (pesquisador/educador), os participantes foram divididos em quatro grupos aleatórios diante de uma maquete e deviam traçar as “linhas ortogonais e paralelas”. Após a atividade programou-se um debate sobre a atividade desenvolvida de modo a consolidar os conhecimentos trabalhados.</p> <p>3º Momento. Foram distribuídas a cada participante três bandeirinhas das seguintes cores: verde (aprovação), amarela (sugestão) e vermelha (reprovação). Mediante itens apresentados pela equipe pedagógica (<i>power point</i>) os participantes deveriam levantar a bandeirinha que correspondesse à sua avaliação. No caso da bandeirinha amarela, deveriam expor, oralmente, sua sugestão. Foram avaliadas as metodologias; a linguagem utilizada e os conhecimentos apresentados.</p>	<p>Cartaz; maquete, fios de lã, bandeirinhas de cartolina.</p>
<p>Oficina sobre Orçamento Público – atividade em grupo: construção de</p>	<p>1º Momento. Os participantes em grupo deveriam montar um “mosaico” no chão a partir de questões apresentadas pelos socioeducadores/apresentadores do tema.</p>	

Oficinas/ Instrumentos de Avaliação	Dinâmicas de avaliação	Materiais
um mosaico (avaliação processual), painel de TNT (avaliação dos conhecimentos apresentados – em grupo; avaliação dos elementos que compuseram o processo formativo) e cartaz (avaliação da logística do evento).	<p>2º Momento. Diante de um painel de TNT em formato de gota (símbolo do projeto), os participantes deveriam avaliar, colando <i>post-its</i>, os conhecimentos e informações construídas; metodologia utilizada; linguagem; abertura para o diálogo e tempo de duração.</p> <p>3º Momento. Os participantes deveriam assinalar um “X” num cartaz que continha figura de mãozinhas indicando “legal” ou “ruim” a respeito do transporte, local do evento e alimentação.</p>	TNT, <i>post-it</i> , cartaz e caneta <i>pilot</i> .

Fonte: elaborado pelas autoras, 2017-2019.

As figuras a seguir apresentam alguns dos instrumentos utilizados nas avaliações das Oficinas de Vigília Cidadã.

Figura 6: Modelo de ficha de avaliação utilizada na oficina de Educomunicação realizada em Campos dos Goytacazes

FICHA DE AVALIAÇÃO				
OFICINA DE EDUCOMUNICAÇÃO	MUITO BOM	BOM	REGULAR	RUIM
1. CONTEÚDO 				
PERGUNTAS				
2. CLAREZA NAS INFORMAÇÕES 				
PERGUNTAS				
3. ORGANIZAÇÃO DO EVENTO 				
PERGUNTAS				

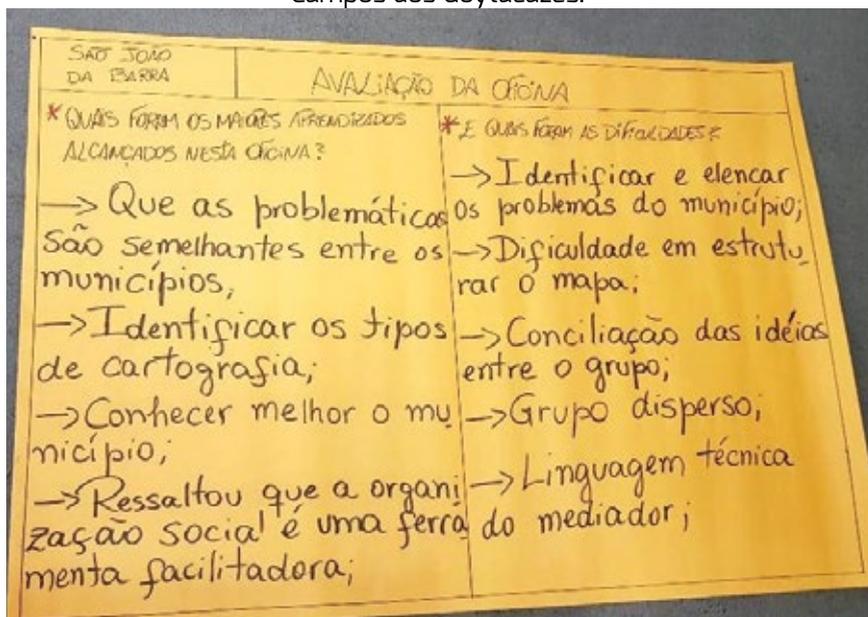
Fonte: arte de Marcus Cunha a partir de fichas do acervo da coordenação pedagógica, 2019.

Figura 7 - Avaliação do conhecimento prévio – Oficina de Cartografia da Ação Social em Campos dos Goytacazes.



Fonte: Acervo das autoras, 2018.

Figura 8: Avaliação Final - Oficina de Cartografia da Ação Social em Campos dos Goytacazes.



Fonte: Acervo das autoras, 2018.



Figura 9: Palavras Cruzadas - Oficina sobre *Royalties* em Campos dos Goytacazes.

Fonte: Banco de Imagens do PEA Territórios do Petróleo, 2018.



Figura 10: Mosaico – Oficina de Orçamento público em Macaé.

Fonte: Banco de Imagens do PEA Territórios do Petróleo, 2018.

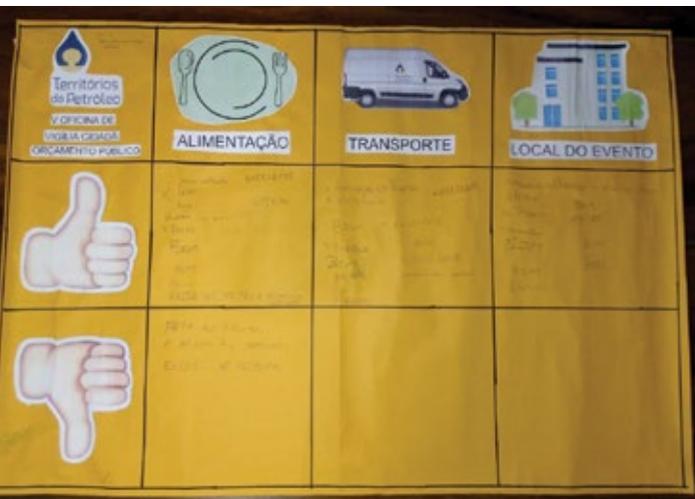


Figura 11: Logística do evento – Oficina de Orçamento Público em Macaé.

Fonte: Acervo das autoras, 2018.

✓ **Simpósio e Mesas Redondas** – No simpósio realizado na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, em Campos dos Goytacazes, as atividades avaliativas ocorreram durante e ao final do evento, e tiveram como objetivo analisar os conhecimentos e informações construídas, bem como a logística que envolveu sua realização. Também foram organizadas e conduzidas pelos NVC mesas redondas por município. Elas versaram sobre os seguintes temas: “*Royalties* e participações comunitárias” (Arraial do Cabo); “*Royalties*, políticas públicas e saneamento ambiental” (Carapebus); “*Royalties*, políticas públicas e mobilidade urbana na região” (São João da Barra); “Saneamento básico: reflexões sobre *royalties* e a Administração Pública” (Cabo Frio); “Saúde pública e os *royalties* do petróleo em Campos dos Goytacazes” (Campos dos Goytacazes); “*Royalties* do petróleo: saneamento ambiental e ocupação irregular” (Búzios); “Segurança pública: um diálogo sobre a aplicação dos *royalties*” (Quissamã); “*Royalties* do petróleo: saneamento ambiental e ocupação irregular em Casimiro de Abreu” (Casimiro de Abreu); “Saneamento e saúde: um diálogo sobre a aplicação dos *royalties*” (Rio das Ostras); “Gestão pública, *royalties* e infraestrutura da cidade de Macaé” (Macaé) e, ainda, uma mesa redonda coletiva em Macaé com o tema “Mobilização Comunitária”.

A avaliação nesses eventos ocorreu no final da atividade e tiveram como propósito, observar a motivação do público para os temas apresentados, os temas apresentados, se estes agregaram novas informações e produziram novos conhecimentos, além da avaliação sobre a organização do evento. As avaliações desenvolvidas nos eventos, sua dinâmica, materiais e fotos estão apresentadas a seguir:

Quadro 3: Avaliação do simpósio e mesas redondas - instrumentos, dinâmicas e materiais.

Eventos/ Instrumentos de Avaliação	Dinâmicas de avaliação	Materiais
<p>Simpósio – avaliação final: painel TNT (avaliação dos conhecimentos e informações construídas) e roteiro (avaliação final).</p>	<p>1º Momento. Os participantes deveriam avaliar, em um painel de TNT em formato de gota (símbolo do projeto), colando <i>post-its</i>, os conhecimentos e informações construídas; metodologia utilizada; linguagem; abertura para o diálogo e tempo de duração.</p> <p>2º Momento. Avaliação da logística do evento, cada técnico, mediante roteiro, avaliou junto ao seu NVC participante, a alimentação, o transporte e o local do evento. Cada participante deveria classificar os itens como “bom”, “regular” ou “ruim”.</p>	<p>Painel TNT; <i>post-it</i>; canetas esferográficas; roteiro.</p>
<p>Mesas Redondas – avaliação de diferentes aspectos do evento: cartaz (avaliação final).</p>	<p>O evento aberto à comunidade utilizou como dinâmica de avaliação cartazes expostos no local do evento com as seguintes questões:</p> <p>a. Os assuntos motivaram a participação e o debate? b. As informações foram passadas de forma clara? c. O tema do evento trouxe novas informações e conhecimentos? d. Sobre o evento (tempo de duração, horário do evento, local da realização).</p>	<p>Cartazes de papel pardo; caneta <i>pillot</i>.</p>

Fonte: elaborado pelas autoras, 2017-2019.

A figura que segue demonstra um dos instrumentos utilizados no Simpósio (figura 12).

Figura 12: Avaliação do Simpósio realizado em Campos dos Goytacazes.



Fonte: Acervo das autoras, 2018.

Considerações Finais

Neste capítulo buscou-se abordar os princípios que fundamentam os processos de avaliação, as metodologias adotadas e os instrumentos utilizados nos processos de avaliação desenvolvidos pelo PEA-TP em consonância com os objetivos pretendidos pela ação educativa durante a Fase II.

Conforme apresentado, optou-se por um modelo de avaliação coerente com as características da educação ambiental crítica e com os objetivos do PEA-TP em promover, por meio da ação

pedagógica, a autonomia dos SAE; a valorização do diálogo entre os saberes construídos por esses sujeitos em sua realidade com o conhecimento erudito, aquele produzido em bases científicas, e a participação crítica e coletiva no controle social.

A valorização da avaliação tanto do tipo diagnóstica quanto processual foi demonstrada haja vista o modo crescente com que foi explorada durante a ação pedagógica. Também, a avaliação realizada ao final dos eventos educativos foi utilizada de modo a diagnosticar: se os objetivos foram alcançados; se houve eficácia na disseminação de informações; se houve produção de conhecimentos capazes de consolidar a formação dos cidadãos de modo a qualificá-los para o controle social sobre o uso dos *royalties* do petróleo e participações especiais.

O processo avaliativo na Fase II do PEA-TP tem se caracterizado, conforme observado, pela sua permanência durante a ação pedagógica, o que tem permitido o acompanhamento dos SAE nas suas trocas e transformações de saberes em conhecimentos necessários ao olhar crítico sobre a realidade em questão. Desse modo, foram detalhados neste capítulo as formas de desenvolvimento e os recursos utilizados nos processos avaliativos.

Destaca-se o valor da avaliação no contexto da educação ambiental crítica, em especial, num projeto educativo que abrange pessoas de diferentes perfis, exigindo pensar estratégias em que todos possam se manifestar, evitando assim exclusões e possíveis constrangimentos. Nesse sentido, conclui-se que as avaliações empregadas pelo PEA-TP, assim como as metodologias utilizadas para desenvolvê-las, tem permitido acompanhar o processo de construção e produção de conhecimento do público participante, bem como as necessidades de melhora e adaptação a partir da própria indicação dos sujeitos envolvidos. Os resultados obtidos por meio dessas avaliações possibilitaram diagnosticar em que medida está se concretizando o processo transformador proposto pelo PEA-TP com os grupos sociais diversificados inseridos

no projeto. Também permitiu o melhor acompanhamento e aperfeiçoamento das ações educativas favorecendo, assim, o desenvolvimento de um trabalho pedagógico que possibilite a construção de conhecimentos e, conseqüentemente, o alcance dos objetivos do projeto.

Referências

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARTINEZ, Silvia Alicia; BRITO, Carmem Imaculada de. Avaliação, revisão, reinvenção: o permanente aprendizado do Projeto Territórios In: GANTOS, Marcelo (coord.). **Projeto de Educação Ambiental Territórios do Petróleo: ações para o controle social dos royalties**. EDUENF. Campos dos Goytacazes/RJ, 2017

QUINTAS, José Silva; GOMES, Patrício Melo; UEMA, Elisabeth Eriko. **Pensando e Praticando a Educação no Processo de Gestão Ambiental: Uma concepção pedagógica e metodológica para a prática da educação ambiental no licenciamento**. 2. ed. rev. e aum. – Brasília: Ibama, 2006.

Capítulo 17

A avaliação do PEA Territórios do Petróleo enquanto política pública

Náthani Siqueira Lima
Silvia Alicia Martínez

Partindo do pressuposto de que não é possível desenvolver nenhum projeto educativo sem ter clareza da sua intencionalidade e sem colher informações ao longo e no final do processo que esclareçam se os objetivos e metas propostos foram alcançados, entende-se que o processo avaliativo é fundamental no desenvolvimento de projetos de educação ambiental vinculados ao licenciamento ambiental federal, como é o caso do PEA-TP.

Neste capítulo, aborda-se a avaliação desenvolvida no interior do referido projeto, mas inicialmente é preciso refletir sobre a avaliação de políticas públicas.

O conceito de políticas públicas é tema de muito debate entre os teóricos do tema e há entre eles apenas um consenso: o de que não há consenso sobre sua definição. Desse modo, pode-se afirmar que sua conceituação é múltipla e depende do autor que a constrói. Rua e Romanini (2013) afirmam que, dentre outros aspectos, as políticas públicas podem ser definidas como um

Sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos (RUA; ROMANINI, 2013, p. 5).

Nesse contexto, Secchi (2015) pontua também que a definição de políticas públicas encontra-se muito centrada nos atores envolvidos em sua construção. Afirmo o autor que há duas correntes, uma estadocêntrica, que defende que políticas públicas só podem ser feitas e executadas por atores estatais; e uma multicêntrica, que defende o envolvimento também de atores não estatais, desde que o problema enfrentado seja de caráter público. Como este capítulo não tem como objetivo aprofundar essa discussão, será considerada uma definição multifacetada, para a qual políticas públicas são conjuntos de ações, que envolvem atores estatais ou não, na busca por uma solução de um problema de natureza pública, seja na educação, na saúde, ou no meio ambiente.

Superado o aspecto conceitual tratado anteriormente, faz-se necessário, para o que este escrito se propõe, adentrar nos aspectos da avaliação das políticas públicas. Esse é um tema muito discutido entre os autores que se debruçam a pesquisa-lo e, da mesma forma que a definição de políticas públicas, para a avaliação, também há muitos dissensos. A avaliação é uma das fases do chamado ciclo de políticas públicas — que grosso modo representa as etapas da vida de uma política pública — e ocorre de forma transversal, ou seja, é executada a todo momento (SECCHI, 2015).

Também não há um consenso sobre o que seja avaliar políticas públicas, mas, de forma sintética, é possível afirmar que se trata de uma avaliação dos resultados de uma política em relação aos objetivos inicialmente propostos. Essa ação avaliativa não deve se esvaziar em si mesma, deve ser utilizada para orientar a tomada de decisões dentro da própria política avaliada. A avaliação tem, portanto, como principal papel, a geração de informações que devem, necessariamente, ser utilizadas em um processo contínuo de ação-reflexão da política pública (TREVISAN; BELLEN, 2008).

Nesse contexto, a avaliação de políticas públicas pode ser considerada, em uma de suas subdivisões, como quantitativa ou qualitativa. Considerando aquela como uma análise estatística, envolvendo indicadores numéricos, reforça-se, para este trabalho, a avaliação qualitativa:

Embora apresentadas de várias formas, as abordagens qualitativas têm características comuns. Em primeiro lugar, referem-se à necessidade de levar em conta a participação e a percepção dos sujeitos envolvidos na criação e na implementação dos programas sociais. Em segundo lugar, consideram as relações e as representações como parte fundamental dos êxitos e limites das ações. Além disto, partem da crença de que é possível simplificar e tornar operativa, para fins de análise de intervenções, a abordagem antropológica. As abordagens qualitativas acreditam que os profissionais das áreas sociais, mesmo sem formação acadêmica em antropologia, teriam condições de aprender o instrumental da disciplina, para aplicá-lo na avaliação de ações e instituições, produzindo formas mais sistemáticas de críticas e sugestões de mudanças (MINAYO et. al., 2005, p. 27).

A partir dessa síntese, pode-se observar que a avaliação à qual se debruça este escrito converge o que já foi até aqui descrito com os lineamentos teóricos e a metodologia propostos pelo Ibama e elaborados, dentre outros, por um de seus teóricos clássicos, representante da perspectiva crítica na educação ambiental, José Quintas. O próprio autor lembra que, na construção do ato pedagógico no processo de gestão ambiental, a avaliação é um instrumento de diagnóstico de necessidades dos sujeitos da ação, cuja função é a de “levantar evidências, com a participação dos educandos, para eventuais correções no processo ensino- aprendizagem, enquanto está se realizando. É a avaliação como práxis” (QUINTAS, 2009, p. 76).

O PEA como política pública

A educação ambiental é uma política pública do Estado brasileiro, ratificada pela Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº. 9.795/99 (BRASIL, 1999) e por outros instrumentos legais que lhe dão fundamento jurídico. Segundo a norma citada,

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, art. 1º).

Os Projetos de Educação Ambiental, por sua vez, na perspectiva tratada aqui, assumem um papel relevante também dentro de outra política pública: o licenciamento ambiental. Esse é um importante instrumento de gestão da Política Nacional de Meio Ambiente – Lei nº. 6.938/81, e, por meio dele, objetiva-se exercer o necessário controle sobre as atividades que interferem nas condições ambientais (BRASIL, 1981).

De competência executiva do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, no licenciamento ambiental federal busca-se romper com a tendência de ações corretivas e individualizadas ao adotar uma postura preventiva e dialogar, de forma transversal, com diferentes políticas sociais setoriais, públicas e privadas. Nas etapas previstas para a concessão das licenças ambientais, também são delimitadas condicionantes que devem ser atendidas ao longo desse processo, com vistas a mitigar e/ou compensar os impactos socioambientais ocasionados pelos empreendimentos licenciados, como por exemplo, os Projetos de Educação Ambiental – PEA (BRASIL, 2002).

Os Projetos de Educação Ambiental (PEA) – como é o PEA Territórios do Petróleo (PEA-TP) – devem contribuir para o desenvolvimento de atitudes visando à participação individual e coletiva na gestão dos recursos ambientais e em decisões que afetam a qualidade ambiental. Também devem possuir diretrizes que visam a contribuir para a organização social e buscar formas de reduzir os impactos negativos causados pelos empreendimentos licenciados (QUINTAS, 2006).

Avaliação de Projetos de Educação Ambiental

A avaliação de Projetos de Educação Ambiental (PEA) é explicitamente destacada nos principais documentos que versam sobre a educação ambiental, como por exemplo, a Carta de Belgrado, de 1975, que afirma ser a avaliação de projetos um dos objetivos para a educação ambiental, e ainda, a Declaração de Tbilisi, que elenca, como um dos objetivos da pesquisa em educação ambiental, o desenvolvimento de instrumentos de avaliação de programas de educação ambiental (MATTOS; LOUREIRO, 2011). Além disso, a Política Nacional de Educação Ambiental destaca, em seu art. 4º, como um dos princípios da educação ambiental, a necessidade da permanente avaliação crítica do processo educativo (BRASIL, 1999).

Não obstante a evidente importância que a legislação brasileira confere, o tema ainda carece de bibliografia mais dedicada. Atualmente poucas obras foram produzidas nesse sentido, por isso mesmo, a realização de processos de avaliação continuada – também chamada de monitoramento – ou final dos PEA ainda guarda lacunas a serem preenchidas pelos teóricos do assunto, levando em consideração, primordialmente, a experiência prática das equipes responsáveis por sua execução na rotina dos projetos (MATTOS; LOUREIRO, 2011).

Recentemente, o Ibama aprovou o PEA-Avaliação¹, dedicado à avaliação dos demais PEA. Com suas bases alicerçadas na educação ambiental crítica, o PEA-Avaliação tem como objetivo, por meio de um sistema de indicadores:

[...] identificar o grau de Equidade que o Projeto avaliado propicia, considerando os impactos produzidos na sociedade. Além desta Diretriz Geral, analisa as diretrizes específicas de Eficiência, Eficácia e Efetividade. Para subsidiar tal análise,

¹ Condicionante do processo de licenciamento ambiental da empresa Dommo Energia S/A, executado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio.

são explicitados os objetivos gerais e específicos de um Projeto de Educação Ambiental (PEA) os quais fornecem os balizadores necessários para o julgamento do seu mérito (POCHO, 2017, p. 6).

O PEA-Avaliação deu início à execução do primeiro modelo de avaliação de projetos de educação ambiental no âmbito do licenciamento conduzido pelo Ibama, de forma sistematizada e unificada.

A experiência de avaliação do PEA Territórios do Petróleo (PEA-TP) no primeiro ano da fase II

O escopo do processo avaliativo planejado no plano de trabalho para a fase II do PEA- TP, que teve início em julho de 2017, foi ampliado a partir da demanda do Ibama de realização de uma avaliação mais abrangente, levando em consideração as ações realizadas no primeiro ano de desenvolvimento, com todos os atores envolvidos. Assim, por meio da coordenação pedagógica do projeto, foi construído um plano de avaliação que teve como objetivo principal elaborar um conjunto de procedimentos que deveria ser capaz de não apenas coletar e sistematizar informações sobre as ações avaliadas, realizadas junto aos sujeitos da ação educativa, no primeiro ano da fase II do PEA-TP, mas também analisá-las, consolidando os resultados alcançados no sentido de investigar se, e em que medida, o objetivo do PEA-TP foi cumprido no período analisado, de modo que o resultado desse processo norteasse as decisões que envolvem o planejamento e execução de suas próximas ações.

Ressalta-se aqui que a decisão de ter a coordenação pedagógica à frente do processo avaliativo visou a, no âmbito de uma avaliação de caráter interno, manter um maior grau de imparcialidade alcançável, não obstante a impossibilidade para o avaliador de eximir-se de todas as suas subjetividades. Houve consonância, ainda, com a visão de Pocho (2011) de que a avaliação produz um

juízo de valor e é um ato político, que converge visões de mundo, intencionalidades e definições de prioridades, não sendo, portanto, uma abordagem puramente técnica ou instrumental.

Para a educação ambiental crítica, o eixo central do PEA Territórios do Petróleo, o sujeito da ação educativa está no cerne de toda a construção do ato pedagógico, ato que deve ser sempre dotado de intencionalidade, com vistas à emancipação desse sujeito. Por isso mesmo, um sistema avaliativo do projeto, enquanto propulsor desses princípios, não poderia deixar de considerá-los, motivo pelo qual o plano de avaliação e monitoramento do PEA-TP considerou todos os sujeitos envolvidos em sua operacionalização, dividindo-os em três grupos: equipe técnica, sujeitos da ação educativa e coordenadores e equipe de socioeconomia da Petrobras.

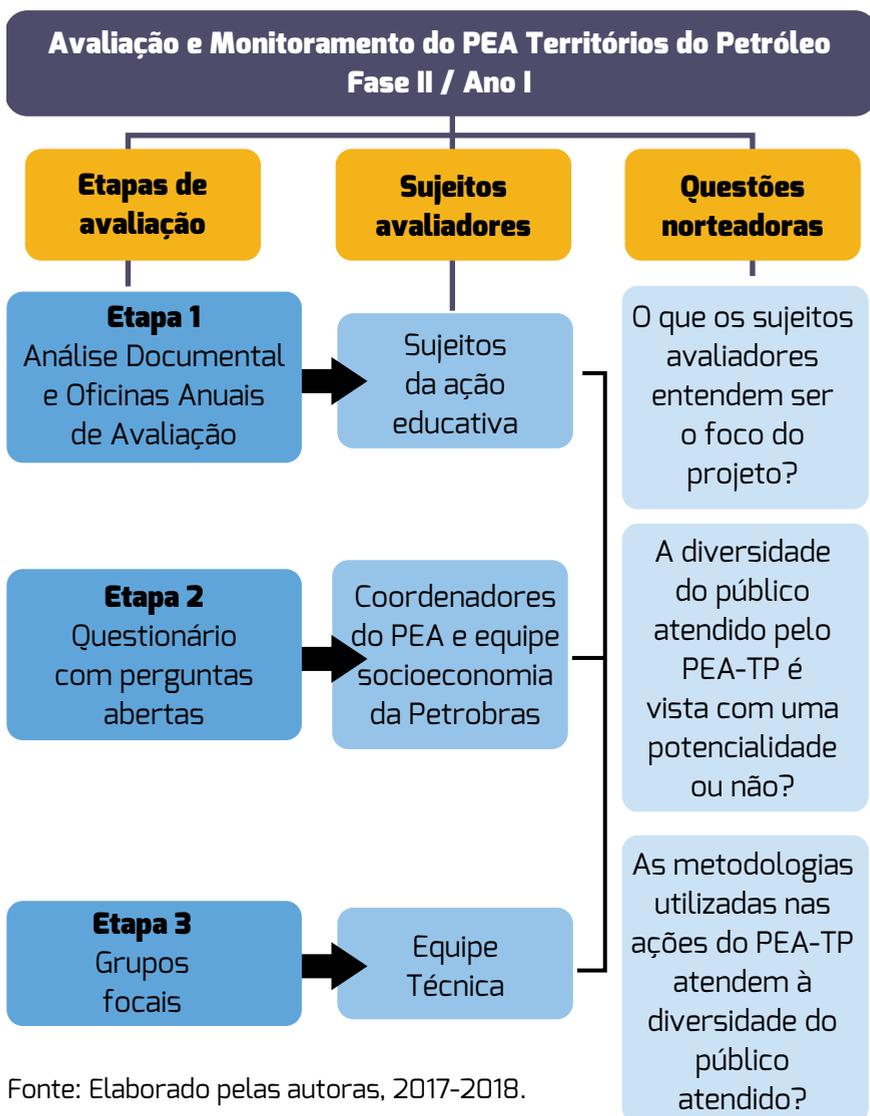
O plano de avaliação considerou, para cada um dos grupos citados acima, três matrizes na construção de seus instrumentos avaliativos: a percepção do foco do projeto, a diversidade dos sujeitos da ação educativa e as metodologias utilizadas nas ações do PEA no período analisado. Buscou-se, pois, responder a três principais questões: “O que os sujeitos avaliadores entendem ser o foco do projeto?”, “A diversidade do público atendido pelo PEA-TP como potencialidade ou não?” e “As metodologias utilizadas nas ações do PEA-TP atendem à diversidade do público atendido?”.

Para cada um dos grupos contidos no Plano de Avaliação e Monitoramento foram concebidas metodologias de avaliação diferentes. Ainda, esse plano foi executado em três etapas:

- 1.(a) Análise documental (de relatórios) das Oficinas de Vigília Cidadã I e II Oficina de Educomunicação, realizadas até abril de 2018 e (b) Oficinas municipais de avaliação;
2. Questionário com perguntas abertas aos coordenadores do PEA e equipe de socioeconomia da Petrobras;
3. Grupos focais com o corpo técnico do projeto.

Todo o processo de avaliação pode ser visto de forma mais ilustrativa na figura abaixo:

Figura 1: Fluxograma da avaliação do PEA Territórios do Petróleo (Fase II/Ano I).



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2017-2018.

A seguir serão abordadas todas as etapas avaliativas de forma mais detalhada.

Primeira etapa de avaliação

Essa etapa foi realizada em duas fases: a análise dos relatórios de algumas ações executadas no primeiro ano da fase II do PEA e a realização de oficinas municipais de avaliação.

Em relação à primeira fase, levando em consideração que o PEA-TP se insere na linha B da Nota Técnica N°. 01/2010 CGPEG/Dilic/Ibama (BRASIL, 2010) que estabelece

apoiar um público diversificado, no acompanhamento, na divulgação e na discussão pública em torno da distribuição e da aplicação dos recursos financeiros das participações governamentais (*royalties* e participações especiais) pelo poder público municipal (BRASIL, 2010, s.p.).

Essa análise buscou traçar um comparativo entre o escopo citado e os temas abordados nas três primeiras oficinas ocorridas no primeiro ano da fase II do projeto, quais sejam: Oficina de Vigília Cidadã I (Revisitando Conhecimento e Metodologia para Consolidação do Núcleo de Vigília Cidadã e para Partilha de Informações); Oficina de educomunicação; Oficina de Vigília Cidadã II (Inventário Participativo: metodologia para pensar o Espaço de Interpretação – fase III).

Os indicadores de análise utilizados foram os seguintes: a. Convergência dos temas abordados nas oficinas com o tema central do PEA-TP e, conseqüentemente, com a linha de ação B, delineada na NT n° 01/10 CGPEG/Dilic/Ibama (BRASIL, 2010); b. Clareza e adequação da linguagem utilizada, considerando as especificidades dos grupos; c. Organização do evento, considerando a infraestrutura do local, dos equipamentos utilizados, logística e duração da formação.

Para buscar responder a essas questões, foram analisados os

relatórios das respectivas oficinas, em especial no que tange às metodologias de avaliação das ações educativas, aplicadas junto aos sujeitos da ação e seus respectivos resultados. Esses relatórios fazem parte do monitoramento constante das ações do projeto. Nesse sentido, afirma Minayo:

Existem dois tipos de ação avaliativa que se complementam: monitoramento e avaliação propriamente dita. Entende-se por avaliação, a realização de um conjunto de atividades técnico-científicas ou técnico-operacionais que buscam atribuir valor de eficiência, eficácia e efetividade a processos de intervenção em sua implantação, implementação e resultados. Entende-se por monitoramento, a observação e o registro regular das atividades previstas dentro de um projeto ou programa. Esse último se configura como um processo rotineiro de acúmulo de informações sobre determinada proposta em todos os seus aspectos, por meio de observação sistemática e com propósitos definidos (MINAYO, 2011, p. 3).

O plano de avaliação e monitoramento, portanto, convergiu essas duas ações, na tentativa de gerar dados e informações fiáveis para orientar as decisões do projeto, como já se afirmou.

A segunda fase visou a ouvir sistematicamente os sujeitos da ação educativa. Para tal, nas oficinas anuais de avaliação, realizadas em cada um dos dez municípios em que o projeto se desenvolve, foram executadas quatro estratégias avaliativas.

A primeira delas teve o objetivo de avaliar as metodologias utilizadas até aquele momento no PEA. Para tanto, foram selecionadas fotos de 14 momentos, ilustrando as metodologias a serem avaliadas pelos sujeitos da ação educativa, que foram impressas em fichas, com seus respectivos nomes. Em cada município, os membros dos Núcleos de Vigília Cidadã foram divididos em dois grupos etários (até 24 anos e 25 anos ou mais) que classificaram as metodologias em três

categorias: “Gostamos e queremos reutilizar”, “Gostamos, mas é preciso adaptações” e “Não gostamos e não queremos reutilizar”.

A segunda estratégia buscou que os membros dos NVC realizassem a avaliação dos mediadores que conduziram atividades no primeiro ano do fase II do PEA. Para tanto, foram confeccionadas fichas, com impressões do rosto e nome dos mediadores, onde os avaliadores, divididos em grupos aleatórios, responderam às seguintes perguntas: “Quais as minhas qualidades?” e “Em que eu posso melhorar?”.

Como terceiro método, para avaliar o PEA de uma forma mais generalizada, os sujeitos da ação foram divididos em grupos sociais (Jovens, adultos de área urbana e adultos de comunidades tradicionais), que, em cartaz, responderam a três questões: “O que vocês acreditam ser o objetivo principal do projeto?”, “De que forma os Núcleos de Vigília Cidadã podem contribuir para o controle social de seu município?” e “De que maneira a diversidade dos grupos pode contribuir para alcançarmos os objetivos do PEA-TP?”.

Por fim, com a intenção de avaliar os conceitos apresentados aos sujeitos da ação no período analisado, foi confeccionado um jogo de perguntas e respostas, chamado “*Quiz* do Territórios do Petróleo”, com 22 perguntas, que foram respondidas pelos integrantes dos NVC, divididos em dois grupos aleatórios. Essa última estratégia destacou-se pelo envolvimento dos participantes, que, muito embora estivessem sido expostos a uma avaliação de conteúdo – já que um dos objetivos centrais do PEA é a mitigação da desinformação sobre as receitas petrolíferas governamentais — não se sentiram desconfortáveis, como em uma avaliação formal, o que não poderia ser diferente, já que é fundamento da educação ambiental crítica, em processos não formais de aprendizagem, a construção de métodos avaliativos que favoreçam a autonomia e a participação do indivíduo, em processos de autoaprendizagem e aprendizagem coletiva (GOHN, 2009).

Importante salientar, à guisa de conclusão deste tópico, que essa

etapa do plano de monitoramento e avaliação teve como um de seus fundamentos, além daqueles já mencionados, o sistema de avaliação concebido no âmbito do PEA-Avaliação, especialmente em relação ao indicador 9: “Atendimento às expectativas e necessidades dos sujeitos abrangidos pelo PEA alinhadas ao seu escopo segundo os próprios sujeitos” (POCHO, 2017).

Segunda etapa de avaliação

A segunda etapa do plano de avaliação e monitoramento consistiu no envio de um questionário aberto, ou seja, sem respostas pré-determinadas, por meio da ferramenta *Google Forms*, para os coordenadores do PEA-TP e para a equipe de socioeconomia da Petrobras diretamente envolvida com o projeto, que deveriam responder três critérios: “1) Na sua perspectiva, os objetivos do PEA-TP convergem para qual foco de atuação?”, “2) Como você analisa o processo de desenvolvimento dos objetivos do PEA-TP em relação à construção gradativa da autonomia dos sujeitos da ação educativa para o controle social?” e “3) Como você analisa o percurso de desenvolvimento do PEA-TP e considera a existência ou não de potencialidades em relação ao público diversificado a que se dirige?”.

Inicialmente, os responsáveis por responder os questionários o fizeram de modo individual, para que fosse possível analisar se os integrantes dos grupos possuíam uma coerência de entendimento em cada critério. Após receber os formulários preenchidos individualmente, a equipe da coordenação pedagógica encaminharam-lhes aos respectivos grupos, que, a partir daí, deveriam chegar a um consenso e elaborar as respostas coletivamente. Por fim, os critérios respondidos de maneira coletiva foram enviados novamente à equipe avaliadora, que pode analisá-los por comparação.

A importância dessa etapa consistiu em verificar, na perspectiva dos responsáveis diretos pela execução do PEA, o quanto o projeto estava alinhado com as diretrizes normativas

e pedagógicas do Ibama e da educação ambiental crítica, convergindo ainda para uma aproximação com o sistema de avaliação recentemente implementado pelo PEA- Avaliação, cujos alguns indicadores apontam nessa direção, como por exemplo: Indicador 1 - Atendimento aos Critérios Conceituais e Metodológicos de Planejamento Geral do Projeto (estrutura e etapas) , Indicador 2 - Atendimento aos Critérios Conceituais e Metodológicos de Planejamento do Processo Ensino/ Aprendizagem, Indicador 8 - Atendimento às expectativas e necessidades dos sujeitos abrangidos pelo PEA alinhadas ao seu escopo segundo a Equipe Executora do PEA, dentre outros.

Terceira etapa de avaliação

A última etapa prevista e executada no âmbito do plano de avaliação e monitoramento foi a realização de grupos focais com a equipe técnica do PEA, dividida em sete grupos distintos: (i) Técnicos de apoio; (ii) Apoio à coordenação; (iii) Pesquisadores; (iv) Bolsistas, de iniciação científica e de apoio técnico; (v) Agentes de mobilização; (vi) Espaço de Interpretação; e (vii) Técnicos Locais. As questões geradoras abordaram também: o foco central do PEA, as potencialidades ou não do público diversificado atendido por ele e as metodologias utilizadas até o momento da avaliação.

Dá-se destaque nessa etapa, que se relaciona intimamente com a anterior (aplicação de questionários abertos aos coordenadores do PEA e à equipe de socioeconomia da Petrobras), à necessidade da escuta permanente da equipe executora. Rua (2010) afirma que é de extrema importância, nesse caso, a utilização de instrumentos que possibilitem a identificação e o ordenamento das ideias da equipe. Nesse sentido, a autora constrói o conceito de “mapeamento cognitivo” e afirma que a estratégia, cujo um dos meios é justamente o grupo focal, possibilita:

- (a) visualizar e esclarecer as percepções dos informantes no momento de coleta de dados;

- (b) focalizar os pontos fortes e as fraquezas do programa;
- (c) focalizar as percepções sobre os *outcomes* e impactos dos programas; (d) compreender os problemas a partir da perspectiva das pessoas envolvidas e afetadas pelo programa examinado (RUA, 2010, p. 15).

Menciona-se ainda que os grupos focais foram filmados e, com isso, a fase de análise de dados contou com informações mais fidedignas e, por consequência, possibilitaram a confecção de um vasto relatório, apto a direcionar a tomada de decisões da coordenação do PEA, do Ibama e da própria Petrobras. Além disso, a etapa resultou em um processo de troca de experiências e amadurecimento da equipe, o que refletiu diretamente na qualidade da execução das ações supervenientes do PEA.

Conclusão

A avaliação é uma etapa das mais importantes do ciclo de vida das políticas públicas, justamente porque possibilita traçar um diagnóstico constante – por meio do monitoramento – ou final de suas ações e, assim, interferir de forma mais qualificada na tomada de decisões dos seus executores. Considerando, pois, o PEA inserido dentro de duas políticas públicas de relevância no cenário nacional: o licenciamento ambiental federal e a educação ambiental, é inafastável a realização dessa etapa.

Nesse sentido, o plano de avaliação e monitoramento do PEA Territórios do Petróleo, por meio da coordenação pedagógica do projeto, buscou realizar uma sistematização das informações geradas no âmbito do monitoramento e, ainda, concretizar uma avaliação final do primeiro ano de sua fase II, o que pode ser chamada de “avaliação de efetividade”. Isso porque objetivou avaliar se o PEA estava realizando aquilo que deveria em relação aos objetivos e metas que foram inicialmente planejados, possibilitando a organização e a mobilização social e

favorecendo a participação e o controle social para a atuação nas decisões da vida pública, ou se havia a necessidade de correção do rumo do projeto (RUA; ROMANINI, 2013; POCHO, 2017).

Por se tratar de uma avaliação de extrema complexidade pela grande diversidade de sujeitos e ações desenvolvidas no seio do PEA, o plano de avaliação e monitoramento foi elaborado da maneira mais criteriosa e imparcial possível, envolvendo todos esses sujeitos em estratégias de avaliação que possibilitariam o alcance das respostas buscadas. Não obstante a complexidade descrita, considera-se que a avaliação foi bem sucedida, na medida em que gerou discussões que contribuíram sobremaneira não apenas para a tomada de decisões em relação às ações a serem executadas, mas também para um nítido amadurecimento da equipe executora e dos sujeitos da ação educativa, o que desencadeou uma mudança coletiva de comportamento e mais segurança operacional e pedagógica para o PEA.

Esse amadurecimento exterioriza-se, dentre outras questões, na quantidade e qualidade de ações de incidência social, tidas como desdobramento do projeto, e, ainda, no perfil dos grupos, com uma maior participação social dos sujeitos nos espaços democráticos, o que foi demonstrado no segundo capítulo da parte 1 deste livro. Isso se deve, em grande parte, ao enfrentamento direto das questões-chave da avaliação: o foco do projeto, a diversidade do público e a utilização de metodologias adequadas a essa diversidade – essas duas últimas também já tratadas neste livro, no capítulo 3 da parte 1 e em toda a parte 2.

Por último, reitera-se a importância de que todos os atores envolvidos no Territórios do Petróleo, desde a Petrobras, passando pela equipe técnica, de gestão e pedagógica, até os sujeitos da ação, puderam olhar para essas questões e refletir sobre elas coletivamente, exercendo um processo de ação-reflexão-ação que ancora todas as ações pedagógicas do projeto.

Referências

BRASIL. **Nota Técnica CGPEG/Dilic/Ibama** Nº 01/10. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Brasília, 2010.

BRASIL. **Decreto nº. 4.281 de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm>. Acesso em 03 de janeiro de 2019.

_____. **Lei nº. 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em 03 de janeiro de 2019.

_____. **Lei nº. 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em 03 de janeiro de 2019.

GOHN, Maria da Gloria. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. **Revista Meta: Avaliação**, v. 1, n. 1, Rio de Janeiro, 2009.

MATTOS, Luiza Maria Abreu de; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Avaliação em educação ambiental: estudo de caso de um projeto em contexto de licenciamento. **Revista Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 6, n. 2, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Importância da Avaliação Qualitativa combinada com outras modalidades de Avaliação. **Revista Saúde e Transformação Social**, v. 1, n. 3, Florianópolis, 2011.

_____.; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de (orgs). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagens de programas sociais**. Salvador: EDUFBA, 2005.

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO. Fase II. **Plano de Monitoramento e Avaliação (PMA)**. Relatório. Campos dos Goytacazes: agosto de 2018.

POCHO, Claudia. **Avaliação de programas governamentais de educação ambiental: um caso de empresa estatal da área de energia**. Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Coppe/UFRJ, 2011.

_____. **Modelo de avaliação de Projetos de Educação Ambiental no âmbito do licenciamento ambiental federal de petróleo e gás: Catálogo de indicadores**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2017.

QUINTAS, José Silva. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (orgs). **Repensar a educação ambiental um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2ª ed. Brasília: Ibama, 2006.

RUA, Maria das Graças. **Avaliação de Políticas, Programas e Projetos: Notas Introdutórias**. ENAP, 2010.

_____.; ROMANINI, Roberta. **Para aprender Políticas Públicas. Volume I: Conceitos e Teorias**. Brasília: IGGEPE, 2013.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2ª. ed. São Paulo: Trilha, 2015.

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 3, Rio de Janeiro, 2008.





A realização do projeto Territórios do Petróleo
é uma medida de mitigação exigida pelo
licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-89479-61-5



9 788589 479615